

stricto  
**SENSU**  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CAREN SANTOS DA SILVEIRA**

***A construção do sujeito representativo  
da oposição liberal nas páginas  
da revista *Veja* (1979-1988)***

**Porto Alegre  
2010**

CAREN SANTOS DA SILVEIRA

**A construção do *sujeito representativo* da oposição liberal nas páginas  
da revista *Veja* (1979-1988)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Musa Fay

Porto Alegre

2010

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)**

S587c Silveira, Caren Santos da

A construção do *sujeito representativo* da oposição liberal nas páginas da revista *Veja* (1979-1988) / Caren Santos da Silveira. – Porto Alegre, 2010.

358 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Musa Fay.

1. *Veja* (Revista) - Crítica e Interpretação. 2. Brasil - História Política. 3. Cardoso, Fernando Henrique - Política e Governo. 4. Gramsci, Antônio - Crítica e Interpretação. 5. Ideologia. I. Fay, Claudia Musa. II. Título.

CDD 981

**Bibliotecário Responsável**

Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

CAREN SANTOS DA SILVEIRA

**A construção do *sujeito representativo* da oposição liberal nas páginas  
da revista *Veja* (1979-1988)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Claudia Musa Fay – PPGH – PUCRS

---

Profa. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado – PPGEDU– UFRGS

---

Prof. Dr. Geraldo Valente Canali – FABICO – UFRGS

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPGH – PUCRS

---

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PPGH – PUCRS

---

## **Dedicatória**

A meus pais *in memoriam*, pelo Amor que continuará sempre vivo, e por tudo o que eu sei que isso representaria para eles. E foi esse o meu maior motivo.

Ao Marner, pelo amor, carinho, dedicação, renúncia, trabalho e envolvimento, que possibilitou a conclusão deste trabalho. Em especial, no final desta etapa, que foi o momento em que eu menos mereci, mas o que eu mais precisei de compreensão, paciência e tolerância...

## **Agradecimentos**

Em todo o processo que culminou neste trabalho, muitas pessoas passaram pela minha vida. Algumas delas eu nem saberia o nome para agradecer, como aqueles que através dos seus impostos sustentam o órgão de fomento do qual obtive bolsa durante esses quatro anos. Também não saberia nomear os inúmeros seres que, direta ou indiretamente, contribuíram através de suas atitudes generosas para que eu pudesse concluir esse trabalho, e vencer o obstáculo emocional que poucos sabem que a vivência desse ciclo de vida representou pra mim.

A essas pessoas, os meus mais sinceros agradecimentos.

Quero agradecer profundamente também àqueles que se fizeram presentes nesse processo de forma mais específica. São aquelas pessoas que não se afastaram quando nesse final de percurso me tornei uma pessoa quase que insuportável para mim mesma, e pouco conveniente de se estar perto... Aqueles que sempre se fizeram presentes, fosse através de um “oi” esporádico (mas não menos verdadeiro), fosse através de um contato mais assíduo... Aqueles que passaram pela minha vida e deixaram marcas eternas... Aqueles que chegaram na minha vida e conquistaram um lugar cativo... Aqueles que me deram o privilégio de ser colo e ouvido, mas que também souberam ser o mesmo quando precisei... Aqueles que acreditaram em mim, mesmo quando eu mesma cheguei a duvidar... Aqueles que eu posso ter aparentemente perdido o contato nesses quatro anos, mas que trocamos carinho e acolhimento em qualquer momento em que nos encontrarmos... Aqueles que sempre se dispuseram a verdadeiramente me auxiliar, mesmo que eu nem sempre tenha sabido, ou podido, usar esse auxílio, mas sabia que poderia contar... Aqueles que, independentemente dos meus méritos, e apesar dos meus deméritos, nutrem um sentimento verdadeiro por mim... Aqueles que nunca resumiram o meu caráter e a

minha história de vida a um currículo lattes e seus desdobramentos...  
Aqueles que sempre que me encontravam perguntavam antes como eu  
estava, e não “como vai a tese?”... Aqueles que estiveram ao meu lado a cada  
vez que me senti insegura para apresentar um trabalho em público...  
Aqueles que me trataram como amiga, e não como concorrente... Aqueles  
que souberam conviver com a minha ausência nesses últimos tempos...  
Aqueles que, mesmo desconhecendo os meandros do trabalho intelectual,  
souberam respeitar e entender esse processo como um verdadeiro trabalho...  
Aqueles que provaram que distância não se mede em quilômetros, mas é  
apenas o espaço que separa dois corações...

A cada um destes, o meu agradecimento será feito direta e  
especificamente. São afetos que não cabem no protocolo, nem no espetáculo.  
Este pequeno agradecimento serve apenas para registrar a presença e  
importância de vocês na minha vida.

*Ainda que eu falasse a língua dos homens  
E falasse a língua dos anjos  
Sem amor, eu nada seria*

*OM MUNI MUNI MAHA MUNI SHAKYAMUNI SOHA*

*OM TARE TUTTARE TURE SOHA*



## RESUMO

Os veículos de comunicação tiveram um papel destacado no processo de redemocratização do Brasil, ocorrido nos anos 1980. Nesse contexto, *Veja* teve uma ampla relevância. Mediante uma análise da revista no período de 1979 a 1988, foi possível identificá-la como um *locus* da oposição liberal que se tornou hegemônica ao fim deste processo. O *corpus* documental desta pesquisa foi composto em sua totalidade pelas 520 edições da revista *Veja*, referentes ao período compreendido entre os anos de 1979 e 1988. Em relação aos procedimentos analíticos, foram utilizadas proposições específicas da Análise de Conteúdo. Além da análise qualitativa, indicadores quantitativos foram considerados para definir elementos de maior relevância na filtragem das fontes. Do ponto de vista teórico houve o embasamento predominante nas acepções formuladas por Antonio Gramsci como *ideologia*, *partido*, *intelectual orgânico*, entre outras. No decorrer desta análise, mediante o processamento das fontes, foi consolidada e demonstrada a hipótese de que Fernando Henrique Cardoso foi constituído discursivamente na revista como *sujeito representativo* do projeto de oposição liberal dos anos 1980, o qual foi apoiado e defendido na revista.

Unitermos: revista *Veja*, Fernando Henrique Cardoso, ideologia, Gramsci, década de 1980

## ABSTRACT

The mass media had a remarkable role in the redemocratization process in Brazil, in the years 1980. In this context, *Veja* had great relevance. Through an analysis of the magazine between 1970 and 1988, it was possible to identify it as a *locus* of the liberal opposition which has grown hegemonic in the end of this process. The documental *corpus* of this research was composed in its totality by 520 editions of the *Veja* magazine, referring to the period covering the years 1979 through 1988. About the analytic procedures, it was utilized specific propositions of Analysis of Content. Beyond the qualitative analysis, quantitative indicators were considered to define elements of major relevance in the sources filtering. In the theoretic perspective, there was mainly the foundation on Antonio Gramsci's conceptions of *ideology*, *party*, *organic intellectual*, and others. In the course of this analysis, through the sources processing, it was consolidated and demonstrated the hypothesis of the discursive constitution of Fernando Henrique Cardoso in the magazine as the representative subject of the project of liberal opposition in the years 1980, which was supported and defended in the magazine.

Keywords: *Veja* magazine, Fernando Henrique Cardoso, ideology, Gramsci, 1980 decade

## **Lista de ilustrações**

Figura 1: Produção da Abril Cultural de 1965 a 1982. ....	56
Figura 2: Categorias profissionais identificadas entre os entrevistados nas “páginas amarelas” de <i>Veja</i> . ....	124
Figura 3: Evolução da Sociologia no período.....	195

## Lista de tabelas

Tabela 1: Tipos de personificação em <i>Veja</i> .....	102
Tabela 2: Sujeitos representativos identificados em <i>Veja</i> . ....	109
Tabela 3: Categorias de análise da seção “Entrevista” de <i>Veja</i> . ....	117
Tabela 4: Recorrência das categorias de análise na seção “Entrevista” de <i>Veja</i> , em 511 exemplares. ....	120
Tabela 5: Expressões relativas à atividade profissional dos entrevistados em “Intelectuais A”. ....	121
Tabela 6: Instituições referidas nas entrevistas em <i>Veja</i> . ....	122
Tabela 7: Entrevistados em <i>Veja</i> designados como “Intelectuais A”.....	125
Tabela 8: Recorrência de entrevistados em <i>Veja</i> . ....	126
Tabela 9: Periodicidade das entrevistas identificadas em <i>Veja</i> . ....	159
Tabela 10: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Maria da Conceição Tavares. ....	160
Tabela 11: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Guillermo O’Donnel. ....	161
Tabela 12: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Afonso Arinos de Mello Franco.....	161
Tabela 13: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Celso Furtado. ....	161
Tabela 14: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – João Manoel Cardoso de Mello. ....	161
Tabela 15: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Crodowaldo Pavan. ....	161
Tabela 16: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Fernando Henrique Cardoso.....	162

Tabela 17: Sujeitos representativos identificados em <i>Veja</i> . .....	162
Tabela 18: Vínculos político-institucionais dos entrevistados. ....	163
Tabela 19: Trajetória acadêmica dos membros do Cebrap. ....	190
Tabela 20: Evolução das temáticas de pesquisa do Cebrap no período.....	200

## **Lista de siglas**

ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BC – Banco Central

Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa do Ensino Superior

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conclat – Congresso da Classe Trabalhadora

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DF – Distrito Federal

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EUA – Estados Unidos da América

Facamp – Faculdades de Campinas

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubitschek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MT – Mato Grosso

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PE – Pernambuco

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAIB – Sociedade Anônima Impressora Brasileira

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SC – Santa Catarina

SNI – Sistema Nacional de Informação

SP – São Paulo

UDN – União Democrática Nacional

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

URP – Unidade de Referência de Preços

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

Introdução.....	18
1 Faces da ideologia liberal na Editora Abril.....	22
1.1 O Internacionalismo da Abril .....	23
1.1.1 Internacionalismo pragmático.....	24
1.1.2 Padrão liberal de jornalismo .....	26
1.2 O liberalismo de Civita.....	30
1.3 O posicionamento da editora frente aos distintos governos ditatoriais das décadas de 1960-70 no Brasil .....	38
1.4 Perspectiva iluminista.....	49
1.4.1 Fascículos, livros e discos .....	50
2 O perfil autoconstituído em <i>Veja</i> .....	58
2.1 Prestando serviço.....	59
2.2 Anunciantes .....	63
2.3 Leitores .....	65
2.4 A elaboração do “nós” em <i>Veja</i> .....	69
2.4.1 Construindo o “nós”.....	69
2.4.2 Dirigindo o “nós”.....	72
2.5 <i>Veja</i> na relação Governo <i>versus</i> Oposição .....	76
2.6 A ideologia assumida em <i>Veja</i> . .....	82
2.6.1 Algumas palavras sobre o conceito de <i>ideologia</i> aqui utilizado.....	82
2.6.2 A ideologia liberal em <i>Veja</i> .....	84
2.7 A constituição do sujeito da ação no discurso nos editoriais de <i>Veja</i> .	90



2.7.1 “Ela”: a revista <i>Veja</i> .....	92
2.7.2 “Nós”: a equipe de <i>Veja</i> .....	95
2.7.3 “Eles”: os sujeitos reais produtores do discurso em <i>Veja</i> .....	97
2.8 Personificação.....	101
3 A elaboração dos sujeitos representativos em <i>Veja</i> .....	106
3.1 Sujeito representativo .....	108
3.1.1 Sujeito representativo <b>em <i>Veja</i></b> .....	109
3.1.2 Sujeito representativo <b>de <i>Veja</i></b> .....	110
3.2 Seção “Entrevista” .....	111
3.3 “Intelectuais A” .....	121
3.3.1 Maria da Conceição Tavares .....	127
3.3.2 Guillermo O’Donnell .....	130
3.3.3 Afonso Arinos de Mello Franco .....	134
3.3.4 Celso Furtado .....	137
3.3.5 João Manoel Cardoso de Mello .....	139
3.3.6 Crodowaldo Pavan .....	143
3.3.7 Fernando Henrique Cardoso .....	148
3.4 Periodicidade .....	159
3.5 Eixos temáticos .....	160
3.6 Sujeitos representativos .....	162
3.7 Presença de vínculo direto com a política institucional.....	162
4 Implicações políticas e ideológicas de um paradigma.....	165
4.1 Considerações sobre a Escola Uspiana de Sociologia.....	165
4.1.1 Antecedentes Históricos.....	179
4.1.2 Escola Paulista de Sociologia <i>versus</i> ISEB.....	180

4.2 O Cebrap: das origens até a transição geracional .....	186
4.2.1 A Instituição: de 1969 a 1976 .....	187
4.2.2 Contexto Acadêmico-Intelectual .....	189
4.2.3 Cebrap: Segunda Geração – 1976-79 .....	203
5 A constituição de Fernando Henrique Cardoso nas páginas de <i>Veja</i> ..	208
5.1 Passos metodológicos.....	209
5.2 <i>Corpus</i> principal .....	210
5.2.1 Cartas .....	210
5.2.2 Brasil .....	211
5.2.3 Ponto de Vista .....	211
5.2.4. Fotografia .....	212
5.2.5 Livros .....	212
5.2.6 Radar .....	213
5.2.7 Economia & Negócios .....	213
5.2.8 Entrevista.....	214
5.3 <i>Corpus</i> Secundário – Seções Especiais .....	214
5.3.1 Publicidade.....	215
5.3.2 Imagem .....	215
5.4 O sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso na década de 1980.....	216
5.4.1 De 1979 a 1981 .....	216
5.4.2 O ano de 1982 .....	224
5.4.3 O ano de 1983 .....	229
5.4.4 O ano de 1984 .....	234
5.4.5 O ano de 1985.....	242
5.4.6 O ano de 1986.....	268

5.4.7 O ano de 1987 .....	273
5.4.8 O ano de 1988 .....	287
Considerações finais .....	298
Referências .....	302
Apêndice 1.....	324

## INTRODUÇÃO

A década de 1980, devido à estagnação econômica vivida na América Latina naquele momento, foi considerada por grande parte dos economistas brasileiros como “a década perdida”. No entanto, o período compreendido entre 1979 e 1988, representou um momento crucial na redefinição política do país.

Nesse momento o Brasil passava pelo processo de redemocratização, no qual chegava ao fim o ciclo dos governos militares iniciado com o Golpe civil-militar de 1964. Nesse processo, os meios de comunicação figuraram de forma amplamente destacada. Assim, cheguei à revista *Veja* da Editora Abril, como um dos maiores polos de consolidação da oposição liberal, que se tornou hegemônica durante e após esse processo. Nessa direção, me proponho a identificar na revista, através da análise do discurso nela veiculado, os elementos que me permitem identificá-la como tal, e chegar a um entendimento da forma como isso foi constituído em suas páginas.

Assim, traço primeiramente um perfil da Editora Abril, tendo em vista, entre outros pontos, a identificação de elementos relativos ao perfil das publicações. No entanto, no primeiro capítulo, meu principal foco é o de traçar o perfil ideológico do Grupo, e a partir daí tentar compreender seus possíveis interesses políticos e econômicos na reconfiguração política dos anos 1980. Nessa direção, destaco três eixos básicos: a presença de uma perspectiva internacionalista, a concepção de mundo liberal, e o viés iluminista. Situo esses elementos no contexto sócio-histórico que vai da fundação da editora até o período específico deste estudo – 1979 a 1988.

Em relação à questão do internacionalismo, me refiro inicialmente às especificidades da constituição, no cenário brasileiro dos anos 1950, do único grupo de comunicação composto por sócios estrangeiros. Na

sequência, me reporto ao padrão liberal de jornalismo adotado na Editora, também conhecido como jornalismo empresarial norte-americano que Victor Civita trouxe da experiência acumulada no Grupo Time Life e adequou à Editora Abril.

No que tange à concepção de mundo de orientação liberal, presente na editora, e expressa em suas publicações, destaco a perspectiva assumida pelo próprio sócio majoritário da revista. Associo as palavras assinadas por Civita a alguns elementos das teses propostas por Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a fim de melhor situar a perspectiva liberal que compreendo estar expressa na revista *Veja*. Ainda em relação a este ponto, me reporto ao posicionamento que identifiquei na editora em relação aos distintos governos militares das décadas de 1960-70 no Brasil. Nessa direção, destaco a intermitência entre momentos de maior e menor aproximação entre a editora e esses governos.

A partir deste ponto, passo a destacar o viés iluminista presente na linha editorial adotada na Abril, enfatizando o segmento da editora denominado Abril Cultural. Analiso este ponto específico a partir de elementos de ordem ideológica, bem como em relação a outros de ordem mercadológica.

No capítulo seguinte, me detenho especificamente na revista *Veja*, onde passo a destacar o modo como a ideologia<sup>1</sup> liberal foi expressa na revista, dentro do período analisado. Para isso, me reporto inicialmente a um *corpus* documental composto pelos editoriais da primeira e última edição de cada ano, compreendidos no período que vai de 1979 a 1988.

Através desse material, identifico a forma como a revista foi autoconstituída como uma prestadora de serviço, como no discurso nela veiculado foi expressa a sua relação com os anunciantes, e igualmente com os seus leitores/consumidores.

---

<sup>1</sup> O termo ideologia é aqui utilizado de acordo com o que Gramsci define por “ideologias historicamente orgânicas”, conforme referido à página 83.

Nessa direção, passo a destacar de forma mais específica, elementos relativos à forma como o discurso em torno desses elementos foi constituído na revista. Para isso sublinho, do ponto de vista discursivo, a constituição de *Veja* inicialmente como um “nós”, onde o produtor e o receptor do discurso se confundem na elaboração deste ente comum. Na sequência deste mesmo capítulo, passo a abordar o caráter de orientação que é impresso a esse “nós”, na medida em que ele passa a receber recomendações e sugestões que são estabelecidas na revista como uma espécie de pauta a ser seguida. O teor dessa direção, eu identifico fundamentalmente em relação aos posicionamentos presentes no material analisado em relação ao governo e à oposição, na sua perspectiva ideológica.

Feito isso, retorno a outro aspecto que diz respeito à estruturação discursiva, que é a constituição do sujeito da ação no discurso veiculado na revista. Nessa direção, enfatizo o conjunto de construções discursivas onde *Veja* aparece desta forma. Posteriormente, destaco nesse sentido, outro conjunto correspondente à constituição da revista, juntamente com a equipe que produz o discurso como sendo, neste caso, o sujeito da ação no discurso. Por último, me reporto à terceira forma de construção do sujeito no discurso, onde os sujeitos reais são identificados como tal.

Com base nesses elementos, enfatizo a presença da personificação como uma característica recorrente na forma como o sujeito da ação no discurso foi constituído nos editoriais de *Veja*.

Nessa direção, no terceiro capítulo, parto para verificar se essa característica era restrita aos editoriais, ou se estava presente em outras seções da revista, correspondendo a um elemento constante na elaboração discursiva em *Veja*. Em busca deste elemento, analisando o correspondente às 520 edições do período, mediante procedimentos metodológicos baseados em pontos específicos<sup>2</sup> da proposta de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, me detenho em analisar as capas e a seção “Entrevista”. A esta

---

<sup>2</sup> São eles: leitura flutuante, regra de pertinência e regra de homogeneidade, unidades de registro – “a palavra” e “o personagem”.

última, procedo a uma análise mais aprofundada, a partir da qual identifico um conjunto do que denominei como “sujeitos representativos”. No interior desse grupo, identifico como predominante, uma categoria de intelectuais, caracterizada fundamentalmente através de sua atuação nos meios acadêmico e científico.

Com base no critério de recorrência, seleciono sete entrevistados. No interior desse subgrupo, procuro identificar, mediante critérios de periodicidade e eixos temáticos das entrevistas, qual o de maior destaque. Dentre estes sete nomes, chego ao nome de Fernando Henrique Cardoso.

No quarto capítulo, me detenho a analisar elementos relativos à trajetória intelectual desse sujeito representativo, com foco no seu paradigma de formação. Essa manobra me permite identificar importantes pontos de intersecção entre elementos de ordem política e ideológica que estiveram presentes tanto na linha adotada na Editora Abril, quanto na concepção de ciência que orientou a formação de Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção destaco, essencialmente, como essa concepção científica foi também ideológica.

O objetivo do quinto capítulo foi de, através da exposição sistemática de fontes, demonstrar a hipótese que foi consolidada no terceiro capítulo, de Fernando Henrique Cardoso ter sido constituído como um sujeito representativo em *Veja* do projeto liberal dos anos 1980.

Como referência metodológica para o processamento das fontes, me utilizo de orientações específicas pertencentes ao método da análise de conteúdo, adaptado da proposta de Laurence Bardin.

Em relação ao embasamento teórico, entre outras referências acessórias, me apoio basicamente na lógica e nos elementos relativos às acepções propostas por Antonio Gramsci para compreender os movimentos e a relevância da ideologia na constituição de uma nova configuração hegemônica em uma formação sócio-histórica de tipo ocidental.

## 1 FACES DA IDEOLOGIA LIBERAL NA EDITORA ABRIL

A editora que em 1968 lançou a revista *Veja* foi fundada oficialmente em 1950, na cidade de São Paulo, com o nome de Sociedade Anônima Impressora Brasileira (SAIB). Sua primeira publicação foi uma edição em cores de *O Pato Donald* criada por Walt Disney, que começou a circular em julho deste mesmo ano, alcançando uma tiragem superior a 80 mil exemplares. Tratava-se de uma revista voltada para o público infantil, que consistia em uma publicação moderna, no mesmo padrão daquelas consideradas as melhores em circulação em todo o mundo na época.

Essa dimensão cosmopolita e contemporânea da publicação repercutiu no contexto brasileiro daquele momento como um elemento inovador. Esta característica acabou se tornando uma das principais marcas da editora desde o seu primeiro momento de inserção no mercado brasileiro. Naquele momento, o Brasil ainda era considerado por muitos investidores e intelectuais um país onde seria impossível desenvolver um mercado consumidor de publicações que estivessem no mesmo patamar daquelas que eram consideradas as melhores no mundo.

No entanto, contrariando essas expectativas desfavoráveis, a publicação de *O Pato Donald* foi um sucesso de vendas e aceitação do público. Devido ao grande sucesso da revista, no final daquele mesmo ano a empresa já apresentava um grande crescimento. Tanto que, em 1952, a editora já colocava no mercado uma nova publicação: a *Capricho*, desta vez uma revista direcionada a uma camada do público feminino. Tratava-se de uma publicação de entretenimento, baseada em fotonovelas italianas, que inovava ao trazer histórias inteiras na mesma revista. Dentro do gênero,



atingiu nesta época o primeiro lugar em vendas, chegando à tiragem de 500 mil exemplares por edição.<sup>3</sup>

Mais uma vez a nova publicação da editora foi um sucesso de vendas. Tanto que, em 1958, a gráfica já era submetida à sua primeira expansão e modernização. No ano seguinte, 1959, era lançada mais uma revista direcionada novamente ao público feminino: a *Manequim*. Em 1961 *Claudia* chega às bancas com a proposta de acompanhar as demandas da mulher moderna, abordando assuntos que iam desde questões domésticas até satisfação sexual, passando por temas relacionados à profissão.

O público masculino também foi contemplado posteriormente com publicações como a revista *Homem* – precursora da *Playboy* –, seguida da *Placar* e *Quatro Rodas*.

### **1.1 O Internacionalismo da Abril**

Através dessas publicações, a Abril se fixou no mercado editorial brasileiro.<sup>4</sup> Embora a característica mais evidente desse material fosse o apelo dirigido a faixas etárias ou gêneros específicos, enfatizo o fato da editora ter-se fixado no país fundamentalmente através da edição de materiais estrangeiros. Esse cosmopolitismo cultural, que na época correspondia a uma proposta inovadora no âmbito da imprensa brasileira, se

---

<sup>3</sup> GELATTI, Juliana Reichembach; AMARAL, Márcia Franz. *Estilo de vida e identidade juvenil: a revista Capricho sob uma perspectiva atual*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau – 28 a 30 de maio de 2009.

<sup>4</sup> Sobre uma análise mais detalhada das obras publicadas pela editora neste período, ver VILLALTA, Daniella. Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 117-43, jul.-dez. 2008.

tornou uma das marcas da Abril. No entanto, esta peculiaridade não se restringiu aos aspectos culturais, mas nele estavam igualmente envolvidos elementos de diversas ordens, que vinham a convergir em uma perspectiva internacionalista mais ampla.

### 1.1.1 INTERNACIONALISMO PRAGMÁTICO

A perspectiva internacionalista da Abril não se restringiu ao teor de suas publicações, mas também esteve relacionada às ligações externas mantidas pela editora, relativas aos aspectos práticos que permitiram a sua implantação e consolidação enquanto empresa no mercado editorial brasileiro.

No ano de 1950, quando colocava o seu primeiro produto no mercado, a Abril surgia como uma editora propriamente dita. No entanto, como destaca Eula Dantas Cabral,<sup>5</sup> anteriormente à fundação oficial da editora em 1950, a empresa já existia na Junta Comercial do Estado de São Paulo desde 1947, conforme Contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada.

Assim, mesmo antes de ser formalizada e posta no mercado como a SAIB, e posteriormente como Editora Abril Ltda., a empresa já existia como fruto da sociedade entre quatro sócios italianos: Enrico Frisoni, Piero Kern, Marcello Frisoni e Enrico Rimini. Embora naquele momento, com base no

---

<sup>5</sup> CABRAL, Eula Dantas Taveira. *Internacionalização da mídia brasileira: análise das estratégias do Grupo Abril*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. p. 7.

Art. 160 da Constituição de 1946,<sup>6</sup> não fosse permitido que as empresas jornalísticas no país fossem de propriedade de estrangeiros, a empresa foi registrada.

Em 1950, a composição da sociedade foi alterada, e a editora entrou efetivamente no mercado brasileiro sob o comando de três sócios: César Civita, Giordano Rossi e Victor Civita. Consta que na época Victor Civita, sócio até então minoritário na empresa, mesmo fazendo parte da sociedade ainda não era reconhecido pelos instrumentos legais da legislação brasileira, já que não era ainda naturalizado brasileiro:

Conforme o documento “Instrumento Particular de Cessão de Quotas e Alteração de Contrato Social” assinado e datado de 25 de setembro de 1963, a entrada oficial de Victor Civita na Editora Abril Ltda. se deu em 1963. A justificativa para a entrada tardia se dá devido à demorada naturalização de Civita no Brasil. Isso, no entanto, não impediu seus investimentos na editora.<sup>7</sup>

Outra questão relevante nesse sentido é que o então sócio minoritário Victor Civita, que mais tarde viria a se tornar o dono da editora, era na época um italiano naturalizado norte-americano que nos Estados Unidos trabalhou no Grupo Time Life, com o qual continuou a manter relações e de onde importou o padrão de jornalismo adotado na Editora Abril.<sup>8</sup> Victor Civita entrou na sociedade através do capital apurado com a venda de uma empresa norte-americana herdada por sua esposa. Essas observações caracterizam tanto a aproximação técnica e ideológica de Civita com a empresa norte-americana, quanto a de natureza econômica que permitiu sua entrada no mercado brasileiro mediante um capital que pode ser considerado de origem estrangeira.

No que tange às ligações externas do grupo, vale lembrar ainda que, mesmo tendo sido criada oficialmente em 1950 como uma empresa

---

<sup>6</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>7</sup> Ibidem. p. 8.

<sup>8</sup> SILVA, Carla Luciana Santos da. *VEJA: o indispensável partido neoliberal*. Tese (Doutorado em História), 2005. UFF/UNIOESTE. Niterói – RJ.

brasileira, o Grupo Abril já mantinha na época uma parceria com o conglomerado internacional Walt Disney. Foi através dessa parceria, ao publicar *O Pato Donald* em 1950, que a SAIB se tornou uma editora. Sua segunda publicação, a *Capricho*, também segue um padrão semelhante, pois era baseada na publicação de material importado da Itália.

### 1.1.2 PADRÃO LIBERAL DE JORNALISMO

Quando passou a produzir a maior parte de seu material, a Abril lançou mão de um método reconhecido como padrão liberal de jornalismo. A utilização deste método consistiu em uma das principais formas de justificação do discurso jornalístico produzido pela editora, e mais tarde consolidado na revista *Veja*. Tratava-se, portanto, do padrão de jornalismo norte-americano, também conhecido como jornalismo liberal empresarial norte-americano ou simplesmente padrão liberal de jornalismo.<sup>9</sup> O conhecimento desse método, aplicado por Victor Civita, é oriundo do tempo em que trabalhou na empresa norte-americana Time Life.<sup>10</sup> A importação desse padrão constitui mais um elemento do internacionalismo preconizado na Editora Abril.

Conforme vem sendo descrito por diversos autores,<sup>11</sup> este padrão de jornalismo se caracterizou por imputar ao produto jornalístico uma característica empresarial e mercadológica. Dessa forma, o objetivo principal

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> CHALABY, Jean. O Jornalismo como Invenção Anglo-americana – Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e Anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, n. 3, p. 29-50, 2003.; GOLDENSTEIN, Gisela. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.; RIBEIRO, Ana P. G. Jornalismo, Literatura e Política: a Modernização da Imprensa Carioca nos Anos 1950. *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.

aparecia como sendo a venda de um produto para a obtenção de lucro, equiparando-se assim às demais empresas capitalistas. Baseado nessa premissa, a esse padrão de jornalismo foram relacionadas ideias como neutralidade, objetividade, competência, autonomia, imparcialidade, já que o produto deveria atingir o máximo possível de compradores.

Dessa forma, constituiu-se a característica de prestação de serviço, onde os veículos de comunicação orientados por este padrão estariam desempenhando um papel social na medida em que estariam levando os fatos à população. De acordo com essa perspectiva, esta mediação não era definida como uma interpretação ou filtragem, mas sim como um espelho através do qual se pudesse chegar aos fatos em si. Mediante essa construção de sentido, os segmentos de mídia orientados pelo padrão liberal de jornalismo estabeleceram-se como um Quarto Poder<sup>12</sup> na sociedade. Dessa forma, inicialmente eles se constituíram como o vínculo entre a sociedade e os fatos, para logo depois se imbuírem do poder fiscalizador e de porta voz de um todo social representado pelo leitor, pelo cidadão, pelo brasileiro, etc.

Contudo, essas características não se restringiram às análises técnicas e científicas, mas igualmente configuraram elementos utilizados discursivamente como autopromoção da revista.

No entanto, os fatores anunciados como competência, imparcialidade, autonomia e o caráter de prestação de serviço, não serviam apenas para vender um produto, mas também para conferir credibilidade ao teor da informação ali veiculada.

Mais uma vez esta revista, aplicando as clássicas regras do trabalho de reportagem, forneceu a seus leitores o produto mais nobre, e sobretudo mais útil, que o jornalismo pode oferecer: informação

---

<sup>12</sup> Sobre este tema específico ver: PAILLET, Marc. *Jornalismo: o Quarto Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.; ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Revista Contracampo*, Niteroi, n. 4, jan-jun 2000, p. 23-57.

exclusiva, relevante e sólida num caso destinado a perder-se na obscuridade ou a permanecer oculto.<sup>13</sup>

Este trecho, retirado do editorial de 3 de janeiro de 1979 da revista *Veja*, é exemplo modelar do modo como esse tema era definido no discurso jornalístico de uma das publicações da editora. Nele, são destacados os critérios de competência do discurso, como a sua utilidade, exclusividade e relevância. Tudo isso consolidado mediante a anunciação da aplicação das “regras clássicas do trabalho de reportagem”. Ou seja, uma justificação de qualidade mediante menção ao método consolidado através do qual o trabalho jornalístico havia sido executado. Outro critério destacado era a distinção realizada acerca do jornalismo de *Veja* como “o produto mais nobre e mais útil que o jornalismo pode oferecer”, de modo a situá-lo como superior aos demais concorrentes.

Em outro trecho extraído do mesmo editorial aparece a seguinte afirmação: “Estamos, aqui, falando de fatos, não de versões; estamos apurando, e contando, o que aconteceu”.<sup>14</sup> Essas palavras são ilustrativas do caráter denominado como imparcialidade e verdade que era ressaltado exaustivamente em relação ao jornalismo feito na Abril. Nessa direção, o discurso jornalístico era apresentado como a “verdade dos fatos”, excluindo qualquer possibilidade de que este fosse uma interpretação acerca desses fatos. E o que lhe conferia essa credibilidade seria a visibilidade discursiva do método<sup>15</sup> – ou padrão jornalístico – utilizado na confecção desses textos.

Assim, era baseado nesses parâmetros que o jornalismo da Abril constituía sua credibilidade como um prestador de serviço. Em relação a este aspecto, a revista *Veja* não aparece apenas prestando serviço ao seu leitor, mas também à memória do país, quando coloca a sua reportagem como responsável por impedir um determinado fato de “perder-se na

---

<sup>13</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> SILVA, Carla. Op. cit. Mesmo que isso nunca tenha sido realizado em relação a detalhes técnicos, como afirma a autora à p. 22.

obscuridade ou a permanecer oculto”, algo que é colocado como o destino do referido fato, não fosse a intervenção feita através da revista. Dessa forma, além de se autoconstruir como expressão da verdade, há também a conotação de que esse discurso seria o único com o poder de salvar, trazer à tona “fatos” que permaneceriam desconhecidos caso ele não existisse. Dessa forma, a revista era autoconstituída como um órgão de mediação indispensável ao conhecimento acerca da “verdade dos fatos”.

No entanto, esse caráter salvador do discurso jornalístico não foi apenas referido ao leitor ou à memória em sentido amplo, mas foi construído de modo a se mostrar como um prestador de serviço até mesmo aos órgãos pertencentes à estrutura estatal. No editorial da edição de 3 de janeiro de 1979, a revista é colocada como uma prestadora de serviço ao Estado: “*VEJA* revelou a identidade de um dos sequestradores [...], servindo no DOPS gaúcho”.<sup>16</sup>

Dessa forma, o discurso jornalístico ganhou ares de um poder diferenciado e superior aos demais poderes constituídos. Nessa direção, ele aparece como sendo um ente capaz de ver, desvendar, e trazer à tona questões que nem o governo nem o público leitor teriam acesso se não fosse a sua intervenção de prestadora desse serviço. Um serviço que só ele poderia desempenhar, através da sua anunciada competência jornalística baseada num método que lhe conferisse a suposta imparcialidade. Através da colocação desses critérios definidos no âmbito do próprio discurso jornalístico, ele constitui a si próprio como um Quarto Poder, diferenciado, “autônomo”, e superior aos demais poderes constituídos.

De acordo com Carla Luciana Silva:<sup>17</sup>

Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, sendo visto como uma “entidade” que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor. Para que isso funcione a imprensa deve ser entendida como um

---

<sup>16</sup> *Veja* – Op. cit. p. 19.

<sup>17</sup> SILVA, Carla. Op. cit. p. 27-8.

agente neutro, tendo direito ao acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos. A população daria uma representação política ao jornalista que por sua vez seria o vigilante dos poderes constituídos. O “compromisso com o leitor” daria aos órgãos da imprensa o status de um sujeito acima dos demais, que poderia transitar no meio político sem com ele se confundir.

Dessa forma, segundo Silva,<sup>18</sup> “através desses elementos que se operou o ocultamento de uma ‘ação partidária’ por parte da revista e seus interesses concretos em investigar ou não os fatos”. Essa opinião vai ao encontro do ponto de vista que defendo. Neste sentido, compreendo que mesmo que esse discurso jornalístico tenha sido constituído se pretendendo imparcial, autônomo, e a-ideológico, isto não ocorreu de fato. Um dos pontos que, mesmo anterior à análise do material empírico, já me permite fazer esta afirmação é a postura liberal manifestada por Victor Civita através de *Veja*.

## 1.2 O liberalismo de Civita

Expor com clareza as próprias posições torna-se tarefa de crescente premência. [...] Para começar, **queremos afirmar que nos consideramos liberais**. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. E **ser liberal** para nós, é querer o **progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social**. Isso porque consideramos a livre iniciativa o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo, com a inovação. E o lucro não é apenas legítimo: é

---

<sup>18</sup> Ibidem. p. 90-103.



essencial como motivador, aferidor de eficiência e fonte de recursos para os investimentos inadiáveis de amanhã.<sup>19</sup>

Estas são as palavras assinadas pelo próprio Victor Civita ao preconizar e veicular a sua defesa em prol de uma perspectiva liberal. Assim, apesar de manter em evidência as características principais do padrão de jornalismo adotado pela editora, tais como a sua suposta imparcialidade e autonomia, há na revista também um claro posicionamento do editor em prol da ideologia liberal. Mediante esse posicionamento ideológico, Civita esboça com clareza uma postura fundamentada nos interesses de mercado e na livre iniciativa como os motores principais para se chegar ao progresso. Através da veiculação do posicionamento de Victor Civita, era preconizada na revista a ideia de um mercado movido pelas próprias regras dentro do contexto de um capitalismo orientado por uma estrutura estatal que conferisse ordem ao progresso, sem que isso viesse a ferir as determinações do mercado e das suas regras intrínsecas de funcionamento, entre elas a livre iniciativa.

Neste sentido observa-se, primeiramente, a aparente contradição existente entre a enunciação de um padrão metodológico e a execução de uma prática ideológica. Ao passo em que a imagem do produto jornalístico era constituída mediante alegações de objetividade e imparcialidade – chegando ao ponto de se autodefinir como um discurso não ideológico –, o seu editor defendia através da própria revista, de forma clara e aguerrida, elementos típicos da ideologia liberal.

No entanto, essa postura liberal não era entendida como uma posição ideológica. Essa contradição aparente pode ser entendida como uma lógica interna do racionalismo weberiano presente em boa parte do empresariado liberal. Nessa direção, pressupostos da ideologia liberal, como os que foram manifestados por Civita, eram compreendidos como condições racionalmente articuladas no sentido de possibilitar o desenvolvimento econômico. Não configurando, segundo essa ótica liberal, uma ideologia, pois esta seria da

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 65.

natureza das paixões o que, por sua vez, seria um obstáculo ao pensamento racional. Diferente disso, de acordo com essa perspectiva, os pressupostos liberais configurariam um método racional, e não o que se compreende pela ótica liberal como ideologia.

Assim, de acordo com essa perspectiva, reforçava-se a ideia de o produto jornalístico ser considerado imparcial, neutro, ou incontaminado por qualquer ideologia. Dessa forma, os resultados obtidos mediante uma prática racional seriam considerados como meramente objetivos.

Com base nesse pensamento, mesmo diante daquilo que no meu ponto de vista configura uma clara manifestação ideológica de Civita, o discurso produzido e veiculado pela Abril continuava sendo considerado pela editora como imparcial e, conseqüentemente, não ideológico. Identifico este aspecto com o pensamento de Max Weber, onde as ideias que não eram consideradas como sendo adequadamente racionais, ou da ordem das paixões, eram compreendidas como obstáculos para o desenvolvimento econômico:

[...] o desenvolvimento da conduta econômica racional é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de **conduta racional prática**. Quando tais tipos de conduta têm sido obstruídos por obstáculos espirituais, o desenvolvimento da conduta econômica racional encontrou também seria resistência interna. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas e de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas da conduta.<sup>20</sup>

No entanto, minha perspectiva analítica em relação a este ponto é baseada no pressuposto gramsciano que define *ideologia* como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”.<sup>21</sup> Dessa forma, compreendo essa manifestação racionalista – que neste trecho aparece designada como uma “conduta racional prática” – como

---

<sup>20</sup> WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. p. 30.

<sup>21</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V.1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 98-9.

expressão de uma ideologia, no sentido em que esta é proposta por Gramsci. Uma ideologia liberal progressista definida pela defesa de uma “economia burguesa capitalista ordenada”<sup>22</sup> que deveria ser estabelecida com base no “espírito do capitalismo, entendido como um padrão de vida definido e que clama por sanções éticas”.<sup>23</sup>

Assim, a crítica à ideologia presente em *Veja*, onde seu sentido é atribuído a uma manifestação de paixão e voluntarismo, está alicerçada sobre um princípio weberiano racionalista. De acordo com essa perspectiva, os pressupostos liberais defendidos por Civita configurariam apenas uma elaboração racional referente ao conjunto de condições necessárias ao desenvolvimento econômico. Assim, dentro do ponto de vista manifestado em *Veja*, o posicionamento de Civita, bem como as demais formas de tomada de posição presentes na revista, não configuram uma ideologia. Por isso, de acordo com esse ponto de vista, a sua expressão não seria uma contradição com o anunciado padrão de jornalismo anunciado em *Veja*, e que segue esta mesma racionalidade.

No meu ponto de vista, essa contradição entre a enunciação de um padrão autointitulado como imparcial e a manifestação explícita de uma tomada de posição ocorre de forma dialética. Nessa direção, compreendo a existência dessa contradição no que diz respeito aos aspectos formais discursivos, onde de um lado são produzidos discursos apresentados como sendo “a verdade dos fatos” – como é o caso das matérias e notas veiculadas na revista –, e de outro há uma construção discursiva explicitamente posicionada, e assinada, que fala inclusive em nome da revista.

No entanto, em relação aos aspectos essenciais que definem a linha ideológica manifestada em *Veja*, e na editora, não vejo nenhuma contradição. Compreendo, no entanto, que as manifestações de suposta imparcialidade e neutralidade da revista, que foram constituídas através da

---

<sup>22</sup> WEBER, Max. Op. cit. p. 51.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 51.

existência de um padrão metodológico, configuram parte de um posicionamento ideológico constituído a partir do seu modo de compreender e agir no mercado, e da moralidade e demais valores oriundos desse processo.

Assim, dentro da ótica liberal em que o discurso veiculado em *Veja* foi constituído, essas manifestações são compreendidas como a-ideológicas. Contudo, de acordo com o meu ponto de vista, onde baseada em Gramsci compreendo esses fenômenos como manifestações de uma concepção de mundo, eu os defino como ideológicos.

Outro aspecto que, de acordo com minha perspectiva, define essa postura como ideológica é o fato de se tratar, em última análise, da defesa de um capitalismo orientado:

Entre os fatores de importância incontestável estão as estruturas racionais das leis e da administração, pois que o moderno capitalismo racional não necessita apenas dos meios técnicos de produção, mas também de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em termos de regras formais. Sem isso, o capitalismo aventureiro e de comércio especulativo e todo tipo de capitalismo politicamente determinado seriam possíveis, mas não o empreendimento racional da iniciativa privada, com capital fixo e cálculos certos.<sup>24</sup>

Nesta passagem, há a sugestão de uma conduta ética e da necessária criação de estruturas políticas e jurídicas capazes de assegurar o desenvolvimento econômico. Assim, embora tendo as leis do mercado como sua bússola de orientação, dentro dessa proposta também se torna necessária a criação de instâncias condicionadoras do desenvolvimento. A isto, de acordo com a visão gramsciana, só se chegaria mediante a construção de uma nova *hegemonia*<sup>25</sup> conquistada por meio de uma *guerra de posição*,<sup>26</sup> onde as formas ideológicas, como o jornalismo, adquirem

---

<sup>24</sup> Ibidem. p. 29.

<sup>25</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 1. Op. cit. p. 104.; GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

<sup>26</sup> Idem. *Cadernos do Cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 316.

importância fundamental na medida em que correspondem aos “meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura”.<sup>27</sup>

No entanto, além das convergências da postura expressa por Civita com as teses de Max Weber em um sentido amplo, a perspectiva liberal defendida em *Veja* encontra, no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, um correspondente teórico mais específico. Nessa direção, é possível afirmar que os principais elementos do pensamento de Cardoso, sobretudo relativos à questão do desenvolvimento, estão presentes também no discurso veiculado em *Veja*. Trata-se de um conjunto de elementos que expressam, entre outros aspectos claramente uma concepção de mundo e postura política:

- Ditadura militar interpretada como “um regime autoritário que favorecia o crescimento econômico e a modernização”.<sup>28</sup> Este ponto de vista já configurava uma diferença substantiva entre Cardoso e as esquerdas, que trabalhavam em relação a essa temática a partir da tese do fascismo. Assim, por mais que no contexto de abertura democrática, ele tenha se colocado como opositorista, tratava-se de uma oposição de orientação liberal, que sempre que possível utilizava-se da tese do autoritarismo para se opor tanto à direita como à esquerda. Este ponto esteve constantemente presente nos discursos veiculados em *Veja*.<sup>29</sup>

- A justiça social só seria viável com “o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista, a única capaz de acumular riquezas e conhecimentos”,<sup>30</sup> chegando a admitir em certo momento o regime autoritário como condição necessária à democracia. Neste ponto observa-se uma visão pragmática, mediante a qual pode ser compreendido o comportamento oscilante da editora no contexto ditatorial.

- “Os investimentos estrangeiros não são o obstáculo ao desenvolvimento; pelo contrário, são a sua alavanca – são eles que

---

<sup>27</sup> Idem. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 32.; SILVA, Carla. Op. cit. p. 31.

<sup>28</sup> REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 238.

<sup>29</sup> SILVEIRA, Caren Santos da. *Aspectos de organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em História), 2003. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.

<sup>30</sup> REIS, José Carlos. Op. cit. p. 239.

dinamizam os países dependentes”.<sup>31</sup> Mediante esse posicionamento, era defendido o desenvolvimento dependente-associado, que constituiu um dos principais pontos da obra de Fernando Henrique Cardoso. Em relação à editora, esse posicionamento convergia com suas características internacionalistas.

- “O capitalismo é uma estrutura internacional, na qual cada país ocupa um lugar e desempenha uma função determinados”.<sup>32</sup> Este ponto sustentou, em certa medida, a oposição em relação às políticas nacional-desenvolvimentistas. Ponto igualmente enfatizado em *Veja*, e também convergente com sua perspectiva internacionalista.

- “O sujeito social em luta, fazendo a história, usa meios democráticos, os partidos políticos organizados, o Congresso, a imprensa, o diálogo aberto com todas as posições e tendências”.<sup>33</sup> Estes foram os pontos que definiram, a partir de 1978, o comportamento do político Fernando Henrique Cardoso, bem como foram os fundamentos enfatizados em *Veja* no período da redemocratização do país.

- “Na época da ditadura, reconhecia e existência de um setor da burguesia interessado na democracia, que podia ser um aliado importante contra o autoritarismo militar. O objetivo dessa burguesia aliada dos interesses populares é econômico e não político – ela é contra o estatismo e não contra a tortura e pelos direitos humanos. Ela faz uma contestação liberal do excesso de Estado”.<sup>34</sup> Os temas ligados à democracia figuraram tanto na obra de Fernando Henrique Cardoso como intelectual e político, quanto em *Veja* no contexto de redemocratização do país. Em relação à economia, a ênfase na democracia política representava o afastamento de regimes intervencionistas com enfoque nacionalista.

Estes foram pontos de contato fundamentais entre Fernando Henrique Cardoso e *Veja*. Eles configuram características comuns tanto à postura manifestada na revista quanto ao pensamento intelectual e a ação política de Cardoso.

---

<sup>31</sup> Ibidem. p. 244.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 245.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 246.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 246.

Entretanto, há outro aspecto fundamental relacionado aos pressupostos liberais anunciados por Victor Civita. Trata-se do posicionamento que, baseado nesses pressupostos, foi assumido pela editora, também enquanto uma empresa em ascensão e consolidação no país. Nessa direção, é fundamental analisar historicamente as relações estabelecidas entre a empresa e os governos dos anos 1960 a 80, e a partir daí tentar compreender também o seu percurso na cena sócio-política brasileira como uma empresa privada que se expandiu e consolidou no contexto ditatorial militar.

Em linhas gerais, cabe ressaltar que, no plano político, essa ideologia liberal se expressou através de uma crítica aos regimes centralistas, tal qual se propunha no Brasil basicamente a partir dos pressupostos do que se convencionou denominar “Era Vargas”.

A ideologia liberal, representada pelo grupo Abril, entre outros aspectos propunha como fundamentos princípios antagônicos às políticas nacional-desenvolvimentistas, ao centralismo de Estado, ao populismo, e às políticas econômicas intervencionistas. Afinal, esse modelo era o contrário do que propunha a vertente liberal representada por Civita.

Com base nas aproximações e no afastamento que esse posicionamento adquiriu ao longo das diferentes tendências dos governos militares, é possível sublinhar em linhas gerais três das características mais marcantes dessa relação. A saber, a inconstância, o pragmatismo e a diplomacia, que permearam aproximações circunstanciais expressas através de flertes e barganhas entre as partes, conforme os seus interesses em momentos distintos.

### **1.3 O posicionamento da editora frente aos distintos governos ditatoriais das décadas de 1960-70 no Brasil**

A participação do Grupo Abril e a relação de seu proprietário e diretores no período de gestação e implementação do Golpe de 1964 não se deu de maneira explícita como ocorreu com outros veículos de comunicação já consolidados na época como o *Correio da Manhã* ou *O Estado de S. Paulo*, entre outros.<sup>35</sup>

Naquele momento, nem o próprio Civita ou alguma publicação do grupo Abril manifestara até 1966 um apoio explícito ou qualquer desacordo no nível político com as discussões que se faziam nesse plano através dos veículos intelectuais e de comunicação que marcavam uma posição político-partidária explicitamente antijanguista.<sup>36</sup>

Como apontado anteriormente, as publicações da Editora Abril no contexto pré-golpe não tratavam diretamente de ações no campo da política institucional, mas se encontravam predominantemente ligadas a questões de gênero, entretenimento e cultura erudita – com destaque para as coleções em fascículos que constituíram um capítulo destacado da história da

---

<sup>35</sup> Nessa direção é destacado também o apoio da Rede Globo de Televisão, que esteve ao lado de todos os governos militares de forma mais explícita até mesmo em seus momentos de crise ou em relação ao próprio movimento pelas Diretas que apontava no cenário sócio-político da década de 1980 como um processo irreversível. Destaque ainda para a ativa participação na gestação e implementação do Golpe por parte do proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita Filho. Este chegou a publicar *O Roteiro da Revolução* onde propunha diretrizes de efetivação do golpe civil-militar que depôs João Goulart. Sobre este ponto ver BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.; KUCINSKI, Bernardo. Os cem anos de vida do jornal *O Estado de S. Paulo*: liberal, conservador, antifascista. *O Estado de S. Paulo – Opinião*, 3 jan. 1975, p. 4-5.; BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do correio da manhã e de *O Estado de S. Paulo*. *Revista de Sociologia e Política*, jun. 2004, n. 22, Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil p. 87-99. Ver também DREIFUSS, René Armand. *1964 – A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

<sup>36</sup> Entre eles os já citados *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*. E também os destacados Ipes e Ibad.



editora. Assim, ao mesmo tempo em que o conteúdo dos materiais publicados pela Abril não apresentavam nenhuma manifestação consistente e explícita do ponto de vista político-partidário,<sup>37</sup> elas também não contestavam em nenhum aspecto o grupo antijanguista.<sup>38</sup>

Dessa prática, num primeiro momento, ocorreu um alinhamento velado ao regime por parte da editora. Devido à sutileza desse alinhamento entre a editora Abril e o grupo partidário do antijanguismo no que tange a esfera político-institucional, Civita e a editora não eram identificados na época como apoiadores diretos da oposição que deu origem ao Golpe de 1964. No entanto, na medida em que as publicações do grupo permaneciam alinhadas com os mesmos valores e pressupostos sócio-culturais defendidos pelo grupo civil-militar que tomou o poder em 1964, tornou-se possível caracterizar a editora como um apoiador indireto da oposição que deu origem ao Golpe. A peculiaridade fundamental residia na forma como esse alinhamento ocorria, o que corresponde a uma das características que também contribuíram para diferenciar a Abril de suas concorrentes nesse processo.

A compreensão do Grupo Abril como alinhado e apoiador – mesmo quando indiretamente – do golpe civil-militar de 1964 reside igualmente nas teses acerca do internacionalismo. Nessa direção, destaco a posição de Daniel Aarão dos Reis Filho de que o golpe teria sido implementado a fim de “reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder”.<sup>39</sup> A posição de René Armand Dreifuss,<sup>40</sup> ao analisar o papel dos setores civis articuladores do golpe ocorre nessa mesma direção. Assim, mesmo nos

---

<sup>37</sup> O que ocorreu de forma mais efetiva no período de redemocratização do país através da revista *Veja*, que conforme tentarei demonstrar no decorrer deste trabalho, se também se tornou o *locus* de uma luta político-partidária.

<sup>38</sup> Vide o exemplo da revista *Capricho*, que permanecia alinhada aos valores conservadores da época.

<sup>39</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 22. Apud FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 37.

<sup>40</sup> DREIFUSS, René. Op. cit.

momentos em que a Abril não manifestou apoio explícito ao setor golpista, é possível identificar a convergência de interesses entre o Grupo e os setores golpistas que igualmente defendiam uma perspectiva internacionalista.

Assim, não é somente a partir da convivência que se pode identificar o alinhamento da Abril em relação ao ideário golpista, mas também através das aproximações de interesses em relação às propostas desse grupo no campo da política e da economia. O grupo que se aglutinou em torno de Castelo Branco era composto por civis e militares<sup>41</sup> que eram contrários às políticas nacional-desenvolvimentistas caracterizadas pela Era Vargas, ainda mantidas no governo João Goulart. Afinal, num primeiro momento o golpe adquiriu uma coloração liberal, pois atendia aos interesses desse setor empresarial de características internacionalista e democrático-liberal, ao qual pertencia também o Grupo Abril.

Segundo a visão liberal, o Golpe representava um movimento quase que “inevitável” e/ou “necessário” para restabelecer no país a ordem necessária para assegurar o desenvolvimento dos princípios liberais. Em relação a essa nova ordem, representada naquele contexto por um governo militar, figurava o argumento de “restabelecimento da democracia” no país. Esta perspectiva era explicada na visão desse grupo sob o argumento de que a política janguista estaria restringindo as liberdades de mercado e as potencialidades de desenvolvimento do país ao defender uma postura nacionalista.

Desse modo, a política do governo João Goulart foi tratada como um entrave ao desenvolvimento do país conforme este era preconizado por empresários liberais, militares Esguianos e intelectuais como os isebianos e Ipesianos. Estes grupos implementaram o Golpe, sob o argumento de salvar o país de ações consideradas por eles como antidemocráticas, nacionalistas e intervencionistas. Nessa direção o futuro governo instituído serviria, em última análise, como aquele que asseguraria as condições políticas

---

<sup>41</sup> Conforme a abordagem de DREIFUSS, René. Op. cit., que definiu o Golpe de 1964 como “civil-militar”.

necessárias para o decorrente desenvolvimento do capitalismo democrático-liberal no país. Mediante esses argumentos, houve nessa direção uma aproximação clara entre os interesses do grupo golpista e os interesses internacionalistas e democrático-liberais defendidos pelo Grupo Abril.

Nesse contexto, os parâmetros político-ideológicos e econômicos do grupo castelista representavam um elemento de consonância entre os interesses do grupo Abril e este setor. Nessa direção, destacam-se as políticas de abertura ao capital estrangeiro como um dos incentivos à livre iniciativa, a reaproximação do Brasil com os Estados Unidos e a ferrenha contraposição ao nacionalismo e às políticas intervencionistas, o que permitiu a identificação da política castelista como de caráter internacionalista-liberal.<sup>42</sup> Essa perspectiva ia ao encontro dos interesses específicos do grupo Abril que, embora estivesse se consolidando como uma empresa brasileira, sempre manteve fortes ligações externas, como as que foram citadas anteriormente.

Assim, embora a aproximação e o apoio do Grupo Abril ao Golpe tenha se dado de forma bem mais discreta que os seus concorrentes já citados, é inegável a convergência de interesses entre o projeto de consolidação da editora no mercado brasileiro com o projeto defendido pelo setor golpista e encabeçado pela política castelista. Nessa direção era enfatizada a criação de condições para o desenvolvimento da livre iniciativa e a facilitação da entrada de capitais estrangeiros, como aquele que havia dado origem à Editora Abril. De acordo com Amado Cervo:<sup>43</sup> “o governo de Castelo propôs-se então a criar as referidas condições, com a finalidade de induzir o desenvolvimento pelo livre jogo do mercado”. Isto explica a adesão de setores liberais à medida autoritária. Outro ponto da área econômica que se propunha retomar mediante a política castelista, seriam as associações com

---

<sup>42</sup> Acerca do modo de inserção do Brasil no contexto mundial como economia periférica ver BANDEIRA, Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.; FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.; SANTOS, Theotônio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

<sup>43</sup> CERVO, Amado. Op. cit. p. 333.

o capital estrangeiro para alavancar a industrialização e o desenvolvimento, a exemplo do que foi feito no período Juscelino Kubitschek.

Seguindo a linha do internacionalismo, outra característica que aponto como um interesse convergente entre a editora e a política castelista é a postura ideológica defendida pelo governo de Castelo Branco em relação à posição do país frente à divisão bipolar do mundo.

Nessa direção, a política de Castelo Branco também rompia com a postura adotada pelos governos anteriores que se baseavam na Política Externa Independente que, entre outras posições, defendiam, mediante uma postura nacionalista na política e na economia, a autonomia do país perante outros Estados Nacionais. Ao contrário disso, a política de Castelo Branco e seu grupo defendia a aproximação e o atrelamento do Brasil ao bloco ocidental hegemônico pelos Estados Unidos, o que repercutiu através do incentivo a uma interdependência entre o Brasil e a potência norte-americana em todos os planos.

A partir dessa política, abria-se espaço no país para o desenvolvimento, sem maiores entraves, de empresas com as características da Abril. Essas características eram referentes ao fato da empresa ter sido fundada por sócios estrangeiros e parte de seu capital ser de origem internacional. Ainda, é relevante destacar que a empresa mantinha relações técnicas e ideológicas com um grupo norte-americano de comunicação, que configurou uma das principais influências e parcerias ao longo da história da editora.

Assim, compreendo que os pressupostos internacionalista-liberais adotados pela política do grupo castelista foram um fator fundamental de convergência de interesses do Grupo Abril com o setor golpista de 1964, sobretudo dadas as especificidades de grupo de comunicação, que conforme Eula Cabral:<sup>44</sup> “é o único grupo midiático brasileiro, com conteúdos e proprietários estrangeiros, diferenciando-se assim dos demais. É o primeiro

---

<sup>44</sup> CABRAL, Eula. Op. cit.

grupo a criar uma empresa de mídia no exterior e o primeiro a receber capital estrangeiro”. A autora continua sua análise destacando que: “em relação aos parceiros internacionais, verificou-se que o Grupo Abril, desde a sua fundação em 1950 no Brasil, fez parcerias internacionais”.<sup>45</sup> Essas peculiaridades do Grupo Abril justificam também a heterogeneidade observada no padrão das relações mantidas entre o grupo e os diferentes governos militares.

Dessa forma, com o processo de ruptura com a ideologia nacionalista e a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, peculiares à política castelista, se desenvolveram condições extremamente favoráveis à consolidação e ao desenvolvimento de uma empresa com as características do Grupo Abril. Esse elenco de condições que, entre outros desdobramentos teve como ponto fundamental o modelo de desenvolvimento associado liberal, permitiu que a empresa tivesse total liberdade em relação ao seu fluxo de capitais e serviços. Nessa direção, destaca-se a importação de novas tecnologias e padrões de jornalismo que, no caso específico, estreitaram a proximidade também no âmbito cultural entre o Brasil e a potência hegemônica do bloco ocidental.

No contexto pós-golpe, essa relação se traduziu através do lançamento da revista *Realidade*, em 1966. A nova publicação seguia a tendência do *new journalism norte-americano*. Nessa direção, a revista representava a importação de novos padrões que se diferenciavam ainda mais do jornalismo com características nacionais e inaugurava no país uma forma de expressão social, ideológica e cultural mais próxima do padrão norte-americano.

A revista já nasceu de forma irreverente e tratando de temas polêmicos, inovando assim em relação ao padrão austero. No entanto, o editorial da primeira edição de *Realidade*, assinado por Victor Civita, expressava uma adequação da nova forma ao Regime vigente: “Queremos

---

<sup>45</sup> Ibidem. Sobre essa temática ver também SILVA, Carla. Op. cit.; HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. 14ª ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991.; CALMON, João. *O Livro Negro da Invasão Branca*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o país, e nas realizações da livre iniciativa”.<sup>46</sup> Isso demonstra que, mesmo sendo apresentada sob uma forma inovadora, continuava havendo um claro alinhamento político e ideológico entre a Editora Abril e o primeiro governo militar.

Contudo, a partir de 1967, já no contexto do Governo Costa e Silva, passou-se a perceber, através da revista *Realidade*, uma relativa dissonância entre a editora e esse governo militar, inclusive em relação a assuntos de ordem política, e com ênfase à censura após 1968.<sup>47</sup>

Ao contrário da “correção de rumos” de coloração liberal que caracterizou a política do primeiro governo militar, a gestão Costa e Silva tinha como proposta principal a recuperação de algumas tendências do período anterior à administração Castelo Branco.<sup>48</sup> Nessa direção foi enfatizado um retorno ao nacional-desenvolvimentismo. Com isso voltava-se, por parte do governo, a uma perspectiva nacionalista tanto no plano ideológico, quanto político, econômico e social. Junto a esses pressupostos, houve o recrudescimento da censura e da repressão, a tentativa de reconstrução ideológica de um Estado forte e o advento de uma política fortemente intervencionista por parte deste no âmbito da economia.

Nesse contexto, observou-se, através de *Realidade*, uma mudança de postura da editora em relação ao governo. A estratégia da Abril para demonstrar a sua enfatizada “autonomia” em relação ao governo não foi manter-se afastada dos assuntos polêmicos. Ao contrário: colocá-los na roda das discussões na sociedade. Nessa direção, temas como a emancipação da mulher, educação sexual, questionamentos acerca de tabus religiosos,

---

<sup>46</sup> *Realidade*, São Paulo, n. 1, p. 5, abr. 1966.

<sup>47</sup> Sobre a revista *Realidade* de 1966 a 1968 ver FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da ULBRA, AGE, 1999.

<sup>48</sup> Sobre esta perspectiva ver CERVO, Amado Luiz.; BUENO, Clodoaldo. A Frustrada “Correção de Rumos” e o Projeto Nacional-desenvolvimentista. In: \_\_\_\_\_. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992..

dividiam espaço com temáticas relacionadas às práticas ditatoriais. Estas passaram a figurar de forma bastante contundente nas temáticas publicadas pela editora.

Através do exemplo pontual da revista *Realidade*, é possível perceber uma expressão da relativa dissonância entre a Abril e o segundo governo militar. Isto ocorria através de formulações textuais e temáticas específicas veiculadas na revista, como a vitória alcançada pela editora junto ao Supremo Tribunal Federal que lhe assegurara a liberação de uma edição censurada especial sobre a mulher, e uma entrevista com Luís Carlos Prestes no final do ano de 1968.<sup>49</sup>

Assim, iniciava-se na editora uma tomada explícita de posicionamento em relação aos autoritarismos de orientações diversas, que configurou a crítica fundamental que embasou a constituição da nova vanguarda política de oposição liberal no Brasil.

No entanto, tratava-se basicamente da oposição ao autoritarismo, que colocava no mesmo patamar de análise tanto os setores de esquerda quanto os de direita. Construindo, assim, a ideia de que os setores de direita e os segmentos de esquerda constituídos de forma centralista e não democrática, não representavam os interesses que, na linha seguida pela editora, foram aos poucos se consolidando como uma nova vanguarda político-ideológica.

A versão madura desse posicionamento teve seu ápice nos anos 1980 mediante o posicionamento assumido na editora, e teve uma expressão mais eloquente através da revista *Veja* naquele período. No entanto, em 1967 ele já se fazia presente nas publicações da editora.

Essa nova vanguarda se desenvolveu com base em um elemento que era a sua suposta autonomia em relação ao governo instituído. Neste sentido, a editora foi constituindo a sua própria imagem enquanto um polo que se dizia independente em relação a esses grupos por ela criticados, e

---

<sup>49</sup> FARO, José. Op. cit.

consequentemente ao governo instituído, mesmo que continuasse mantendo vínculos com este último. Expressava assim um pressuposto que era peculiar ao modelo liberal praticado na empresa e defendido ideologicamente através de suas publicações. Também essa característica estava indissociavelmente ligada ao padrão de jornalismo adotado nas publicações da editora. Ou seja, a parcialidade da editora aparecia nessas edições sob a forma de uma suposta imparcialidade e autonomia, onde as opiniões ali emitidas ganhavam a conotação de uma prestação de serviço.

Essa vanguarda se estabeleceu de forma propositiva através de publicações da Editora Abril,<sup>50</sup> sobretudo a partir de 1979 através da revista *Veja*. Todavia, me detenho em abordar agora, o momento no qual ela ainda aparecia apenas como antagônica ao governo instituído e aos autoritarismos de Estado.

Portanto, vale ressaltar que isto ocorreu em sinergia com aquele que muitas vezes foi referido como seu oposto: o governo. Afinal, seria inviável a editora se desenvolver da forma como isto ocorreu no contexto de governos ditatoriais – sobretudo no governo Costa e Silva – se representasse uma real ameaça ou um ponto de vista diametralmente oposto e sem nenhum ponto em comum.

Nessa direção, vale observar que apesar de ter sido uma vez censurada nesse período, através da revista *Realidade* – ou mesmo posteriormente em 1977 através da revista *Veja* –, a editora não encontrou, em pleno exercício de um governo ditatorial, maiores dificuldades de circulação e crescimento em plena ditadura. Isto constitui uma particularidade extremamente complexa e relevante de ser analisada.

Naquele contexto, a veiculação dessas opiniões que em certos aspectos eram contrárias a valores e atos promovidos pelo governo ditatorial, de certa forma contemplavam, de maneira segura ao controle do governo, a possível necessidade de expressão da contrariedade social em relação às ações mais

---

<sup>50</sup> Esta questão será abordada mais detidamente no quinto capítulo deste trabalho.



duras da política estatal. Atuando, assim, como uma espécie de válvula de escape para que as opiniões em contrário não fermentassem de maneira livre ou orientada sob outros parâmetros no contexto social e político do país. Assim, estas manifestações aparentemente contraditórias contribuíram para que a oposição que surgia nos setores médios – que eram público para a Abril – se mantivesse afastada das ideias dos setores de esquerda considerados nocivos àquela conjuntura.

Dessa forma, em se tratando de enfraquecer as oposições de esquerda, tanto a face da *coerção*<sup>51</sup> – representada neste caso pelo governo –, quanto a do *consenso*<sup>52</sup> – representada através de *Realidade* –, acabaram por consolidar uma síntese que manteve o *status quo*.

Assim, esse veículo se tornou um espaço para a manifestação de opiniões contraditórias, embora sutilmente reguladas, em relação ao governo. Dessa forma, este espaço não fugia totalmente ao controle do governo que através de suas manobras protecionistas exercia forte ação de barganha com a editora.<sup>53</sup> Com isso, constituía-se o espaço para a expressão de uma oposição consentida que se constituía dentro dos parâmetros liberais e minimizava o avanço de uma real oposição, representada pelos partidos políticos e demais segmentos de esquerda.

---

<sup>51</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 262.

<sup>52</sup> *Ibidem*. p. 272.

<sup>53</sup> Conforme destaca PEREIRA, Mateus H. F. A Trajetória da Abril Cultural. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 239-58, jul./dez. 2005. p. 243, é impossível deixar de mencionar que a grande expansão da editora ocorreu fundamentalmente nos dez primeiros anos do regime do Regime Militar. Reitero assim minha posição de que através de publicações da editora como a revista *Realidade*, e posteriormente *Veja*, foi constituído um espaço de manifestação do contraditório e conseqüentemente de um movimento de “oposição consentida” de caráter liberal que atuou em consonância e complementaridade com a estrutura estatal daquele contexto. Sobre isso ver MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a Banca de Revista: a Segmentação da Cultura no Século XX*. São Paulo: Olhos d’Água, Fapesp, 2001.; MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização – 1964/1984*. In: LINHARES, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Essa estratégia caracterizou a face reformista da redemocratização.<sup>54</sup> Nessa conjuntura, o material veiculado através da Editora Abril representava um “oposto” que operava em sinergia dentro da própria ideologia do Regime, protegendo-o dos avanços de uma oposição real, e que em última análise conduziu o processo de redemocratização no país. Em contrapartida, o governo facilitava a consolidação da editora no mercado através de políticas nas áreas fiscal e econômica predominantemente, como o fato de a Abril ser a responsável pela edição dos livros do Mobral na década de 1970.

De acordo com essa linha interpretativa, compreendo igualmente o estabelecimento das atitudes censórias sobre as publicações do Grupo Abril como um fenômeno sinérgico. Portanto, mesmo em face de algumas expressões contraditórias, é possível afirmar que o Grupo se manteve alinhado com o Regime.

Nessa direção, compreendo que naquele momento, ser censurada era algo que só fortalecia a imagem da editora e das suas publicações como uma opinião supostamente “independente” do Regime,<sup>55</sup> reforçando a imagem que a própria editora fazia questão de passar, conferindo a essas publicações uma maior credibilidade e mesmo simpatia e adesão por parte do público. O que conseqüentemente, naquela conjuntura, também tornava o produto mais vendável. Contudo, as eventuais ações censórias à Editora Abril não ocorreram de modo a trazer conseqüências mais graves, como fechamento ou real silenciamento da empresa e suas publicações. Também não houve uma correspondência dessas ações punitivas no que diz respeito a um embargo significativo à produção e comercialização do que era produzido enquanto bem comercial pela editora.

---

<sup>54</sup> Sobre o tema ver VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, Alberto. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

<sup>55</sup> FREITAS, Jorge Alberto Martins. *A Entrevista nas Páginas Amarelas da Revista Veja: a Imagem do Milagre Econômico sob o Ponto de Vista do Primeiro Newsmagazine Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), 1989. UFRJ.

Em relação ao caso específico da revista *Veja*, a opinião de Carla Luciana Silva em consonância com Freitas,<sup>56</sup> também vai ao encontro dessa perspectiva que defendo, quando analisa a posição contida na própria revista em um momento de reconstrução da memória desse período:

Na reconstrução da memória do período é instrumentalizada a própria censura à revista. Parece correto que ela contribui para que *Veja* não tenha falido nos seus primeiros anos, (não apenas pelos outros negócios do grupo Abril, que cresceram vinculados ao projeto de governo da ditadura), mas também porque a revista “beneficiou-se da censura, porque sem censura seria mais difícil diferenciar-se das outras publicações existentes o país”, foi com isso que se “firmou a imagem de independência”, afirmando um público leitor.<sup>57</sup>

Mediante a análise dessas posturas, compreendo que a editora manteve um alinhamento relativo em relação ao Regime Militar, eclodindo efetivamente no campo da oposição a partir dos anos 1970. No entanto, como cada governo militar foi constituído mediante um conjunto de características e alianças específicas, as relações entre o governo e o Grupo Abril também se deram de maneira diferenciada em cada período.

#### **1.4 Perspectiva iluminista**

Outro ponto a ser destacado é o viés iluminista presente no projeto de consolidação da editora no cenário brasileiro, no que tange à consolidação político-ideológica ou mercadológica. Esse caráter reside basicamente na

---

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> SILVA, Carla. Op. cit. p. 65-71. LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. *Cad. AEL*, v. 8, n. 14/15, p. 55-93, 2001. A censura vista como uma ação causadora de uma legitimidade específica do censurado diante do seu público, é também apontada nessa direção por Milton Lahuerta, quando o mesmo se reporta ao grupo de intelectuais exilados que mediante essa ação construíram a sua imagem na cena política do país.

valorização do saber formal e da cultura erudita vistos como os principais responsáveis pela suposta autonomia de um povo. Conforme Mateus Pereira,<sup>58</sup> esse “iluminismo baseava-se na suposição de que o aumento do conhecimento possibilitaria um aumento do controle dos destinos dos homens, ou seja, mais conhecimento, mais controle”. Este é sabidamente um princípio que acompanha a visão de mundo de tendência liberal, onde o progresso é compreendido como uma decorrência da ilustração. A perspectiva iluminista também foi um princípio que orientou o ideário Esguiano, ao qual pertencia o grupo civil (Ipes, Ibad, Adesg) e militar responsável pela articulação e implementação do Golpe de 1964, e responsável também pelo posterior governo de Castelo Branco.

Foi no final do primeiro governo militar que, por meio dessa perspectiva de caráter iluminista, a editora iniciou o seu processo de consolidação no país pela via cultural.

#### 1.4.1 FASCÍCULOS, LIVROS E DISCOS

*Os imortais da Literatura Universal, As grandes óperas, Conhecer, Os pensadores, Os cientistas, Enciclopédia Abril, Grandes personagens da nossa história, Novo conhecer, Nosso século.* Foram estas as obras mais destacadas da Abril Cultural durante o tempo de duração deste segmento da Editora Abril, que foi de 1966 a 1982.

A partir dessas publicações, o conhecimento erudito clássico ocidental era “democratizado”, segundo alegava o editor. Tratava-se de, num primeiro momento, aumentar a acessibilidade a esse conhecimento para um público

---

<sup>58</sup> PEREIRA, Mateus. Op. cit. p. 246.

letrado e com razoável poder aquisitivo que fazia parte de uma camada média emergente beneficiada pelo processo de expansão do capitalismo, industrialização e urbanização no Brasil.<sup>59</sup>

Nesse sentido, a cultura erudita adquirida através da leitura passava a ser valorizada como *status*<sup>60</sup> e também como patrimônio<sup>61</sup> pelas camadas médias nascidas do processo de expansão do capitalismo. Nesse contexto, existia um significativo contingente que, embora tivesse adquirido uma relativa ascensão social e econômica, não havia tido necessariamente um contato com a cultura erudita clássica.

Assim, esse tipo de conhecimento passava, através da cultura de massa, a não estar mais restrito às grandes bibliotecas ou coleções no seu formato tradicional, nem aos estratos sociais que até então haviam se diferenciado dos demais por deterem esse tipo de saber formal. Portanto, a partir daquele momento, inaugurava-se no país uma nova forma de transmissão da cultura erudita. Através do formato jornalístico, colorido, ilustrado, e das coleções em fascículos publicadas pela Abril Cultural, essas formas de cultura começaram a adentrar também o cotidiano das camadas médias emergentes.

No entanto, esse processo de “democratização” da cultura erudita inaugurado pela Abril Cultural não pode ser confundido com uma “popularização” dessa cultura. Afinal, comprar revistas e livros – mesmo quando estes últimos atingiam preços mais acessíveis que das encadernações tradicionais – continuava não sendo um hábito acessível a uma grande parcela da população. Dessa forma, a cultura erudita não se

---

<sup>59</sup> Sobre este tema ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de.; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; GONÇALVES, Cleber Augusto; MELO, Victor Andrade de. Lazer e Urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-71, jul.-set. 2009.

<sup>60</sup> PEREIRA, Mateus. Op. cit. p. 241.

<sup>61</sup> HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. São Paulo: Edusp, 1985. p. 568.

tornou popular, mas sim um bem ao qual um contingente um pouco maior da população, mediante o seu crescente poder aquisitivo, passava a ter acesso. Assim, passava-se a ampliar o rol de produtos postos no mercado pela Abril. No entanto, para além dos fatores mercadológicos, também havia um componente ideológico forte nesse processo. A ação da compra desses produtos indicava também adesão desse público aos valores contidos na visão de mundo expressa nessa proposta.

O segmento de *classe*<sup>62</sup> atingido por esse processo foi fundamentalmente um segmento de classe média, que como característica principal era letrada e possuía um poder aquisitivo suficiente para adquirir mediante compra o *status* que o saber, a informação e a cultura erudita representavam naquele projeto de sociedade expresso através da Abril Cultural. Estes segmentos eram muito férteis no que dizia respeito à adesão a uma nova proposta político-ideológica para o país.

A maleabilidade encontrada nesses segmentos médios urbanos se dava fundamentalmente devido ao fato de se tratar de um grupo social em formação naquele momento. Esse grupo era composto basicamente por indivíduos que ascenderam socialmente como comerciantes ou funcionários públicos num período em que tanto a industrialização e a urbanização, quanto a formação da burocracia estatal, cresciam no país. Conforme Cleber Augusto Gonçalves e Victor Andrade de Melo,<sup>63</sup> entre as décadas de 1950 a 1970, devido ao processo de industrialização e urbanização, ocorreu no Brasil a ampliação do mercado de bens culturais e de lazer.

---

<sup>62</sup> A noção de classe utilizada neste trabalho converge com a seguinte perspectiva de E. P. Thompson: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como da consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 9-10.

<sup>63</sup> GONÇALVES, C. Op. cit.

Portanto, consistia num grupo de raízes heterogêneas que naquele momento emergia socialmente mediante um processo de capitalização, e que estava se constituindo enquanto uma nova fração de classe. Dessa forma, consistia em um segmento em processo de consolidação e homogeneização e, por isso, com características peculiares em relação aos já estabelecidos.

Assim, através das publicações da Abril Cultural, ao ter sua acessibilidade sócio-cultural aumentada, esse grupo passava a fazer parte de um público que, mesmo não possuindo uma origem comum, passava a unir-se em torno de uma linguagem e interesses comuns.

Com isso, além da ascensão econômica, também ocorreu um processo de ascensão intelectual que serviu para ir consolidando essa fração no cenário sócio-histórico do país. Dessa forma, esse grupo médio ia-se incorporando a uma classe média intelectualizada,<sup>64</sup> e assim consolidando um público-alvo capaz de interagir com o discurso e a ideologia preconizados na editora em diferentes níveis como a política, o consumo, os hábitos de sociabilidade, etc.

Todavia, naquele contexto, essa ideologia não permaneceu restrita aos planos político e sócio-cultural. Na esfera da economia, esse caráter iluminista reverberou de várias maneiras. Nessa direção, destaca-se a produção de novos bens culturais. A impressão de obras literárias clássicas pela Abril Cultural, dando origem a objetos materiais de cultura – como livros, fascículos colecionáveis e discos –, e transformando o conhecimento também em um bem material e comercializável, movimentaram o mercado editorial daquele período, em que iniciava ainda timidamente a sua expansão por essa vertente.

No entanto, no período de 1965 a 1982, foi a Editora Abril – através da Abril Cultural – que dominou esse espaço do mercado no Brasil. Dessa forma, o conhecimento ilustrado acabou se tornando tanto um bem material

---

<sup>64</sup> Com base na obra *Brasil Nunca Mais* de Marcelo Ridenti, Maria Hermínia Almeida e Luiz Weis destacam que este segmento de classe média intelectualizada foi bastante significativo no contexto de oposição durante o regime militar no Brasil. ALMEIDA, M. Op. cit. p. 326.

quanto simbólico, adquirindo inclusive o poder de um *status*, sobretudo no contexto das camadas médias urbanas que ascenderam e se consolidaram durante os governos militares no Brasil, a exemplo dos funcionários do setor público estatal em suas diversas variações, bem como das classes médias cultas compostas geralmente por profissionais liberais e estudantes.

Contudo, esse material não permaneceu restrito ao contexto literário ou musical clássico, mas dessa ilustração também fazia parte a esfera da ciência moderna e da tecnologia. O que configurava mais um elemento da ideologia liberal presente na linha editorial do Grupo Abril. Assim, ao lado da cultura erudita, “as ciências” passaram a ocupar um lugar de destaque nas obras veiculadas através da Abril, sobretudo através da publicação das enciclopédias como *Os cientistas*, *Enciclopédia Abril*, *Novo conhecer*, entre outros.

No entanto, esta associação entre o caráter iluminista presente na visão liberal de Civita e o iluminismo presente na doutrina Esguiana, não serve da mesma maneira de base interpretativa para os demais governos militares posteriores a Castelo Branco, sobretudo aqueles que não eram diretamente ligados a essa perspectiva.

No entanto, salvo as peculiaridades ideológicas de cada governo do período militar, vale destacar que o crescimento da Abril enquanto empresa foi ininterrupto e ascendente. De modo que, de uma maneira geral, este período representou para a editora o seu momento de consolidação no mercado. Aliás, conforme apontado por Hellewell,<sup>65</sup> a década de 1970 – mais especificamente a partir de 1967 – foi quando o mercado editorial de livros no Brasil teve o seu maior período de crescimento até então, o que representou outra face dessa particularidade.

---

<sup>65</sup> HALLEWELL, L. Op. cit.



Paixão<sup>66</sup> sublinha esse momento a partir do paradoxo representado pelo amplo aumento das publicações culturais num contexto de Estado ditatorial onde a censura se fez presente também nesse âmbito de forma bastante efetiva.

Compreendo que tal situação possa ser entendida a partir de dois fatores essenciais. O primeiro deles é, como apontado em Pereira,<sup>67</sup> o projeto de caráter iluminista posto em prática pela Editora Abril, via Abril Cultural, onde além de vender um novo produto, a editora também investia em disponibilizar elementos para a criação de novos interlocutores no nível intelectual. O que mais tarde, nos anos 1980, veio a contribuir para a consolidação das opiniões de cunho político-ideológico manifestas por intelectuais nas páginas de suas publicações, como correu em *Veja*.

No entanto, foi nos anos do governo Médici que a Abril Cultural colocou um maior número de títulos no mercado. Entretanto, naquela conjuntura, essas publicações adquiriram um caráter mais técnico-científico, didático e de entretenimento. Portanto, mesmo com o recrudescimento da censura, a editora permaneceu no mercado dessas publicações. Naquele contexto, a leitura e aquisição dessas obras, desde que previamente selecionadas, passou a ser uma das formas permitidas de lazer e entretenimento.<sup>68</sup> Entretanto, para se tornarem permitidas naquele momento, essas publicações deveriam tratar de temas que passassem pelo crivo da censura.

Dessa forma, o volume das produções nessa direção continuou aumentando, e o mercado editorial brasileiro se consolidando em plena ditadura. Nesse contexto, as editoras alinhadas ao governo, como foi o caso

---

<sup>66</sup> PAIXÃO, Fernando.; MIRA, Maria Celeste. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>67</sup> PEREIRA, Mateus. Op. cit.

<sup>68</sup> Gonçalves e Melo, ao abordarem a questão do lazer e da urbanização no Brasil nas décadas de 1950 a 1970, se utilizam da revista *Veja* como fonte de pesquisa. Este fator mostra a ênfase conferida na revista às formas de entretenimento em ascensão no período. Em relação aos textos analisados, observa-se que a própria revista era constituída como um produto deste novo segmento de mercado. GONÇALVES, C. Op. cit.

modelar do Grupo Abril, encontraram um espaço para expandir enquanto empresas.

Abaixo gráfico da produção da Abril Cultural:

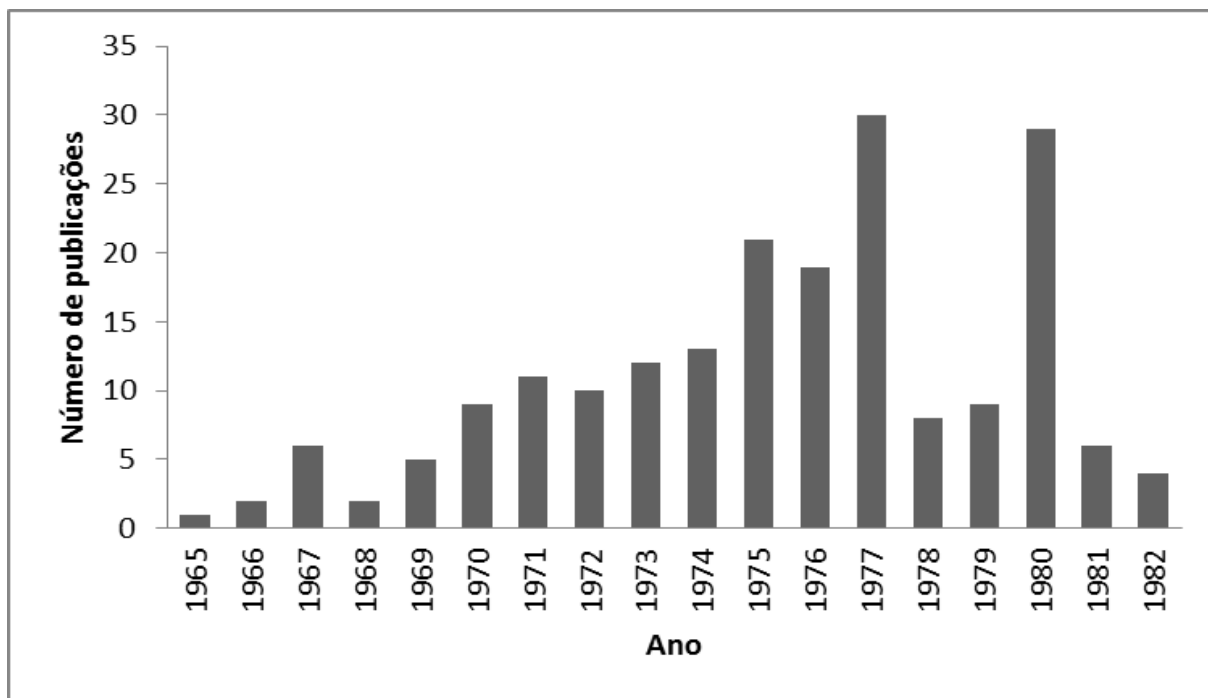


Figura 1: Produção da Abril Cultural de 1965 a 1982.

Fonte: Gráfico confeccionado com base nos dados fornecidos em PEREIRA, Mateus H. F. A trajetória da Abril Cultural. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2.

Conforme o gráfico acima, as publicações da Abril Cultural atingiram o seu ápice nos anos do governo Geisel, já considerado um governo de transição. Todavia, foi no período anterior que o volume dessas publicações teve o seu primeiro aumento significativo. Atribuo este último às considerações que teci anteriormente. Mas igualmente sublinho que esse primeiro crescimento ocorreu nos anos do chamado “Milagre Econômico” que foi de 1969 a 1973.

Assim, ao longo dos governos militares, fosse como uma proposta de emancipar, atualizar ou entreter o leitor, as enciclopédias, fascículos e coleções veiculados através da Abril Cultural, continuaram a ser produzidas e disponibilizadas a baixo custo em um formato atraente para o público

leitor. Dessa forma, demonstrou-se, a adaptação e as formas de alinhamento da Abril no período anterior ao contexto de redemocratização ocorrido na década e 1980.

No entanto, é no tocante à identificação do público leitor/consumidor que este fator ganha uma maior amplitude nas décadas seguintes na editora. Nessa direção, a revista *Veja* foi um veículo destacado ao promover uma identificação do público leitor/consumidor com a linguagem e os valores da cultura erudita e científica, de modo a definir uma parcela de público para representar, interagir e persuadir quando necessário. Essa representação ficava a cargo dos interesses que, dos pontos de vista político, econômico e ideológico, eram representados na revista. A interação, por sua vez, ocorria através da linguagem utilizada na revista, que muitas vezes era baseada em vocabulário técnico-científico e/ou construções discursivas que demandavam conhecimento prévio para serem compreendidas pelo público. Já a persuasão, pode ser remetida aos momentos em que este público leitor/consumidor passava a representar, igualmente, uma fatia do eleitorado.

## 2 O PERFIL AUTOCONSTITUÍDO EM *VEJA*

Neste capítulo, me detenho em traçar um perfil da revista *Veja* baseado fundamentalmente na análise qualitativa de um conjunto de editoriais, selecionado previamente, totalizando 20 editoriais que compreendem o período de 1979 a 1988.

A fim de delinear um perfil da linha seguida pela revista *Veja* no período que vai de 1979 a 1988, foram inicialmente analisados os seus principais editoriais. O critério de relevância que permitiu a escolha do material foi determinado levando-se em conta o caráter qualitativo contido no primeiro e último editoriais de cada ano.

O primeiro era de uma relevância um pouco menor em relação ao último, uma vez que era publicado com o intervalo de uma semana daquele. No entanto, de uma forma geral, este primeiro editorial do ano vinha no intuito de reforçar a mensagem de encerramento do ano anterior. Imbuído da significação que a data já trazia por si mesma, nele continha uma mensagem do editor, endereçada aos seus leitores, para o novo ano. Identifiquei esta como sendo uma forma dotada de grande persuasão, por ser a mensagem de Ano Novo do Editor aos leitores da revista. Por isso a escolha desses editoriais como parte do material de análise para compor este *corpus* de análise.

No entanto, considero os últimos editoriais de cada ano como os mais relevantes. Isso porque era através deles que o Editor fazia um “balanço” do ano que passou, colocando-se como uma figura capaz de apontar os “erros” e “acertos” cometidos, naquele momento, principalmente por parte do governo e em contrapartida a isso, apontava o caminho que deveria ser seguido pelos seus leitores no ano seguinte. Esses editoriais também eram, normalmente, mais extensos que aqueles publicados no início de cada ano.

Mediante essas características, o material não possuía apenas o caráter de saudação ou informação. Tratava-se, sobretudo, de uma mostra de material de cunho claramente político e ideológico que permite analisar a revista *Veja* como um *locus* da nova vanguarda liberal oposicionista, que se consolidou entre 1979 e 1988 na cena política brasileira. Via de regra estes editoriais eram apresentados como a “Carta ao Leitor” ou “Carta do Editor”, assinada pelo editor e/ou diretor da revista.

Analisando qualitativamente a totalidade do material selecionado mediante essa regularidade, foi possível identificar as linhas fundamentais do perfil da revista. A partir deste ponto, foi possível identificar igualmente, como *Veja* era constituída frente ao seu público leitor.

## **2.1 Prestando serviço**

O caráter de prestação de serviço, também traduzido como “servir ao leitor”, foi um dos pontos fundamentais sobre dos quais o perfil da revista foi autoconstituído. Este ponto não se configurava apenas como uma estratégia de marketing voltada para a comercialização do produto *Veja*. Mas consistia também na forma através da qual era constituída a justificativa para o conteúdo político-ideológico veiculado na revista, sem comprometê-la diretamente com os posicionamentos ali manifestados. Segundo essa imagem autoconstituída, era para o leitor e pelo leitor que *Veja* existia e, colocando o receptor em primeiro plano no discurso, dissimulava o caráter opinativo do emissor. Observe: “VEJA prepara-se para entrar em 1982 com a

mesma disposição de **servir ao leitor**<sup>69</sup> que tem marcado todas as etapas de sua existência”.<sup>70</sup>

Assim, embora veiculando opiniões ideológicas claramente posicionadas, o discurso contido nas páginas de *Veja* ganhava uma conotação representativa. Afinal, de acordo com essa perspectiva, o conteúdo ali veiculado ganhava a significação de um serviço prestado ao leitor, e direcionado aos seus interesses. Dessa forma, era reiterado o padrão de jornalismo que preconizava a suposta imparcialidade por parte do emissor do discurso, na medida em que este era referido apenas como um prestador de serviço. Assim, o foco em torno de um posicionamento ideológico acabava sendo desviado para o receptor que, segundo essa construção, era quem teria interesses e opiniões a serem expressos e contemplados. Nessa direção, os interesses contidos na revista eram dissimulados, restando apenas a ideia de um serviço prestado:

O objetivo foi **levar ao leitor uma reflexão sobre o que os anos 70 significaram** – que mudanças trouxeram em relação ao passado, que perspectivas abriram em relação ao futuro, que ensinamentos podem ter deixado. Nesta dimensão, mais importante que relacionar episódios **é mostrar o que querem dizer** sua soma e sua combinação.<sup>71</sup>

Este balanço, já uma tradição em *VEJA*, pretende **oferecer ao leitor uma visão ordenada do conjunto de acontecimentos** que caracterizaram 1981 na política e na economia, no cenário internacional e na vida brasileira, no universo das artes e na ampla esfera dos costumes.<sup>72</sup>

**VEJA oferece aos leitores um amplo estudo** a respeito do que pensa e quer a nova Câmara Federal, peça básica, a partir de março, no tratamento dos assuntos nacionais.<sup>73</sup>

Como sucede regularmente desde 1978, esta edição de **VEJA traz aos seus leitores uma retrospectiva do ano que acabou**. [...] Como

---

<sup>69</sup> Este e os demais grifos em negrito que aparecem no trabalho são meus.

<sup>70</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

<sup>71</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>72</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

<sup>73</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

todas as edições anteriores, esta pretende **dar aos leitores uma visão retrospectiva do ano pelo resumo dos fatos** e pela exploração em profundidade do que houve de importante nos últimos doze meses. [...] <sup>74</sup>

Okky vem apontando para os leitores de *VEJA*, há sete anos, onde está a notícia nesta área [artística]. <sup>75</sup>

**VEJA fez uma seleção** de rostos do ano. <sup>76</sup>

**VEJA selecionou** os destaques do ano. <sup>77</sup>

**VEJA selecionou** os destaques de 1987 nas artes. <sup>78</sup>

Mediante os trechos destacados, pode-se observar a ênfase à prestação de um serviço de ordem intelectual aos leitores. Este serviço, conforme as citações, seria o de selecionar, pesquisar, sintetizar, realizar um balanço dos fatos mais importantes ocorridos a cada ano. Nesse sentido, *Veja* seria esse guia onde o leitor teria à disposição de forma sistematizada essas informações. No entanto, reforçando o argumento da sua suposta imparcialidade e objetividade, não havia nenhuma referência a qualquer elemento que fizesse parte de algum processo de interpretação. Ao contrário disso, o que se encontra construída em *Veja* é a argumentação que remete à ideia de que o que ali era veiculado representava a “verdade dos fatos”:

Estamos aqui **falando de fatos, não de versões; estamos apurando, e contando, o que aconteceu.** <sup>79</sup>

Ao encerrar-se a década de 70, *VEJA* apresenta, nesta edição especial de 200 páginas, um grande mural **do que foram** os últimos dez anos. <sup>80</sup>

---

<sup>74</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 904, p. 35, 1º jan. 1986.

<sup>75</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 1009, p. 17, 6 jan. 1988.

<sup>76</sup> *Veja*, São Paulo, n. 956, p. 35, 31 dez. 1986.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> *Veja*, São Paulo, n. 1008, p. 35, 30 dez. 1987.

<sup>79</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

[...] este balanço **mostra** [...] <sup>81</sup>

[...] **uma sùmula dos fatos** [...] <sup>82</sup>

**Colocado o ponto final no balanço do ano, verifica-se** que 1980 ocorreu quase sempre dentro da turbulência. <sup>83</sup>

**Trazer à superfície o que ocorreu** de relevante no ano que passou. Nesse esforço coletivo **selecionam-se os fatos mais importantes** na torrente de notícias que se avolumam ao longo de doze meses e garimpam-se as imagens que, entre uma montanha de fotografias, mais fortemente se fixaram nas retinas dos leitores. <sup>84</sup>

*VEJA* pretende ir além, com sua reportagem de capa da presente edição, ao invés de uma pesquisa que **mostra quem são elas** e o que pretendem fazer nos quatro anos de mandato que têm pela frente. <sup>85</sup>

As expressões destacadas são modelares da forma através da qual as notícias, comentários, versões e opiniões eram apresentadas e reafirmadas na revista como fatos em si.

Assim, “servir o leitor” <sup>86</sup> tornou-se, de acordo com a auto-imagem construída na revista, sinônimo de apresentar-lhe uma “visão ordenada dos fatos”, “trazer à superfície o que ocorreu”, falar a respeito de “fatos, não de versões”, simplesmente “contando o que aconteceu”. Tudo isso apresentado como sendo simplesmente uma prestação de serviço que seria construída de forma imparcial. Dessa forma, a ação ideológica do discurso acabava sendo dissimulada e ocultada mediante o mito da objetividade e imparcialidade, que caracterizava o padrão de jornalismo adotado na revista.

---

<sup>80</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>81</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.

<sup>82</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

<sup>85</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

<sup>86</sup> Em relação a este ponto, ver também SILVA, Carla. Op. cit. p. 92, onde a autora analisa de maneira clara e muito apropriada, o caráter de mediação presente nessa relação entre *Veja* e o leitor.



Toda essa ênfase na prestação de serviço demonstrava o lugar de destaque ocupado pelo leitor – que também era um consumidor – em *Veja*. Dessa forma, era referendada outra característica autoconstituída na revista: a sua suposta autonomia. Ser referida como autônoma significava, fundamentalmente, que a revista existia como uma empresa capitalista. Ou seja, que seu lucro era oriundo de uma troca comercial, e não de manobras de natureza política. Isto justifica a ênfase atribuída à aprovação dos leitores.

## 2.2 Anunciantes

As referências sobre os anunciantes também eram ligadas à questão da independência ou autonomia da revista. Nessa direção, não era somente ressaltado o volume de publicidade, mas fundamentalmente a não dependência da revista em relação a poucos assinantes ou a qualquer órgão municipal, estadual ou federal. Ressaltando, assim, a sua suposta autonomia também em relação aos assinantes.

A heterogeneidade desses anunciantes era o elemento mais destacado, constituindo um argumento que só fazia reiterar o perfil “autônomo” autodefinido em *Veja*:

*VEJA* experimentou um ano excepcional, igualmente na veiculação de publicidade – **assim como os leitores, também os anunciantes deram à revista, em 1985, o seu melhor atestado de aprovação. O número de páginas de anúncios, neste ano, chegou a 3.574, cerca de 15% mais que em 1984.** Tais páginas foram colocadas por **607 diferentes anunciantes** – uma demonstração não apenas de quão **amplo é o leque de produtos e serviços** que encontram em *VEJA* o seu mais eficiente meio de divulgação mas também **uma prova de independência do órgão que os veicula. Não existe, em VEJA, uma concentração de poucos anunciantes poderosos e capazes de influir decisivamente no seu desempenho econômico.**

O maior anunciante individual de *VEJA* em 1985, a cadeia de lojas Mesbla, foi responsável por 3% do faturamento global da revista em publicidade. Ainda assim, **é uma cifra superior ao total despendido pelos governos municipais, estaduais e federal: todos os seus anúncios, somados, não passaram de 2,5% da receita publicitária de *VEJA* neste ano. Num país onde tanto se fala do peso que as verbas de propaganda do governo têm na imprensa, eis aí um dado extremamente significativo.**<sup>87</sup>

Assim, também em relação aos anunciantes, era reforçada a ênfase na ideia de suposta independência da revista. Conforme o trecho destacado acima, era reforçada a ideia de que *Veja* estava no mercado de forma “independente”. Essa suposta independência era aludida à diversidade de anunciantes, onde era destacado que a revista não dependia dessas empresas. O setor estatal foi igualmente citado como sendo responsável por uma pequena parcela das verbas da revista. Este dado foi enfatizado novamente como um diferencial de *Veja* em relação a seus concorrentes.

No entanto, de acordo com o discurso veiculado na revista, o número de anunciantes consistia em um critério de aprovação da revista, conforme aponta o trecho destacado: “assim como os leitores, também os anunciantes deram à revista, em 1985, o seu melhor atestado de aprovação”.<sup>88</sup>

Entretanto, de acordo com o conteúdo da própria revista, o maior critério de aprovação, e o fato que mantinha a publicação no mercado, foi apresentado como sendo relacionado aos leitores.

**Num país onde tanto se fala do peso que as verbas de propaganda do governo têm na imprensa, eis aí um dado extremamente significativo.** *VEJA* não depende delas. Depende, isso sim, dos seus leitores – e estes, em 1985, demonstram plenamente que *VEJA* continua merecendo o seu apreço.<sup>89</sup>

Os critérios de independência e autonomia foram constituídos em *Veja* como sendo sinônimo de uma independência da revista em relação ao governo e a investidores específicos. Nessa direção, os leitores/consumidores

---

<sup>87</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 903, p. 15, 25 dez. 1985.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

foram apontados como sendo os principais responsáveis pelo sucesso da revista. Em segundo lugar aparece a importância dos anunciantes. A presença deles na revista foi destacada como mais um fator de credibilidade e aceitação, e as referências à sua diversidade e à porcentagem que a receita oriunda desses anúncios representava na revista, foi mais um argumento para identificar-se como autônoma e independente.

Assim, mesmo a partir do momento em que a editora passou a veicular conteúdos passíveis de serem interpretados como opinativos, estes foram justificados como uma opinião “própria”. Isto fazia parecer que *Veja* não estaria vinculada a nenhum interesse político ou ideológico, a não ser os “interesses do leitor”.

### 2.3 Leitores

Em relação ao público leitor, como argumento de aceitação utilizado na revista, a “medida” mais “precisa” da sua aprovação também foi de caráter numérico. Neste caso, tratava-se de enfatizar a sua tiragem e volume de vendas:

Para *VEJA*, 1980 não poderia ter sido melhor. A primeira edição do ano tirou **339.000 exemplares**. Nesta última, chegamos a **485.700**, um crescimento sem precedentes. Não poderia haver medida mais clara da aprovação dos leitores.<sup>90</sup>

Tradicionalmente, este é o momento para desejar um feliz e próspero ano-novo aos amigos, que, no caso específico de *Veja*, incluem **cerca**

---

<sup>90</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

**de quatro milhões de leitores espalhados por todo o território nacional.**<sup>91</sup>

Tais **números que fazem de VEJA a quinta maior revista semanal** de informação do mundo em circulação e a maior publicação brasileira de qualquer gênero, são o resultado da crescente **confiança dos leitores na revista e de sua satisfação com o serviço jornalístico que dela recebem a cada semana.**<sup>92</sup>

O ano de **1985** foi um dos melhores que *VEJA* já viveu em toda a sua história. A circulação total da revista, **somando assinantes e vendas em banca**, saltou de pouco mais de **500.000 exemplares semanais**, ao iniciar-se o ano, para acima de **635.000 nestas edições finais de 1985, um aumento superior a 25%. É uma cifra recorde**, num ano que ofereceu outros recordes. A edição de 1º de maio, com a reportagem de capa sobre a morte de Tancredo Neves, vendeu **729.157 exemplares** no total – **a maior venda jamais obtida por VEJA desde a sua fundação**. Em **1985** registrou-se também, o maior aumento de circulação nas bancas que a revista já teve: **as vendas feitas através dos jornaleiros cresceram quase 50% do começo ao final do ano, fixando-se hoje acima dos 100.000 exemplares por semana.**<sup>93</sup>

A ênfase aos números consiste em um critério de objetividade que reforça o argumento da “aprovação dos leitores” autoconstituída na revista. Assim, a menção à recepção da revista pelos seus “amigos”, ou público leitor, era “medida” em *Veja* fundamentalmente através da sua tiragem e quantidade de vendas. A partir desse critério, a recepção da revista era apresentada como sendo sinônimo de aquisição por meio de compra – nas bancas ou por meio de assinatura – como um produto de “confiança”, “satisfação” em relação ao produto que “recebiam semanalmente”.

De acordo com a análise referente aos elementos da própria revista, é possível perceber com clareza a concepção de “prestação de serviço” realizado mediante uma troca mercantil. No entanto, quando se olha por este ângulo pode-se ter a impressão de *Veja* meramente como um produto comercial que era produzido de acordo com os interesses do seu

---

<sup>91</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 800, p. 15, 4 jan. 1984.

<sup>92</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 903, p. 15, 25 dez. 1985.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

consumidor. No entanto, mediante essa perspectiva, a sua dimensão ideológica acaba sendo minimizada.

Dessa forma, quando enfatizadas estas cifras que, segundo apontado na própria revista, fazia dela naquele momento a “quinta maior revista semanal” de informação em circulação no mundo e a maior publicação brasileira de qualquer gênero, está sendo apresentado o “produto *Veja*”. Um produto que, de acordo com a concepção liberal, é determinado pelas demandas do mercado e tem a sua existência condicionada fundamentalmente por essas “leis”. A partir dessa ideia, a revista é apresentada essencialmente como um bem de consumo, “independente”, “sem mistificações ou ideologias”, conforme veiculado na própria revista.<sup>94</sup> No entanto, compreendo essa postura como mais um elemento representativo da ideologia liberal presente em *Veja*, uma vez que dissimula o seu caráter ideológico através da apresentação de uma perspectiva de pragmatismo.

Assim, sob esta perspectiva, a relação de *Veja* com os seus leitores que, segundo a própria revista, incluíam “cerca de quatro milhões de leitores espalhados por todo o território nacional”, era apresentada nela mesma em relação ao critério da recepção. O que, neste caso, era traduzido por uma relação mercantil. Isto se reforçou quando, no âmbito do discurso, a revista era colocada como prestadora de serviço, como se *Veja* e o seu leitor representassem cada qual um pólo dessa relação dicotômica entre produtor e consumidor.

Nessa dicotomia, o caráter de prestação de serviço ao qual me referi antes, ganhava, sobretudo, uma conotação comercial, diluindo nessa perspectiva o seu caráter ideológico. Nessa direção, conforme a postura expressa na revista, se *Veja* era um veículo capaz de informar sobre “a verdade do fatos”, traduzir a realidade para o leitor, constituir a síntese da realidade, diferenciar o que era relevante, melhor, aceitável e desejável, isto era apresentado como sendo fundamentalmente conduzido por um

---

<sup>94</sup> Ibidem.

direcionamento comercial e sem qualquer conotação ideológica. Ou seja, com a autoridade de uma empresa que coloca no mercado um produto de qualidade em termos mercadológicos, e não como um veículo onde, uma vez selecionado o que é importante, relevante, aceitável e desejável em relação à realidade, está construindo uma pauta e exercendo uma ação ideológica acerca dessa realidade.

Assim, esse tipo de construção discursivo-ideológica atuou em grande medida no sentido de dissimular o caráter ideológico e pedagógico contido nas mensagens que eram veiculadas na revista. No entanto, esta não foi a única forma de relação apresentada na revista entre *Veja* e o seu leitor. Afinal, uma das principais características de *Veja* foi apresentar esses aspectos de forma multifacetada.

Nessa direção, para além do caráter dicotômico entre produtor e receptor – ou produtor e consumidor –, também houve a constituição de um “nós” identificado como a síntese de interesses entre a revista e o seu público leitor. Nessa direção, essa dicotomia entre dois elementos distintos, é substituída pela construção de um único constituído por essas duas partes.

As características destacadas até aqui servem para chamar atenção a respeito da forma como foi autoconstituído o perfil de *Veja* com base predominantemente em critérios mercadológicos. Nessa direção, foram sublinhados elementos como tiragem, volume de vendas, tipos de comercialização, número de leitores, entre outros. Estes critérios serviram como fortes elementos para reforçar o perfil da revista que constituiu a sua marca através do mito da autonomia, imparcialidade, e objetividade. Essa construção tinha como base técnica o padrão liberal de jornalismo, e como base ideológica, a ideologia liberal que caracterizou o Grupo Abril desde o seu momento de criação.

## 2.4 A elaboração do “nós” em *Veja*

### 2.4.1 CONSTRUINDO O “NÓS”

Mesmo tendo observado que, nos editoriais analisados, a revista tenha sido referida dentro da dicotomia entre produtor e leitor/consumidor, também observei, nestas mesmas fontes, outra forma de persuasão à recepção onde *Veja* era colocada no mesmo patamar do leitor, e com ele constituindo uma unidade. Isto se fez, sobretudo, na medida em que a revista era colocada ao lado do leitor, como se ambos estivessem unidos por questões de interesse comum. Na medida em que os textos na revista foram adquirindo um caráter mais opinativo, *Veja* e seu público leitor/consumidor figuravam como a composição de uma força constituída em direção a questões específicas.

Assim, *Veja* compunha, juntamente com seu leitor, um elemento único que, embora o próprio discurso veiculado na revista negasse, constituía uma postura ideológica. Como ocorria quando essas opiniões eram manifestadas sobre questões como o autoritarismo, o centralismo e o militarismo. Na medida em que esses temas passavam a ser relacionados a instâncias ligadas à sociedade política, estas opiniões chegavam a adquirir uma conotação político-ideológica, e algumas vezes até político-partidária.

Assim, a interação representada através da fusão entre a revista e seus leitores, era apresentada como um bloco de forças unido por uma concepção comum que contrariava outro bloco de forças específico. No aspecto temático principal do período, essa oposição era direcionada às práticas centralizadoras e autoritárias. Nessa direção, a revista apresentava a visão de que seria autônoma em relação a esse grupo, uma vez que o discurso

contido nela continuava a ser referido como sendo de caráter supostamente neutro e meramente informativo.

No entanto, vale destacar que a constituição dessas ideias de oposição não foi direcionada exclusivamente ao segmento da sociedade política que era representativo da estrutura estatal. Os posicionamentos nessa direção veiculados em *Veja* aconteciam indistintamente, tanto em relação aos segmentos de direita, quanto aos de esquerda. Ou seja, tanto àqueles que representavam o governo, quanto aos que representavam segmentos opositores a ele, mas que possuíam certos elementos comuns. Entre eles, o autoritarismo, o centralismo, o intervencionismo e o militarismo figuravam como os principais focos da crítica estabelecida em *Veja*.<sup>95</sup>

No entanto, mesmo em face de qualquer posicionamento veiculado, permanecia na revista uma postura que se negava como ideológica. Dentro da concepção liberal adotada em *Veja*, onde havia a insistência na ideia de que a revista falaria “de fatos, não de versões”, fortalecia-se o argumento de que ela estaria a serviço de um interesse universal, construindo-se como a-ideológica, a-partidária, não classista.

Igualmente ao compor esse “nós” juntamente com seu leitor, esse argumento era reforçado. Ainda, ao constituir-se enquanto um representante desse “nós”, e a partir disso dissimulando mais uma vez o seu caráter ideológico, fortalecia-se em *Veja* o argumento de independência e autonomia.

Pode-se observar nos trechos em destaque a presença das temáticas referidas neste item, bem como a formação de sentido à qual me reporto. Entretanto, vale destacar igualmente nesses trechos a forma semântica através da qual essa construção de sentido se tornou possível.

Neste sentido, destaco as expressões que fazem referência de forma mais destacada ao “nós” composto por *Veja* e seus leitores. Observe os grifos:

---

<sup>95</sup> SILVEIRA, Caren. Op. cit.



O fim da década faz também pensar sobre o futuro e sobre que tipo de vida **estaremos** vivendo nos anos 80.<sup>96</sup>

Na esperança, **comum a todos** e presente a cada fim de jornada.<sup>97</sup>

**Estivemos** longe, felizmente, de bravatas militaristas semelhantes às que levaram a Argentina à guerra das Malvinas, ou dos extremos de intolerância e radicalismo que desenharam o cenário dos conflitos no Líbano.<sup>98</sup>

Felizmente **para nós todos**, 1984 marcou, de fato, o início de uma nova era na vida do país.<sup>99</sup>

Após anos ao longo dos quais se queixaram dos autocratas e burocratas no poder, terão finalmente a oportunidade (e necessidade) de mostrar a sua capacidade de gerir um país complexo cujos problemas não desaparecerão pelo simples fato de **estarmos** mudando de ano e de presidente.<sup>100</sup>

Dessa forma, a revista era constituída discursivamente como sendo de mesma natureza que o seu leitor, e com ele compondo um novo ente, em nome e para o qual se manifestava e representava. No entanto, mesmo que essa postura político-ideológica se tornasse cada vez mais clara em *Veja* no período que vai de 1979 a 1988, no âmbito do discurso veiculado na revista essa postura continuava a ser dissimulada. Contudo, sob a premissa de prestar serviço a esse grupo, a revista foi construída como seu porta-voz. No entanto, *Veja* era estabelecida simultaneamente como porta-voz e também como membro desse grupo, uma vez que aparecia como estando identificada aos seus interesses.

Assim, mediante essa e outras associações, foi-se estabelecendo e consolidando em *Veja* uma crescente vanguarda de oposição à estrutura governamental. Com isso, o todo que *Veja* passava a compor juntamente com seus leitores, indicava um posicionamento ideológico cada vez mais

---

<sup>96</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>97</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

<sup>98</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

<sup>99</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

evidente. Dessa maneira, por mais que houvesse uma forte construção de sentido em torno da ideia de ser a revista supostamente neutra, o que se começa a explicitar é que houve sim uma forte ação ideológica e partidária em *Veja*, mesmo quando isso era negado no próprio discurso veiculado na revista.

A seguir, aponto como este ente constituído em nome de *Veja* e seu leitor, foi construído discursivamente como uma liderança entusiasta desse grupo, conduzindo-o e pautando determinadas ações.

#### 2.4.2 DIRIGINDO O “NÓS”

Após a constituição discursiva deste “nós”, que colocava lado a lado a revista e seus leitores, um outro ponto que chamo atenção é para a forma como em *Veja* era “dirigido” política e ideologicamente este “nós” sob um ponto de vista claramente liberal.

Destaco primeiramente a forma através da qual esse “nós” parece ser dirigido, pautado e arregimentado em *Veja*. Do ponto de vista discursivo, isto ocorre na medida em que à ideia desse sujeito coletivo<sup>101</sup> se seguem expressões de ação como “refletir”, “podemos”, “devemos”, “vamos eleger”, “verificar onde estamos”, “definir prioridades”, “implementar soluções”, “manter a rota traçada”. No entanto, dentre essas expressões há a predominância insistente do termo “precisamos”, demonstrando não apenas a noção de arregimentação, mas também a ideia de suposta necessidade e

---

<sup>101</sup> Digo ideia porque este sujeito nem sempre está explícito no texto, aparecendo muitas vezes como sujeito oculto do ponto de vista sintático.

de condução de tais ações, bem como uma ação pedagógica que passava a se tornar explícita.

Assim, através da noção de necessidade, havia a dissimulação do caráter partidário, político e ideológico do posicionamento contido na revista, e que era naturalizado pela ideia de uma ação necessária. Dessa forma, as condutas ligadas à concepção liberal eram apontadas como necessidades naturais e ao mesmo tempo alternativas únicas “na direção da sociedade próspera e justa que todos **nós** almejamos”.

Ou seja, para se chegar a essa sociedade, descrita como o ideal a se alcançar, seria necessário seguir os passos determinados, conforme estes eram apontados em *Veja*. Passos estes, condicionados de maneira enfática à instância da economia, deixando claro o seu protagonismo dentro da concepção defendida em *Veja*. Nesse sentido, figuravam os problemas relacionados à inflação, à dívida externa, e às demais medidas centralizadoras no âmbito da economia. Do ponto de vista da instância política, esses fatores eram traduzidos fundamentalmente na crítica ao centralismo, que era apresentado como um entrave ao desenvolvimento da livre iniciativa, arbitrário, corrupto, ineficiente, incompetente. Reforçava-se assim, através do discurso veiculado na revista, o antagonismo entre a visão liberal esboçada em *Veja* e o poder instituído no âmbito da estrutura estatal.

Nesse sentido, *Veja* não aparece mais apenas como uma “prestadora de serviço” a um leitor/consumidor, mas como uma verdadeira liderança dentro desse grupo, como aquele que conduz e orienta um segmento do qual faz parte a um determinado fim.

No entanto, através da noção de uma necessidade pré-determinada, tanto os passos quanto o objetivo final aparecem como não estando circunscritos a uma ideologia, mas sim como uma expressão inevitável do que através dessa perspectiva viria a ser o progresso, a justiça e a prosperidade de uma sociedade, de um país, do Brasil. Entretanto, esta é apenas mais uma das formas de expressão da ideologia liberal. Mas, à

medida que fala em nome da nação, dos seus leitores, da universalidade, se estabelece em *Veja* uma postura aparentemente transclassista, onde o caráter ideológico e de interesse de classe é dissimulado através das manobras utilizadas na fabricação do discurso veiculado na revista, e que também faz parte dessa orientação liberal. Entretanto, são claros os interesses ideológicos, políticos e de classe defendidos pelo discurso veiculado de forma tão veemente na revista.

Outra característica do discurso que caracteriza essa postura como política, ideológica e pedagógica, são as menções ao tempo futuro. Como se pode observar nos trechos destacados a seguir, há claramente o estabelecimento de uma pauta desse “nós” para ações futuras:

Não é o caso de se desesperar, mas também parece não haver muitas razões para otimismo – os anos pela frente prometem ser difíceis e amargos, **e serão necessárias muitas forças e serenidade** para fazer a travessia até 1989.<sup>102</sup>

Quem trabalhar mal, agora, será simplesmente o que é, ou seja, um mau artista. **Quem trabalhar bem sobreviverá.**<sup>103</sup>

Mas, sendo que sabemos todos que 1984 não vai ser um ano fácil para o Brasil, é também um bom momento para **refletir sobre tudo aquilo que podemos e devemos fazer** para tornar o novo ano, se não um ano de sucesso, pelo menos o ano da grande virada. [...] Antes de mais nada, **precisamos estar conscientes de que nossos problemas não são insolúveis e que sua solução não depende apenas do governo.**<sup>104</sup>

**Precisamos**, para início de conversa, **retomar o controle da economia. Precisamos** diminuir a absurda taxa de inflação que corrói todas as infra-estruturas do país, e encontrar maneiras de devolver os recursos hoje aplicados no mercado financeiro aos setores produtivos. **Precisamos** acabar com a nossa tolerância com o arbítrio, a incompetência, a ineficiência e a corrupção. **Precisamos** renegociar, com realismo, os prazos e juros da nossa dívida externa. [...] **Precisamos** preocupar-nos mais com a ampliação do mercado de trabalho que planta, constrói, fabrica, distribui e vende. **Precisamos**, enfim, decidir de uma vez por todas se **acreditamos** ou não na livre

---

<sup>102</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>103</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.

<sup>104</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 800, p. 15, 4 jan. 1984.

iniciativa – e, caso sim, dar-lhe o espaço e estímulo necessários para que cumpra o seu papel vital na reconstrução do país.<sup>105</sup>

Antes de mais nada, **precisamos** de uma maciça dose de realismo para encarar os nossos múltiplos problemas de frente, sem mistificações ou ideologias. Em seguida, da coragem necessária para **definir prioridades e implementar soluções** que – pelo menos a curto prazo – serão tão menos populares quão mais eficazes. E, finalmente, da tenacidade para **manter a rota traçada** durante o tempo necessário para as mudanças surtirem efeito.<sup>106</sup>

Se isso ocorrer, o ano de 1985 entrará na história do país como tendo sido aquele em **que o Brasil** iniciou a consolidação da sociedade livre, justa e próspera que todos almejamos – Feliz Ano-Novo!<sup>107</sup>

A questão crucial para 1984 não consiste em saber se **vamos eleger** o nosso próximo presidente pelo caminho direto ou indireto. O principal desafio que enfrentamos neste início de mais um ano novo é o de **verificar onde estamos**, definir com clareza o que queremos e juntar esforços para iniciar a longa caminhada – ou corrida – na direção da sociedade próspera e justa que todos nós almejamos. Só assim é que no início do próximo ano poderemos dizer, com confiança, Feliz Ano-Novo!<sup>108</sup>

Estes trechos em destaque são referências principalmente à questão da livre iniciativa, do protagonismo da sociedade civil<sup>109</sup> e do pragmatismo liberal. Estas são temáticas típicas da ideologia liberal, e permanecem constantes ao longo dos anos 1980 em *Veja*. No entanto, a característica mais eloquente é, sem dúvida, o tom de arregimentação conferido ao discurso.

---

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 800, p. 15, 4 jan. 1984.

<sup>109</sup> Em *Veja*, o termo “sociedade civil”, e demais associações afins, foi constituído de modo a representar simplesmente o oposto de “Estado”.

## 2.5 *Veja* na relação Governo *versus* Oposição

No entanto, apesar da importância da forma assumida por esse discurso em *Veja* destaca-se, em nível de conteúdo, um componente de ordem político-ideológica que teve grande relevância na sua construção de sentido. Trata-se de um posicionamento em que o ponto principal reside na oposição aos governos instituídos nesse período.

Assim, ao ser constituído enquanto um bloco de oposição às práticas e ideias do governo instituído, o “nós” que corresponde a um todo formado por *Veja* e seus leitores, passou a se consolidar de forma mais enfática no contexto político-ideológico da época.

Esta postura opinativa, baseada na relação dicotômica entre governo instituído e sociedade civil pode ser observada em *Veja* em vários momentos dentro desse período. Mediante o estabelecimento dessa relação, as menções ao governo destacavam a sua incompetência, intransigência e as medidas tomadas nesse âmbito eram tratadas como punições e entraves ao “livre desenvolvimento da sociedade”:

E até agora, apesar de todas as informações já colocadas à disposição do público em geral pelas reportagens desta revista, **o trabalho das autoridades não mostrou um único resultado que prestasse. Mostrará, enfim, daqui em diante?**<sup>110</sup>

Na política, o país viu **o governo chegar ao fim do ano fechado sobre si mesmo e sitiado pela má vontade geral**, a começar pela dos que sempre se beneficiaram dele, de empresários a senadores biônicos.<sup>111</sup>

É como se fosse uma guerra civil. Na verdade, um princípio de anarquia começa a tomar forma nestas áreas conflagradas, diante do **silêncio do Estado**. Jamais houve, no país, **um problema de segurança nacional** mais genuíno que esse. Jamais tantas pessoas

<sup>110</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

<sup>111</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

foram tão flagrantemente **oprimidas em seus direitos mais fundamentais**. Mas, em vez de estar entre as primeiras preocupações do poder, a questão, na prática, está entre as últimas. Após **perder o controle sobre as ruas – são os criminosos, hoje, que mandam nelas - , o Estado brasileiro parece conformar-se com isso. É uma das marcas mais deprimentes que o país tem a exibir.**<sup>112</sup>

Todo ano tem seu estoque de bons e maus momentos e 1983, sobretudo para o Brasil, foi indiscutivelmente sombrio. [...] A palavra **“crise”**, presente desde o primeiro dia do ano, acompanhou a vida brasileira até estes últimos dias de dezembro. Aberto sob o impacto de que o Brasil pedira uma **moratória** de fato de sua dívida externa, 1983 se encerra com o anúncio do lançamento da nota de 50.000 cruzeiros, ilustração eloquente da **inflação que varou os 200%**. Entre o começo e o fim, e sempre **no ritmo deste descabro inflacionário sem paralelo, viveu-se sob o impacto dos saques, da explosão da criminalidade, de escândalos políticos [...] e financeiros** [...], de uma seca no Nordeste.<sup>113</sup>

Num tom apropriado para o que foi 1986, um ano quase inteiramente dominado por questões econômicas, dezembro chega ao fim com **o governo mais uma vez às voltas com o fantasma da inflação e tomando medidas para conviver com ela**. Estão de volta a correção monetária de acordo com o INPC e a caderneta de poupança com rendimentos pagos todos os meses.<sup>114</sup>

**1987 será conhecido como o ano em que o Brasil não resolveu problema algum – simplesmente adiou para 1988 as questões pendentes**. Com o seu **ministério permanentemente à deriva**, e um **escândalo-mor no colete** – o da Ferrovia Norte-Sul -, o presidente **José Sarney governou aos sobressaltos**. Na memória do país, as imagens que ficam de 1987 não são empolgantes.<sup>115</sup>

No apagar das luzes de 1987, Mailson Nóbrega anuncia o **novo pacote fiscal, penalizando mais uma vez o contribuinte, em meio a uma intensa troca de acusações entre o ex-ministro Bresser Pereira, o presidente Sarney e seus colaboradores, que lavam em público a roupa suja do governo e deixam para o ano que vem as promessas de austeridade.**<sup>116</sup>

Note-se, portanto, que para além dos problemas de gestão que os governos dessa época tiveram do ponto de vista político, as críticas erigidas

---

<sup>112</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 644, p. 13, 7 jan. 1981.

<sup>113</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 799, p. 35, 28 dez. 1983.

<sup>114</sup> *Veja*, São Paulo, n. 956, p. 35, 31 dez. 1986.

<sup>115</sup> *Veja*, São Paulo, n. 1008, p. 35, 30 dez. 1987.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

em *Veja* em relação à estrutura estatal foram construídas basicamente a partir da ênfase à crise econômica vivida pelo país naquele período, sobre argumentos que denotavam um claro interesse de classe. Mesmo que continuasse falando em nome de “todos” que não faziam parte da estrutura estatal - e para isto se utilizando de expressões como “má vontade geral”, “contribuintes”, “cidadãos”, etc - era claro que, do ponto de vista político-ideológico, ia-se constituindo em *Veja*, de forma cada vez mais clara uma vanguarda em defesa de um Estado aos moldes de sua concepção liberal, com as características necessárias para garantir o livre desenvolvimento dos setores aos quais se colocava como um representante.

Dessa forma, foi constituído em *Veja* um programa a ser defendido. De acordo com Carla Silva,<sup>117</sup> onde a autora baseia-se em Muniz Sodré,<sup>118</sup> a revista passa a ter uma ação partidária e, em consonância com Emiliano José,<sup>119</sup> a autora diz não se tratar da necessária filiação a um partido político, mas conforme Emiliano, “a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender”. O que, no caso de *Veja* nos anos 1980, esteve claramente vinculado a um programa internacionalista-liberal. Como destacarei ao longo deste trabalho, nesse percurso, em alguns momentos observou-se algum tipo de associação com partidos formais e seus representantes. No entanto, o que define *Veja* como um órgão partidário é, fundamentalmente, sua clara filiação ao programa liberal. Contudo, é fundamental sublinhar que a filiação e defesa deste programa ocorre na revista conforme as características observadas por Gramsci como uma das formas de partido existentes, que, segundo ele,

fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído por uma elite de homens de cultura que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de

---

<sup>117</sup> SILVA, Carla. Op. cit. p. 33.

<sup>118</sup> SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma Teoria da Comunicação Linear em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2002. Apud SILVA, Carla. Op. cit.

<sup>119</sup> JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo, Salvador: HUCITEC, Edufba, 1996. Apud SILVA, Carla. Op. cit.



partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico).<sup>120</sup>

Nessa direção, poder-se-á compreender enquanto essas “frações de um mesmo partido orgânico”, os grupos e atores que serão referidos nos próximos capítulos deste trabalho.

Assim, embora o discurso veiculado na revista tenha sido constituído em nome de um ente universal como “a sociedade”, “os cidadãos” ou “os brasileiros”, *Veja* tornou-se um partido que agia por meio da cultura e ideologia gerais em defesa de um tipo de Estado, e conseqüentemente, de um conjunto de interesses de classe.<sup>121</sup>

No entanto, o que figura na revista de forma visível é a dissimulação desses interesses de classe mediante a sua substituição, no âmbito do discurso, por um conjunto de interesses pretensamente universais.

Esses interesses universais aparecem de diferentes maneiras, e em relação a critérios distintos como, por exemplo, a questão da segurança urbana, conforme o trecho destacado na sequência anterior. No entanto, a forma predominante em que os interesses de classe defendidos em *Veja* podem ser identificados reside na ênfase em trabalhar em seu discurso de forma política e ideológica as questões de ordem econômica:

O ano político brasileiro se encerraria sob o signo do **“pacote de novembro”, uma ríspida demonstração de forças do governo, que lança longas sombras sobre 1982 e suas cruciais eleições.**<sup>122</sup>

Com o **aumento das alíquotas de contribuição mensal para a Previdência Social**, enfim **decretado** na semana passada, o governo chegou ao final do ano encerrando uma das discussões mais notáveis a que o país já assistiu. Seis meses atrás, quando membros do próprio governo passaram a clamar que havia um **déficit monumental** no sistema, a primeira ideia foi **aumentar as contribuições mensais de empresas e empregados** – enfeitada, paralelamente, com **vagas promessas de reformas capazes de dar mais eficiência** às estruturas previdenciárias. Depois, rejeitou-se

---

<sup>120</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. v. 3. p. 351.

<sup>121</sup> Sobre a tese de *Veja* como um partido ver SILVA, Carla. Op. cit.

<sup>122</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

expressamente este caminho e tentou-se uma série de **remendos** que, com a decisiva participação do Congresso, acabariam por desembocar na **patética “lei dos supérfluos”**. No fim, após meio ano de perda de tempo, o governo volta exatamente ao ponto de partida e dispara mais uma de suas **derramas contra o contribuinte**. O governo argumenta que os benefícios da previdência se têm ampliado de forma maciça, que isso gera despesas extraordinárias e que é preciso arranjar dinheiro para pagá-las. Perfeito. Acontece que **nada, absolutamente nada, tem sido feito no sistema previdenciário que não seja de responsabilidade direta e exclusiva desse mesmo governo, com o acordo dos políticos que o apóiam. Nenhum contribuinte jamais teve qualquer coisa a ver com as decisões ali tomadas – e, se a Previdência chegou a seu déficit monstruoso, o único responsável por isso é o governo que administra. Foi ele, e ninguém mais, que admitiu despesas maiores que as receitas – assim como é ele quem gere desastrosamente esse dinheiro todo.** Confrontado com sua própria **incompetência, o sistema** sai agora a **cobrar mais, como sempre faz nesses casos**. O governo, é bem sabido, tem uma **capacidade ilimitada de assinar papéis que aumentam a arrecadação – e uma capacidade limitadíssima, frequentemente nula, quando se trata de administrar o que toma**. Esta é, no fundo, a **pior opressão a que são submetidos os cidadãos**. O voto vinculado e outras engenhocas políticas do mesmo gênero podem ofendê-los. Mas aquilo que realmente os oprime no dia-a-dia é a existência de uma **administração incapaz de gerir o país**.<sup>123</sup>

Naturalmente, 1984 foi um ano que também teve grandes dificuldades – nenhum país com uma **inflação superior a 200%** pode considerar-se em boa situação, e para todos os brasileiros que não recuperaram os **empregos perdidos pela crise econômica, nem o padrão de vida achatado por ela**, este ano encerra com um sabor igualmente amargo.<sup>124</sup>

**A economia, numa arrancada que os problemas não conseguiram conter, cresceu à taxa de 8,5%, uma das maiores do mundo** – em compensação, o **país** viveu a mais desvairada **inflação** de sua história, rompendo a barreira dos três dígitos para superar os **110%**.<sup>125</sup>

O país, é verdade, enfrentou com competência o desafio das eleições de novembro, que devolveram aos brasileiros o direito de escolher diretamente seus governadores, e saiu das urnas com suficiente saúde política para perseguir sem sobressaltos a consumação do processo de abertura política. Mas terminou o ano às voltas com a

---

<sup>123</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 696, p. 19, 6 jan. 1982.

<sup>124</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 851, p. 35, 26 dez. 1984.

<sup>125</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

**mais grave crise econômica** das últimas décadas, que promete atravessar o próximo ano e figurar na edição especial de 1983.<sup>126</sup>

Dessa forma, a instância político-institucional aparecia como sendo condição *sine qua non* para a implementação do projeto de sociedade, dentro dos moldes liberais pregados no discurso veiculado em *Veja*. Esta premissa é básica para a identificação de uma vanguarda política nascente naquele momento, fortemente apoiada em *Veja*, conforme apontado pela pesquisa empírica.

Em relação aos interesses de classe contidos no discurso que apoiou a formação dessa nova vanguarda, estes podem ser identificados através dos elementos peculiares à visão liberal, conforme já foi aqui destacado. No entanto, em especial, no trecho a seguir fica clara a oposição entre duas frações de classe antagônicas:

A câmara [Federal] que emerge da pesquisa de *VEJA* é basicamente conservadora, grandemente influenciada por deputados com origem ou interesses na área rural e disposta, ao mexer na Constituição, a extrair uma reforma tributária que entregue mais recursos aos Estados e municípios.<sup>127</sup>

A desta passagem é possível identificar a oposição entre *Veja* e o grupo denominado conservador. Nessa direção, a instância político-institucional e os cargos representativos, são mais uma vez colocados como fundamentais à esfera econômica. Além disso, ao identificar o conservadorismo com os interesses da área rural, é reforçado por oposição, o caráter de *Veja* como representativa de um grupo não-conservador e ligado a interesses urbanos como comércio e industrialização.

De acordo com esses critérios, outra característica relativa a esse grupo de oposição seria a defesa dos princípios constitucionais e democráticos e a diminuição dos tributos destinados a instâncias interligadas à estrutura estatal. Em contrapartida, eram reivindicados

---

<sup>126</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

<sup>127</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

incentivos fiscais e tributários destinados à iniciativa privada, conforme pregam os preceitos liberais que, na medida em que a pesquisa avança, tornam-se mais claros no material analisado.

De acordo com a perspectiva gramsciana, de onde parto para analisar essa questão, isto demonstra o caráter de classe do Estado. Segundo Gramsci, através do conceito de *estado ampliado*,<sup>128</sup> este é composto pela interação entre a sociedade política e a sociedade civil. Diferenciando-se, assim, da interpretação liberal que prega que Estado é sinônimo de sociedade política e o oposto de sociedade civil, e que corresponde à perspectiva presente nos apelos discursivos constituídos em *Veja*.

## **2.6 A ideologia assumida em *Veja*.**

### 2.6.1 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CONCEITO DE *IDEOLOGIA* AQUI UTILIZADO

O sentido geral de ideologia que permeia minha análise é aquele referido por Antonio Gramsci como: “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 222.

<sup>129</sup> GRAMSCI, Antonio. Op. cit. v. 1. p. 98-9.

No entanto, vale destacar outro aspecto para o qual Gramsci chamou atenção a esse respeito. Diferente da concepção liberal, à qual me referi no capítulo anterior como sendo aquela manifestada em *Veja*, para Gramsci, a ideologia não é um elemento restrito à superestrutura, nem serve simplesmente para descrever fenômenos de natureza voluntarista, efêmera, ou individual. Esta seria, no entender de Gramsci, uma forma “arbitrária” de ideologia. Ou seja, “aquelas que não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc”, e que são fruto de “elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”.<sup>130</sup> No entanto, Gramsci aponta como um “erro na consideração sobre o valor das ideologias”,<sup>131</sup> o ato de nomear da mesma forma este tipo de fenômeno, e aquele ao qual ele distinguiu como “ideologias historicamente orgânicas”.<sup>132</sup>

Este é o sentido estrito de ideologia em Gramsci, no qual me baseio. Trata-se da “superestrutura necessária a uma determinada estrutura”,<sup>133</sup> que, segundo ele “enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”.<sup>134</sup> Nessa direção, a ideologia transforma-se em ideias-força capazes de adquirir “a mesma energia de uma força material”,<sup>135</sup> ao mesmo tempo em que se tornam indispensáveis à estrutura. No entanto, ao entender essa afirmação à luz do conceito de *bloco histórico*,<sup>136</sup> onde infra e superestrutura são complementares e interdependentes, compreende-se que estas instâncias não podem ser definidas de forma estanque, mas que elas se estabelecem de maneira fluida e interdependente.

---

<sup>130</sup> Ibidem. p. 237.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> Ibidem.

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Ibidem. p. 238.

<sup>136</sup> Ibidem. Em uma abordagem específica sobre este conceito, ver o trabalho de PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Dessa forma, a separação que distingue a ideologia como um fenômeno da superestrutura que adquire, como Gramsci chamou atenção, uma significação “puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”.<sup>137</sup>

### 2.6.2 A IDEOLOGIA LIBERAL EM *VEJA*

A ideologia liberal que orientou a consolidação da vanguarda de oposição constituída em *Veja*, também foi expressa mediante a ênfase a outros de seus elementos. Nessa direção, esses também foram manifestados sob a perspectiva da ampliação das liberdades individuais e sob o ponto de vista cultural e político-representativo, de acordo com as mudanças que foram implementadas no país após 1979. No entanto, em relação a este ponto específico, embora tenha permanecido como uma constante a conotação de oposição às duras políticas relacionadas aos governos militares, também observei no material analisado pontos relativos à política de abertura que foram aludidos positivamente:

Sobretudo, os artistas e criadores brasileiros puderam trabalhar perfeitamente à vontade em 1979. Teatros exibem peças sobre tortura. Escreve-se, imprime-se e vende-se qualquer tipo de literatura política. Desapareceu a vigilância ao palavrão. Nas letras das músicas cada um diz o que bem entende.<sup>138</sup>

O importante, no caso, é o restabelecimento do princípio da **ampla liberdade de criação**. Seria bom mencionar que o Brasil, hoje em dia, já pode efetivamente se comparar àquelas poucas dezenas de

---

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.

países, em todo o mundo, onde se desfruta de **genuína liberdade cultural**.<sup>139</sup>

Em termos bem simples, **ninguém está impedindo ninguém de fazer nada**, e isso é um tônico extremamente útil para a vida cultural do país. Não adianta mais nada ficar jogando pedra no ‘regime que está aí’ – este confortável Judas que cobria todas as incompetências. Quem trabalha mal, agora será simplesmente o que é, ou seja, um mau artista. **Quem trabalhar bem sobreviverá**.<sup>140</sup>

**Produto inevitável da abertura política**, a Censura cultural desapareceu do Brasil – e o país, pôde, enfim, consumir tudo o que estava trancafiado nas prateleiras com o carimbo de ‘proibido’. [...] **A verdade é que nada, ou quase nada, é proibido hoje em dia – e aí sim pode-se dizer que o ano de 1979 foi excepcional**.<sup>141</sup>

Impulsionadas pelo Plano Cruzado, todas as formas de produção cultural foram consumidas maciçamente ao longo do ano. No mercado literário, a qualidade dos títulos lançados honrou a quantidade de livros vendidos. Houve fartura semelhante de ótimos shows em 1986. Já no universo da dança e do teatro, a marca de qualidade foi bem menor.<sup>142</sup>

Os trechos destacados enfatizam um dos principais aspectos da democracia liberal, que é reduzir o termo liberdade à condição de não-censura. Mediante essa perspectiva, no que se referia à abertura em relação à cultura, as ações governamentais rumo à abertura pós-1979 representaram um ponto de convergência entre a vanguarda representada em *Veja* e os governos do período.

Na pauta das convergências, havia o destaque também para outro ponto sempre muito enfatizado em *Veja*, que eram os aspectos da democracia representativa. E, nesses termos, figurava em destaque o processo de abertura. Esse aspecto, aliás, era o ponto fundamental para a implementação do projeto de sociedade esboçado pela vanguarda de oposição liberal representada por *Veja*:

---

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> Ibidem.

<sup>142</sup> *Veja*, São Paulo, n. 956, p. 35, 31 dez. 1986.

De um lado, **1984** marcou o início da **recuperação econômica**, interrompendo um processo recessivo que vinha se agravando ano após ano. É evidente que problemas cruciais permanecem e que ainda levará um bom tempo para o país voltar à situação em que estava ao iniciar-se a crise, mas é certo que a sangria foi estancada. De outro lado, 1984 testemunhou **a mais importante mudança política vivida pelo país nos últimos vinte anos, com a despedida do regime aberto em 1964**. Ele termina no bojo da mais **pacífica transição** já experimentada pelo Brasil, sem traumas e por intermédio dos instrumentos legais do próprio regime. Essa mudança não significa que o Brasil se tornará melhor por um passe de mágica. Mas dá aos brasileiros, por certo, o direito de voltar a ter esperança.<sup>143</sup>

Há exatamente um ano, neste mesmo espaço, observei que, embora *1984* não devesse ser um ano fácil, poderia muito bem ser **'o ano da virada'**. [...] Felizmente para nós todos, 1984 marcou, de fato, **o início de uma nova era na vida do país**. O ano em que os **comícios pró-diretas não irromperam em violência**, em que a **rejeição à emenda Dante de Oliveira não** se transformou no estopim de uma grande crise e em que **a perspectiva quase certa da eleição de um presidente da oposição** não resultou em um golpe de Estado. Foi, assim, **o ano da maturidade**, em que o Brasil conseguiu não apenas abrir caminho para a **transferência pacífica do poder** exercido durante vinte anos pelos militares, como também **iniciar a longa caminhada da retomada do crescimento econômico**. E agora? Neste início de mais um ano novo, em que – a partir de 15 de março – teremos **o primeiro governo civil desde 1964**, cabe ressaltar a extraordinária responsabilidade a ser enfrentada pelos nossos políticos. Após anos ao longo dos quais se queixaram dos **autocratas e burocratas** no poder, terão finalmente a oportunidade (e necessidade) de mostrar a sua capacidade de gerir um país complexo cujos problemas não desaparecerão pelo simples fato de estarmos mudando de ano e de presidente. [...] O **governo de Tancredo Neves**, que com toda a probabilidade será eleito a 15 de janeiro, deverá tomar posse sob os aplausos e com o apoio da maior parcela da população jamais reunida no Brasil. O novo governo deverá honrar essa confiança através da **franqueza, da coragem e da firmeza**. Antes de mais nada, precisamos de uma maciça dose de **realismo** para encarar os nossos múltiplos problemas de frente, **sem mistificações ou ideologias**. Em seguida, da coragem necessária para definir prioridades e implementar soluções que – pelo menos a curto prazo – serão **tão menos populares quão mais eficazes**. E, finalmente, da tenacidade para manter a rota traçada durante o tempo necessário para as mudanças surtirem efeito. Se isso ocorrer, o ano de 1985 entrará na história do país como tendo sido aquele em que o Brasil iniciou a **consolidação da sociedade livre, justa e próspera que todos almejamos**.<sup>144</sup>

Assim, de um fato doloroso e inesperado como a morte de Tancredo Neves percebe-se, à distância, a **solidez das instituições de um novo regime, supostamente frágil**. Da mesma forma, do alívio

<sup>143</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 851, p. 35, 26 dez. 1984.

<sup>144</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.



trazido ao bolso de todos pelo crescimento da economia e pela expansão dos salários surge, na alvorada de 1986, o risco de uma ressaca provocada pela **inflação praticamente fora de controle**. Ao final das contas, porém, 1985 vai-se embora como um ano maroto, no qual não acontecem as coisas boas que se esperavam, como o governo Tancredo Neves, mas também **deixaram de acontecer as desgraças que se temiam, como uma situação política instável e a entrada do país num período de crises**.<sup>145</sup>

Os trechos destacados evidenciam o destaque conferido à esfera político-institucional no discurso veiculado em *Veja*. Neles a política aparece como a via principal para garantir o “desenvolvimento da livre iniciativa”, conforme era pregado com base nos princípios liberais. No entanto, apesar de o processo de abertura política não ser contrariado na revista, e em certa medida até ser elogiado, é possível observar críticas ao tipo de Estado que ainda vigorava no país, enfatizando dessa forma a oposição entre “medidas populares” e “medidas eficazes”, e entre o realismo às “mistificações ou ideologias”. Note-se que, mais uma vez, a ação ideológica desse grupo passa por negar-se como tal.

Assim, ao mesmo tempo em que valorizava positivamente as medidas tomadas no sentido da abertura, fazia oposição ideológica ao governo e estabelecia os critérios para um governo futuro que garantisse a implementação do projeto liberal.

Mediante os trechos destacados é possível observar também que, salvo em momentos específicos na edição de final de ano de 1984, as críticas em relação às medidas tomadas pelos governos desse período em relação à economia, continuaram sendo contundentes. Como reforço a essa ideia destaca-se: “[...] desta vez o país não fora apenas um espectador de crises internacionais e, sim, também *um protagonista de graves manchetes da imprensa mundial*”.<sup>146</sup>

A dicotomia entre Estado e sociedade civil, no caso específico, esta representada pela oposição entre os governos instituídos no período *versus* a

---

<sup>145</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 904, p. 35, 1º jan. 1986.

<sup>146</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

parcela da sociedade civil da qual *Veja* se colocava como partidária. Portanto, mesmo com alguns pontos de convergência, essa vanguarda continuou manifestando-se fundamentalmente como um segmento de oposição aos governos do período. Nessa direção, os trechos em destaque a seguir, expressam a interpretação que preconiza a dicotomia entre o tipo de Estado vigente *versus* a sociedade civil. Esta última, representada na revista como sendo o sinônimo dos setores produtivos que ambicionavam desenvolver-se de forma mais livre da tutela do Estado instituído.

Antes de mais nada, precisamos estar conscientes de que **nossos problemas não são insolúveis e que sua solução não depende apenas do governo**. Muito pelo contrário. Embora o país esteja atravessando um dos períodos mais difíceis e conturbados de sua história, é óbvio que o seu extraordinário potencial de recursos naturais e humanos continua intacto, e que, **apesar da excessiva centralização de decisões em Brasília, é a soma das ações, esforços e atitudes de todas as forças produtoras do país que fará a diferença crucial entre o prolongamento da crise e a retomada do crescimento**. Precisamos, para início de conversa, **retomar o controle da economia**. Precisamos **diminuir a absurda taxa de inflação** que corrói todas as infra-estruturas do país, e encontrar maneiras de **devolver os recursos hoje aplicados no mercado financeiro aos setores produtivos**. Precisamos **acabar com a nossa tolerância com o arbítrio, a incompetência, a ineficiência e a corrupção**. Precisamos renegociar, com realismo, os prazos e juros da nossa dívida externa. Precisamos preocupar-nos mais com a **ampliação do mercado de trabalho que planta, constrói, fabrica, distribui e vende**. Precisamos, enfim, **decidir de uma vez por todas se acreditamos ou não na livre iniciativa – e, caso sim, dar-lhe o espaço e estímulo necessários para que cumpra o seu papel vital na reconstrução do país**. [...] O principal desafio que enfrentamos neste início de mais um ano novo é o de verificar onde estamos, definir com clareza o que queremos e **juntar esforços para iniciar a longa caminhada – ou corrida – na direção da sociedade próspera e justa que todos nós almejamos**.<sup>147</sup>

Dessa forma, mais uma vez falando em nome do “nós”, era colocada a necessidade desse grupo retomar os mecanismos políticos – incluindo o Estado – a fim de consolidar o seu projeto. O que, sob um regime democrático, só se obteria através das urnas.

Embora a crítica essencial ainda tenha residido fundamentalmente sobre um determinado tipo de Estado - centralizador, burocrático, etc -, no

---

<sup>147</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 800, p. 15, 4 jan. 1984.

trecho destacado a seguir, percebe-se também a valorização positiva das iniciativas individuais em detrimento do Estado:

Mais do que tudo, nessa caminhada formidável, ressalta um fato central: o mais importante trabalho jamais realizado no país em prol do conhecimento do idioma nacional foi **fruto único e exclusivo da vontade, da persistência e da coragem de um grupo de cidadãos individuais, sem qualquer participação dos órgãos oficiais da cultura. Num país infestado por sem-número de institutos, fundações, departamentos, secretarias e até um Ministério da Cultura, todos criados e mantidos pelo Estado com a justificativa de serem indispensáveis à civilização brasileira, o Aurélio é a prova mais contundente de que o talento e a dedicação das pessoas valem muito mais para o avanço cultural do país do que todos os governos somados.**<sup>148</sup>

Em outros momentos ao longo do trabalho, a ênfase às iniciativas individuais apareceu sob outras perspectivas. No entanto, em relação a este caso específico, as iniciativas individuais serviram como mais um argumento para apontar o protagonismo do que em *Veja* foi tratado como sociedade civil. Nessa direção, ao estabelecer essa dicotomia, era encoberto em *Veja* os interesses que estavam sendo defendidos, dissimulando seu caráter ideológico. Entretanto, ao anunciar a falência do tipo de Estado então em vigência naquele momento, e a necessidade de novos critérios em termos de organização estatal, o discurso veiculado em *Veja* é ideológico, na medida em que eram estabelecidos novos parâmetros a serem alcançados por um novo grupo de representantes do novo tipo de Estado que era claramente defendido na revista.

Dessa forma, na passagem destacada, o protagonismo das ações individuais serviu essencialmente para – através da valorização positiva de uma representação extrema da livre iniciativa –, apontar pontos negativos referentes à estrutura estatal.

---

<sup>148</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 957, p. 19, 7 jan. 1987.

## 2.7 A constituição do sujeito da ação no discurso nos editoriais de *Veja*

De acordo com minha concepção, não caracterizo *Veja* propriamente como um sujeito, mas sim, enquanto um veículo de comunicação, um aparelho privado de hegemonia, um *locus*<sup>149</sup> de produção e reverberação de ideologia através de produção e veiculação discursiva, um objeto de consumo, um produto. Nessa direção, compreendo a revista como um objeto material construído por sujeitos reais. Assim, não me refiro a *Veja* como um sujeito. No entanto, é inegável que em determinados momentos houve na revista a sua constituição enquanto tal.

A constituição de *Veja* como sujeito no próprio discurso, não ocorreu de forma unívoca,<sup>150</sup> mas foi estabelecida em dois níveis. Um deles é o que parte da interação entre elementos da produção/emissão e recepção, enquanto o outro é aquele constituído apenas mediante a relação entre elementos intrínsecos ao âmbito da produção/emissão.

Cada uma das formas a partir da qual se constitui o sujeito da ação no discurso, é uma forma de atribuir credibilidade ao mesmo. Contudo, considero que a forma mais eloquente e persuasiva, observada nos editoriais, seja o “nós” composto pelo conjunto de produtores/emissores com os receptores. Nessa direção, um elemento de produção/emissão funde-se a

---

<sup>149</sup> Sobre este termo, a partir do qual compreendo *Veja* como um local de produção e difusão de ideologia, ver MORAES, Denis de. *Sociedade Midiatizada*. São Paulo: Mauad, 2006.

<sup>150</sup> A fim de referir essa questão, Carla Silva lança o conceito de “*sujeito veja*”. Diferente de minha perspectiva neste aspecto, a autora compreende que “esse ‘sujeito’ aparece como homogêneo, e envolve tudo o que for publicado pelos jornalistas e editores”. SILVA, Carla. Op. cit. p. 91. Concordo com Silva no que se refere à menção que a autora faz ao “*sujeito Veja*” como sendo aquele que fala em nome de um todo (o país, a sociedade, etc) a fim de ocultar a sua ação partidária (p. 157), que caracteriza a revista como liberal (p. 626). No entanto, na minha perspectiva de desconstrução desse sujeito, esta referência se estabelece especificamente em relação a um elemento que constitui o sujeito do discurso em *Veja*, ao qual me referi como o “nós” composto por *Veja* e seus leitores. No entanto, no meu ponto de vista, este é apenas um dos elementos que compõem o sujeito do discurso na revista, e a consequente constituição discursiva, uma vez que o compreendo como um sujeito multifacetado, em que na maioria das vezes *Veja* é um componente.

um de recepção, e forma com ele um todo articulado. Dessa forma, constitui-se no plano discursivo um sujeito híbrido e universal, que se coloca como porta-voz de um grupo do qual faz parte.<sup>151</sup> A credibilidade, neste caso, provém da noção de pertencimento que é constituída entre o produtor/emissor e o receptor.

No entanto, também ocorreu em *Veja* a constituição de sujeitos no que diz respeito somente ao lado do produtor/emissor do discurso. Nessa direção, a revista constitui um sujeito enquanto marca. Ou seja, nesse caso a marca *Veja* é personificada e passa a ser referida no discurso como um sujeito real.

Outra forma a partir da qual a revista é constituída como o sujeito da ação no discurso, é mediante a composição de um “nós” entre a revista e os sujeitos reais que a produzem. Nessa direção, *Veja* é colocada como pertencendo à mesma natureza de seus repórteres, editores, fotógrafos, colunistas, e demais colaboradores.

Houve, ainda, outro modo de constituir na revista o sujeito ativo no discurso. Trata-se da alusão a sujeitos reais como os protagonistas da ação. Este é o único caso em que *Veja* não faz parte do sujeito da ação no discurso.

Nessa direção, essa construção de sentido vinha da personificação da mensagem através de personalidades que eram entrevistadas, citadas, referidas e associadas a determinados temas, bem como em relação matérias assinadas e colunas de opinião.

No âmbito geral da revista, esta foi a forma predominante na sua constituição discursiva.<sup>152</sup> No entanto, em se tratando especificamente dos

---

<sup>151</sup> Esta, segundo minha perspectiva, constitui uma das facetas do sujeito da ação no discurso em *Veja*. Nessa direção, concordo com Carla Silva, quando a autora diz que “a criação do ‘sujeito *Veja*’ é a forma de ocultar o ‘partido *Veja*’”. SILVA, Carla. Op. cit. p.23. No entanto, compreendo que, para além do que a autora denominou como “sujeito *Veja*”, também existam outras formas para expressar a constituição do sujeito da ação em *Veja*.

<sup>152</sup> Este ponto será abordado de forma mais detalhada no decorrer do trabalho.

editoriais, como é o caso neste momento, reafirmo que a forma mais persuasiva e eloquente foi aquela em que *Veja* compõe o sujeito da ação no discurso.

Mediante essas observações, compreendo que não houve a constituição de um único sujeito no discurso veiculado em *Veja*, tampouco que tenha havido a construção de *Veja* exclusivamente como o sujeito do discurso.

Nessa direção, uma vez que já foi referido o sujeito constituído da interação entre *Veja* e os leitores, destaco a seguir as diferentes formas contidas nos editoriais em que o sujeito do discurso foi constituído, em interação, ou não, com *Veja*.

### 2.7.1 “ELA”: A REVISTA *VEJA*

Através da marca *Veja*, a revista foi constituída como um sujeito protagonista da ação no discurso.<sup>153</sup> Neste sentido, a revista foi personificada através da atribuição de faculdades humanas. Assim, *Veja* aparecia de forma ativa “aplicando”, “fornecendo”, “revelando”, “apresentando”, “completando”, “pretendendo”, “seguindo”, “inaugurando”, “decidindo”, “oferecendo”, “preparando-se”, tendo disposição, demonstrando ter um objetivo, demonstrando satisfação, “revivendo”, “avaliando o que gostaria de ter feito”, “servindo”, pretendendo, fazendo votos, levando aos leitores, “pesquisando”, “assinalando”, “vivendo”, “selecionando”, “fazendo votos”, “encerrando”. Estas são expressões da personificação de *Veja* como um sujeito, dentre as

---

<sup>153</sup> Essa ideia está presente também em SILVA, Carla. Op. cit. p. 91.

quais dos 23 trechos selecionados para demonstração, 20 são construídos sintaticamente em voz ativa tendo a revista como o sujeito da ação.

Com isso, o sujeito Veja foi construído de forma imperativa como o agente das ações que descreve, como aquele que faz, como aquele que desempenha funções e as protagoniza baseadas em faculdades humanas,<sup>154</sup> como se pode observar a seguir:

**aplicando** as clássicas regras do trabalho de reportagem<sup>155</sup>

VEJA **forneceu** a seus leitores<sup>156</sup>

VEJA **revelou**<sup>157</sup>

VEJA **apresenta**, nesta edição<sup>158</sup>

VEJA **completou** sua implantação definitiva na imprensa brasileira<sup>159</sup>

VEJA **não pretendeu fazer** história nem **escrever** um tratado de sociologia ou ciência política [...]<sup>160</sup>

o **objetivo** [de VEJA] foi levar ao leitor uma reflexão<sup>161</sup>

VEJA, como todos os anos, **faz** nesta edição a sua retrospectiva<sup>162</sup>

Na mesma linha em que **vem seguindo** desde 1977, quando **inaugurou a tradição** de fazer o balanço do ano em edições

---

<sup>154</sup> Ver SILVA, Carla. Op. cit.

<sup>155</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

<sup>156</sup> Ibidem.

<sup>157</sup> Ibidem.

<sup>158</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> Ibidem.

<sup>162</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.

especiais, também em 1980, VEJA **decidiu** dar às imagens o destaque central do número [...] <sup>163</sup>

Para VEJA, 1980 não poderia ter sido melhor. <sup>164</sup>

Mais uma vez, neste final de 1981, VEJA chega às bancas e aos assinantes com sua edição especial de fim de ano, como **vem fazendo** desde 1977. <sup>165</sup>

VEJA **prepara-se para entrar em 1982** com a mesma **disposição de servir ao leitor** que tem marcado todas as etapas de sua existência. <sup>166</sup>

VEJA **oferece** aos leitores um amplo estudo a respeito do que pensa e quer a nova Câmara Federal <sup>167</sup>

VEJA **pretende ir além**, com sua reportagem de capa da presente edição, ao **indicar** o que significará [...] <sup>168</sup>

A Câmara que emerge da **pesquisa de VEJA** é basicamente conservadora. <sup>169</sup>

VEJA, em sua tradicional edição de balanço, **revive** para os leitores os principais fatos e imagens destes últimos doze meses. <sup>170</sup>

Não é, em suma, o balanço que VEJA **gostaria** de ter **feito** [...] <sup>171</sup>

VEJA **fazia votos** de poder **levar a seus leitores**, no ano seguinte, um número diferente daquele que então estava sendo fechado. <sup>172</sup>

---

<sup>163</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

<sup>165</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

<sup>166</sup> *Ibidem*.

<sup>167</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

<sup>168</sup> *Ibidem*.

<sup>169</sup> *Ibidem*.

<sup>170</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 799, p. 35, 28 dez. 1983.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 851, p. 35, 26 dez. 1984.



O ano de 1984, felizmente, inverte essa situação, e VEJA **fica satisfeita** por poder **assinalar** isso na presente edição especial.<sup>173</sup>

o ano de 1985 foi um dos melhores que VEJA já **viveu** em toda a sua história.<sup>174</sup>

VEJA **fez uma seleção** de rostos do ano.<sup>175</sup>

VEJA **selecionou** os destaques do ano.<sup>176</sup>

VEJA **selecionou** os destaques de 1987 nas artes.<sup>177</sup>

Portanto, mediante a observação do material destacado é impossível não reconhecer a construção de um sujeito *Veja* e o seu protagonismo na ação do discurso, em que o editor atuava como um narrador desse protagonismo.

No entanto, é necessário destacar que as referências ao sujeito produtor não se restringiram a essa perspectiva. Nessa direção, analisando o mesmo *corpus* documental, encontrei outra forma mediante a qual foi igualmente apresentado o sujeito produtor do discurso, na qual este não aparecia vinculado exclusivamente a *Veja*.

### 2.7.2 “NÓS”: A EQUIPE DE VEJA

Mediante esta forma de construir o sujeito protagonista da ação no discurso, *Veja* e os sujeitos reais que o compõem são tratados indistintamente a partir da construção de um sujeito não determinado.

---

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 903, p. 15, 25 dez. 1985.

<sup>175</sup> *Veja*, São Paulo, n. 956, p. 35, 31 dez. 1986.

<sup>176</sup> Ibidem.

<sup>177</sup> *Veja*, São Paulo, n. 1008, p. 35, 30 dez. 1987.

Cria-se, portanto, um outro “nós” que se diferencia daquele “nós” composto por *Veja* e seus leitores, em primeiro lugar, na medida em que se refere unicamente a um conjunto de produtores do discurso. Diferentemente daquele “nós” – composto por *Veja* e seus leitores – que foi referido anteriormente, não se trata de uma associação entre produtor/emissor e receptor, como ocorreu quando criado um sujeito composto por *Veja* juntamente com os seus leitores.

Em segundo lugar, porque o “nós” (*Veja* e seus leitores) corresponde ao que identifiquei como sujeito ligado direta e predominantemente a elementos de concepção de mundo, ao passo que o “nós” (a equipe *Veja*) corresponde a um sujeito de caráter ligado predominantemente à forma. Nessa direção, destaca-se que nessa formação específica, onde *Veja* aparece associada aos sujeitos reais que produzem o discurso, não é possível identificar o seu protagonismo absoluto.

Dessa forma, neste caso, não há a construção de *Veja* personificada individualmente através de faculdades humanas. Neste caso, os sujeitos da ação não são nomeados individualmente no discurso:

**estamos** aqui **falando** de fatos, não de versões; **estamos apurando**, e contando, o que aconteceu – pois este, e só este, é o **nosso** ramo de atividade.<sup>178</sup>

assim como **encerramos** o ano de 1969 com a edição especial sobre a década de 60, **fechamos** 1979 [...]<sup>179</sup>

Nesta última **chegamos** a 485 700 [exemplares vendidos]<sup>180</sup>

[...] e todos **os nossos votos** são de que a edição final de 1984 possa ser bem diferente desta.<sup>181</sup>

---

<sup>178</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

<sup>179</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>180</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

<sup>181</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 799, p. 35, 28 dez. 1983.

Nesta coletânea, a distinção entre os sujeitos reais e *Veja* fica clara em dois aspectos. O primeiro deles é que, em de tratando de editoriais assinados, este “nós” corresponde a um sujeito real e sua equipe. O segundo são as referências feitas à edição e aos exemplares vendidos, o que leva a interpretar *Veja* como o produto, e não o produtor. O que mostra que não era em todos os casos que *Veja* aparecia personificada ou como o protagonista exclusivo do discurso. Mas que, em alguns momentos *Veja* também apareceu como uma revista, um produto, um objeto material.

### 2.7.3 “ELES”: OS SUJEITOS REAIS PRODUTORES DO DISCURSO EM *VEJA*

Ainda em referência aos sujeitos produtores do discurso, é possível observar outra construção existente nos editoriais da revista. Neste caso, *Veja* também não figurava como o sujeito produtor do discurso, ao passo que esta referência havia sido colocada nomeadamente em relação aos sujeitos reais que produziram a revista.

Dessa forma, os trechos a partir daqui selecionados, embora façam parte do mesmo *corpus* documental dos dois anteriores, demonstram outra construção acerca do sujeito produtor do discurso na revista. Neste ponto específico, o sujeito *Veja* não figura mais, com base nessa perspectiva, como o protagonista das ações, mas estas passam a ser referidas aos nomes e às funções dos sujeitos reais que as teriam desempenhado, construindo assim, outro tipo de credibilidade frente ao leitor. Estes sujeitos, por sua vez, aparecem de forma discriminada, seguidos pelo nome de cada um e/ou a sua função, como sendo “o pessoal de *Veja*”, “a equipe de jornalistas de *Veja*”, “o editor-assistente”, “o correspondente”, “os editores”, “o diagramador”, “o redator-chefe”, “o editor-chefe”, “o subdiretor”.

Assim, nestes trechos em destaque, pode-se observar que *Veja* não figura como um sujeito, mas novamente como um produto decorrente do trabalho dos sujeitos reais que são apresentados pela sua função e nome próprio.

Nesse momento, mediante essa forma de construção discursiva, *Veja* aparece como revista, ou seja, um produto jornalístico criado por sujeitos humanos. Essa concepção fica ainda mais clara ao ser ela relacionada a elementos como a “capa desta edição”, o envolvimento da equipe de jornalistas designada para a “pesquisa, redação e edição deste balanço”, ao “trabalho de jornalistas”, à “tarefa de editar este número especial de *Veja*”, a condução da “presente edição especial”, o “trabalho do editor, editor-assistente e o diagramador que cuidaram do planejamento gráfico e da execução do trabalho de arte da edição”, o destaque ao “planejamento e a edição da capa”, ao “trabalho executado pelos editores”, a “coordenação do redator-chefe”, a “pesquisa anual coordenada pelo editor-chefe”, à “montagem desse quadro de colaboradores atribuída a “equipe de *Veja*”, o envolvimento da “redação de *Veja* [...] coordenada pelo editor-chefe Augusto Nunes”, as suas “sucursais” e os seus “correspondentes”, o trabalho do “editor de Artes e Espetáculos de *Veja*, Mário Sérgio Conti”, o trabalho designado ao fotógrafo, as descobertas e as elaborações que caracterizam o trabalho da “equipe de *Veja*”, a “ampliada atuação na revista atribuída ao subdiretor de Artes e Espetáculos, Okky de Souza”. E, por fim, a exemplos de ação direta, como esta que foi atribuída diretamente ao editor Victor Civita que assinou o editorial do qual foi extraído este trecho: “Há exatamente um ano, neste mesmo espaço, **observei** que, embora 1984 não devesse ser um ano fácil, poderia muito bem ser “o ano da grande virada”.<sup>182</sup>

Vide outros exemplos:

Enviados à Argentina e ao Chile para **cobrir** a crise do canal de Beagle, **o editor-assistente Alfio Beccari e o fotógrafo Pedro Martinelli** viraram o ano entre as geleiras do sul do continente (página 40). Enquanto isso, **Marco Antônio Rezende,**

---

<sup>182</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.

**correspondente de Roma**, era deslocado para o Irã, onde, com entrevistas como a que **fez** com que o líder opositor Karim Sandjabi, **traçou um quadro** das atuais atribuições do xá (página 36). Enfim, sobrou uma parte também para **o correspondente em Washington, Roberto Garcia**. Na quinta-feira, ele foi mobilizado para **ir a Toronto**, onde **cobriu** a parte canadense da compra da Light pelo governo brasileiro, tema de **capa desta edição**.<sup>183</sup>

Sob a coordenação da **editora Dorrit Harazim**, uma **equipe de jornalistas de VEJA**, especialmente destacada para a tarefa, esteve durante três meses envolvida na **pesquisa, redação e edição deste balanço** [...] mesmo porque este não é o trabalho de **jornalistas**<sup>184</sup>

num trabalho coordenado pelo **editor Geraldo Mayrink**, e publicado a partir da página 58, este balanço mostra [...]<sup>185</sup>

Nos últimos dois meses, **o editor Marcos Sá Correa fez um mergulho** a fundo no passado recente – tudo o que aconteceu desde 1 de janeiro de 1980. **Encarregado de editar este** número especial de *VEJA* [...] **Sá Correa terminou seu trabalho** na semana passada [...] ele **começou o ano viajando** para o Iraque [...]. Depois **andou pelo Uruguai**, [...]; pela Itália, **cobrimos os preparativos** da viagem do papa ao Brasil. [...] **esteve envolvido num sem número de tarefas** mais próximas de casa.<sup>186</sup>

A diversidade do trabalho de **Sá Correa**, durante este ano, contribuiu para que ele obtivesse uma excelente visão de conjunto do que foi 1980 e tornou-o especialmente credenciado para reger a presente edição especial – empreitada na qual contou com a colaboração de seus colegas Augusto Nunes, **Gabriel Manzano Filho, Flávio Pinheiro, Tales Alvarenga e dos críticos especializados** da editoria de Artes e Espetáculos de *VEJA*.<sup>187</sup>

[...] Para tanto, foi fundamental o trabalho do editor-assistente Américo Ietto Filho, que, juntamente com o editor Pedro de Oliveira e o diagramador Píndaro Camarinha Sobrinho, **cuidou do planejamento gráfico e da execução do trabalho de arte da edição**. Há a destacar, por fim o **planejamento e a edição da capa**, a cargo do editor-assistente Laércio D'Angelo [...]<sup>188</sup>

**O trabalho foi executado pelos editores de VEJA**, envolvidos durante as últimas semanas na tarefa de **reunir** o que de mais

<sup>183</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.

<sup>184</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.

<sup>185</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.

<sup>186</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.

<sup>187</sup> Ibidem.

<sup>188</sup> Ibidem.

expressivo ocorreu em cada área, e teve a **coordenação do redator-chefe Augusto Nunes**.<sup>189</sup>

Fiéis a uma tradição inaugurada em 1978, **os editores de VEJA** são **convocados**, entre novembro e dezembro, para um mergulho no passado recente, destinado a **trazer à superfície** o que ocorreu de relevante no ano que passou.<sup>190</sup>

Durante quase dois meses, **a redação de VEJA envolveu-se** nessa pesquisa anual – **coordenada** pelo **editor-chefe Augusto Nunes**.<sup>191</sup>

Para **montar esse quadro**, a **equipe de VEJA**, começou a **entrevistar...** O **trabalho continuou após a divulgação dos resultados**, envolvendo todas as sucursais e correspondentes de **VEJA**.<sup>192</sup>

O **questionário**, **armado** em São Paulo **pelo editor Getúlio Bittencourt**, tinha dezenove perguntas.<sup>193</sup>

Há exatamente um ano, neste mesmo espaço, **observei** que, embora 1984 não devesse ser um ano fácil, poderia muito bem ser “o ano da grande virada”.<sup>194</sup>

O **editor de Artes e Espetáculos de VEJA, Mário Sérgio Conti**, passou as últimas três semanas **levantando a história** de uma das mais surpreendentes aventuras já ocorrida no mundo cultural do Brasil: a vida do dicionário Aurélio, o livro brasileiro mais vendido em todos os tempos [...]<sup>195</sup>

**Mário Sérgio descobriu** que a feitura de um dicionário pode ser, antes de mais nada, uma história emocionante.<sup>196</sup>

**Mário Sérgio reviveu** uma viagem cultural [...]<sup>197</sup>

---

<sup>189</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.

<sup>190</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

<sup>194</sup> *Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.

<sup>195</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 957, p. 19, 7 jan. 1987.

<sup>196</sup> *Ibidem*.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

Nos últimos dias de 1987, o **subdiretor da seção de Artes e Espetáculos de VEJA, Okky de Souza**, teve pouco tempo para os festejos de fim de ano.<sup>198</sup>

**Okky voou** até Atlanta, capital do Estado americano da Geórgia [...]<sup>199</sup>

Mal **retornou** a São Paulo, **Okky** – que nasceu em Londres 35 anos atrás e, além de ter um passaporte inglês e outro brasileiro, **trafega** com igual desenvoltura em território carioca e paulista – foi incumbido de **retratar** o fotógrafo [...]<sup>200</sup>

**Okky** vem **apontando** para os leitores de VEJA, há sete anos<sup>201</sup>

[...] **cobriu** o panorama da música, de Mick Jagger a Arrigo Barnabé, **retratou** o samba de Beth Carvalho, **apontou** o sucesso romântico de Agepê, **foi a** Porto Rico, [...] **não faltou** um só desfile das escolas de samba, no Rio de Janeiro.<sup>202</sup>

Hoje, na qualidade de **subdiretor de Artes e Espetáculos**, **ele tem ampliada a sua atuação na revista**.<sup>203</sup>

## 2.8 Personificação

Observando essas construções, relativas ao sujeito da ação no discurso, identifiquei a personificação como uma característica recorrente e

---

<sup>198</sup> *Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 1009, p. 17, 6 jan. 1988.

<sup>199</sup> Ibidem.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Ibidem.

que aparece na constituição desse discurso de diferentes formas e em momentos distintos.

Quando *Veja* é constituída como o sujeito protagonista da ação, por exemplo, há a personificação mediante a atribuição de faculdades humanas à revista. Outro tipo de personificação observada em relação à formação do sujeito da ação no nível do discurso em *Veja* acontece quando trabalhos jornalísticos específicos são atribuídos a sujeitos reais referidos por seus nomes próprios. Neste caso, não é *Veja* que é personificada, mas o continuam sendo os sujeitos da ação. Dentre os três eixos destacados, não se observa a existência de nenhum tipo de personificação, apenas quando o sujeito da ação do discurso é relacionado a um “nós” que não é relacionado a nenhum nome ou a nenhuma faculdade humana.

Observe o quadro a seguir:

Tabela 1: Tipos de personificação em *Veja*.

<b>Sujeito da ação no discurso</b>	<b>Veja – sujeito</b>	<b>Veja – produto</b>	<b>Personificação</b>	<b>Crêterios da personificação</b>
Ela (sujeito <i>Veja</i> )	Sim	Não	Sim	Atribuição de ações e faculdades humanas ao sujeito inanimado PERSONIFICAÇÃO DE TIPO 1
Nós (a equipe de <i>Veja</i> )	Não	Sim	Não	Nenhum
Eles (os agentes reais produtores do discurso em <i>Veja</i> )	Não	Sim	Sim	Discriminação dos sujeitos reais relacionados mediante os seus nomes próprios e/ou funções desempenhadas PERSONIFICAÇÃO DE TIPO 2

Fonte: a Autora. Dados referentes à pesquisa realizada na mostra dos editoriais referidos à página 58.

Conforme a Tabela 1, aponta-se para a construção na revista a construção de um *sujeito Veja* à semelhança do que propõe Carla Silva.<sup>204</sup> Minhas conclusões a esse respeito vão ao encontro das suas, a respeito da existência e das características fundamentais desse sujeito, onde a autora enfatiza a constituição do *sujeito Veja* como uma ação pedagógica e também

<sup>204</sup> SILVA, Carla. Op. cit.



como sendo “a base da caracterização liberal da própria revista, que se vincula às noções de: opinião pública, responsabilidade, quarto poder”<sup>205</sup> que constituíram o padrão liberal sobre o qual se construiu em grande parte a credibilidade da revista diante de seu público.

Entretanto, analisando o *corpus* composto pelos editoriais selecionados, observei que concomitantemente à construção desse *sujeito Veja* proposto por Silva, havia também a construção de outros sujeitos da ação no discurso em *Veja*. Estes tiveram uma função pedagógica e de conferir credibilidade ao discurso e, conseqüentemente, ao projeto ideológico representado na revista.

Contudo, mesmo reconhecendo a importância desse ponto, faz-se necessário destacar os demais elementos que observei nesse sentido. Nessa direção, no que diz respeito aos eixos resumidos no quadro anterior, são relacionados especificamente três subtipos de sujeitos, entre os quais figuram com destaque aqueles compostos, ou representados, por *Veja*. Estes três subtipos de sujeitos consistem em formas distintas do que me refiro como o sujeito da ação no discurso.

Nessa direção, num primeiro momento, identifiquei que o sujeito da ação no discurso constituído na revista foi construído em terceira pessoa como sendo “ela”, que corresponde a *Veja*. Nesse sentido, a revista, personificada mediante a atribuição de ações e faculdades humanas, aparecia como o protagonista da ação.

Num segundo momento, identifiquei figurando como o sujeito da ação um “nós” que representava a equipe de *Veja*, onde não houve uma forma consistente de personificação, já que nenhum sujeito foi discriminado especificamente.

---

<sup>205</sup> Ibidem.

Por último, observei a constituição do sujeito da ação no discurso atribuída a um “eles” construído mediante a personificação da referência aos nomes próprios e cargos ocupados por estes sujeitos reais.

Assim, no primeiro exemplo, *Veja* representava o sujeito da ação no discurso, ou seja, o *sujeito Veja*, aos moldes do que propôs Carla Silva. No entanto, nos outros dois subtipos identificados, não observei a construção deste mesmo *sujeito Veja* como o sujeito da ação no discurso. Diferentemente disso, nos dois outros subtipos, *Veja* aparecia como um produto construído pelos sujeitos reais que, nestes dois casos, figuravam como sujeitos da ação no discurso.

Observa-se este ponto mediante a constituição do “nós” que corresponde à equipe de *Veja*, e igualmente em relação ao “eles” constituído pelos sujeitos reais produtores de *Veja*. Isto indica que, mesmo existindo a construção de um “*sujeito Veja*” como o sujeito da ação no discurso, se faz necessário destacar a coexistência deste com os outros subtipos onde *Veja* não figurava como sujeito tomando por base o mesmo critério de avaliação, que neste caso foi o sujeito da ação no discurso.

É fundamental observar ainda que, ao analisar esses subtipos, identifiquei que a construção desses sujeitos ocorreu predominantemente através da personificação. Conforme destaquei no quadro anterior, dos três subtipos identificados, dois se constituíram através da personificação. Ao analisar estes elementos percebi duas formas através das quais esta ocorreu. A primeira delas, denominei como “personificação de tipo 1”, que consiste em personificar um objeto inanimado – no caso, a revista – atribuindo-lhe faculdades e ações humanas. A segunda, denominei como “personificação de tipo 2”, que ocorre mediante o destaque a uma determinada personalidade através da menção a seu nome próprio ou função.

A observação desses fatores aponta para o indício de que a construção dos sujeitos do discurso observados em *Veja* ocorreu predominantemente

baseada na personificação, que se apresentou de diferentes maneiras mediante as construções discursivas veiculadas na revista.

A relevância em abordar este ponto reside em melhor compreender e identificar as estratégias de constituição discursiva e ideológica utilizadas na revista, bem como identificar os sujeitos reais que representaram em *Veja* o projeto liberal dos anos 1980.

### 3 A ELABORAÇÃO DOS SUJEITOS REPRESENTATIVOS EM VEJA

Ao dispensar o *corpus* documental analisado no capítulo anterior e partir para uma análise que envolveu, mediante critérios e categorias específicas as 520 edições referentes ao período estudado, continuei identificando de maneira veemente a presença de construções discursivas baseadas na personificação.

Nessa direção, observei já na etapa de *leitura flutuante*<sup>206</sup> da íntegra de cada edição, a predominância de personalidades – ou personagens – específicas relacionadas a algum tema em várias seções da revista. Neste caso, a predominância observada recaiu sobre o que denominei no capítulo anterior como “personificação de tipo 2”, que ocorre mediante o destaque a uma determinada personalidade através da ênfase a seu nome próprio, imagem ou função. Identifiquei, portanto, que a credibilidade, e mesmo a visibilidade, acerca de algumas temáticas estava vinculada a esses sujeitos reais que, assim, passavam a representar determinados temas.

Mediante essas observações preliminares, passei a analisar de forma sistemática algumas seções específicas da revista de acordo com a *regra de pertinência*<sup>207</sup> proposta por Laurence Bardin. Nessa direção, seguindo a *regra*

---

<sup>206</sup> Como “leitura flutuante”, refiro-me à primeira etapa da pré-análise para a elaboração de um corpus documental, conforme propõe Laurence Bardin. Segundo o autor, “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por expressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura ‘flutuante’, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009. p. 122.

<sup>207</sup> Conforme Bardin, significa que de acordo com este critério “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise”. De acordo com a autora, a definição de objetivo é “a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão realizados”. Op. cit. p. 124.

*da homogeneidade*<sup>208</sup>, destaquei inicialmente duas seções para verificar se as observações tomadas através de *leitura flutuante* iriam se confirmar.

Nesse sentido, analisei primeiramente as capas de cada edição. Esta seção foi escolhida devido à sua relevância. Afinal, a capa de cada edição é a expressão mais forte do sentido do discurso e de suas implicações ideológicas. Isto porque através da manchete principal de capa conhece-se o foco principal de cada edição, bem como o direcionamento conferido a essa temática. Destaca-se, ainda, que através do conjunto de manchetes presentes nas capas, há uma espécie de resumo dos principais assuntos da edição, o que define seu perfil.

Dessa forma, a capa serve como uma espécie de degustação que, quando suficientemente persuasiva, leva o leitor a adquirir ou não o produto jornalístico, o que faz uma significativa diferença em termos mercadológicos, em se tratando das vendas em banca. No entanto, mesmo quando não são consumidas como produto, as capas das edições permanecem relevantes na medida em que, comercializadas ou não, continuam a desempenhar fortemente uma função ideológica pelo simples fato de estarem visíveis em banca, de levarem a marca de uma determinada editora, de serem diagramadas de uma maneira específica, dos temas nelas tratados chamarem atenção do público.

Assim, partindo destes pressupostos, e considerando a hipótese de constituição do tema mediante a personificação, analisei as capas de forma quantitativa. Nessa direção, considerei apenas a manchete principal de capa, devido à sua maior relevância em termos de visibilidade e por ser esta a manchete responsável pela identidade temática de cada edição. Assim, das 520 capas analisadas, obtive o resultado de que 275 possuíam a manchete principal constituída através da personificação mediante a apresentação de um sujeito representativo eleito para representar um determinado tema.

---

<sup>208</sup> Segundo Bardin, conforme esta regra “os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha”. Op. cit. p. 124.

Constatai, portanto, a ocorrência de personificação no correspondente a 53% do material analisado. O número é significativo, pois é referente somente à manchete principal de capa, sem abranger as manchetes acessórias que também apresentavam essa característica.<sup>209</sup> Este tipo de construção discursiva serviu para chamar atenção para alguma personalidade, e através disso, construir o consenso relativo a um tema específico através da alusão a um sujeito protagonista, ou simplesmente emblemático em relação a um determinado tema.

### **3.1 Sujeito representativo**

Nessa direção, passei a designar os sujeitos referidos mediante técnica de personificação como “sujeitos representativos”. Este conceito foi baseado num critério de visibilidade, para referir essencialmente elementos presentes no plano discursivo. Ele foi elaborado com base nos critérios da “personificação de tipo 2”, inicialmente observada em relação à construção dos sujeitos da ação no discurso constituídos nos editoriais de *Veja*. No entanto, o conceito de “sujeito representativo” não exprime necessariamente uma ação no discurso, podendo ser observado também em relação às construções discursivas onde este sujeito é referido através de um modo passivo.<sup>210</sup> Assim, o conceito de sujeito representativo não é referente

---

<sup>209</sup> Como não me utilizei de nenhum tipo de metodologia para análise de imagem, o critério principal usado nessa análise foi a apresentação do tema relacionado ao nome próprio ou função, escritos por extenso, da personalidade referida. No entanto, vale destacar que sempre que isso ocorreu foi mediante a apresentação da imagem do indivíduo referido.

<sup>210</sup> Enquanto forma ativa, compreendo as construções discursivas que são diretamente atribuídas a falas e/ou ações do sujeito representativo em questão. Como forma passiva, entendo as menções que aparecem no discurso em relação a um determinado sujeito representativo sem que isso corresponda a uma voz e/ou ação direta atribuída a este, consistindo, dessa forma, em um critério mais relacionado à sua visibilidade.

exclusivamente aos sujeitos ativos e protagonistas da ação no discurso. Este é identificado na medida em que é referido em relação a temáticas recorrentes e apresentam um conjunto de características relacionadas ao tema que lhe foi atribuído. Através desse conceito, passei a identificar sujeitos representativos de determinados temas em *Veja*. Por exemplo:

Tabela 2: Sujeitos representativos identificados em *Veja*.

<b>Tema específico</b>	<b>Sujeito representativo</b>
PMDB	Ulysses Guimarães
Greves	Luís Inácio Lula da Silva
Campanha das Diretas	Tancredo Neves
Trabalhismo	Leonel de Moura Brizola

Fonte: a Autora. Dados: acervo de capas entre janeiro de 1979 a dezembro de 1988.

Mediante os exemplos citados, é possível observar que o conceito de “sujeito representativo” não serve exclusivamente para designar um tema ou sujeito esteja necessariamente vinculado de acordo com a linha ideológica da revista. Com base nos exemplos acima, é possível dizer, portanto, que os quatro citados constituíram sujeitos representativos em *Veja*, em relação a determinados temas. No entanto, não é possível dizer que Leonel de Moura Brizola e Luís Inácio da Silva constituíssem sujeitos representativos da linha ideológica presente na revista.

A partir dessa observação, cito as seguintes derivações que identifiquei acerca desse conceito.

### 3.1.1 SUJEITO REPRESENTATIVO **EM VEJA**

Consiste naquele sujeito real que é referido na revista, de forma recorrente, quando nela é abordada uma determinada temática. Neste caso,

são considerados *sujeitos representativos em Veja*, tanto aqueles que aparecem mediante valorização positiva ou negativa na revista, quanto aqueles que aparecem mediante uma valorização negativa na revista, englobando, dessa forma, os sujeitos que aparecem alinhados, bem como aqueles que não o são, em relação à proposta da revista. Estes sujeitos representativos nem sempre podem ser considerados *intelectuais orgânicos*,<sup>211</sup> pois o conceito de *sujeito representativo* está diretamente ligado às formas de visibilidade conferidas a esses sujeitos.

### 3.1.2 SUJEITO REPRESENTATIVO DE VEJA

Trata-se de um sujeito representado em *Veja*, conforme mencionado acima. No entanto, neste caso específico, este sujeito aparece de forma alinhada com os pressupostos ideológicos e partidários<sup>212</sup> manifestados e defendidos na revista. Dentro dessa variação, o conceito de sujeito representativo de *Veja* vai ao encontro do conceito gramsciano de *intelectual orgânico*. No entanto, não é possível dizer que o conceito de intelectual orgânico seja necessariamente sinônimo de sujeito representativo, pois no processo de elaboração e veiculação do discurso, há a presença de outros intelectuais organizadores da cultura, entre eles representantes dos interesses de classe expressos e defendidos na revista que não adquirem visibilidade. Dessa forma, compreendo que os sujeitos representativos de *Veja* que aparecem no discurso são intelectuais que se diferenciam dos

---

<sup>211</sup> De acordo com a acepção gramsciana, o intelectual orgânico é aquele que organiza e difunde os elementos ligados à concepção de mundo e aos interesses da classe a qual representa para os demais segmentos da sociedade no sentido de estabelecer a hegemonia desse grupo no contexto sócio-histórico. Ver GRAMSCI, Antonio. v. 2. Op. cit. p. 15-6.

<sup>212</sup> Conforme o sentido utilizado para esta expressão no capítulo anterior.



demais intelectuais orgânicos atuantes nesse processo pelo critério da visibilidade.

Tendo essas especificidades em vista, e considerando que minha pesquisa ocorre essencialmente sobre formas de visibilidade discursiva, entendo ser adequada a utilização do conceito de *sujeito representativo*. No entanto, vale adiantar que, em alguns casos, como será observado no decorrer deste trabalho, os conceitos de *intelectual orgânico* e *sujeito representativo* se tornam complementares.

Confirmada a predominância nas capas da construção de sujeitos representativos através da personificação, passei a analisar de forma mais criteriosa aquela seção que foi nitidamente a que mais se utilizou da constituição de uma determinada temática com base na construção de sujeitos representativos: as “páginas amarelas”, ou seção “Entrevista” de *Veja*.

### **3.2 Seção “Entrevista”**

As “páginas amarelas” de *Veja* compreenderam uma seção de amplo destaque na revista. Do ponto de vista da forma, vale destacar que essas entrevistas seguiam o padrão conhecido no jornalismo como “entrevistas pingue-pongue”,<sup>213</sup> tratando-se basicamente do tipo de entrevista onde há sucessivamente a formulação de uma questão, seguida da resposta atribuída ao entrevistado. Ao referir-se ao gênero, Nívea Silva destaca a sua dimensão

---

<sup>213</sup> SILVA, Nívea Rohling. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação (Mestrado em Linguística). UFSC, Florianópolis. 2007.

social e dimensão verbal. Em relação ao primeiro aspecto, ela aponta as seguintes características:

Na **dimensão social** do gênero, consideramos como elementos relevantes as particularidades da esfera sócio-discursiva do jornalismo e jornalismo de revista (segmentação da esfera do jornalismo) e a situação de interação discursiva que se estabelece entre autor e leitor, mediada pela esfera jornalística. A autoria do gênero é de responsabilidade da esfera do jornalismo e ocorre em uma relação de co-autoria entre jornalista e editoria. O interlocutor previsto corresponde ao leitor da revista; sendo este um leitor de revista semanal de informação que tem interesse pelos diversos acontecimentos sociais da atualidade.<sup>214</sup>

Em relação ao segundo ponto, prossegue:

Já a partir da análise da **dimensão verbal**, podemos dizer que o gênero entrevista pingue-pongue constitui-se em um enunciado citado da entrevista face a face e, mais que isso, em uma reenunciação dessa na qual ocorre um enquadramento do discurso do entrevistado, que é valorado na entrevista pingue-pongue.<sup>215</sup>

Do ponto de vista da “dimensão verbal”, referida pela autora, vale destacar que, mediante a reenunciação, ou o modo de apropriação das falas dos entrevistados, é atribuída uma direção ao discurso. Por isso é fundamental compreender a linha ideológica seguida no veículo de comunicação analisado. Só assim é possível perceber como, no aspecto de conjunto, essas falas são editadas, bem como o lugar que elas ocupam em determinado momento histórico, ou mesmo dentro de cada edição. A esse aspecto me refiro como sendo a forma através da qual os sujeitos passam a ser constituídos na revista. Nessa direção, além de sua dimensão ideológica, destaco também a importância dos principais elementos sobre os quais esses aspectos foram construídos.

Outra característica relativa à forma foi destacada por Nívea Silva levando em conta a extensão textual. Neste sentido, as páginas amarelas de *Veja* podem ser definidas como o que, segundo a autora, é denominada de

---

<sup>214</sup> Idem. Os índices sociais de valor no gênero entrevista pingue-pongue, do Jornalismo de Revista. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUC-SP, v. XVII, p. 444-60, 2008.

<sup>215</sup> Ibidem.

“entrevista pingue-pongue nuclear”. Trata-se de um agrupamento dentro do gênero definido pela posição e extensão dessas entrevistas dentro da revista. De acordo com essa referência, as entrevistas pingue-pongue satélites são aquelas que são destaque na revista, constituindo nela uma seção à parte, ocupando pelo menos uma página inteira da publicação.

[...] a extensão página simples ocupa 1 (uma) página inteira, o que possibilita, em média, a apresentação de 10 (dez) perguntas e de um amplo espaço para as respostas do entrevistado. Essa extensão é utilizada na publicação das entrevistas nucleares [...] e concede ao gênero uma ampliação do espaço, **o que confere uma maior visibilidade ao entrevistado, caracterizando, em geral, uma valoração positiva, pois essa entrevista tem um maior destaque dentro da edição da revista**, tendo em vista que não se “aporta” tematicamente a outras reportagens ou seções. Isso significa dizer que a entrevista já não cumpre a tarefa de completar um bloco temático, logo não disputa o espaço com outros gêneros, e que, nessa extensão, **a entrevista pingue-pongue constitui-se em gênero principal na página, conferindo à entrevista uma valoração positiva intensificada, uma vez que o destaque ao gênero (e ao entrevistado) aumenta significativamente.**<sup>216</sup>

Conforme a passagem referida, em relação à sua extensão, as “páginas amarelas” de *Veja* se enquadram nessa categoria, pois cada entrevista conta em média com três páginas para a sua publicação. Além disso, o conjunto dos pontos destacados serve para apontar as potencialidades de constituição temática contidas nas entrevistas das “páginas amarelas” em *Veja*. Através destes elementos objetivei enfatizar, com base no estudo referido, o destaque conferido a essas entrevistas em cada edição e a relevância em selecionar esta seção da revista para análise.

As “páginas amarelas” ganharam um *status* privilegiado nas edições da revista. Isto pode ser observado fundamentalmente através do espaço em número de páginas, que totalizava em geral um número de três por edição, as quais poderiam ser intercaladas, ou não, por publicidade. Outro indicativo deste amplo destaque concedido à seção “Entrevista” foi também o lugar por ela ocupado dentro da edição. Nessa direção, esta seção – também popularmente conhecida como “páginas amarelas” – constituía a primeira

---

<sup>216</sup> Ibidem.

seção da revista, vindo imediatamente após a publicidade estampada no verso da capa ou posterior à primeira folha, também de publicidade, da edição. Nesse sentido, não pode deixar de ser citado também o elemento de destaque visual conferido à seção “Entrevista”, que a fez ser conhecida também como “páginas amarelas”. Trata-se da coloração do papel das páginas sobre as quais as entrevistas eram impressas. Contribuindo, dessa forma, para chamar de forma destacada a atenção dos leitores.

Assim, através dessas páginas de amplo destaque na revista, se reforçava a visibilidade acerca de determinadas temáticas através da ênfase a determinadas personalidades que já desfrutavam de uma posição de destaque em diversas esferas da sociedade da época. Mediante essa visibilidade, reforçava-se, em vários níveis<sup>217</sup> a consolidação ao sentido discursivo e à postura ideológica representada na revista. Nessa direção, as páginas amarelas passaram a representar, mediante uma entrevista conduzida por jornalista e dentro das especificidades do gênero mencionado, o espaço reservado à opinião personificada através dos sujeitos em destaque.

Essas opiniões eram, em geral, condizentes com as posturas político-ideológicas defendidas na revista.<sup>218</sup> E sua justificação era construída através da valorização do entrevistado. Mediante valores específicos relacionados a esta justificação, eram enfatizados elementos referentes à trajetória deste. Uma trajetória que, em muitos casos, era descrita incorporando aspectos biográficos e diversos da vida da personalidade entrevistada. Observou-se, no entanto que, de forma predominante, isto era realizado ressaltando as características da sua vida profissional. Nessa direção, havia o destaque que recaía sobre a formação e atuação profissional do entrevistado.

---

<sup>217</sup> As referências a este ponto aparecerão no quadro a seguir através das categorias e unidades de significação constituídas mediante a análise destas fontes.

<sup>218</sup> Mesmo observando que a grande maioria dessas opiniões eram construídas afirmativamente no sentido de respaldar a concepção de mundo e o posicionamento político-ideológico representado em *Veja*, não é possível dizer que na revista elas apareciam de forma homogênea e exclusiva. Há que se destacar a presença de intervalos reservados às opiniões incompatíveis em alguns pontos àquelas defendidas na revista, e até mesmo àquelas que se constituíam como verdadeiros contraditórios à opinião defendida em *Veja*.

Destaco a seguir alguns exemplos, tomados nesse momento apenas de forma ilustrativa para demonstrar a inferência anterior. Esta exposição é relativa a alguns trechos das descrições referentes a alguns entrevistados desta sessão em *Veja*, no período de 1979 a 1988.

Jorge Domínguez:

Nasceu em Cuba e mudou-se pra os EUA, com a família, em 1960. Professor do Departamento de Governo da Universidade de Harvard, é considerado um dos principais especialistas americanos em questões cubanas. Acaba de publicar o livro *Cuba, Ordem e Revolução*.<sup>219</sup>

Eduardo Portella: “Professor universitário, escritor, advogado, crítico literário, político, Ministro da Educação, Secretário do Estado de Cultura RJ, membro da ABL”.<sup>220</sup>

Paul A. Samuelson: “Prêmio Nobel de Economia em 1970, [...] 64 anos, é o autor de um dos maiores Best Sellers já produzidos pela ciência econômica”.<sup>221</sup>

Elismar Coutinho:

Diretor do único centro brasileiro de pesquisas clínicas da Organização Mundial da Saúde (OMS), professor titular da Reprodução Humana da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.<sup>222</sup>

Fernando Henrique Cardoso: “Aos 52 anos, Fernando Henrique exhibe um currículo intelectual sem similar no Senado, até porque pôde aprimorá-lo nos dez anos em que, impedido de dar aulas no Brasil, brilhou em universidades estrangeiras”.<sup>223</sup>

José Arthur Giannotti:

---

<sup>219</sup> *Veja* – Depoimentos, São Paulo, n. 539, p. 6, 3 jan. 1979.

<sup>220</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 546, p. 3, 21 fev. 1979.

<sup>221</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 567, p. 3, 18 jul. 1979.

<sup>222</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 612, p. 3, 28 maio. 1980.

<sup>223</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 772, p. 3, 22 jun. 1983.

[...] ele já cumpriu todas as etapas da vida acadêmica, escreveu teses, estudou na França e nos Estados Unidos, produziu uma obra fundamental da filosofia brasileira (Trabalho e Reflexão), é presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, e atualmente dá cursos de pós-graduação na Universidade de São Paulo, na qualidade de professor aposentado.<sup>224</sup>

Assim, considerando a recorrência de elementos dessa ordem na descrição dos entrevistados, e observando essa relevância na sua apresentação, estabeleci o eixo de investigação baseado em identificar categorias de profissionais às quais estes entrevistados pertenciam.

Este trabalho exploratório foi realizado em relação a um universo de 511 entrevistas onde de cada uma foi retirado um conjunto de expressões que foram utilizadas para designar o entrevistado. A estas expressões, me referi como sendo unidades de significação<sup>225</sup> temáticas, pois são referentes ao conjunto de expressões utilizadas para designar as atividades profissionais dos entrevistados. Com base nestes termos retirados diretamente do discurso analisado, criei categorias de análise que contemplassem o significado, em conjunto ou de forma isolada, dessas unidades de significação.

As categorias foram elaboradas conforme *procedimento de exploração*, descrito por Laurence Bardin como aquele que permite “a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses”.<sup>226</sup> Permanecendo na referência metodológica para categorização baseada em Bardin, destaco que as categorias utilizadas nesta etapa não foram provenientes em última análise do que o autor se refere como

---

<sup>224</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 885, p. 3, 21 ago. 1985.

<sup>225</sup> Esta designação vai ao encontro do que Laurence Bardin sugere como “unidade de registro”. BARDIN, Laurence. Op. cit. p. 130. No entanto, minha categorização não se encontra circunscrita no sentido exato a nenhuma das unidades de registro propostas por Bardin. Aproxima-se mais da unidade definida por ela como “a palavra”, contudo, me detenho em considerar apenas palavras idênticas, mas igualmente expressões sinônimas ou similares que remetem a um sentido comum. Por exemplo: tanto as expressões “deputado” quanto “governador”, eu atribuo a “político”, uma vez que é o sentido comum ao qual essas expressões, distintas do ponto de vista semântico, se referem.

<sup>226</sup> BARDIN, Laurence. Op. cit. p. 125.

“funcionamentos teóricos hipotéticos”.<sup>227</sup> Ou seja, não foram tomadas *a priori*, com base em mecanismo de indução. Diferentemente disso, as categorias foram criadas a partir da “classificação analógica e progressiva dos elementos”,<sup>228</sup> onde “o título conceptual de cada categoria somente é definido no final da operação”.<sup>229</sup>

Através destes esclarecimentos metodológicos, me reporto ao processo através do qual as categorias de análise desta sessão foram elaboradas.

Tabela 3: Categorias de análise da seção “Entrevista” de *Veja*.

<b>UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO TEMÁTICA REFERENTES A ATIVIDADES PROFISSIONAIS ATRIBUÍDAS AOS ENTREVISTADOS</b>	<b>CATEGORIA</b>
candidato (a) do (partido político) - dirigente partido - político- deputado – governador – prefeito - líder do (partido político) -presidente da Câmara - senador - presidente do (legenda correspondente) - secretário geral (legenda correspondente) - líder da chapa - presidente nacional do (legenda correspondente) - relator da comissão do (legenda correspondente) - presidente do senado - ex-presidente - o constituinte	POLÍTICOS  A categoria abrange os filiados de algum partido político que fizeram da política uma atividade profissional, e que foram referidos predominantemente por esta atividade nas páginas amarelas de <i>Veja</i> . Ex: candidatos (eleitos ou não), presidentes e demais membros de partidos políticos.
professor universitário - autor de livro (área específica) - doutor (a) em - SBPC, CAPES, CNPq - nobel (área) – cientista - rigor acadêmico - intelectual brilhante - mundo acadêmico - professor universitário – reitor -estudioso da área – cátedra -catedrático - teórico de sucesso – diretor do museu – best-seller (área) - seminários na universidade - coordenador de pesquisa - professor universitário – professor coordenador - vitalício – substituto – adjunto – catedrático – convidado - mestre-assistente – historiador – sociólogo – antropólogo – cientista político – SBPC – CEBRAP – CEDEC – CNPq – CAPES – ANPOCS - chefe de departamento - teórico e professor - vida acadêmica - diretor da faculdade - detetive da ciência -escritor (área técnico-científica específica) – pesquisador - doutor em - mestre em- - aposentado da universidade - carreira universitária – especialista – teórico de sucesso – coordenador de pesquisa – seminários na universidade – papa da ciência	INTELECTUAIS A  Intelectuais ligados à ciência, pesquisa e à vida acadêmica.

<sup>227</sup> Ibidem. p. 147.

<sup>228</sup> Ibidem. p. 147.

<sup>229</sup> Ibidem. p. 147.

<p>poeta – pensador – brilhante ensaísta – intelectual - escritor (ficção) - escritor (escrito jornalístico) - crítico literário - tradutor (a) – romancista – compositor – dramaturgo – editor da revista - autor best-seller ficção - Nobel de literatura – poeta - conferencista - teatrólogo - roteirista de cinema – tradutor</p>	<p>INTELECTUAIS B</p> <p>Intelectuais ligados ao ramo das artes e da comunicação: Poetas, ensaístas, escritores (ficção e jornalistas-escritores), críticos literários, tradutores, romancistas, compositores, autores best-sellers de ficção, editores e diretores revistas, Nobel literatura, etc.</p>
<p>músico - artista plástico – carnavalesco – compositor - diretor - ator – cantor - humorista- coreógrafo – ator – atriz - inventor do samba de breque- sambista - galã de novelas – sanfoneiro – cineasta - filho da tropicália - ex-rebelde do teatro de vanguarda - bailarino – escultor - apresentadora – roqueiro - regente e violoncelista - estrela do cinema francês - primeira dama do Ballet Stuttgart – pianista - líder do grupo (nome do grupo) -cientista da batuta (maestro) - ídolo romântico de Hollywood - grande intérprete de jazz – diva - astro de televisão – diretor - rainha do rock - ator e autor - batente do batuque - gênio maior da música – estilista – produtor- locutor</p>	<p>PROFISSIONAIS DA ARTE</p> <p>Profissionais atuantes no ramo das artes e da comunicação. Profissionais ligados a funções artísticas.</p>
<p>atleta - vice presidente da Federação set 1988 – técnico - técnico da seleção de vôlei - jogador de futebol - Presidente do Comitê Olímpico Internacional - técnico da seleção - piloto de fórmula 1 (tricampeão) - campeão mundial de voo livre – goleiro - dirigente esportivo - jogador de vôlei - diretor técnico da Federação Francesa de Futebol</p>	<p>PROFISSIONAIS DO ESPORTE</p> <p>Profissionais ligados ao ramo esportivo, como atletas, técnicos, treinadores, ocupantes de cargos executivos em instancias esportivas.</p>
<p>Dom (nome) – arcebispo – cardeal - prelado vaticano – Papa - Presidente da CNBB - secretário geral da CNBB – bispo - primeiro cardeal</p>	<p>RELIGIOSOS</p> <p>Ocupantes de cargos e demais funções ligadas a instancias religiosas.</p>
<p>militar da reserva - Brigadeiro- coronel - comandante da Polícia Militar- militar - chefe militar – general</p>	<p>MILITARES</p> <p>Ocupantes de cargos e funções ligados às Forças Armadas.</p>
<p>Premio Nobel da Paz - preso político - música de protesto - livro-denúncia - direitos humanos - presidente diretório - líder palestino -líder sandinista - líder dos metalúrgicos – dissidente -feminismo/feminista – exilado - presidente sindicato</p>	<p>ATIVISTAS</p> <p>A categoria aborda os entrevistados referidos na revista fundamentalmente por essa atividade. Os quais eram defensores ativos de causas políticas, sociais, sindicais. Não se tratando, necessariamente, de militantes políticos.</p>
<p>industrial - empresário presidente da FIESP - líder empresarial - presidente do grupo (nome) – banqueiro - proprietário do maior grupo de escolas - executivo IBM</p>	<p>EMPRESÁRIOS A</p> <p>Empresários ligados ao ramo de produção e comercialização de bens de consumo e divisas. Industriais, empresários, banqueiros, executivos de</p>



	grandes empresas.
diretor do jornal – editora da revista – o dono do SBT – o dono da Editora Nova Fronteira – o proprietário do Washington Post e da revista Newsweek – sócio de uma televisão – o grande executivo para recuperar a Bandeirantes – diretor da Rede Manchete	EMPRESÁRIOS B  Empresários do ramo das comunicações como, editoras, redes de rádio, TV, revistas, jornais.
Presidente – aiatolá – primeiro ministro – nomes específicos de chefes de Estado	CHEFES DE ESTADO  Autoridades máximas de Estado.
Diplomata- chanceler – consultor do governo – ministro – embaixador – porta-voz – juiz – diretor do SNI – ex-ministro – ministro-chefe – secretário municipal – secretário estadual – procurador – secretário de segurança pública	FUNCIONÁRIOS DE ESTADO  Profissionais referidos a partir de sua ligação à estrutura estatal em seus diversos níveis, como burocratas, tecnocratas, embaixadores, membros do judiciário.
jornalista - analista militar (jornalista) – psiquiatra - professora de classe média - o papa a publicidade - mestre da atividade publicitária – advogado - especialista indiano em política demográfica (jornalista) -jornalista americano - colunista (jornalista) – economista - tributarista (advogado) – médico	PROFISSIONAIS LIBERAIS  Profissões que podem ser exercidas de maneira autônoma .Médicos, advogados, jornalistas técnicos.
Industrial + matemático + político - arquiteto + pensador – diplomata + economista + tecnocrata - múltiplas atividades , presidente da FAMERJ + analista de sistema do Serpro - jornalista + ex-funcionário público – atriz + militante + feminista + deputada – jurista + consultor.	MIX  Profissionais polivalentes que foram referidos a partir da multiplicidade de funções que teriam desempenhado em um mesmo momento ou em momentos distintos.
Futurólogo - dirigente máximo da ACNUR (Comissariado na ONU) - magnata saudita - autora best-seller (sem formação específica)– pensador - escritor preso político - presidente da bolsa do Rio – nobre	OUTRO  Profissionais que não se enquadram nas demais categorias. São caracterizados por desempenhar ocupações ímpares, ou que desfrutam de condições pouco comuns na sociedade.

Fonte: a Autora. Dados relativos às 511 entrevistas das “páginas amarelas” de *Veja* no período de janeiro de 1979 a dezembro de 1988.

Assim, identifiquei em cada uma das entrevistas qual o conjunto de unidades de significação mais propício para definir as categorias utilizadas para situar cada entrevistado. Feito isso, passei a identificar cada entrevistado mediante uma categoria e, na sequência, procedi a uma análise

quantitativa da recorrência dessas categorias nas páginas amarelas de *Veja*. O resultado obtido foi o seguinte:

Tabela 4: Recorrência das categorias de análise na seção “Entrevista” de *Veja*, em 511 exemplares.

<b>Categoria</b>	<b>Regularidade de entrevistas</b>
Políticos	74 (14,48%)
<b>Intelectuais A</b>	<b>150 (29,35%)</b>
Intelectuais B	44 (8,61%)
Profissionais da Arte	71 (13,89%)
Profissionais do Esporte	21 (4,11%)
Religiosos	15 (2,93%)
Militares	12 (2,34%)
Ativistas	18 (3,52%)
Empresários A	21 (4,11%)
Empresários B	12 (2,34%)
Chefes de Estado	8 (1,56%)
Funcionários de Estado	36 (7,04%)
Profissionais Liberais	13 (2,54%)
Mix	8 (1,56%)
Outro	8 (1,56%)

Fonte: a Autora. Dados relativos às 511 entrevistas das “páginas amarelas” de *Veja* no período de janeiro de 1979 a dezembro de 1988.

Analisando as entrevistas selecionadas, e distribuindo-as entre as 15 categorias distintas criadas, foi possível designar o perfil dos entrevistados de acordo com as atividades profissionais mediante as quais estes eram apresentados na revista. Deste universo de 511 entrevistas, a parcela mais significativa, totalizando 150 (29,35%) entrevistas, foi daqueles aos quais defini como “intelectuais A”.<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> Esta categorização foi criada a fim de diferenciar esta categoria da que denominei de “intelectuais B”, que por sua vez era composta fundamentalmente por intelectuais ligados ao ramo das artes e da comunicação.

### 3.3 “Intelectuais A”

Como dito anteriormente, a unidade de significação denominada como “intelectuais A” foi criada mediante análise exploratória, conforme propõe Laurence Bardin, com base nas expressões utilizadas no próprio texto para designar os entrevistados. Nessa direção, dentro desta categoria específica, selecionei o conjunto de expressões que identifiquei como sendo utilizadas a fim de designar esse grupo de entrevistados. Trata-se de expressões relativas à atuação profissional desses indivíduos, à sua formação, titulação e atividades relacionadas ao meio acadêmico e científico. A seleção que realizei com base nesses termos não se restringiu a nenhum critério pré-determinado, assim como não me detive apenas naqueles que apareciam de forma recorrente ou predominante. Selecionei todo e qualquer termo que identifiquei como estando relacionado à construção de sentido que denominei como “intelectuais A”. Nessa direção, destaquei as seguintes expressões, e as agrupei da seguinte forma:

Tabela 5: Expressões relativas à atividade profissional dos entrevistados em “Intelectuais A”.

<b>ATIVIDADE (ATUAÇÃO)</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>EXPRESSÕES LIGADAS À ATIVIDADE</b>	<b>EXPRESSÕES LIGADAS AOS ENTREVISTADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- diretor</li> <li>- diretor da Capes</li> <li>- ex-reitor</li> <li>- professor universitário</li> <li>- professor vitalício-</li> <li>- professores estrangeiros</li> <li>- professor substituto</li> <li>- professor adjunto</li> <li>- pesquisador</li> <li>- professor convidado</li> <li>- professor assistente</li> <li>- catedrático</li> <li>- cientista</li> <li>- reitor</li> <li>- coordenador de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- doutor em</li> <li>- mestre em</li> <li>- especialista</li> <li>- PhD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- cátedra</li> <li>- rigor acadêmico</li> <li>- mundo acadêmico</li> <li>- seminários na universidade</li> <li>- mestrado</li> <li>- Carreira universitária</li> <li>- Tese de mestrado</li> <li>- acervo científico</li> <li>- doutorado</li> <li>- Vida universitária</li> <li>- Discussão nos círculos universitários</li> <li>- Círculos acadêmicos</li> <li>- vida acadêmica</li> <li>- Cadeira de ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estudioso da área</li> <li>- teórico de sucesso</li> <li>- detetive da ciência</li> <li>- escritor (dentro da área específica)</li> <li>- grande intelectual</li> <li>- Coordena uma pesquisa</li> <li>- papa da ciência</li> <li>- professores universitários</li> <li>- intelectual brilhante leciona</li> <li>- aposentado na universidade</li> <li>- Atividade teórica</li> <li>- Erudição pesada</li> </ul>

pesquisa - diretor de Museu - chefe de departamento - teórico e professor - diretor da Faculdade - professor-coordenador - Mestre-assistente - pesquisadores universitários - professor titular - Futuro reitor		- Postos da hierarquia universitária - carreira universitária - universidade brasileira	- Paraninfo - publicou - autor de livros (área específica) - Nobel de (área específica) - Best-Seller (área específica) - sotaque de rigor acadêmico do professor
--	--	---	--

Fonte: a Autora. Dados relativos às 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

Tabela 6: Instituições referidas nas entrevistas em *Veja*.

<b>Instituições citadas</b>	
Universidade de Harvard PUC-SP SBPC Universidade de Campinas USP Instituto Manguinhos Instituto Biológico de SP Massachussets Institute of Technology Unicamp Universidade de Washington Faculdade de Letras de Lisboa Universidade de Roma PUCRS Instituto do Coração Cebrap Universidade de Stanford Escola Politécnica de Paris Universidade Carnegie-Mellon Instituto Pasteur Universidades de Princeton e Oxford Fundação Carnegie Instituto Bio-Manguinhos PUC do Rio de Janeiro Hospital Batista de Menphis ONU Univesidade Federal Fluminense Universidade de Florença Pontificia Universidade Católica do Rio King's College Universidade da Califórnia em Los Angeles Centro Europeu para a Pesquisa Econômica e Social Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade do Texas Universidade Phillips em Marburgo Universidade Federal de Santa Maria Instituto de Medicina Aeroespacial da Força Aérea Alemã Instituto de Estudos Econômicos e Sociais de	Universidade de Colúmbia PUC do Rio Universidade do Brasil Universidade de Princeton Universidade Federal da Bahia Universidade de Bologna Universidade Federal do Rio de Janeiro Sorbonne Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Faculdade Nacional de Direito Ecole Pratique de Hautes Etudes Collège de France Universidade de Aix-en-Provence Instituto Nacional de Pesquisas Médicas de Londres Yale Harvard New York University Universidade de Yale Universidade de Moscou Universidade da Geórgia Cornell University Universidade de Vanderbilt Capes Universidade do Texas FAPESP Universidade Mackenzie Universidade de Boston Universidade da Califórnia Instituto Tecnológico da Aeronáutica Hudson Institute Universidade Federal do Ceará Pontificia Universidade Católica de São Paulo Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Universidade de Georgetown Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

São Paulo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea Universidade de Siracuse Universidade de Paris Escola Paulista de Medicina Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris Universidade do Estado do Rio de Janeiro FGV Conselho Monetário Nacional Instituto de Imunologia da Basileia	Universidade de Brasília Fundação Getúlio Vargas Universidade de Sorbonne Museu Oceanográfico do Principado de Mônaco Instituto de Política em Washington Universidade de Bristol Unesp em Araraquara Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
--	--

Fonte: a Autora. Dados relativos às 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

Estes elementos<sup>231</sup> extraídos da revista foram utilizados para descrever os entrevistados pertencentes ao grupo que defini como “intelectuais A”. A atribuição dessas características a esse grupo encontrava-se ligada à criação de uma autoridade intelectual em torno das temáticas atribuídas a esses entrevistados.

A partir disso, passava-se a constituir uma parte significativa do discurso na revista, de acordo com a linha ideológica e argumentativa que vinha sendo representada na Editora Abril desde meados dos anos 1960.<sup>232</sup> Nessa direção, observa-se o grau de valorização que o saber formal, erudito e científico recebeu em *Veja*, evidenciando o traço iluminista presente na linha adotada pela Editora Abril e nessa publicação específica. Isto, por sua vez, consiste em um eixo fundamental na constituição da linha adotada na editora, e especificamente na revista *Veja*.

Assim, identifica-se que os elementos os quais caracterizaram este grupo que denominei, do ponto de vista metodológico, como “intelectuais A”, encontram-se diretamente ligados à especialização profissional destes indivíduos. Dessa forma, os intelectuais que correspondem a esta categoria em *Veja* podem ser identificados, em sentido amplo, como aqueles que correspondem a

---

<sup>231</sup> Alguns dos elementos desta tabela se repetem em termos de significado, como por exemplo “USP” e “Universidade de São Paulo”. Ambos foram tabulados por se tratarem de formas distintas que aparecem no texto em referência a instituições.

<sup>232</sup> Sobre esse tema, vide capítulo 1 deste trabalho.

[...] uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas.<sup>233</sup>

Relativo aos procedimentos de análise, conforme sublinhei anteriormente, o *corpus* inicial contou com 511 entrevistas. No entanto, um dos objetivos é que no decorrer da análise haja uma filtragem que possibilite definir com maior clareza o perfil dos sujeitos representativos mais eloquentes na revista. Assim sendo, defini 15 categorias, dentro das quais selecionei a de maior destaque. Trata-se da categoria denominada “intelectuais A”, que constitui sozinha uma fatia de 29,35%, totalizando 150 entrevistas referentes a essa categoria.

A expressão gráfica (Figura 2) desta fatia percentual serve para enfatizar o seu destaque mediante as demais categorias definidas no universo de 511 entrevistas que correspondem ao total do *corpus* analisado nesta seção.

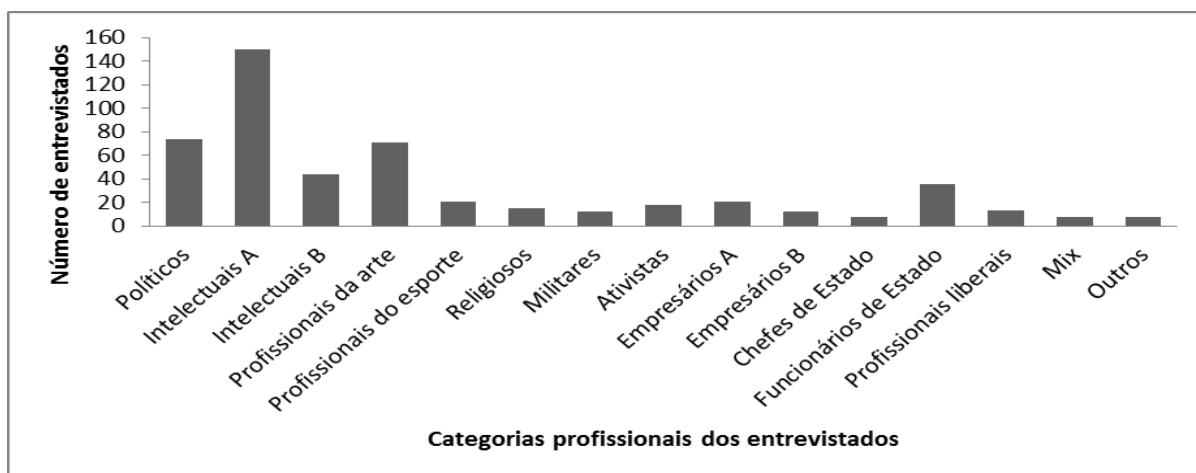


Figura 2: Categorias profissionais identificadas entre os entrevistados nas “páginas amarelas” de *Veja*.

Fonte: Dados relativos a 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

<sup>233</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. v. 1. 5ª ed. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 637.

Devido a sua predominância maciça entre os entrevistados das páginas amarelas, tomei como eixo analítico aqueles caracterizados como “intelectuais A”. Nessa direção, realizei um levantamento dos entrevistados nas 150 entrevistas, conforme resumido no quadro abaixo:

Tabela 7: Entrevistados em *Veja* designados como “Intelectuais A”.

<b>Entrevistados</b>		
1) Jorge Domínguez	52) Crodowaldo Pavan	101) Juan Arias
2) Boris Goldemberg	53) Oscar Camilión	102) Antônio Barros de Castro
3) Françoise Dolto	54) Esther de Figueiredo Ferraz	103) David Klatzmann
4) Olavo Setúbal	55) Elie Wiesel	104) Sérgio Paulo Rouanet
5) Paul Johnson	56) Tércio Pacitti	105) Celso Furtado
6) Eduardo Portella	57) Herman Khan	106) José Serra
7) Freitas Nobre	58) William Ouchi	107) Joaquim Guedes
8) Benjamin Spock	59) Luiz de Gonzaga Fonseca Motta	108) Horácio Macedo
9) Paulo Freire	60) Carlos Eduardo Meirelles Matheus	109) John T. Noonan Jr.
10) Philip Knightley	61) Bolívar Lamounier	110) Leonard Spector
11) José Reis	62) Zbigniew Brzezinski	111) Alfredo Norberto Bica
12) Paul Samuelson	63) Manoel Pedro Pimentel	112) Afonso Arinos de Melo Franco
13) Mikhail Stern	64) Afonso Arinos de Mello Franco	113) Edmar Bacha
14) João Manoel Cardoso de Mello	65) César Cals	114) Marilena Chauí
15) Pedro Celso Cavalcanti	66) Yves Laulan	115) Hélio Jaguaribe
16) Lisboa	67) B.F. Skinner	116) Antônio Estevam de Lima Sobrinho
17) Lúcio Colletti	68) Fernando Henrique Cardoso	117) Helio Lemmi
18) Paulo Brossard	69) Jacques-Yves Cousteau	118) Celso Furtado
19) Norberto Bobbio	70) Edmar Bacha	119) Mario Henrique Simonsen
20) James R. Schlesinger	71) Michel Moffit	120) Wanderlei Guilherme dos Santos
21) Fredrich A. Hayek	72) David Brookshaw	121) Roberto Macedo
22) Donald Zagoria	73) Claude Lévi-Strauss	122) Thomas Gleaton
23) Rinaldo de Lamare	74) Gilberto Freyre	123) Brunetto Chiarelli
24) Branca Moreira Alves	75) Rudiger Dornbusch	124) Vera Rudge Werneck
25) David Erlich	76) Nicolau Sevckenko	125) Francisco Lopes
26) Nelson Senise	78) Maria Conceição D’Incao	126) Rita Levi-Montalcini
27) George F. Wiil	79) Michel O’Leary	127) Fernando Henrique Cardoso
28) Elismar Coutinho	80) Pierre Chaunu	128) José Bernardo Cabral
29) Giuseppe Alberigo	81) Fernando de Campelo Gentil	129) Geraldo Medeiros
30) Samuel Pizar	82) Roberto Campos	130) Robert Peter Gale
31) Albert Sabin	83) Jandira Masur	131) Adam Schaff
32) Maria da Conceição Tavares	84) Alain Touraine	132) Antônio Flávio Pierrucci
33) Joffre Dumazedier	85) Evaristo de Moraes	133) Ruy Gomide do Amaral
34) Guillermo O’Donnel	86) Octávio Gouvêa de Bulhões	134) Luiz Werneck Vianna
35) Tarcísio Burity	87) Niels Jerne	135) Elliott Abrams
36) Seweryn Bialer	88) João Sayad	136) Donald Johanson
37) Heleno Fragoso	89) Adib Domingos Jatene	137) Crodowaldo Pavan
38) William Simon		138) Antônio Delfim Netto
39) Fernand Braudel		
40) Gérard Lebrun		
41) Adam Bruno Ulam		
42) Zhores Medvedev		

43) Marc Ferro	90) Jeane Kirkpatrick	139) Fernando Henrique Cardoso
44) Stephen Joseph	91) Jean-François Revel	140) Guillermo O'Donnel
45) Marcos Fábio Lion	92) Silvano Raia	141) Dirk Berg-Schlosser
46) Wassily Leontief	93) José Arthur Giannotti	142) José Aristodemo Pinotti
47) James Tobin	94) Ana Maria de Souza Barbosa	143) Nelson Jobim
48) Miguel Reale	95) Edward Albert Feigenbaum	144) João Manoel Cardoso de Mello
49) Lawrence Pezzullo	96) Maria da Conceição Tavares	145) Francisco Lopes
50) Carl Sagan	97) Elizabeth Badinter	146) Aníbal Cavaco-Silva
51) Cláudio de Moura Castro	98) Paulo Rabello de Castro	147) Reiner Kemmler
	99) Franco Modigliani	148) Marcos Faria Figueiredo
	100) Jean-Jacques Servan-Schreiber	149) Edmundo Campos
		150) Harold Lever

Fonte: a Autora. Dados relativos às 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

Observei, no entanto, que houve a recorrência de 7 entrevistados. O passo seguinte foi o de identificar o número de vezes em que estes foram entrevistados nas páginas amarelas entre 1979 a 1988, chegando aos seguintes dados:

Tabela 8: Recorrência de entrevistados em *Veja*.

<b>TOTAL DE ENTREVISTAS</b>	<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	<b>ENTREVISTADOS RECORRENTES</b>	<b>NÚMERO DE VEZES</b>
150	142	Fernando Henrique Cardoso	3
		Maria da Conceição Tavares	2
		Guillermo O'Donnel	2
		Afonso Arinos de Melo Franco	2
		Celso Furtado	2
		Crodowaldo Pavan	2
		João Manoel Cardoso de Mello	2

Fonte: a Autora. Dados relativos às 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

Mediante este passo de filtragem e respectiva análise de recorrência, concluí que o número de entrevistados nas 150 entrevistas referidas foi de 142. Assim, passo a me deter a partir deste momento nos sete nomes recorrentes no período entre 1979 a 1988, e os elementos de suas respectivas entrevistas.



Os critérios comuns a essas entrevistas que foram tomados como eixos analíticos, conforme exposição a seguir, correspondem à forma como os entrevistados foram constituídos na revista, a sua postura em relação ao governo e à oposição, e às sugestões de caráter prescritivo atribuídas a esses entrevistados.

### 3.3.1 MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Maria da Conceição Tavares foi um dos intelectuais pertencentes à categoria “intelectuais A”, entrevistados com recorrência no período estudado. Em *Veja*, ela foi representada como uma força de oposição, dotada da credibilidade necessária para analisar e propor alternativas à situação vivida no país naquele período.

Na entrevista de 1980, intitulada como “O importante é o debate”,<sup>234</sup> essa credibilidade provinha da autoridade de uma economista, professora universitária renomada e autora de livros na área:

Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Campinas, onde coordena cursos de pós-graduação. Crítica severa da política econômica posta em prática no Brasil desde 1964, Conceição marcou época também com livros e artigos, escritos em pesada linguagem técnica, alvejando o governo e tecnocratas no dialeto que eles entendem – o economês.

No entanto, embora não apareça ao longo de toda a entrevista nenhuma menção a qualquer filiação partidária da entrevistada, há também a referência na entrevista à postura de oposição de Maria da Conceição Tavares:

---

<sup>234</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 629, p. 3-6, 24 set. 1980.

A mais crítica e polêmica economista de oposição acha que o Brasil se encontra em uma encruzilhada, e que é preciso conversar. É ótimo que a oposição tenha propostas políticas, como a convocação de uma Constituinte, com que concordo, mas é preciso que tenha propostas de política econômica também. [...] Num país onde se eliminou, e ainda não se reabilitou, a possibilidade de a oposição vir a ser governo, tudo fica mais difícil.<sup>235</sup>

Além dessa menção específica, isso se torna claro na medida em que, conforme apontam os trechos destacados na primeira entrevista, ela se coloca contrária predominantemente em relação a três pontos específicos. O primeiro deles é a crítica à política econômica do governo e, conseqüentemente, à deficiente e arcaica gestão por parte do mesmo, que já não estaria conseguindo acompanhar as demandas da sociedade através do seu *modus operandi*. O segundo é a crítica ao autoritarismo e à sua forma estatal, então representada pelo governo da época. E, por último, é criticada de forma direta a organização política do país, que não permitia a ascensão da oposição ao governo através de meios legais.

Como proposta de ação, além das prescrições de ordem econômica, o ponto enfatizado pela economista é o diálogo, ou seja, a via pacífica e a negociação como recomendação de conduta:

O mais importante, repito, é o debate. Trata-se de saber, e dramaticamente, se vai existir uma nação, depois de várias décadas de existência de um Estado nacional, com todas as perversidades de um Estado autoritário. Precisamos é estar preparados para responder a desafios como: como administrar a crise, como desenvolver a dependência energética e os problemas de balanço de pagamentos, como resolver as questões agrícola e habitacional. Estas perguntas não estão sendo formuladas de forma inteligível, quanto mais adequada. E é preciso não dar a elas respostas antigas. Conceição quer se envolver no debate econômico, que, segundo julga, precisa ser o mais amplo possível. E isso para que não se contenha em fazer só denúncias. Propõe alternativas.<sup>236</sup>

Assim, embora Maria da Conceição Tavares não representasse a ideologia liberal preconizada em *Veja*, essa credibilidade construída em torno

---

<sup>235</sup> Ibidem.

<sup>236</sup> Ibidem.

da sua figura e a veiculação de suas opiniões de oposição, serviam para fortalecer a postura de oposição ao governo defendida na revista.

Essa construção de sentido permaneceu na entrevista de 1985, intitulada como “Os riscos do trimestral”,<sup>237</sup> onde a economista critica outro ponto sempre muito enfatizado nos discursos formulados em *Veja*: “Acho que se criou um vício em relação às personalidades carismáticas. Não há como esquecer que o Delfim da época do milagre econômico, no começo da década de 70, era muito apreciado”.

Nessa direção, Tavares faz críticas à cultura personalista que se desenvolveu no país em torno de personalidades carismáticas, e aponta como exemplo Delfim Netto. Este é um ponto que remete a uma crítica ao populismo e a todos os demais valores embutidos nesse conceito, inclusive o modelo de Estado e conseqüentemente de política econômica, que vinha sendo enfaticamente criticado em *Veja*.

Nesta segunda entrevista, as opiniões da entrevistada continuaram a ser justificadas pela sua autoridade intelectual e de professora universitária. No entanto, este aspecto foi acrescido de um componente de maior peso, quando a economista foi referida como uma liderança intelectual em relação a uma corrente do pensamento econômico brasileiro:

Líder histórica dos economistas de esquerda do PMDB. A economista do PMDB [...] Nesses trinta anos em que vive no Brasil, Conceição, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Campinas, foi mestre e líder de uma legião de economistas ligados à chamada “esquerda não-marxista” – a corrente de pensamento que mais combateu a política econômica desde 1964.<sup>238</sup>

Nessa direção, as opiniões manifestadas pela entrevistada ganharam o peso de serem emitidas pela líder de uma corrente de pensamento e de oposição. Contudo, é na ênfase ao termo “não-marxista” que se observa um critério fundamental da oposição que foi valorizada positivamente em *Veja*. Embora nesse momento a oposição ainda estivesse organizada de forma

---

<sup>237</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 893, p. 3-6, 16 out. 1985.

<sup>238</sup> *Ibidem*.

difusa, e fortemente unida pelo objetivo de antagonizar com o governo, sempre que possível era reforçado em *Veja* que a oposição “legítima” na revista, era a oposição considerada não-marxista.

Ainda, nesta segunda entrevista, foi ressaltado o vínculo partidário da entrevistada com o PMDB, que até esse momento era o partido mais enfatizado em *Veja* como representante dessa oposição que estava se constituindo e consolidando no Brasil naquele momento.

De acordo com o tom que predominou na entrevista por parte de Tavares, as suas recomendações ocorreram em relação a possíveis medidas que poderiam ser implementadas na área econômica: “A economista do PMDB propõe reajustes de salários sempre que a inflação atingir o nível de 30%, seja em três, seja em dois, seja em só um mês”.<sup>239</sup>

Portanto, não compreendo Maria da Conceição Tavares como um sujeito representativo da ideologia liberal em *Veja*. Mas compreendo que a forma como ela foi constituída no discurso da revista a tornou um sujeito representativo de oposição e as suas opiniões, dirigidas aos pontos em que destaquei, ajudaram a referendar um conjunto de aceções e posicionamentos que eram igualmente constitutivos da postura de oposição representada em *Veja*.

### 3.3.2 GUILLERMO O’DONNELL

Na entrevista de 1980, intitulada “Um pacto pela abertura”,<sup>240</sup> a credibilidade de Guillermo O’Donnell se deu através da ênfase à sua carreira universitária, na medida em que o entrevistado era apresentado como um

---

<sup>239</sup> Ibidem.

<sup>240</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 632, p. 3-6, 15 out. 1980.

cientista político que “dá aulas no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro”.

Suas análises foram direcionadas ao comportamento eleitoral nas eleições de 1974 que, segundo ele, expressava a insatisfação de diferentes camadas do eleitorado em relação ao governo. Para isso, O’Donnel destacou os temas abordados pelo MDB na campanha. Entre eles, algumas das bandeiras também levantadas de forma recorrente nos discursos veiculados em *Veja*. Entre elas, o destaque para a desnacionalização da economia, a questão da distribuição de renda e a bandeira das garantias individuais. Observe:

[...] depois das eleições de novembro de 1974, que foram uma completa surpresa tanto para o regime quanto para a oposição. Elas mostraram que havia uma insatisfação básica com o governo Médici, uma insatisfação que atingia todas as camadas da sociedade. Isso foi demonstrado pelos grandes temas da campanha do MDB. O tema da desnacionalização da economia sensibilizou os empresários. A questão da distribuição da renda favoreceu a penetração do partido oposicionista nas classes pobres. E a bandeira das garantias individuais garantiu o voto das camadas médias da população. Por isso, considero as eleições de 1974 um marco fundamental no processo brasileiro.<sup>241</sup>

Assim, ao serem colocados através da voz atribuída a um renomado intelectual como sendo a vontade do povo, e por se tratarem de temáticas recorrentemente enfatizadas em *Veja*, se reforçou o sentido de que os discursos veiculados na revista representariam os mesmos anseios desse desejo que o cientista político atribuiu a três setores distintos da população, unificando-os de forma a desconsiderar a sua identidade de classe, bem como as suas demais demandas específicas. Contribuindo, dessa forma, para reforçar o caráter universalista do discurso proferido em *Veja* nesse período.

Ao anunciar estes elementos relacionando-os aos temas de campanha do MDB, este segmento de oposição aparecia naquele momento como o representante político-institucional desses interesses considerados universais. Tratava-se, portanto, de reforçar este segmento de oposição.

---

<sup>241</sup> Ibidem.

Nessa direção, a prescrição que teria sido feita pelo cientista político e professor universitário, acerca daquele momento, apareceu da seguinte forma: “O cientista político argentino acha viável um acordo entre a oposição e o governo brasileiro, mas pergunta se o regime aceita perder eleições”.<sup>242</sup>

Na entrevista de 1988, intitulada de “O risco do arcaico”,<sup>243</sup> a credibilidade científico-acadêmica do entrevistado apareceu de forma intensificada. Neste sentido, passou a ser destacada com maior ênfase a sua formação, bem como o seu trânsito nas principais instituições de ensino superior e pesquisa do país, bem como a sua atuação em instituições estrangeiras, conforme destacado nas entrevistas acima.

Estudou Direito e Filosofia e envolveu-se na militância política e chegou a ser presidente da união nacional de estudantes do seu país. Formado em Ciência Política pela prestigiada Universidade de Yale. Especialista em América Latina é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap, e professor convidado da USP. Em agosto, ele parte para a Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, onde dirige o Instituto Kellog para Estudos Internacionais. Estudou Direito e Filosofia e envolveu-se na militância política e chegou a ser presidente da União Nacional dos Estudantes do seu país.<sup>244</sup>

Outro fator que também se observa em relação à forma como foi descrito o entrevistado é que, assim como em relação a Maria da Conceição Tavares, na construção da credibilidade em torno do entrevistado ocorre a combinação entre duas de suas características: o intelectual e o político. Nessa direção, também foi destacada a característica de militante político de Guillermo O’Donnel.

Em relação ao caráter de oposição contido na entrevista, este se deu fundamentalmente em relação a uma forma específica de institucionalizar e de se fazer política. Nesse sentido, mais uma vez se observou a descrição de um modo arcaico, ultrapassado que estaria então representado através do modo em que os grupos da situação faziam política e a maneira como, sob a

---

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1036, p. 5-8, 13 jul. 1988.

<sup>244</sup> Ibidem.

égide do governo, as instituições políticas eram mantidas no país através de “métodos provincianos”.

O cientista político diz que há o perigo de a democracia brasileira morrer lentamente se os civis insistirem em governar com métodos provincianos. Dentro do acordo de todos com todos, o PT surgiu como um partido diferente, com uma nova prática política. Mas agora, no episódio da escolha do candidato do PT que concorrerá às eleições para a prefeitura de São Paulo, ele caiu na postura principista ideológica. O partido escolheu Luiza Erundina como candidata porque ela encarnava melhor certos princípios e afastou Plínio Sampaio da disputa, quando ele poderia ter mais chances de forjar alianças e até de chegar à prefeitura. Se os partidos de esquerda se mantiverem presos a velhas posições ideológicas, se não constatarem que a História mudou, poderão vir a não ter expressão social e se ver reduzidos a influenciar a penas guetos sociais. Vejo com simpatia o surgimento do PSDB, no sentido em que aparece como um elemento diferenciador na política brasileira, como algo diverso do PMDB. Ele também ajuda o PMDB a se definir, a adquirir um perfil mais compreensível. Mas o partido do tucano não pode ficar restrito somente às questões éticas ou aos discursos. Ele precisa provar a eficácia das suas ideias políticas, precisa transformá-las em algo concreto.<sup>245</sup>

No entanto, essa crítica de O’Donnel se estendeu também a um outro setor em emergência na oposição naquele momento: o Partido dos Trabalhadores. Nessa direção, o cientista político destaca que, mesmo tendo surgido como um partido diferente, o PT teria caído na mesma “postura principista ideológica” até então encarnada na política brasileira. E ainda, segundo o cientista político, o PT não seria um partido que defendia interesses universais, mas estaria restrito a certos guetos sociais. O que representava, obviamente, um elemento a ser alvo de críticas na revista, pois através dela era defendida uma postura político-ideológica de cunho universalista e liberal, e que defendia essencialmente interesses opostos aos criticados.

Na sequência, O’Donnel destacava a sua simpatia pela criação do PSDB, como um partido diferenciado do PMDB que, segundo ele, não teria um perfil muito compreensível. Dessa forma, as críticas do entrevistado ocorreram de forma direcionada tanto ao governo quanto a dois outros setores da oposição: o PT e o PMDB. Assim, baseado na sua simpatia pelo

---

<sup>245</sup> Ibidem.

jovem partido e pela sua autoridade de político e de intelectual, destacou a importância de o PSDB provar a eficácia de suas ideias e de transformá-las em algo concreto.

Esta postura manifestada pelo entrevistado, constituía a base para a recomendação que viria a seguir, onde era enfatizada a proposta de um novo modo de fazer política, que se tornou um fundamento peessedebista:

É preciso mudar a maneira de fazer política e de governar – mudar na prática e não só nos discursos. A adesão à modernidade poderia começar pelo reconhecimento das diferenças. Há setores importantes do empresariado brasileiro, por exemplo, que nem sequer reconhecem os trabalhadores como interlocutores válidos. São donos de empresas bem aparelhadas, que exportam seus produtos para países desenvolvidos, mas que, internamente, mantém um relacionamento extremamente pobre, ou nulo, com os seus trabalhadores. Se os atores políticos e sociais não admitem as diferenças entre si, o diálogo entre eles fica muito difícil.<sup>246</sup>

Assim, dentro do discurso do entrevistado, estava interligado à valorização positiva do PSDB como uma alternativa de mudança. Esta configurou uma postura que passou a ficar bastante clara como bandeira de *Veja* nesse período, conforme abordarei no capítulo 5. Nessa direção, compreendo que Guillermo O'Donnell corresponde a um sujeito representativo da ideologia expressa e defendida em *Veja*.

### 3.3.3 AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Na entrevista de 1983, intitulada “A crise política”,<sup>247</sup> a credibilidade de Afonso Arinos foi construída em torno da sua condição de professor de uma instituição superior de ensino, juntamente com a menção aos cargos públicos e de atuação político-institucional já ocupados pelo entrevistado.

---

<sup>246</sup> Ibidem.

<sup>247</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 757, p. 3-6, 9 mar. 1983.



Além da condição de político e intelectual, é destacada sua erudição através da expressão “vive entre três andares de livros”:

Ex-constituente, ex-senador e ex-chanceler vive entre três andares de livros, longe há mais de quinze anos da vida pública [...] ele é talvez a única pessoa que há quatro anos se dedica a estudar, com o rigor de constitucionalista e a participação de seus alunos na Fundação Getúlio Vargas, um modo de transferir os problemas políticos brasileiros para uma Assembléia Nacional Constituinte.<sup>248</sup>

Já a postura de oposição do entrevistado foi observada unicamente com relação ao governo. Mais especificamente ao seu descrédito tanto no exterior quanto no contexto interno do país: “O governo perdeu o crédito. O governo não tem crédito no exterior nem crédito de confiança internamente”.<sup>249</sup>

Nessa direção, a previsão do entrevistado era de que seria inevitável uma Assembleia Constituinte que, segundo ele, levaria ao sistema parlamentarista de governo. De acordo com o texto publicado em *Veja*: “O ex-chanceler acha inevitável uma Assembleia Constituinte e acredita que ela levará ao sistema parlamentarista de governo”.<sup>250</sup>

Na segunda entrevista, realizada no ano de 1986 e intitulada de “Eu sou um elitista”,<sup>251</sup> a credibilidade de Afonso Arinos foi remetida à sua condição de jurista, constituinte e professor em nível superior, na medida em que sua apresentação foi feita da seguinte maneira: “Jurista e professor da Fundação Getúlio Vargas”.

Nessa entrevista, a sua postura crítica era dirigida fundamentalmente aos partidos políticos que, segundo ele, não estariam representando “os brasileiros”:

Os partidos não estão representando os brasileiros, absolutamente. Nem querem ou se importam em fazê-lo. [...] o PT não tem um caráter de partido. É uma fusão de intelectuais de esquerda com operários inteligentes, sem estrutura ideológica, que emergiu

---

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Ibidem.

<sup>251</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 926, p. 5-8, 4 jun. 1986.

exatamente na ausência dos outros partidos. O PT se identifica nos fins, mas não se identifica nos grupos que o compõem.<sup>252</sup>

Esta crítica foi direcionada com ênfase ao Partido dos Trabalhadores que, segundo sua análise, não teria um caráter de partido, conforme aqueles que o entrevistado reconhecia como tais.

Nesta entrevista, Arinos não lançou nenhuma sugestão prescritiva. Apenas encerrou falando do que estaria fazendo como constituinte:

No Brasil, a complexidade do texto é uma imagem de nossas carências. Estamos tomando uma porção de medidas complicadas para atender a interesses muito grandes que são também complicados. Faço o possível para diminuir o número de capítulos e artigos, mas temo que a nova Constituição fique igual à da Índia. A Constituição da Índia é um catatau.<sup>253</sup>

A meu ver, Afonso Arinos não pode ser classificado como sujeito representativo da ideologia expressa em *Veja*, até mesmo a considerar por seu histórico político-ideológico pertencente à matriz conservadora udenista. Nesse aspecto, a única aproximação com a postura representada em *Veja*, seria o caráter de oposição ao Estado e a todos os demais valores representados através da organização político-ideológica da “Era Vargas”. Mas a sua postura geral não corresponde à ideologia liberal representada em *Veja*, apenas converge em alguns pontos de antagonismo. Num aspecto mais restrito ao contexto da entrevista, outro ponto de convergência seria o de oposição sistemática ao Partido dos Trabalhadores. Esta postura vai ao encontro da tecitura da linha ideológica observada em *Veja*.

---

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> Ibidem.

### 3.3.4 CELSO FURTADO

Na entrevista de 1983, cujo título era “Faltou uma boa gestão”,<sup>254</sup> a credibilidade de Celso Furtado foi construída fundamentalmente baseada na sua atuação como economista, conferencista renomado, e especialista no tema “A crise mundial”, autor de livros na área, autor de ensaio publicado em meio de comunicação e professor em instituição superior de ensino fora do país. Sua atuação como intelectual e analista econômico aparecia como sendo endossada também por personalidades de destaque da política internacional, conforme trecho a seguir:

[...] é com essas idéias que o conferencista Celso Furtado vem garantindo platéias repletas nos seminários que atualmente comanda na Ecole de Hautes Etudes Sociales, da Universidade de Sorbonne, em Paris, sobre o tema ‘A crise mundial e o Brasil’. A respeito desse mesmo tema, Furtado produziu um longo ensaio recentemente publicado no influente jornal *Le Monde Diplomatique*. E já prepara o vigésimo livro desde *A Economia Brasileira* (1954), prosseguindo uma carreira de autor que já lhe rendeu traduções em uma dezena de idiomas e 1,5 milhão de exemplares vendidos. Endossado por parceiros ilustres, como o ex-chanceler alemão Helmut Schmidt e o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger.<sup>255</sup>

Na referida entrevista, a crítica do entrevistado era direcionada fundamentalmente ao governo e à sua má administração que, segundo Furtado, seria o grande responsável pela crise econômica vivenciada no país naquele momento.

**Uma das mais substanciosas contribuições ao pensamento econômico do PMDB.** [...] O documento trazia a assinatura do economista Celso Furtado, que ocupou, no governo João Goulart, o cargo equivalente ao de ministro do Planejamento. Começa com a advertência: “A atuação política das oposições não deve ser improvisada e tampouco cingir-se ao trabalho crítico”. E passa a uma série de recomendações que resumem as idéias insistentemente pregadas por esse paraibano de Pombal, de 63 anos. Para o

---

<sup>254</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 760, p. 3-6, 30 mar. 1983.

<sup>255</sup> *Ibidem*.

economista, grande parte da culpa pelo fato de a economia brasileira ter ido ao fundo do poço deve-se a erros administrativos”.<sup>256</sup>

Diante disso, o entrevistado tecia suas sugestões:

Entre as recomendações, Furtado inclui a renegociação dos acordos recentemente firmados com o FMI, a luta por um período de carência de dois anos para os pagamentos ao exterior, reformas no sistema bancário nacional e a criação de um plano de geração de empregos. Em essência, que só um esforço para a recuperação mundial e um plano global para a renegociação das dívidas externas dos países em desenvolvimento resolverão a grave crise de pagamentos internacionais.<sup>257</sup>

De acordo com o tom predominante na entrevista, as considerações de Furtado a esse respeito, forma referidas como residindo basicamente na esfera econômica.

Na segunda entrevista, do ano de 1986 e intitulada “A moratória é uma opção”,<sup>258</sup> a credibilidade do entrevistado foi constituída através de sua condição de economista, militante e expoente da esquerda do PMDB. Também foi enfatizada a sua “vasta bagagem acadêmica”, com destaque para a sua passagem por instituições estrangeiras:

Economista e militante do PMDB. Expoente da esquerda do PMDB. Ministro da Cultura. Dono de uma vasta bagagem acadêmica, com passagens pela Universidade de Sorbonne, em Paris, e organismos econômicos das Nações Unidas.<sup>259</sup>

Nessa direção, as recomendações do entrevistado eram no sentido de o governo empreender uma renegociação com o FMI, e dentro disso, destacava um conjunto de recomendações específicas, conforme apontado nos trechos destacados referentes à entrevista: “O país deve inverter os termos da questão e propor um entendimento em bases diferentes das atuais”.<sup>260</sup> O trecho a seguir ocorre nessa mesma direção: “O ex-ministro do Planejamento

---

<sup>256</sup> Ibidem.

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 952, p. 5-8, 3 dez. 1986.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> Ibidem.

defende a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, se não houver acordo com os credores”.<sup>261</sup>

Nessa entrevista, não houve uma crítica destacada em oposição a nenhum setor político-ideológico específico ligado à oposição ou à situação. O assunto da entrevista girou basicamente numa linguagem predominantemente econômica, sem conferir destaque à dimensão política do tema. No entanto, houve uma crítica implícita nas recomendações do entrevistado, onde a sua posição era propor um entendimento com os credores do país em termos diferentes dos atuais. Como segunda alternativa, o economista propunha de se fazer, com a cautela necessária, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

Mediante esses aspectos, não considero Celso Furtado como sendo propriamente um sujeito representativo da ideologia liberal em *Veja*.

### 3.3.5 JOÃO MANOEL CARDOSO DE MELLO

Na primeira entrevista, datada de 1979 e intitulada como “O MDB é contra a crise”,<sup>262</sup> a credibilidade de João Manoel Cardoso de Mello foi constituída em *Veja* a partir da carreira intelectual-acadêmica, bem como da militância política de oposição do entrevistado:

Professor João Manoel Cardoso de Mello, 37 anos, da Universidade de Campinas (SP), doutor em Economia com um trabalho sobre a evolução tardia do capitalismo brasileiro. Dono de uma rica teia de relações com empresários e líderes sindicais da nova geração, o professor Cardoso de Mello, paulista com nobre ascendência de políticos e fazendeiros, tornou-se desde março passado – quando

---

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 572, p. 3-6, 22 ago. 1979.

assinou a ficha de inscrição no MDB – o oposicionista mais requisitado a falar sobre a crise econômica. Um dos principais economistas da oposição. Economista fundador da Unicamp e Facamp.

Outro fator destacado na descrição que sustentava a opinião do entrevistado foi o seu trânsito entre diferentes segmentos de classe. Segundo os trechos destacados nessa entrevista, João Manoel viria de uma família de fazendeiros e naquele momento manteria “uma rica teia de relações com empresários e líderes sindicais da nova geração”.<sup>263</sup> A ênfase a estes aspectos remete a uma questão amplamente presente no projeto político-ideológico representado em *Veja* em que a aliança de classes, ou pacto social, representava um ponto fundamental.

Ainda na primeira entrevista, o entrevistado se coloca claramente como sendo de oposição, e critica a administração do então governo brasileiro, salvo algumas medidas tomadas por Delfim Neto no terreno prático:

Curiosamente, no terreno prático, as propostas de Cardoso de Mello estão muito próximas das ideias de Delfim Netto. Uma coincidência que o economista do MDB atribui ao tempo que “o ministro dedicou ao estudo das críticas que a oposição lhe dirigia na época do chamado ‘milagre econômico’, origem dos problemas atuais que Delfim terá a oportunidade de corrigir. [...] a administração energética do Brasil tem sido uma irresponsabilidade sem limites. [...]. Não se fez absolutamente nada de significativo nas áreas realmente importantes, como é o caso dos usuários de óleo combustível”.<sup>264</sup>

No terreno das prescrições, e demais posicionamentos por parte do entrevistado, novamente aparece referência ao incentivo a uma política de alianças do governo com segmentos democráticos do empresariado e políticos liberais. Na defesa de seus posicionamentos, o entrevistado também apontava para a importância da democratização das instituições e da administração estatal a fim de, pela via política, assegurar a criação de um tipo de Estado necessário para viabilizar as condições para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

---

<sup>263</sup> Ibidem.

<sup>264</sup> Ibidem.

Defende a reativação geral da economia. E admite que “Delfim Netto está certo ao tabelar os juros. [...] negociar exige, simultaneamente, a busca de um entendimento com os segmentos democráticos do empresariado. E também o reforço da aliança com os políticos liberais comprometidos com a justiça social e com a soberania nacional. [...] a reformulação da política econômica será tanto melhor sucedida quanto mais largo o espaço, mais forte o Parlamento e mais rápido o fluxo dos vários canais de representação da sociedade. Agora, é preciso dizer que há empresários que conseguem ultrapassar a visão corporativa dos interesses de seu negócio. São os empresários que conseguem enxergar quais são os interesses a longo prazo do capitalismo; que sabem que o sistema de livre iniciativa no Brasil só pode ser duradouro se houver mais justiça social e estabilidade democrática. [...] são lideranças que sabem, pela primeira vez, que não se pode firmar o capitalismo no Brasil por meio da ditadura. Isso não passa de uma ingenuidade e há muitos empresários que sabem disso. Eu defendo o monopólio estatal do petróleo. Mas não acho admissível que a Petrobras tenha tanto poder com tão pouco controle e o exerça unicamente para melhorar o seu desempenho financeiro. O que a Petrobrás precisa é de um controle democrático. É preciso dizer que é perfeitamente viável realizar uma política econômica que atenda a recuperação da economia, contenção da inflação, crescimento do emprego e aumento dos gastos sociais. Este é o meu pensamento e também o da oposição brasileira à qual pertencço. O problema esta na viabilidade política”.<sup>265</sup>

Na entrevista de 1988, sob o título de “Um país de ciclotímios”,<sup>266</sup> a credibilidade de João Manoel Cardoso de Mello continuava a ser construída em torno da sua atuação como intelectual-acadêmico e político de oposição:

Professor João Manoel Cardoso de Mello, diretor do Instituto de Economia da Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas, no interior de São Paulo um dos autores do plano Cruzado. Ex-assessor do ministro Dilson Funaro.

As críticas do entrevistado estavam totalmente direcionadas ao governo, ao qual se referia como sendo artífice de uma política medíocre, imobilista, com ausência de projeto e de perspectiva, conforme destacado a seguir: “O Brasil está perdendo o bonde da História. Medíocre [a política do governo]. É a política da falta de projeto, da falta de perspectiva, do imobilismo”.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> Ibidem.

<sup>266</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1046, p. 5-8, 21 set. 1988.

<sup>267</sup> Ibidem.

A essas críticas, era remetida a ideia de atraso e anacronismo a que o país estaria submetido mediante a administração do então governo. Este também era um posicionamento recorrente nos discursos veiculados em *Veja* nessa época, e sobre a qual foram erigidas grande parte das críticas direcionadas às políticas estatais: “O Brasil está tão atrasado que algumas inovações da Constituinte saudadas como grandes avanços sociais chegam a ser grotescas”.<sup>268</sup>

De acordo com esses pontos predominantes nas duas entrevistas, é possível categorizar João Manoel Cardoso de Mello como um sujeito representativo do projeto de oposição representado em *Veja*, já que na posição atribuída ao entrevistado, foi possível observar os pontos fundamentais que orientaram o programa pautado e defendido na revista.

Retomando a entrevista de 1979, destaco outro ponto que demonstra o alinhamento da visão do entrevistado com a postura contida na revista. O trecho destacado a seguir, decorre do questionamento sobre a possível orientação ideológica dos segmentos do empresariado com os quais defendia as alianças:

VEJA – O senhor fala das lideranças empresariais que muitos funcionários do governo consideram de esquerda?

MELLO – Mas como de esquerda? Ao contrário. Elas são o simétrico das novas lideranças sindicais, tão elogiadas nos últimos meses. São lideranças que sabem, pela primeira vez, que não podem firmar o capitalismo no Brasil por meio da ditadura. Isso não passa de uma ingenuidade e há muitos empresários que sabem disso.<sup>269</sup>

Este posicionamento reitera o alinhamento das ideias defendidas por Cardoso de Mello com a postura defendida em *Veja*, pois é referente a um ponto-chave da oposição constituída na revista. A saber, trata-se da não identificação desse setor de oposição com uma esquerda. Outro ponto de

---

<sup>268</sup> Ibidem.

<sup>269</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 572, p. 3-6, 22 ago. 1979.



extrema relevância nesta passagem é a identificação com a proposta de desenvolver o capitalismo no Brasil. Uma questão que, nos anos 1960 ainda figurava associada à ditadura, mas nos 1980 definiu o motivo principal da democratização na agenda liberal. Foi nesse sentido que a democracia se tornou necessária a esse setor, onde democracia virou sinônimo de capitalismo desenvolvido.

Diante disso, se tornaria inviável não identificar João Manoel Cardoso de Mello como um típico sujeito representativo do projeto político-ideológico defendido em *Veja*.

### 3.3.6 CRODOWALDO PAVAN

Na entrevista de 1982, intitulada como “O Poder da Ciência”,<sup>270</sup> a credibilidade de Crodowaldo Pavan foi constituída fundamentalmente sobre o seu currículo como cientista e professor universitário, com trânsito destacado em instituições nacionais e estrangeiras. Além da ênfase à sua competência técnica, foi destacada a penetração de Pavan também na política acadêmica referente à ocupação de cargos administrativos de destaque em instituições de pesquisa e fomento, conforme destacado no quadro referente a esta entrevista:

O geneticista Crodowaldo Pavan, 63 anos, é um raro exemplo do cientista brasileiro que, por vocação, talento e qualificação, pode escolher a universidade em que deseja lecionar. Filho de um industrial paulista do ramo da cerâmica, fez toda a sua formação escolar básica pensando num diploma que lhe permitisse tomar conta dos negócios do pai. Estava na universidade, cursando Mineralogia, quando assistiu um filme sobre Pasteur e mudou de ideia. Foi estudar História Natural e dedicou sua tese de doutoramento aos peixes cegos das cavernas de Iporanga, no sul de

---

<sup>270</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 721, p. 3-6, 30 jun. 1982.

São Paulo. Interessado no trabalho do jovem que despontava, Theodosius Dobzhansky, a grande estrela da Genética americana, levou-o para a Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde trabalhou quinze meses. Seguiram-se 113 teses, que vão de pesquisas sobre as drosophilas (as moscas da banana) a um estudo considerado revolucionário sobre a fisiologia cromossômica e a diferenciação celular do inseto conhecido popularmente por “joão-e-maria”. Tais estudos levaram-no a passar dez de seus 41 anos de carreira na Europa e nos Estados Unidos, onde chegou a ser professor titular vitalício da Universidade do Texas. Em 1977, decidiu voltar ao Brasil. E escolheu, para trabalhar, a respeitada Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). [...] Desde julho do ano passado, quando assumiu quase simultaneamente a presidência da SBPC e o cargo de diretor-presidente da FAPESP, sua vida tornou-se ainda mais atribulada.

As críticas do entrevistado incorreram, sobretudo, em relação às políticas implementadas no nível da estrutura estatal que, segundo ele, teriam inviabilizado o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no país. Nessa direção foi destacada a política de expulsão de grande contingente de cientistas e intelectuais do país no período pós-1964. No entanto, essa crítica foi feita de forma absolutamente respeitosa na medida em que o Golpe de 1964 era referido como “Revolução”, e o entrevistado dizia ser uma injustiça com grande parte desses exilados, já que em sua grande maioria, estes não teriam o envolvimento político que o governo alegou que possuísem. Observe:

No Brasil, os grupos da Física Nuclear foram desativados por questões políticas, de uma forma que eu considero inconcebível. Há quinze ou vinte anos, nossa pesquisa nuclear estava muito mais estruturada do que hoje. Entre seus integrantes, como é sabido, havia muitos abertamente hostis à solução política encontrada em 1964. mesmo assim, a SBPC sempre conseguiu reunir-se e manifestar-se. Durante muitos anos, aliás, foi o único fórum aberto para a oposição. A atitude do governo, ao permitir essa liberdade, foi sem dúvida alguma uma atitude inteligente e positiva. Esse afastamento de cientistas foi um dos erros mais graves já registrados pela história do desenvolvimento científico no Brasil. Por ter dado ouvidos a intrigas e boatos – já que a imensa maioria dos cientistas não tinha envolvimento político direto –, os responsáveis pela Revolução cometeram um erro imperdoável. Não expulsaram apenas cientistas isolados; expulsaram líderes científicos formadores de escolas, homens que só aparecem uma vez a cada centena de milhares de casos. Não cito nomes para evitar suscetibilidades, mas o fato é que vários entre eles mostraram no exterior do que eram

capazes. E mostraram como poderiam ser ainda mais úteis num país subdesenvolvido como o Brasil”.<sup>271</sup>

Como sugestão de caráter prescritivo, o entrevistado defendia que o avanço da ciência seria um elemento que beneficiaria o país. Na sua defesa, Pavan sugeria que o governo incentive a produção de Ciência e Tecnologia no país, ao invés de comprá-la pronta de outros países. Neste sentido, voltava a criticar as ações do governo, apontando para o desperdício de recursos públicos em projetos que não trouxeram nenhum benefício ao país:

O geneticista que preside a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência explica como o avanço da pesquisa beneficia o país. O governo poderia reservar um décimo do que foi pago à Alemanha pelo programa nuclear ao financiamento dos próprios físicos brasileiros. Os nove décimos restantes seriam empregados em educação, alimentação e saúde da população carente. Mais bem educado e alimentado, nosso povo acabaria produzindo naturalmente e, em poucos anos, uma ciência muito mais respeitável que a que gera atualmente. Senão tivéssemos nos enganado tantas vezes nas prioridades, se não tivéssemos jogado tanto dinheiro fora com projetos gigantesco do tipo da Transamazônica, o Brasil teria hoje, talvez, condições de atender 7 milhões de crianças sem escolas.<sup>272</sup>

Na entrevista de 1988, intitulada “A pesquisa nos salvará”,<sup>273</sup> Crodowaldo Pavan foi apresentado e novamente sustentado pela sua competência intelectual e profissional com ênfase à sua presidência da SBPC no início da década de 1980, que foi referida na revista como “o braço da resistência dos cientistas brasileiros ao descaso dos governos militares com a pesquisa”:

Nos anos 70, o geneticista Crodowaldo Pavan conquistou na Universidade do Texas uma posição de fazer inveja a qualquer pesquisador brasileiro. Instalado num gigantesco laboratório, que ocupava todo um andar na universidade americana, Pavan tornou-se um professor vitalício. A tranquilidade acadêmica texana e a perspectiva de fazer carreira internacional, contudo, não seduziram o geneticista. Em 1977, ele retornou ao Brasil como professor da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, e no início dos anos 80 era alçado à presidência da Sociedade Brasileira para o

---

<sup>271</sup> Ibidem.

<sup>272</sup> Ibidem.

<sup>273</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1030, p. 5-8, 1º jun. 1988.

Progresso da Ciência, a SBPC, o braço da resistência dos cientistas brasileiros ao descaso dos governos militares com a pesquisa.<sup>274</sup>

A partir dessa referência feita acerca do órgão presidido pelo entrevistado, Pavan ganhava o *status* de intelectual de oposição nas páginas de *Veja*. No entanto, no contexto desta segunda entrevista, Pavan aparecia como oposição aos governos militares, mas não ao governo Sarney. Pelo contrário, ele aparecia como defensor de José Sarney que, segundo ele fora “o presidente que mais investiu em ciência e tecnologia nos últimos tempos”, e que lhe havia confiado a partir de 1986 o cargo de presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

A gestão de Pavan está tendo o mérito de revitalizar o órgão. Mais de 5 000 pesquisadores brasileiros deixarão o país neste ano rumo às melhores universidades americanas e européias, graças às bolsas que, como nunca, o CNPq está oferecendo. Ao mesmo tempo escudo da comunidade científica num estratégico cargo no governo e defensor de Sarney – “o presidente que mais investiu em ciência e tecnologia nos últimos tempos” –, Crodowaldo Pavan, hoje com 68 anos, nem de longe experimenta a unanimidade dos tempos da SBPC. Ele próprio admite desentendimentos episódicos com o Conselho Deliberativo do órgão, instância que tem participação ativa de cientistas, e os pesquisadores brasileiros continuam se queixando da crônica falta de verbas. Crodowaldo Pavan recebeu VEJA para a entrevista a seguir, em que falou sobre os avanços tecnológicos do país, a reserva de mercado na informática e a crise da universidade. Pesquisador com uma bagagem de mais de uma centena de teses publicadas, Pavan foi escolhido em Abril de 1986 pelo presidente Sarney para dirigir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, instituição de quase quatro décadas que desempenhou poucas funções durante o regime militar.<sup>275</sup>

Nessa direção, era destacada positivamente a gestão de Crodowaldo Pavan no CNPq, como aquele que estaria revitalizando a ciência e tecnologia no país através da viabilização de bolsas ao exterior para os pesquisadores brasileiros. Assim, como proposta, o entrevistado continuava defendendo o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia como modo de fortalecer o país, mediante incentivos de fomento pelo governo:

O presidente do CNPq diz que a tecnologia brasileira avança como nunca e que os países ricos ajudarão os subdesenvolvidos. A

---

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> Ibidem.

universidade em si não está cumprindo o seu papel. Existe um partidarismo político dentro da instituição que faz com que ela não desenvolva o que poderia. Com a ciência e tecnologia existentes, o homem já em mecanismos para resolver todos os seus problemas básicos. Os problemas sociais, porém, são muito mais complicados que os tecnológicos. Eles não dependem da ciência e certamente não serão resolvidos por ela. Nós insistimos em desenvolver a ciência e a tecnologia do país não com esse sentido – não temos essa ilusão. É que o conhecimento científico vai continuar crescendo e nós precisamos acompanhá-lo.<sup>276</sup>

No entanto, ao ser questionado sobre os benefícios sociais de um possível avanço nessa área, Pavan recaiu no velho discurso de que os problemas sociais não dependem da ciência. E que os incentivos nessa área não estariam sendo feitos com o intuito de saná-los, mas sim de acompanhar o crescimento científico.

Nesse sentido, continua predominando a idéia de que seriam necessárias pré-condições políticas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e que a nação, no sentido universalista, sairia fortalecida com o desenvolvimento nesta área. Entretanto, no tocante aos problemas sociais, esse conhecimento formal, erudito e especializado, não seria considerado útil.

Outro ponto presente na posição atribuída a Crodowaldo Pavan, e a de que a ciência e a universidade deveriam manter-se afastadas de partidarismos políticos. Nessa direção, ele criticava a postura geral adotada nas universidades na época.

Mediante os fatores destacados, considero Crodowaldo Pavan como um sujeito representativo da face iluminista do projeto representado em *Veja*, onde havia um destaque bastante amplo para o saber formal, erudito e especializado. A partir disso eram construídos os “grandes nomes” da ciência, com autoridade para avaliar, discutir e pautar uma ampla gama de assuntos relativos à realidade brasileira e a temáticas específicas da sua área, como líderes de correntes de pensamento ou administradores de instituições pertencentes à área. Entendo, portanto que, a partir desse fator,

---

<sup>276</sup> Ibidem.

foi construída a credibilidade do entrevistado e as suas opiniões foram direcionadas para uma questão político-ideológica, baseada na valorização positiva dos movimentos e demais políticas relacionadas à abertura. Configurando, dessa forma, um dos elementos recorrentemente contidos nas críticas da oposição constituída em *Veja*.

Outro ponto que converge para as posturas defendidas em *Veja* é mais uma vez a referência ao atraso *versus* a modernidade, associando essa questão a um modelo de Estado.

### 3.3.7 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Na sua primeira entrevista, veiculada em 1983 e intitulada “No limite da ruptura”,<sup>277</sup> Fernando Henrique Cardoso foi constituído fundamentalmente a partir da sua condição de político. Um político considerado por ele próprio como “um racional”. Uma definição que, segundo o texto do entrevistador ou editor da entrevista, seria a explicação para que ele mantivesse um bom trânsito com entre os parlamentares de outros partidos:

Ele se considera “um racional”, definição que explica as amistosas relações que mantém com parlamentares de outros partidos. Aos 52 anos, Fernando Henrique exibe um currículo intelectual sem similar no Senado, até porque pôde aprimorá-lo nos dez anos em que, impedido de dar aulas no Brasil, brilhou em universidades estrangeiras. Escolhido para responder, em nome do PMDB no Senado, ao discurso do Senador Roberto Campos (PDS-MT), cujo tema foi a crise econômica que aflige o país, o paulista Fernando Henrique Cardoso entendeu que seu pronunciamento, na quarta-feira passada, deveria traduzir a média da bancada do partido.

---

<sup>277</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 772, p. 3-6, 22 jun. 1983.

Entretanto, segundo a descrição feita na revista acerca do entrevistado, não era apenas pelo seu caráter diplomático e conciliador que Fernando Henrique Cardoso se diferenciava dos seus demais colegas, mas também por exibir “um currículo intelectual sem similar no Senado”. Nessa direção, era ressaltado o seu brilhantismo, experiência e aperfeiçoamento no exterior, e enfatizada a sua aposentadoria compulsória no contexto ditatorial brasileiro.

Assim, imbuído dessa autoridade de político conciliador, intelectual brilhante e cassado, portanto de oposição, Cardoso fora referido como aquele capaz de responder no Senado em nome do PMDB a um discurso da oposição sobre a crise econômica, e seria capaz de traduzir a média da bancada do partido através de seu pronunciamento.

Em suas críticas ao então governo, Fernando Henrique Cardoso destacou a postura conservadora que, segundo ele, apontaria para os resquícios de autoritarismo que ainda influenciavam fortemente a administração estatal. Nessa direção, o entrevistado procurava demonstrar, através das escolhas políticas predominantes no pleito anterior, que havia uma espécie de vontade geral no país, a qual o governo estaria ignorando e suprimindo. O que, segundo o entrevistado, ocorria sobretudo na medida em que o governo insistia no mesmo rumo ao manter a política econômico-financeira que já havia sido alvo tanto de críticas de especialistas quanto daquela que era entendida como uma vontade popular manifestada nas urnas, na eleição para governadores ocorrida no país em novembro de 1982.

Mediante esses fatores, Fernando Henrique Cardoso acusava o governo de não se flexibilizar mediante nenhum tipo de crítica. E, ainda, que esse tipo de comportamento estaria agravando a crise vivida pelo país, bem como conduzindo a então administração pública, e sobretudo os condutores da economia, a um profundo descrédito perante a população e a oposição. O que, segundo ele se traduziria num desgoverno e numa confusão gerada por uma administração que tomava uma postura autoritária e não sabia o que estaria fazendo:

O país está sem rumo e eles dão a impressão de que estão sugerindo um. Neste momento, esse conservadorismo racional aparece como uma tábua de salvação para alguns setores [...] Numa situação normal, as críticas produzidas ao longo do tempo teriam sido levadas em consideração. O resultado das eleições de novembro seria recebido como uma advertência, não como um estímulo para que o governo prosseguisse no mesmo rumo. Insistir com a mesma política econômico-financeira, quando ela passou a receber críticas de todos os lados, mostra que o governo ainda se considera intocável e revela o quanto de autoritarismo ainda existe em sua ação. Não há flexibilidade alguma. As críticas a um ministro são recebidas como se fossem ataques à essência do Estado. Há um risco muito grande de que o descrédito que hoje recai sobre os condutores da economia acabe atingindo o conjunto do governo, a própria condução política do Estado. Sinais disso são visíveis nas preliminares da sucessão presidencial: os apelos do presidente para fazer crer que ele conduz a sua sucessão mostram exatamente que não a está conduzindo. A crise econômica e a falta de providências adequadas no momento oportuno deram nessa confusão, nesse desgoverno.<sup>278</sup>

No sentido de estabelecer uma proposta distinta dos pontos criticados, Cardoso indicava uma moratória interna e a renegociação da dívida do governo. Falando em nome do segmento de oposição ao qual pertencia, propunha a medida de “penalizar fortemente os ativos acumulados pelo setor bancário” e começar os cortes por aqueles que concentravam muita renda. Cardoso apoiava, ainda, a contenção salarial, mediante uma “distribuição equitativa de penalidades”:

Em primeiro lugar, será enfrentar esse verdadeiro encilhamento, diferente daquele da Primeira República, pois agora o propulsor é o próprio Estado. Deve haver, também, uma moratória interna, uma renegociação da dívida do governo. Nós preferimos penalizar fortemente os ativos acumulados pelo setor bancário. Estaríamos dispostos a cortar drasticamente pelo lado dos que muito ganham. Em primeiro lugar, será preciso saber como chegaremos à sucessão. A crise já a está influenciando, porque esse mal-estar generalizado, essa falta de confiança, agora pegou o sistema político. [...]. Eu declarei várias vezes acreditar que é chegado o momento de mexer nessas questões, no SNI, de discutir o papel das Forças Armadas. Como se vai definir a relação entre o regime democrático e as Forças Armadas? Essa questão continua em suspenso e acho que nós, da oposição, estamos patinando na nossa proposta de reorganização democrática, porque não temos sabido atacar pontos como esses. O senador do PMDB admite a contenção salarial para vencer a crise, se o governo fizer uma distribuição equitativa de penalidades.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> Ibidem.

<sup>279</sup> Ibidem.



No entanto, mesmo apontando medidas ligadas à área econômica, Fernando Henrique Cardoso aparecia colocando em primeiro lugar a questão política. Segundo ele, primeiramente seria preciso saber como se chegaria à sucessão. Neste sentido, o entrevistado reafirmou a posição de que o “mal-estar generalizado” e a “falta de confiança” no governo devido à sua conduta no contexto da crise, já estariam influenciando o processo de sucessão.

Neste sentido, Cardoso reiterava a posição que já vinha defendendo em outros momentos de que estaria na hora de mexer no sistema político brasileiro e nas suas instituições, sobretudo as Forças Armadas. Segundo o entrevistado, a oposição à qual pertencia não teria avançado satisfatoriamente por não ter sabido atacar esses pontos.

Um dos pontos mais fortes da segunda entrevista, datada de 1987 e intitulada “O PMDB se afastou da rua”,<sup>280</sup> foi sem dúvida, a construção da credibilidade de Fernando Henrique Cardoso. Em relação a este aspecto, continuaram a ser destacados elementos da experiência intelectual e da militância política do entrevistado. Entretanto, nesta entrevista estes elementos foram permeados por outros, e a forma como foram arranjados difere das demais entrevistas. Nessa direção, obtiveram destaque os elementos referentes à árvore genealógica do entrevistado, ressaltando a ascendência militar da sua família e o fato do próprio pai do entrevistado ter sido um general militar que havia participado de todas as revoltas militares da República Velha. Ao mesmo tempo, era sublinhado na revista que entre os anos 1960 e 70, Cardoso havia sido vítima do AI-5, em decorrência do que foi aposentado na Universidade de São Paulo.

Por mais de vinte anos, Fernando Henrique fez da ciência política uma atividade teórica, até que em 1974 reuniu o saber acumulado numa vistosa carreira acadêmica para escrever o programa do então MDB e, nas eleições de 15 de novembro do ano passado, conseguiu sua cadeira no Senado com a respeitável marca dos 7 milhões de votos. Filho de um general que participou de todas as revoltas militares da chamada República Velha, contando também com dois ex-ministros da Guerra em sua árvore genealógica, Fernando Henrique passou a maior parte dos anos 60 e início da década de 70

---

<sup>280</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 992, p. 5-8, 9 set. 1987.

fugindo à perseguição do regime de 1964, que chegou a aposentá-lo da Universidade de São Paulo com base no AI-5. Desde que, dias atrás, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, quebrou a rotina de uma reunião ministerial para disparar uma pesada carga de ataques aos trabalhos da Assembléia Constituinte, Fernando Henrique conseguiu impor-se como uma das vozes mais lúcidas na defesa dos parlamentares encarregados de elaborar uma nova Carta de leis para o país. “A crítica do ministro Leônidas soa a passado”, alerta Fernando Henrique. Raro parlamentar que dispõe da bagagem intelectual para apoiar o que pensa e diz, Fernando Henrique sabe que, como líder do PMDB no Senado, ocupa um posto de comando numa legenda que perdeu o rumo desde que chegou ao Planalto, que administra um país com a economia quebrada e sem ter uma bússola segura para apontar a saída.<sup>281</sup>

Nessa direção, era igualmente destacada a autoridade intelectual a partir da qual Fernando Henrique exerceria o seu papel de político. Neste sentido, a referência a sua experiência prévia de vinte anos como um teórico da política, ajudaria a consolidar as suas ações enquanto político. Como marco de quando o intelectual se tornou político, é referido na entrevista o momento em que ele foi convidado a escrever o programa do MDB em 1974.

Reforçando a sua carga de credibilidade, foi sublinhado o significativo contingente de votos que levou Fernando Henrique ao Senado. Além desses fatores, foi enfatizada a qualidade de liderança de Cardoso, como “uma das vozes mais lúcidas” que teria se imposto em defesa dos trabalhos da Assembleia Constituinte a fim de rebater as críticas do então Ministro do Exército. Nessa direção também foi sublinhada a função de líder do PMDB do Senado, ocupada pelo entrevistado.

Outro ponto é o que remete a uma característica já mencionada na entrevista anterior: o caráter “racional” de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, enquanto na entrevista anterior essa característica era apontada com ênfase através das próprias palavras do entrevistado, nesta essa característica apreça como prerrogativa do editor.

---

<sup>281</sup> Ibidem.

Assim, foi reforçada a imagem de líder que tem o controle da situação, antagonizando com a imagem que é feita acerca do governo que, de acordo com a entrevista anterior, estaria submetendo o país a um desgoverno.

Nesta entrevista, apesar de as críticas do entrevistado continuarem recaindo sobre o governo, estas também se concentraram sobre o PMDB que, nesta época estava perdendo a sua condição de oposição e a carga identitária com as lutas do partido para atrelar-se em maior escala ao governo. Nessa direção, a crítica fundamental ao governo era de que o presidente José Sarney não estaria sabendo articular as suas alianças em prol de uma melhor governabilidade, e estaria se aliando com políticos sem grande influência no Congresso. Nessa direção, Cardoso sublinha o afastamento do presidente em relação ao Legislativo, e a reação do Congresso em relação a esta medida. Na sequência, o entrevistado apontava mais uma vez para a desconsideração do governo em relação ao recado dado nas urnas nas eleições de 1982. Conclui as críticas ao governo afirmando que os civis seriam mais golpistas que os militares.

O problema do presidente Sarney é trabalhar com homens que não têm voto nem influência no Congresso. [...] Isso dificulta a ação do governo. No passado, quando o Congresso era apenas ornamental, não havia problema. Hoje, como o governo se afastou do Legislativo, o Congresso quer o Parlamentarismo porque não aceita ficar mais à margem do processo. A outra dificuldade é o fato de o PFL ter perdido as eleições de novembro e o governo ter mantido tudo inalterado. Não se faz mais democracia sem levar o voto em consideração. O PMDB perdeu a sintonia com a rua. Essa é a questão principal. Acho que o PMDB não deve ser um partido populista, que só pensa na distribuição e não na produção. Tem que ser um partido moderno, que pensa também na produção. O PMDB, porém, não pode deixar de ser popular. O que está acontecendo é que o PMDB, de um lado, fica populista, porque pede a distribuição de recursos que não existem e, do outro, impopular porque tem que suportar as políticas que não levam ao bem-estar do povo. O problema do PMDB é assumir o governo integralmente. O PMDB tem alguns ministros no governo, mas é um número apenas formal. Qual é o compromisso efetivo desses ministros com as lutas do PMDB? Nenhum. Há dois erros principais no Brasil. Um se refere aos programas. O outro é o da modernidade e do arcaísmo. Tem gente que pensa que é progressista, mas é arcaico. Poucos são contemporâneos. Também há conservadores arcaicos e conservadores contemporâneos. Conservador arcaico é gente que não entendeu que o mundo mudou. Um dos problemas do PMDB é o arcaísmo dos setores progressistas, que não viram que o mundo mudou. Quando o PMDB começou a negociar e quando o governo

manteve em seus cargos ministros que perderam as eleições do ano passado, o governo ficou essa coisa pendurada lá em cima e o PMDB pendurado junto, segurando o calcanhar do governo.<sup>282</sup>

No entanto, a maior parte das críticas nesta entrevista circundava a questão do PMDB. Segundo o entrevistado, o foco principal a ser criticado era que, segundo ele, o partido teria perdido a sintonia com a rua. Neste sentido, dizia que o PMDB teria de se tornar um partido moderno que, segundo Cardoso, seria um partido não populista, no sentido de pensar apenas na distribuição de recursos.

Outra característica desse partido moderno, de acordo com Fernando Henrique, seria o de centrar o foco na produção de renda, e não deixar de ser popular. O que, segundo ele, não estaria ocorrendo com o PMDB, pois este partido estaria se tornando populista – ao enfatizar a distribuição de renda – e ao mesmo tempo impopular, ao afastar-se das ruas. Nessa direção apontava para o debate entre modernidade *versus* arcaísmo. Nessa linha de debate, retomava-se mais uma vez em *Veja* a questão de que os grupos no poder não estariam acompanhando as mudanças ocorridas no mundo.

Outra crítica em relação ao partido era a de que este estaria assumindo as posturas governamentais integralmente, mesmo não possuindo um número significativo de funcionários na estrutura estatal. Mediante todo esse rol de críticas, e constituído nas páginas de *Veja* com a credibilidade de um líder de vanguarda, Fernando Henrique Cardoso estabeleceu um conjunto de pareceres e prescrições referentes aos pontos que criticava.

Nesta lista figurava a defesa das eleições diretas para 1988, a não aceitação pelo Congresso de nenhum tipo de imposição do governo através do uso de medidas arbitrárias, o investimento na vocação democrática que ele defendia existir entre os militares, a resolução das questões políticas

---

<sup>282</sup> Ibidem.

sendo realizadas exclusivamente entre os partidos e sem nenhum tipo de intervenção nas legendas.

E, para finalizar, dois pontos. O primeiro deles era reiterar a defesa do ponto de que após a Constituinte o PMDB necessitaria mudar. O segundo apontava para a necessidade de voltar a encantar a população com a política através da proposição de mudanças e avanços, para não se correr o risco de recair no autoritarismo novamente.

O líder da maioria no Senado defende diretas no ano que vem, critica o presidente Sarney e diz que os civis são mais golpistas que os militares. [...] tentativas de ameaçar o Congresso só funcionam quando ocorre um processo de transição da democracia para o autoritarismo. Agir assim, agora, é remar contra a maré. A reação dos parlamentares nesses caos, deve ser serena, porém muito firme. Ouvimos argumentos, mas não aceitamos imposições pelo medo. Hoje, esse rolo compressor que está montado na defesa do presidencialismo, deixa fraturas expostas. Pior ainda: o presidente da República pode sair como perdedor nessa historia. Ele não precisa perder nem correr esse risco. Democracia se aprende na briga. Nem os civis podem considerar-se campeões da democracia. O que não se pode fazer é o jogo do golpe. Temos que fazer o oposto, investir no que existe de vocação democrática entre os militares. A questão política precisa ser resolvida na luta entre os partidos, sem que as legendas políticas admitam intervenção no processo, como fazem frequentemente. O PMDB tem que mudar depois da Constituinte. O desencanto existe, mas ou você trata de encantar a população de novo, ou vamos para o autoritarismo. É preciso manter a chama, que se pode mudar e avançar, senão você tem que acreditar que, mais tarde, um general venha invadir isto aqui. “O centro de todos os problemas é um só”, diz. “Nas eleições passadas, o povo votou e não levou. O PFL perdeu em novembro, mas o governo continuou do mesmo jeito que estava antes”.<sup>283</sup>

Em sua última entrevista na década, no ano de 1988, sob o título de “Sarney parece Figueiredo”,<sup>284</sup> a credibilidade do entrevistado se deu de modo a reforçar os argumentos utilizados na entrevista de 1987:

Para a legenda de Ulysses Guimarães, a saída de Fernando Henrique representa a perda de um dos mais respeitados dirigentes do partido, que preencheu a ficha de filiação do então MDB, em 1977, na condição de brilhante intelectual da Universidade de São Paulo e da Sorbonne, de Paris – mas que se afirmou, na Constituinte como um negociador habilidoso e tolerante. Na carreira de político Fernando Henrique, o desligamento representa o passo mais arriscado – foi

---

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1034, p. 5-8, 29 jun. 1988.

atrelado à caravana peemedebista a ao Plano Cruzado que, em 1986, ele saiu das urnas com a espetacular marca dos 6,3 milhões de votos. Fernando Henrique construiu sua vida, no antigo MDB, a partir dos anos 70, quando o deputado Ulysses Guimarães o convidou para auxiliar na redação de uma plataforma de partido. De lá para cá, os principais documentos da legenda que liderou a oposição ao regime de 1964 guardaram sua colaboração – quando não a própria assinatura. Articulador, na primeira hora, da Aliança Democrática que produziu a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, Fernando Henrique chegou a ser premiado, no início do novo governo, com um cargo criado especialmente para o seu perfil – o de líder do governo no Congresso, que foi extinto depois de que o senador passou a fazer oposição ao presidente José Sarney. Candidato derrotado à prefeitura de São Paulo, em 1985, a partir de agora Fernando Henrique dedica-se a construir uma legenda que nasce com uma vocação maior – disputar a Presidência da República no pleito marcado para o ano que vem. “Meu candidato é aquele político que for um novo Juscelino Kubitschek e quiser desenvolver o país”, disse Fernando Henrique, ao longo de uma entrevista a VEJA.<sup>285</sup>

No entanto, se na entrevista anterior Cardoso era constituído como uma liderança de vanguarda, nesta última, já se constituía claramente o perfil do candidato à presidência da República.<sup>286</sup>

As críticas de Cardoso também continuaram na mesma direção da entrevista anterior, embora ainda mais diretas e contundentes. Nesse sentido, o PMDB e o governo Sarney continuavam a ser os principais alvos de críticas. Para isso, referiu-se ao PMDB como “uma máquina colada ao governo” e partiu para a crítica de que o partido não trabalhava mais para mudar o país, mas sim para manter o estado de coisas. O que, segundo Fernando Henrique teria incorrido numa ruptura entre o governo e o país, já que segundo ele, o governo eleito teria decepcionado a população, e se mostrado até mesmo pior em alguns sentidos que os governos ditatoriais. Para isso destacou pontos que, de acordo com a sua perspectiva, teriam sido avanços desses governos. Já quanto ao então presidente eleito, Cardoso o apontava como aquele que poderia ter promovido mudanças e não as realizou. Nesse sentido as suas críticas eram também relativas à manutenção da burocratização e do pouco incentivo a políticas de

---

<sup>285</sup> Ibidem.

<sup>286</sup> Este tema será tratado de forma mais detida no capítulo 5.

industrialização e a qualquer outro setor produtivo. Segundo Cardoso, Sarney teria sido aquele que poderia ter feito, mas que não fez em relação à efetiva democratização.

“O PMDB transformou-se numa máquina colada ao governo”, afirma o senador. “Não trabalha para mudar o país, mas para manter o que está aí”. Para o Senador paulista, há uma ruptura completa entre o governo e o país, semelhante à ocorrida no final do regime anterior. É indiscutível que, sob o regime autoritário, houve um surto de modernização provocados pelo Estado. Ao menos em algumas coisas, o país melhorou. No campo das telecomunicações, por exemplo. E em outros. Agora não. Temos um Estado canhestro, atônito, cuja ação é simplesmente patética. Antes, a população tinha medo do governo. Agora não tem mais, e é bom ter um governo que não provoca medo nas pessoas. O grave é que temos um governo desprezado pela sociedade. Boa parte das pessoas acha que tudo ficou pior agora. É possível compreender porque elas pensam assim. Não é porque as coisas tenham ou não piorado, efetivamente. É que agora se pode ver como elas são. Como o governo age. As pessoas estão vendo como é – e estão decepcionadas. Os eleitores esperavam o Estado como o promotor de mudanças. E o que estamos vendo é o contrário, um Estado paralisado, burocratizado, que não tem política para a indústria, para a tecnologia, para coisa alguma. Temos liberdade, mas não democracia. As pessoas podem dizer o que quiserem. Também podem se manifestar. Mas as decisões tomadas a nível de governo não são democráticas. Nos não criamos, até agora, instituições capazes de funcionar democraticamente. E aí temos um dado fundamental, que é o papel que o presidente Sarney escolheu para si próprio. Ele poderia ter sido o fundador da democracia brasileira. Seria um papel com dimensões históricas. Mas ele preferiu marcar sua passagem pelo poder com uma postura de rotina. Ficou tão igual aos outros presidentes que toda vez que enfrenta dificuldades faz questão de ser fotografado ao lado dos comandantes militares.<sup>287</sup>

Mediante esses pontos, o entrevistado afirmava que no país existia liberdade, mas não democracia, pois embora as pessoas pudessem se manifestar livremente, as decisões tomadas no âmbito governamental não eram democráticas, já que não havia no país instituições capazes de funcionar de forma democrática.

Na pauta das propostas lançadas pelo entrevistado, figurava com destaque a criação de um Estado de bem-estar como sendo a realização de um ideário criado entre os anos 1950 e 60. No entanto, conforme a última entrevista, era ressaltado o caráter seguro e modernizador que, através da

---

<sup>287</sup> Ibidem.

Carta Magna então em processo de formulação, seria assegurado para que apesar do contexto de crise vivido no país, esse Estado de bem-estar pudesse ser assegurado.

A Constituição que estamos elaborando tem como base a criação de um Estado de bem-estar. Essa é uma antiga aspiração dos brasileiros, um ideário que se forjou, entre nós, nos anos 50 e início dos anos 60. Todas as nações desenvolvidas criaram seu Estado de bem-estar- e é justo fazermos uma Carta com essa preocupação. O problema é que, trinta anos depois, o Estado de bem-estar, nos países desenvolvidos, se transformou no Estado da crise fiscal, no Estado ameaçado de ir à falência. O que eu penso é que, após a promulgação na nova Constituição, teremos de fazer um ajuste, pois o Estado brasileiro entrou em uma crise fiscal, num quadro de falência, antes de promover o bem-estar. Tenho certeza de que não será fácil. Mas terá de ser feito. O país precisa de um novo JK [...] daqui até a eleição não será inventado nenhum novo candidato. O Brasil tem dez nomes para disputa, todo mundo sabe quem são. Entre todos eles, cinco serão escolhidos e outros cinco vão ficar à margem. Se me perguntassem quem é meu candidato, eu diria: é aquele político que for um novo Juscelino Kubitschek. Alguém que queira desenvolver o país. Não como o JK de 1950, mas de 1990.<sup>288</sup>

Para todas essas mudanças, o entrevistado afirmava ser necessário “um novo JK”. Assim, depois de todas essas prescrições, que mais pareciam propostas de desenvolvimento de um candidato já efetivado, Fernando Henrique Cardoso encerra a sua entrevista com o assunto eleição. Nessa direção, afirmava que até a eleição nenhum candidato seria inventado, e que no Brasil haveria apenas dez nomes, dentre os quais cinco seriam escolhidos para a disputa e todos sabiam de quem se tratava.

Dessa forma, depois de todo o espaço que teve na revista para apresentar o seu discurso sobre a proposta de desenvolver e modernizar o país, finaliza: “Se me perguntassem quem é meu candidato, eu diria: é aquele político que for um Juscelino Kubitschek. Alguém que queira desenvolver o país. Não como o JK de 1950, mas de 1990”.<sup>289</sup>

Baseado nesse conjunto de elementos, considero Fernando Henrique Cardoso como um perfeito sujeito representativo do projeto político-

---

<sup>288</sup> Ibidem.

<sup>289</sup> Ibidem.



ideológico defendido em *Veja*, que foi constituído na revista fundamentalmente com ênfase a uma proposta no nível político-institucional.

As 15 entrevistas analisadas nesta seção são correspondentes à participação dos 7 entrevistados que apareceram de forma recorrente na revista *Veja* no período de janeiro de 1979 a dezembro de 1988. A seguir, aponto para as conclusões obtidas mediante análise em bloco dessas entrevistas.

### 3.4 Periodicidade

Tomada juntamente com o número de ocorrências na sessão “Entrevista”, como elemento complementar que exprime a relevância atribuída a Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, destaco ainda a periodicidade das entrevistas:

Tabela 9: Periodicidade das entrevistas identificadas em *Veja*.

<b>Entrevistado</b>	<b>Anos de ocorrência</b>	<b>Periodicidade</b>
Maria da Conceição Tavares	1980/1985	5 anos
Guillermo O'Donnell	1980/1988	8 anos
Afonso Arinos de Mello Franco	1983/1986	3 anos
Celso Furtado	1983/1986	3 anos
João Manoel Cardoso de Mello	1979/1988	9 anos
Crodowaldo Pavan	1982/1988	6 anos
<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	<b>1983/1987/1988</b>	<b>4 anos/1 ano</b>

Fonte: a Autora. Dados relativos às 150 entrevistas referentes à categoria “intelectuais A”.

Mediante esta análise de periodicidade entre as ocorrências destes entrevistados na seção “Entrevista”, percebe-se que Fernando Henrique

Cardoso, além do fato de ter uma recorrência mais elevada em termos numéricos que os demais, foi aquele que se repetiu em um período mais curto de tempo. A meu ver, mediante este aspecto, houve uma concentração de visibilidade sobre o entrevistado em determinado período. Compreendo que, através da repetição de sua ocorrência em um ciclo curto, este elemento tenha servido como reforço para enfatizar a figura e opinião do entrevistado, bem como às demais construções de sentido vinculadas a ela.

### 3.5 Eixos temáticos

Os eixos temáticos que predominaram nas entrevistas giraram em torno da crise econômica, da crise política e da crise administrativa vivenciadas no país nesse período. Nessa direção, observei pelo menos um desses eixos temáticos em relação à participação de cada um dos entrevistados. No entanto, foi somente em duas das entrevistas de Fernando Henrique Cardoso que observei a presença desses eixos temáticos em totalidade, conforme grifado no quadro abaixo correspondente às suas entrevistas.

Tabela 10: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Maria da Conceição Tavares.

<b>Maria da Conceição Tavares</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 629 de 24 de setembro de 1980 Título: “O importante é o debate”	Crise econômica e administrativa
Edição 893 de 16 de outubro de 1985 Título: “Os riscos do trimestral”	Crise econômica e administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 629 e 893.

Tabela 11: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Guillermo O’Donnell.

<b>Guillermo O’Donnell</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 632 de 15 de outubro de 1980 Título: “Um pacto pela abertura”	Crise política e administrativa
Edição 1036 de 13 de julho de 1988 Título: “O risco do arcaico”	Crise política e administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 632 e 1036.

Tabela 12: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Afonso Arinos de Mello Franco.

<b>Afonso Arinos de Mello Franco</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 757 de 9 de março de 1983 Título: “A crise política”	Crise política e administrativa
Edição 926 de 4 de junho de 1986 Título: “Eu sou um elitista”	Crise política

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 757 e 926.

Tabela 13: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Celso Furtado.

<b>Celso Furtado</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 760 de 30 de março de 1983 Título: “Faltou uma boa gestão”	Crise econômica
Edição 952 de 3 de dezembro de 1986 Título: “A moratória é uma opção”	Crise econômica e administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n.760 e 952.

Tabela 14: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – João Manoel Cardoso de Mello.

<b>João Manoel Cardoso de Mello</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 572 de 22 de agosto de 1979 Título: “O MDB é contra a crise”	Crise econômica e administrativa
Edição 1046 de 21 de setembro de 1988 Título: “Um país de ciclotímios”	Crise econômica e administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 572 e 1046.

Tabela 15: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Crodowaldo Pavan.

<b>Crodowaldo Pavan</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 721 de 30 de junho de 1982 Título: “O Poder da ciência”	Crise administrativa
Edição 1030 de 1º de junho de 1988 Título: “A pesquisa nos salvará”	Crise administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 721 e 1030.

Tabela 16: Eixos temáticos identificados nas entrevistas – Fernando Henrique Cardoso.

<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	<b>Eixos temáticos predominantes</b>
Edição 772 de 22 de junho de 1983 Título da entrevista: “No limite da ruptura”	Crise política, econômica e administrativa
Edição 992 de 9 de setembro de 1987 Título: “O PMDB se afastou da rua”	Crise política, econômica e administrativa
Edição 1034 de 29 de junho de 1988 Título: “Sarney parece Figueiredo”	Crise política e administrativa

Fonte: a Autora. Dados: *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 772, 992 e 1034.

### 3.6 Sujeitos representativos

Em relação a este ponto, objetivei selecionar quais dos entrevistados podem ser classificados como sujeitos representativos da linha ideológica contida em *Veja*.

Tabela 17: Sujeitos representativos identificados em *Veja*.

<b>Entrevistado</b>	<b>Sujeito representativo da linha ideológica expressa em <i>Veja</i></b>
Maria da Conceição Tavares	Não
Guillermo O'Donnell	Sim
Afonso Arinos de Melo Franco	Não
Celso Furtado	Não
João Manoel Cardoso de Mello	Sim
Crodowaldo Pavan	Sim
Fernando Henrique Cardoso	Sim

Fonte: a Autora. Dados: análise das 150 entrevistas relacionadas a “intelectuais A”.

### 3.7 Presença de vínculo direto com a política institucional

Para além da consonância em nível temático existente entre os “intelectuais A” recorrentes no período, observei igualmente uma outra

característica comum à maioria desses entrevistados: o seu vínculo com a política institucional. Dos sete entrevistados recorrentes nas “páginas amarelas”, apenas um deles não havia sido identificado a nenhum vínculo direto com a política institucional (partidária): Crodowaldo Pavan.<sup>290</sup> No entanto, os demais entrevistados, num total de 6 indivíduos – ou 85, 7% dos entrevistados recorrentes –, foram relacionados a algum tipo de militância político-partidária.

Tabela 18: Vínculos político-institucionais dos entrevistados.

<b>Entrevistado</b>	<b>Vínculo político-institucional direto</b>
Maria da Conceição Tavares	Sim
Guillermo O'Donnell	Sim
Afonso Arinos de Melo Franco	Sim
Celso Furtado	Sim
João Manoel Cardoso de Mello	Sim
Crodowaldo Pavan	Não
Fernando Henrique Cardoso	Sim

Fonte: a Autora. Dados: análise das 150 entrevistas relacionadas a “intelectuais A”.

Essa vinculação à política partidária aparecia na revista juntamente com as expressões utilizadas para constituir a credibilidade desses entrevistados e de suas opiniões. Nesse sentido, eles passavam a ser reconhecidos como políticos e intelectuais.

Os objetivos deste procedimento de filtragem foram dois. O primeiro deles foi verificar se havia correspondência entre a representação desses entrevistados na revista e a ideologia que vinha sendo expressa em *Veja*. O segundo foi, mediante o estabelecimento de critérios de eliminação, ver se era possível chegar a um sujeito representativo dessa ideologia.

Em relação ao primeiro objetivo, concluí que, mesmo aqueles que não configuraram sujeitos representativos da ideologia expressa em *Veja* tiveram

---

<sup>290</sup> Embora o referido entrevistado circulasse com elevado destaque nos meios da política acadêmica, no nível da política partidária, o seu nome não foi vinculado diretamente a nenhuma legenda ou algum tipo de atuação direta como militante ou membro de algum partido político.

a sua presença na revista apropriada de modo a conferir respaldo a alguns pontos da linha defendida na revista. Como é o caso de Maria da Conceição Tavares que, mesmo não configurando um sujeito representativo da ideologia liberal, constituiu um sujeito representativo de oposição na revista. Meu segundo objetivo, nessa análise exploratória, foi igualmente contemplado. Baseando-me em critérios tanto de ordem quantitativa quanto qualitativa, cheguei a Fernando Henrique Cardoso como sendo esse sujeito representativo da linha ideológica expressa em *Veja*.

Um dos critérios utilizados para essa escolha foi o fato de Cardoso ser o entrevistado mais recorrente no período, dentro da categoria “intelectuais A”. O segundo foi o fato de somente em suas entrevistas terem sido contemplados em totalidade os eixos temáticos encontrados nas quinze entrevistas analisadas. O terceiro ponto foi o de que, mediante leitura flutuante, observei sua ocorrência de forma amplamente destacada em relação aos outros 6 entrevistados.

Do ponto de vista qualitativo, analisando características da trajetória de Fernando Henrique Cardoso no período, observei que ele representava muitíssimo bem a ideologia esboçada em *Veja*. Nessa direção, identifiquei Fernando Henrique Cardoso como um sujeito representativo de *Veja* e um intelectual orgânico<sup>291</sup> de alta representatividade no processo de elaboração e difusão do projeto liberal dos anos 1980.<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> Conforme a opinião de José Carlos Reis, “defini-lo como burguês ou intelectual orgânico da burguesia não é uma definição pejorativa ou negativa. [...] Ele oferece à burguesia uma representação de si mesma que não é autoritária, mas democrática, pluralista, de uma classe social que acumula capital extraindo mais-valia relativa”. REIS, José Carlos. Op. cit. p. 255.

<sup>292</sup> Vide no Anexo 1 sua obra acadêmica e participação na imprensa, e atuação político-partidária.

## **4 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DE UM PARADIGMA**

Antes de analisar o material encontrado entre 1979 e 1988, referente a Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, se faz necessário estabelecer uma compreensão acerca de algumas características relativas ao processo de formação deste sujeito representativo e intelectual orgânico, que teve presença destacada no âmbito da oposição liberal e do projeto desta mesma orientação que se consolidou nos anos 1980 no Brasil. Na medida em que Fernando Henrique Cardoso foi constituído em *Veja* como intelectual e político, me atenho a um elemento fundamental, que é a origem da matriz de pensamento que constituiu a base da formação de Cardoso.

Nessa direção, destaco inicialmente a coalizão de forças que viabilizou a implementação dessa matriz no cenário brasileiro. Com base nessa perspectiva, enfatizo a relação entre estes elementos com os demais fatores que lhe são correspondentes.

Para isso, inicio esta seção situando historicamente aspectos relativos ao contexto de geração da matriz teórica que fundamentou a formação deste sujeito representativo, em interface com os desdobramentos político-ideológicos inerentes a esse processo.

### **4.1 Considerações sobre a Escola Uspiana de Sociologia**

Foi dentro da concepção da chamada “Escola Uspiana de Sociologia” ou “Escola Paulista de Sociologia” que Fernando Henrique Cardoso teve o

principal período de sua formação. Por isso a relevância em aludir a elementos relativos à sua gênese. O início dessa concepção está representado no processo a partir do qual se estabeleceu um marco de ruptura entre o que passaria a ser considerada no âmbito das Ciências Sociais como sendo uma produção científica ou ensaística.

Esse movimento, que correspondeu ao primeiro marco do processo de institucionalização das Ciências Sociais, teve início no começo da década de 1930, e contou com quatro eventos fundamentais nesta década. O primeiro deles foi a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 27 de abril de 1933,<sup>293</sup> na cidade de São Paulo sob o proposta de orientar seus estudos a partir de métodos científicos.

O segundo foi a publicação em 1º de dezembro de 1933 de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freire, que segundo essa perspectiva representaria uma obra de referência em que o discurso jurídico havia sido abandonado em prol da construção de um discurso sociológico.<sup>294</sup>

Outro evento fundamental foi a fundação da Universidade de São Paulo através do decreto expedido pelo Interventor Federal do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, em 25 de janeiro de 1934.<sup>295</sup> Considero este último como o ponto mais significativo desse processo, pois foi na USP que essa Escola Paulista de Sociologia se desenvolveu e consolidou. No entanto, há outro evento a ser destacado que foi a criação e publicação da revista *Sociologia* da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1939.<sup>296</sup>

Um novo paradigma foi criado nesse contexto, se estabelecendo, sobretudo através dos estudos realizados no âmbito da Universidade de São

---

<sup>293</sup> Ver Anexo 2.

<sup>294</sup> BASTOS, Elide Rugai. Florestan Fernandes e a Construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *Florestan ou o Sentido das Coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

<sup>295</sup> Extrato do decreto de fundação da USP. *Estudos avançados*, São Paulo, v.8, n. 22, set./dez. 1994. Ver Anexo 3.

<sup>296</sup> LIMONGI, Fernando. Revista *Sociologia*: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo. *Caderno IDESP*, 1, 1987.



Paulo, o que veio a repercutir a partir dos anos 1950 através dos estudos de Florestan Fernandes, que empreendeu um método baseado essencialmente na metodologia “empírica, observacional e indutiva”.<sup>297</sup>

Mediante essa metodologia de trabalho, Fernandes e seus seguidores defendiam uma clara demarcação entre uma postura científico-intelectual e outra essencialmente política. Assim, este grupo – do qual mais tarde passou a fazer parte Fernando Henrique Cardoso – passou a defender uma perspectiva científica, expressa fundamentalmente através do rigorismo científico, como o contraponto àquela corrente por eles compreendida como a expressão de contribuições ensaístas.<sup>298</sup>

Como elemento fundamental dessa metodologia, destacava-se o caráter objetivo e científico que se tentava imprimir em oposição ao caráter “ensaístico”<sup>299</sup> das análises consideradas predominantes na sociologia brasileira até então. Este movimento pode ser entendido como a busca de uma cientificidade de caráter pretensamente funcionalista traduzida por uma metodologia que, segundo esses pressupostos, teria a capacidade de verificar os fenômenos sociais através de estudos baseados fundamentalmente na empiria. Essa visão esboçava, entre outros aspectos, a pretensão de manter esses estudos apartados do seu contexto sócio-político e de concepções filosóficas, o que contribuía para construir e alimentar a ideia de uma Sociologia pretensamente neutra enquanto ciência.

Propunha-se, assim, um método onde o *fazer* do cientista social aparecia como estando desvinculado de fundamentos filosóficos e

---

<sup>297</sup> OLIVA, Alberto. *Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 14.

<sup>298</sup> Sobre esse tema ver FERNANDES, Florestan. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 3, 1958.

<sup>299</sup> Termo utilizado fundamentalmente em referência à produção Isebiana. Ver OLIVA, A. Op. cit.; ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.; e SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

concepções ideológicas.<sup>300</sup> Mediante essa perspectiva, apontava-se para uma suposta neutralidade científica que aproximava o trabalho do cientista a uma pretensa verdade construída de forma autônoma em relação a uma perspectiva ideológica e contextual.

Realizando um paralelo com a análise da linha seguida na construção do discurso veiculado em *Veja*, os pressupostos são os mesmos. Há, nessa direção na revista, a construção de que tanto o discurso científico quanto o discurso jornalístico que se fazia sob o padrão liberal de jornalismo na revista eram “a-ideológicos”, expressavam “a verdade dos fatos”, e eram constituídos de forma autônoma. Esta perspectiva, em termos de concepção científica era embasada nos mesmos pressupostos inaugurados no âmbito da Sociologia Paulista. A saber, a distinção entre aspectos como a militância direta, as crenças políticas e os demais fundamentos de origem filosófica e ideológica em relação à atividade científica, ou mesmo técnica, desde que fundamentada em um método dessa natureza.<sup>301</sup>

No entanto, ambos os discursos, tanto o jornalístico quanto o acadêmico-científico, representavam concepções de mundo claras mesmo ao serem colocados como neutros ou a-ideológicos, sobretudo no referente à apropriação desses elementos. Foi através dessa relação, que se consolidou em última análise, no âmbito do material analisado neste estudo, a vanguarda de oposição liberal que se tornou hegemônica no processo de condução e consolidação da redemocratização no país nos anos 1980.

Entretanto, é importante destacar que essa proposta de uma “sociologia cientificamente neutra” está circunscrita à forma e à lógica internas do discurso científico, de modo a enfatizar, mediante outra chave

---

<sup>300</sup> OLIVA, A. Op. cit.

<sup>301</sup> Sobre o debate em relação à presença de fundamentos filosóficos na modelo proposto por Florestan Fernandes e a escola que a partir dele se desenvolveu, é interessante ver OLIVA, A. Op. cit., onde o autor defende a impossibilidade de se estabelecer um modelo científico independente de fundamentos de ordem filosófica. No entanto, este é um ponto apenas de referência no contexto da análise a ser desenvolvida no decorrer do presente trabalho. Ver também FERNANDES, F. Op. cit.; Idem. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

epistemológica, a distinção entre ciência e ideologia. Nessa direção, uma peculiaridade que destaco ao longo deste trabalho é que a forma de apropriação dos estudos realizados dentro desse paradigma, e a concepção da suposta distinção entre ideologia e ciência peculiar a esse paradigma, contradiz esta mesma relação, uma vez que em realidade a ciência foi utilizada como uma face da ideologia nos discursos da nova vanguarda liberal representada em *Veja*.

Porém, essa contradição não esteve restrita à seara de *Veja* ou ao contexto dos anos 1980. No seu próprio contexto inicial de formação, que corresponde aos anos 1930, conforme destaca Motoyama<sup>302</sup> em relação às potencialidades políticas representadas pela criação da Universidade de São Paulo, uma vez que as elites paulistas derrotadas na Revolução de 1932 viam “na pesquisa desinteressada e no ensino superior de qualidade instrumentos úteis para a formação da sua futura elite dirigente”.

Nessa mesma direção, se lê no Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política São Paulo, uma postura equivalente à destacada por Motoyama: “embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino”.<sup>303</sup> Nessa direção, mesmo enunciando uma separação nítida em que a pesquisa científica e a ação política aparecem como instâncias de naturezas distintas, há a expressão da clara relação entre elas, onde, em realidade, a pesquisa torna-se instrumento de ação e/ou reação política.

No contexto dos anos 1950 até meados dos 60, através dos esforços de Florestan Fernandes, os critérios dessa relação foram atenuados de modo a ressaltar a distinção entre essas duas instâncias. Assim, sob a supremacia do método, foi condicionada uma postura onde os fazeres de militante e de

---

<sup>302</sup> MOTOYAMA, S. Ciência e tecnologia e a história da dependência do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 15, n. 3, 1984, p. 11.

<sup>303</sup> *Ibidem*.

cientista dos profissionais ligados a esse grupo tendia a aparecer de forma menos imbricada.

Entretanto, em realidade, essa separação sistemática entre o discurso científico e a militância política não impossibilitou, no interior desse grupo, o estabelecimento de relações entre essas diferentes instâncias, gerando questões delicadas a serem compatibilizadas na prática. Como destaca Walquíria Leão Rego:<sup>304</sup>

O ponto nevrálgico que se colocara para a reflexão sociológica de Florestan Fernandes era de que modo compatibilizar o rigor do método analítico na apreensão dos problemas do Brasil com o ato de tomar como objeto de valor heurístico as várias modalidades de manifestação da consciência nacional.

Dessa realidade, surge o que Walquíria Leão Rego denomina como a “conservação-ruptura” de Florestan Fernandes em relação a essa dicotomia no que tange a tradição intelectual dos anos 1930. Assim, dos anos 1950 até meados da década de 1960, Florestan Fernandes ainda se propunha manter essa cisão fortemente delineada entre o seu fazer enquanto militante político e cientista docente. Mas essa postura não se manteve na prática, sobretudo após o seu afastamento e cassação em virtude do AI-5.<sup>305</sup> Tampouco essa proposta em seu estado puro, embora tenha permanecido em relação a muitos valores, tenha se mantido intacta na prática dos alunos formados sob essa tradição em sua trajetória científico-acadêmica, como Fernando Henrique Cardoso. Essa concepção representou a base epistemológica e metodológica sobre a qual se desenvolveram os métodos, técnicas e abordagens adotadas por esses intelectuais da geração seguinte, uma vez que foi esta a linha básica de sua formação.

---

<sup>304</sup> REGO, Walquíria Domingues Leão. Intelectuais, Estado e ordem democrática: notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; Rolland, Denis. (Orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

<sup>305</sup> Sobre o assunto ver SORJ, B. Op. cit. p. 93 e OLIVA, A. Op. cit. p. 14, com ênfase à citação do autor referente ao artigo de Simon Schwartzman publicado em 28/03/1982 no *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, onde conforme Oliva: “Simon Schwartzman apresenta Florestan Fernandes como ex-catedrático da USP, fundador da ‘Escola Paulista’ de sociologia. E acrescenta: ‘Vitimado pelo AI-5 foi afastado da sua cátedra e abandonou suas antigas ideias sobre a possibilidade de uma ‘sociologia cientificamente neutra’”.

Portanto, entendo como sendo fundamental destacar esses elementos, uma vez que se configuram como pontos fundamentais que deram origem ao paradigma do grupo uspiano ao qual Cardoso pertencia. No entanto, apesar das referências que entendo serem necessárias, não pretendo aludir mais do que o necessário à lógica interna desse paradigma, mas sim enfatizá-lo como um elemento reapropriado na seara dos interesses de setores em luta político-ideológica, como menciono em relação à revista *Veja*.

Conforme aponto em relação à revista, através dela essa concepção foi reapropriada de forma ideológico-discursiva como um dos elementos de maior destaque no âmbito da luta pela hegemonia que embasou a transformação do grupo liberal representado na revista em uma nova vanguarda política. O que, naquele momento, ocorreu essencialmente sob a forma de constituir o discurso político-ideológico presente na revista através das características de uma sociologia de perfil científico. E, dessa forma, notabilizar os pontos de vista emitidos por intelectuais consolidados como acadêmicos, cientistas e especialistas.

Assim, através dessa forma de construção discursivo-ideológica onde a autoridade científica era aclamada, as opiniões manifestadas por estes cientistas, acadêmicos e especialistas, eram tomadas como uma expressão relativa à “verdade dos fatos”, como pregado de forma correspondente no âmbito do padrão de jornalismo seguido em *Veja*.

Mais do que o antagonismo entre dois paradigmas, essa postura intelectual expressava o confronto entre duas visões de mundo e projetos societários. Nessa direção, o paradigma cientificista aparecia como forma de superar as “práticas até então hegemônicas de ‘análise ensaística’ totalmente baseadas em óticas impressionistas de interpretar nossa realidade social”, conforme se argumentava nos meios acadêmicos ligados a essa nova metodologia que se tornou um novo paradigma nas ciências sociais.<sup>306</sup> No

---

<sup>306</sup> OLIVA, A. Op. cit. p. 14.

entanto, são fundamentais os desdobramentos desse movimento intelectual no plano político-ideológico.

No contexto pós-1930 isto significava, em última análise e do ponto de vista político, estabelecer um antagonismo o modelo de Estado identificado com o que posteriormente se convencionou a denominar de “A Era Vargas”, sobretudo no que dizia respeito às suas características nacionalistas. Assim, aquela concepção científica ia ao encontro dos interesses de um grupo que defendia outro projeto para o país empreendendo, dessa forma, um embate que, no plano intelectual, foi catalisado pelo antagonismo entre a Escola Uspiana de Sociologia e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Já no contexto dos anos 1960 a 80, houve a apropriação de elementos dessa ideologia científica como elemento justificador da nova vanguarda de oposição que foi sendo construída desde os anos 1960/70.<sup>307</sup> Essa nova vanguarda culminou no contexto dos anos 1980 de forma amadurecida em *Veja* através de uma postura liberal-democrática de oposição que no plano político defendia a redemocratização do país pela via das instituições políticas, e nesse contexto protagonizou movimentos-chave no período, como a campanha pelas eleições diretas e a Constituinte. No âmbito político-institucional, esse grupo se manifestou através da formação de um novo bloco de oposição que era representado inicialmente pelo MDB, depois encabeçado pelo PMDB, e que amadureceu no plano político-institucional a partir de 1988 tendo sua última expressão através do PSDB<sup>308</sup>.

Assim, é possível observar dois momentos principais em que, através da luta entre paradigmas, se configurou igualmente uma luta no plano político. O primeiro desses momentos é referente aos anos 1930/50 quando, através da elaboração desse novo paradigma científico, os uspianos se propunham a combater o ensaísmo isebiano. Nessa direção, apesar dos

---

<sup>307</sup> Vide capítulo 1 deste trabalho.

<sup>308</sup> Sobre esse assunto ver LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

critérios embasados no método empírico-indutivo e na cientificidade, a partir dos quais os representantes da sociologia paulista anunciavam um distanciamento em relação às valorações ideológicas, morais, políticas e filosóficas,<sup>309</sup> essa postura esteve ligada a um propósito político-ideológico.

Assim a luta empreendida no campo intelectual se desdobrou, no âmbito político, no combate ao nacional-desenvolvimentismo e às demais manifestações das políticas de corte fordista/keynesiano que se contrapunham aos interesses dos setores de orientação liberal-oligárquica que buscavam a hegemonia política no contexto dos anos 1930.

Mais tarde, a partir dos anos 1960, e culminando nos 70 e 80, esse paradigma se reconfigurou de acordo com as diferentes demandas históricas desde o momento de sua criação. Nessa direção, pôde-se observar uma proposta de redefinição dos critérios de cientificidade, que continuavam mantendo o valor do rigor metodológico, e expressando pontos de continuidade em relação ao paradigma dos anos 1950. Entretanto, ao mesmo tempo, passaram a contrariar outros aspectos desse paradigma, na medida em que essa geração pós-64 passou a restabelecer um novo marco de reconhecimento para a Sociologia Científica a partir de outros parâmetros. Estes novos critérios foram estabelecidos fundamentalmente em relação às redes profissionais geradas no âmbito da academia, e também no que tange aos institutos de pesquisa desvinculados da estrutura acadêmica<sup>310</sup> no contexto pós-64 no Brasil.<sup>311</sup>

---

<sup>309</sup> Sobre o protagonismo do grupo paulista em relação a este paradigma de Ciência Social, ver também MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1985.

<sup>310</sup> Como foi o caso do Cebrap, do qual Fernando Henrique Cardoso foi fundador e membro de destaque. Este tema será referido mais detidamente na sequência deste capítulo.

<sup>311</sup> Sobre esse tema ver VELHO, Otávio Guilherme. Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. In: SORJ, Bernardo.; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983., FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997., BARIANI, Edison. *A Sociologia no Brasil: uma Batalha, duas Trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em Sociologia), 2003. Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

Mediante esse novo conjunto de critérios, fortaleceu-se a figura do especialista, conforme este apareceu em *Veja* nos anos 1980. Tratava-se, portanto, daquele intelectual que continuava atendendo aos critérios de cientificidade em seus trabalhos. No entanto, além disso, havia se colocado no âmbito das redes institucionais e através delas detinha o reconhecimento da comunidade científica mediante instrumentos de ranqueamento e quantificação de produção, do vínculo com instituições de fomento estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras (fosse como bolsista ligado à universidade ou como prestador de serviço em nível de consultoria).<sup>312</sup> Foi de acordo com esses critérios que foi criado o Cebrap, onde Fernando Henrique Cardoso figurou como membro fundador e principal intelectual.

Segundo Octavio Ianni,<sup>313</sup> esse novo movimento de institucionalização teria possibilitado a esses Cientistas Sociais uma penetração direta nos círculos das decisões políticas. Isto ocorreu com os intelectuais ligados ao governo ou à oposição naquele período, de onde destaco aqueles que inicialmente ingressaram no PMDB e que se tornaram os ideólogos, os economistas, os analistas ou os redatores do partido. Assim, passaram a figurar como seus membros e, mais tarde, até como candidatos e representantes dessas legendas em diversas instâncias do Legislativo, como ocorreu no percurso político de Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, entre rupturas e continuidades, neste segundo marco de institucionalização das Ciências Sociais representado pela geração pós-64, se manteve ativo e ressignificado o *ethos* da cientificidade, o que configurou um elemento constitutivo do discurso identificado com a vanguarda liberal de oposição daquele momento.

Salvo as diferenças evidentes entre os liberais dos anos 1930 com os liberais dos 1980, ambos tinham em comum a busca do respaldo para seus

---

<sup>312</sup> Sobre este assunto ver REIS, Elisa.; REIS, Fábio Wanderley.; VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos Últimos 20 Anos: Três Perspectivas (Entrevista). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997.

<sup>313</sup> IANNI, Octavio. *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.



projetos societários também no âmbito acadêmico-científico. Nessa direção, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 foi um marco fundamental do estabelecimento do setor liberal dos anos 1930 na cena sócio-política brasileira.<sup>314</sup> Em relação ao período posterior, destaco o contexto pós-64 com ênfase na criação do Cebrap em 1969, de onde se destacou Fernando Henrique Cardoso e grande parte dos intelectuais que sustentaram o discurso veiculado em *Veja*.

Portanto, o principal destaque que pretendo fazer em relação a este ponto é de que o paradigma da cientificidade preconizado no âmbito da sociologia paulista serviu desde o seu momento de criação como instrumento no embate político-ideológico. Nessa direção, de um lado encontrava-se a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, representado em última instância pelo governo Vargas, e de outro lado encontrava-se a postura internacionalista-liberal de setores liberal-oligárquicos paulistas. A mesma lógica ocorreu pós-1964, culminando nos anos 1980, onde a evolução histórica desse paradigma teve como um de seus resultados mais eloquentes a criação do Cebrap e os movimentos políticos protagonizados por seus membros. Mediante a atuação de membros deste Centro, como Fernando Henrique Cardoso, foi reiterada a dimensão ideológica desse paradigma.

Não se trata, no entanto, de estabelecer uma relação diretamente causal entre esses elementos, no sentido de tentar aludir de forma simplista elementos como a intencionalidade dos atores que estiveram envolvidos nesse processo,<sup>315</sup> mas sim de analisar criticamente a ligação e a posterior apropriação destes fatores como elementos consolidadores da nova vanguarda de oposição dos anos 1980 em *Veja*.

---

<sup>314</sup> Sobre o tema ver SORJ. B. Op. cit.; LAHUERTA, M. Op. cit.

<sup>315</sup> A própria referência à figura de Florestan Fernandes desautorizaria tal argumento, visto que a trajetória científico-acadêmica e política desse intelectual foi marcada por especificidades de grande complexidade. O que contribuiu para que ele recebesse *a posteriori* o status de “intelectual independente”. Sobre o tema ver: REGO, W. Op. cit. p. 175.

Assim, compreendo esse paradigma como estando indissociavelmente ligado a uma clara postura político-ideológica, e entendo que nele existem elementos convergentes e justificadores do projeto de orientação liberal que se tornou hegemônico no processo de redemocratização do país ocorrido na década de 1980. Estes elementos ajudaram a construir e direcionar a vanguarda de oposição que se tornou hegemônica no contexto de redemocratização do país. O que, no nível institucional, permite a identificação do Cebrap com o perfil científico-ideológico predominante na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sobretudo até meados dos anos 1960. No plano político-ideológico, isto é claramente identificável aos interesses dos grupos liberais representados em cada um desses momentos históricos por um segmento específico: nos anos 1930 a vanguarda oligárquico-liberal, e posteriormente, nos anos 1980, a vanguarda liberal representada em nível político pela oposição consentida.

Considerando os aspectos históricos peculiares aos segmentos dos anos 1930 e 1980, é preciso destacar que, mesmo superando-o ou o contradizendo em alguns pontos, a geração pós-64 foi herdeira da geração de 1930. Nessa direção, é fundamental sublinhar que em ambas há uma coloração iluminista bem nítida, uma vez que, como descrito no trecho anterior, o setor liberal oligárquico de 1930 apostava “na ciência e na cultura como meios de sua redenção, inclusive política”. O mesmo ocorreu com o setor liberal de oposição consolidado nas décadas de 1960 a 80, que acreditavam que o progresso e a emancipação do homem se dariam através da cultura e da ciência.<sup>316</sup>

Entretanto, o que se pretende destacar desse contexto são os fundamentos que orientaram e constituíram a identidade do Cebrap enquanto Centro de Pesquisa, mas também como o Centro e seus representantes tornaram-se um importante elemento no contexto político-

---

<sup>316</sup> Em consonância com a perspectiva iluminista referida no Capítulo 1 desta tese. Ver PEREIRA, Mateus. Op. cit.

ideológico pós-1964, e mais especificamente no período de redemocratização do país nos anos 1980.

Nessa direção, vale destacar que, no plano epistemológico, o paradigma preconizado no Cebrap teve origem predominantemente nos pressupostos epistemológicos desenvolvidos no âmbito da Escola Paulista de Sociologia fundamentada na “concepção positiva de sociologia”<sup>317</sup> e identificada fundamentalmente com a perspectiva e o fazer científico defendido nos estudos de Florestan Fernandes até o início da década de 1970. Isto se deveu ao fato de ter sido esta a base da formação inicial de membros fundadores do Cebrap, entre os quais é destacada a figura de Fernando Henrique Cardoso.

Como já referido anteriormente, essa metodologia científica esteve ligada fortemente a uma perspectiva de “racionalidade funcional da ciência” apresentando-se como a possibilidade de uma perspectiva cientificamente neutra.<sup>318</sup> Assim, acabava por negar-se enquanto um paradigma também erigido sobre bases de ordem filosófica, política e ideológica, mesmo quando esses pressupostos se faziam presentes.<sup>319</sup>

No entanto, por mais que esse paradigma seja carregado de elementos metodológicos dotados de uma relativa imparcialidade ou irrefutabilidade como argumento científico, em minha concepção ele não pode ser analisado como existente em si mesmo. Uma vez que este paradigma estava circunscrito a um contexto sócio-histórico específico, não se pode deixar de atentar para os vínculos que ele manteve enquanto inserido em um conjunto de condições históricas específicas. Estas incluem aspectos como o seu

---

<sup>317</sup> OLIVA. A. Op. cit. p. 33.

<sup>318</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>319</sup> Em relação à suposta neutralidade científica e filosófica a que se propunha a perspectiva defendida no âmbito da Escola Paulista de Sociologia, Alberto Oliva refuta este argumento na medida em que identifica as características do método “empírico, observacional e indutivo” como “os três pilares básicos sobre os quais se erigiu historicamente o edifício da filosofia empirista” identificando assim, “no projeto de cientificizar a sociologia elaborado por Florestan, a existência de uma filiação filosófica recalcada em nome de uma metodologia entendida como autoimagem da ciência”. Ibidem. p. 17.

contexto de produção, o conjunto de interesses envolvidos nesse processo, as suas formas de apropriação e ressignificação, e as consequentes repercussões e interrelações dessa matriz de pensamento com as demais instâncias da sociedade. Estes elementos apontam para o caráter de subjetividade presente nas interpretações objetivas relativas ao processo social. Nessa direção, segundo Gramsci,

a ciência experimental foi (ofereceu), até agora, o terreno no qual uma tal unidade atingiu o máximo de extensão: ela foi o elemento de conhecimento que mais contribuiu para unificar o “espírito”, para fazê-lo se tornar mais universal; ela é a subjetividade mais objetivada e universalizada concretamente.<sup>320</sup>

Considero fundamental, portanto, realizar uma breve análise histórica sobre a forma como esse novo paradigma científico repercutiu desde suas origens no cenário da luta político-ideológica no qual estava inserido. Dessa forma, enfatizo o modo como alguns dos elementos dessa concepção se mantiveram presentes na geração pós-64 que figurou no campo político e intelectual brasileiro na década de 1980. Abordando este último ponto com mais ênfase, destaco-o sob o ponto de vista que Bernardo Sorj<sup>321</sup> referiu como o engajamento político dos sociólogos paulistas, e o que os tornou, conforme aponta Milton Lahuerta, o “partido de intelligentsia”<sup>322</sup> que, sobretudo no nível intelectual, compôs a vanguarda que protagonizou o processo de liberalização<sup>323</sup> no Brasil.

A fim de identificar, melhor compreender e situar mais claramente os grupos que deram sustentação no nível político ao estabelecimento dessa ideologia científica, aponto para algumas considerações relevantes do panorama sócio-histórico brasileiro pós-1930.

---

<sup>320</sup> GRAMSCI, Antonio. v. 1. Op. cit. p. 134.

<sup>321</sup> SORJ, B. Op. cit.

<sup>322</sup> LAHUERTA, M. Op. cit.

<sup>323</sup> Ao referir esse contexto, é importante atentar para a questão de que o processo de redemocratização no país foi consolidado também como um processo de liberalização, uma vez que as vanguardas que conduziram esse movimento em todos os níveis estavam ligadas à perspectiva liberal que foi posta em prática como um projeto ideológico.

#### 4.1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A posição político-ideológica identificada com o paradigma de cientificidade defendido no âmbito da Escola Paulista de Sociologia tem como baliza histórico-política a derrota da elite paulista na Revolução Constitucionalista de 1932. Naquele momento acirraram-se as disputas entre a perspectiva liberal oligárquica representada por setores da elite paulista *versus* a política centralizadora e intervencionista representada no nível político pelo governo Vargas.

No entanto, essa disputa não permaneceu restrita ao nível político-institucional, mas repercutiu fortemente no contexto intelectual da época. Nessa direção, destaca-se a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933 e, com amplo destaque, a criação da Universidade de São Paulo em 1934.

Naquele contexto, a fundação da USP ocorreu fundamentalmente no sentido de viabilizar a criação de um novo grupo intelectual no país que representaria, neste nível, a consolidação dos interesses dos setores liberais,<sup>324</sup> os quais constituíram naquele momento um dos mais importantes segmentos de oposição ao governo Vargas.

De modo mais amplo, pode-se definir esse setor liberal de oposição como tendo sido composto inicialmente por elementos ligados às camadas altas e médias urbanas e aos interesses dos representantes da oligarquia cafeeira paulista. Isto conferia certo tom de conservadorismo à proposta liberalizante que defendiam naquele momento, mesmo que fizessem questão

---

<sup>324</sup> Ver MOTOYAMA, S. Op. cit.

de enfatizar o *ethos* de modernização do projeto defendido por esses liberais dos anos 1930.

No contexto liberal destacou-se a figura de Júlio Mesquita Filho, que na época era proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, e em torno do qual se formou o grupo de intelectuais paulistas<sup>325</sup> de maior relevância enquanto oposição à ideologia varguista. Este grupo veio a se concretizar institucionalmente no cenário intelectual mediante a criação da Universidade de São Paulo. Mais tarde, Mesquita Filho se tornou um dos destacados colaboradores do Golpe de 1964 desde a sua gestação.<sup>326</sup>

#### 4.1.2 ESCOLA PAULISTA DE SOCIOLOGIA VERSUS ISEB

Derrotado na Revolução Constitucionalista de 1932, o grupo paulista não viu prevalecer as suas reivindicações por autonomia política. No entanto, continuou defendendo seus ideais. Passada a Revolução, a arena político-institucional perdeu a sua centralidade, cedendo espaço à arena ideológica. Esta última já era bastante evidente no contexto dos anos 1930 nesse âmbito, onde a expressão mais relevante do setor até aquele momento estava circunscrita aos veículos de imprensa desalinhados com o governo Vargas.<sup>327</sup> Contudo, a criação da USP em 1934 foi um marco fundamental,

---

<sup>325</sup> Os intelectuais de maior destaque no grupo foram Júlio Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Duarte.

<sup>326</sup> Ver DREIFUSS, René. Op. cit. e Capítulo 1 deste trabalho.

<sup>327</sup> Neste sentido, é possível destacar como um dos órgãos de maior destaque o jornal *O Estado de São Paulo* e as proposições do jornalista Júlio Mesquita Filho e de seus colaboradores. Note-se, no entanto, que a posição do jornalista enquanto oposição ao governo foi intermitente durante o período governado por Vargas. Mesquita foi um dos intelectuais idealizadores da Revolução Constitucionalista em oposição ao Governo Vargas, mas vale salientar que isso se deu na medida em que o grupo que representava não teve seus interesses atendidos após a Revolução de 1930, a qual havia apoiado.

pois representou um novo espaço de consolidação do setor liberal oligárquico. Representou, assim, um elemento de grande relevância na guerra de posições que, mesmo após a Revolução de 1932, se acirrou entre liberais e nacional-desenvolvimentistas.

Assim, para além das instituições políticas, o grupo paulista passava a se consolidar no plano científico-intelectual e, dessa forma, através da constituição de uma nova elite intelectual e científica, a consolidar também sua concepção de mundo e voltar à cena política. Isto evidencia que, mesmo mediante a construção de um paradigma que preconizava formalmente a separação entre ciência e política, na prática o vínculo entre ciência e ideologia permaneceu inextricável.<sup>328</sup>

Dessa forma, naquele momento, conforme destaca Motoyama,<sup>329</sup> a Universidade de São Paulo:

Surgia sob a égide da ideologia liberal da Comunhão Paulista, vindo na pesquisa desinteressada e no ensino superior de qualidade instrumentos úteis para a formação da sua futura elite dirigente. Ela significava uma opção da elite de São Paulo, depois da sua derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, apostando na ciência e na cultura como meios da sua redenção, inclusive política.<sup>330</sup>

Entretanto, o grupo paulista surgiu, no plano científico-intelectual, inclusive no sentido de antagonizar com um grupo já estabelecido nesse plano. Tratava-se do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujos membros, em sua maioria, representavam interesses distintos do grupo paulista.

Nessa direção, a matriz de pensamento paulista foi estabelecida no plano intelectual a partir da relação antagônica entre o Instituto Superior de

---

<sup>328</sup> Salvo o interstício representado pelos esforços empreendidos por Florestan Fernandes nos anos 1950 e parte dos 60, em tentar manter, inclusive na prática, esse distanciamento entre ciência e política, esses elementos apareceram claramente imbricados tanto no contexto dos anos 1930 como no pós-64, representando a contradição interna dessa relação. Vide REGO, Walquíria. Op. cit.

<sup>329</sup> MOTOYAMA, S. Op. cit.

<sup>330</sup> Ver também Anexo 2, referente ao Manifesto de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933.

Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Paulista de Sociologia. Para além da sua dimensão política, no plano do discurso científico, esse antagonismo estava baseado nas diferenciações temáticas, e era relativo fundamentalmente às formas e aos métodos de pesquisa adotados pelas duas instituições.

Nesse nível, ficava clara a distinção entre as formas como as duas instituições caracterizavam a sua atuação:

O ISEB, funcionando no Rio de Janeiro, com muito mais visibilidade e impacto político que a USP e financiado pelo governo federal, procurava desenvolver um projeto para o Brasil. Nessa postura, o conhecimento era considerado um instrumento para se elaborar uma doutrina de intervenção social. A USP, por sua vez, colocava-se como agente **autônomo** de produção de conhecimento.<sup>331</sup>

No entanto, a “autonomia” preconizada pelo grupo paulista era referente exclusivamente à estrutura estatal da época. Isto porque, em última análise, ambas as instituições estavam ligadas a setores e interesses específicos. Como aponta Alzira Alves de Abreu, mais nitidamente no contexto do final dos anos 1940,<sup>332</sup> a USP e o ISEB se mantiveram ligados respectivamente aos grupos que a autora conceituou como os “neoliberais” e os “desenvolvimentistas”.<sup>333</sup> Assim, mais do que leituras intelectuais, as interpretações acerca da realidade brasileira da época adquiriram fortemente o caráter de modelos e projetos propostos e defendidos por esses setores que rivalizavam naquele contexto.

Em linhas gerais, os “neoliberais”, conforme nomeou Abreu, compunham o grupo que essencialmente se opunha às políticas de incentivo à indústria nacional, às práticas de restrição ao capital internacional, ao

---

<sup>331</sup> ABREU, A. Op. cit.

<sup>332</sup> Segundo ABREU, A. Op. cit. p. 108, foi a partir desse momento que a produção Isebiana foi claramente explicitada como a proposta de um “modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo Brasil” o que, segundo a autora, passa a definir o ISEB no interior desse contexto de luta ideológica.

<sup>333</sup> ABREU, A. Op. cit. p. 107. Ver também TOLEDO, C. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.; e ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.



planejamento econômico, e às demais políticas intervencionistas praticadas em nível de Estado. Defendiam, ao contrário, a liberalização da economia através da ênfase à iniciativa privada e à entrada livre de capitais estrangeiros como os incentivos de uma indústria impulsionada pelo capital associado entre a iniciativa privada nacional e internacional. Concomitante a esse posicionamento, este grupo – ao qual prefiro me referir como setor liberal oligárquico – defendia que o principal motor do desenvolvimento do país fosse o setor agrícola. Assim, por mais que se desenvolvesse uma pequena indústria impulsionada por capitais associados, manteve-se predominante o modelo agroexportador onde a ênfase estaria na produção de gêneros agrícolas para a exportação e os produtos industrializados seriam em sua grande maioria adquiridos pela via da importação. Este elemento evidencia o caráter conservador peculiar a esse setor liberal.

No entanto, o ponto que se destaca nessas inferências é o de que esse modelo está indissociavelmente vinculado aos interesses de uma elite liberal oligárquica que, no nível político, era identificada com o setor originado no grupo constitucionalista de 1932. Este setor aqui se identifica como o setor fundamental de sustentação do paradigma criado no âmbito da Escola Paulista de Sociologia, e que em última análise, constituiu a base teórica da agenda da oposição liberal no contexto da redemocratização do país na década de 1980.<sup>334</sup> Portanto, sublinho que este grupo se aglutinou fundamentalmente em oposição à perspectiva defendida pelos “desenvolvimentistas”, sobretudo à sua vertente “nacionalista”.<sup>335</sup>

---

<sup>334</sup> Destaco o internacionalismo (tanto do ponto de vista econômico, quanto intelectual) como o principal ponto de contato entre esses dois grupos liberais. A diferenciação fundamental, eu identifico na característica oligárquica, ligada ao setor agrícola, sustentada pelo primeiro.

<sup>335</sup> É importante destacar que no grupo denominado “desenvolvimentista” existia a distinção básica entre aquele setor que não se opunha de maneira ferrenha à participação de capitais e tecnologias estrangeiras no incremento à indústria nacional. No entanto, este setor surgiu somente em meados da década de 1950, quando o processo de substituição de importações demandou um maior nível de especialização nas técnicas produtivas e no nível de acumulação de capital para poder suprir as necessidades de bens intermediários e de bens de capital necessários naquele momento. Mas foi fundamentalmente em oposição à vertente “nacionalista” que defendia que o desenvolvimento da indústria nacional deveria ser

Fundamentalmente, os “desenvolvimentistas” defendiam a emancipação do país através da indústria nacional. Para isso preconizavam a manutenção de um Estado forte capaz de conduzir esse processo mediante políticas intervencionistas de corte fordista/keynesiano. Foi nessa direção que se identificou o pensamento, antagônico ao grupo paulista, predominante no ISEB, que o fez ser considerado como o braço intelectual do desenvolvimentismo.

Essa identificação ocorreu devido ao conteúdo das publicações, ao trânsito político de seus membros e à penetração social adquirida pelo Instituto mediante a organização de cursos que não se encontravam restritos à estrutura formal acadêmica. Juntamente com isso, a metodologia utilizada e a estrutura formal mediante as quais os estudos isebianos eram apresentados suscitaram o ponto fundamental de crítica no estabelecimento de uma oposição intelectual ao Instituto.

Mediante as críticas<sup>336</sup> advindas da Escola Paulista, a legitimidade do Instituto era atacada fundamentalmente com base no modelo de ciência defendido pelo grupo uspiano.<sup>337</sup> Assim, a crítica recaía sobre o fato de os intelectuais isebianos não pertencerem em sua ampla maioria ao contexto acadêmico<sup>338</sup> da época, nem possuírem formação científica específica em sociologia, ciência política, economia, história ou antropologia. Desse modo,

---

realizado exclusivamente com forças nacionais. Para isso propunham no nível político a formação de uma frente composta por empresários nacionais, políticos e ideólogos identificados com essa proposta e ainda setores populares em ascensão no país devido às políticas sócio-econômicas implementadas em nível de Estado. Este setor teve como pressuposto fundamental a ideia de “nação” sob a qual os demais conflitos iam sendo minimizados. Ver ABREU, A. Op. cit.

<sup>336</sup> A crítica ao pensamento e ao método Isebiano não esteve restrita ao grupo vinculado à USP. A ênfase conferida à escola Uspiana é referente à temática aqui desenvolvida. No entanto, vale lembrar que o ISEB também foi alvo de críticas por parte do grupo vinculado à antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro –, bem como da *Revista Brasiliense* de São Paulo, que defendia uma clara orientação marxista que se opunha à utilização de uma linguagem marxista, muitas vezes presente nos estudos Isebianos sem que isso mantivesse algum nexos com a perspectiva do marxismo. Ibidem. p. 112.

<sup>337</sup> Ibidem. p. 111.

<sup>338</sup> À exceção de Álvaro Vieira Pinto, que lecionava Filosofia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“eles eram apontados em tom pejorativo como intelectuais de formação jurídica e bacharelesca, destituídos de instrumentos teóricos e metodológicos indispensáveis para o exame científico da sociedade”.<sup>339</sup>

Contudo, por mais que a crítica intelectual ao ISEB tenha sido pautada nesse ponto fundamental, ela ganhou força à medida que também se estabeleceu muito fortemente no nível político-institucional e cultural, onde o Instituto também havia conquistado grande prestígio ao longo da década de 1950. Com isso, a partir de 1959, juntamente com as campanhas isebianas de mobilização política, as críticas se intensificaram.

No que diz respeito à questão política, o ISEB era apontado como instrumento do Estado utilizado em prol da manutenção de sua legitimidade. Ou seja, como mais uma força contrária aos interesses do grupo liberal paulista. Neste sentido, um dos pontos mais questionados era a heterogeneidade de seus membros, já que no Instituto havia membros de diferentes orientações político-ideológicas como Darcy Ribeiro e Luís Costa Pinto, que haviam pertencido à Ação Integralista Brasileira. Ao longo de sua existência, compuseram igualmente os quadros do Instituto alguns intelectuais ligados à esquerda comunista e trotskista, bem como a outras entidades pertencentes a distintas perspectivas, como é o caso da União Nacional dos Estudantes, algumas organizações sindicais e grupos de militares nacionalistas.

Essa heterogeneidade de seus membros gerou uma grande frente de oposição ao ISEB, encabeçada fundamentalmente pelos setores identificados com a oposição ao modelo desenvolvimentista e ao tipo de Estado a ele inerente. Aponta-se para esses grupos como pertencentes ou identificados com os mesmos setores que se mostraram alinhados com as interpretações e proposições oriundas do setor que, no nível intelectual, se encontrava vinculado à Universidade de São Paulo. Este, no nível político e econômico,

---

<sup>339</sup> Ibidem. p. 111.

estava ligado aos interesses liberais e oligárquicos, conforme destacado por Alzira Abreu e Motoyama.

Nesta frente de oposição, destacou-se além do grupo intelectual que se organizou em torno da Universidade de São Paulo, criando a Escola Uspiana de Sociologia, igualmente um setor empresarial de grande importância na época. Este segmento era composto por membros da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, do Centro Industrial do Rio de Janeiro, da Confederação das Indústrias, entre outros. Também compunham esta frente os grupos proprietários dos jornais de grande circulação na época, dentre os quais se destacam *O Globo* e os *Diários Associados*.

A recuperação desse contexto se deu no sentido de retomá-lo de forma processual, a fim de melhor identificar as rupturas e continuidades existentes no processo de redefinição do projeto internacionalista-liberal desenvolvido no país. Feito isso, passo a destacar outro marco histórico deste processo, que foi a geração pós-1964.

#### **4.2 O Cebrap: das origens até a transição geracional**

Além da Universidade de São Paulo, o Cebrap foi a instituição que mais caracterizou intelectualmente Fernando Henrique Cardoso, pois foi vinculado a essa instituição que ele se consolidou enquanto intelectual e, posteriormente, como político.

Mesmo sendo originário de um grupo nascido fundamentalmente da tradição da Escola Paulista de Sociologia, e dessa forma tendo mantido duas de suas características fundamentais, o rigorismo científico e a clara distinção formal entre o debate intelectual e as posições ideológico-

partidárias, os membros do Cebrap sempre manifestaram de forma muito clara e ativa o caráter de engajamento político. Segundo Bernardo Sorj:<sup>340</sup>

Foi essa tripla característica, de rigor científico, engajamento político e separação radical entre debate intelectual e posições ideológico-partidárias, que sinalizou um caminho e expressou o sentimento de “estar no mundo” de uma geração de cientistas sociais que se identificou com o Cebrap.

#### 4.2.1 A INSTITUIÇÃO: DE 1969 A 1976

Partindo da identificação de Bernardo Sorj:<sup>341</sup> “o Cebrap pode ser visto como um exemplo e uma metáfora das complexas relações entre intelectuais e política, entre saber e poder, entre conhecimento e democracia na sociedade brasileira”.

O Centro foi fundado na cidade de São Paulo em 3 de maio de 1969. Na sua fundação contava com 27 membros e era presidido por Cândido Procópio Ferreira Camargo. O grupo que compunha o núcleo inicial, datado de 1969, era composto por sete integrantes: Fernando Henrique Cardoso, Cândido Procópio Ferreira Camargo, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, Elza Berquó, José Arthur Giannotti e Octavio Ianni, este a partir de 1970.<sup>342</sup>

De 1970 a 1974 o *staff* original ganhou a adesão de cinco novos membros: Bolívar Lamounier, Francisco de Oliveira, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins e Vinícius Caldeira Brandt. Estes cinco intelectuais eram

---

<sup>340</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 95.

<sup>341</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>342</sup> Ibidem. p. 34.

cientistas sociais que haviam sido cassados, o que se tornou uma das principais marcas do Cebrap.<sup>343</sup>

Mesmo com a intenção de manter a nítida separação entre o debate intelectual e as posturas político-partidárias, isso não ocorreu inteiramente na prática também no âmbito de Cebrap. Como observa Milton Lahuerta,<sup>344</sup> a produção científica e a penetração nos meios acadêmicos foi um elemento que atuou de forma indissociada com a atuação política desses intelectuais, constituindo-os enquanto políticos-intelectuais.

Sobre esse aspecto o autor destaca a “aura mítica” que se formou em torno dos “intelectuais rebeldes, ‘cassados’ e contestadores, mas também competentes, com uma produção marcada por padrões científicos rigorosos”.<sup>345</sup> Lahuerta identifica essas características com os intelectuais que figuravam no Cebrap, dentre os quais destaca a figura de Fernando Henrique Cardoso que, segundo ele, com base na condição de exilado, teria obtido um destaque tão elevado que acabou adquirindo a condição de “intelectual que lidera intelectuais”. Isto repercutiu também mediante o destaque em torno da figura de Cardoso em outros meios, como na imprensa, e a sua representação como líder de uma nova vanguarda política.

Além disso, relativo aos seus membros, a identidade do Centro foi constituída também no referente a uma convergência teórica. Isso é observável na medida em que, do *staff* inicial permanente composto por sete membros, quatro eram formados em sociologia e possuíam em comum uma formação ligada à Escola Paulista.

---

<sup>343</sup> Sobre isso tem a ver LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. *Cad. AEL*, v. 8, n. 14/15, p. 55-93, 2001., onde o autor destaca a “aura mítica” que se formou em torno dos “intelectuais rebeldes, ‘cassados’ e contestadores, mas também competentes, com uma produção marcada por padrões científicos rigorosos”.

<sup>344</sup> Ibidem.

<sup>345</sup> Ibidem.

O Centro era constituído predominantemente por intelectuais com estas características específicas, dentre os quais a maioria sociólogos, formados em um mesmo período, segundo observa Bernardo Sorj:<sup>346</sup>

[...] a coesão inicial deste grupo se deveu menos à convergência teórica do que a afinidades de natureza geracional e aos vínculos criados no contexto de uma tradição acadêmica específica, vínculos estes que seriam reforçados pelo clima político da época entre os membros e tendeu a minimizar, pelo menos temporariamente, suas diferenças.

Assim, é necessário destacar que, para além das características citadas, os membros fundadores do Cebrap também possuíam em comum uma trajetória geracional que esteve circunscrita a um modelo de formação teórico-científica, mas que também teve como ponto de fundamental importância o contexto político vivido na época e que reverberou fortemente no contexto da vida acadêmica do qual participavam.

Considerando que já foram referidas as bases do modelo teórico desenvolvido no âmbito da Escola Paulista de Sociologia, cabe agora tecer algumas considerações acerca da esfera e do percurso sócio-político vivenciado pelos pesquisadores que deram origem ao Cebrap em fins da década de 1960, dentre os quais se destacou Fernando Henrique Cardoso.

#### 4.2.2 CONTEXTO ACADÊMICO-INTELECTUAL

Assim, na medida em que foram balizadas as origens do paradigma orientador dos estudos desenvolvidos no Cebrap, passo a destacar o outro e, de acordo com Bernardo Sorj, mais importante elemento aglutinador dos

---

<sup>346</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 35.

pesquisadores que se uniram para desenvolver o Cebrap: a origem geracional e o percurso intelectual dos pesquisadores.

Nessa direção, é possível caracterizar os membros do Cebrap como um grupo de pesquisadores que representou uma geração composta, em sua grande maioria, por intelectuais formados pela USP e em instituições fora do contexto nacional. O que, no plano teórico, contribuiu para erigir e sustentar a perspectiva apresentada mediante as pesquisas desenvolvidas no Centro.<sup>347</sup>

Tabela 19: Trajetória acadêmica dos membros do Cebrap.

Quinquênio de nascimento		1920-25	1925-30	1930-35	1935-40	1940-45
			3	3	4	–
Instituição do último título acadêmico		USP	EUA	Outras instituições brasileiras		França
		6	5	2	1	
Instituição anterior (ou paralela) ao Cebrap	Iuperj	USP	Consultoria	Outros centros de ensino superior no Brasil		Não identificados
	2	8	1	2	1	

\* Incluídos: Bolívar Lamounier, Cândido Procópio Ferreira Camargo, Carlos Estevam Martins, Elza Berquó, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Serra, Juarez Brandão Lopes, Octavio Ianni, Paul Singer, Vilmar Faria, Vinicius Caldeira Brandt, Fernando Henrique Cardoso.

Fonte: LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição*. Op. cit. Adaptada.

Além da convergência geracional, o quadro acima aponta igualmente para outras características do grupo, onde se destaca o cosmopolitismo desses intelectuais. Esta característica, juntamente com as peculiaridades meritórias de sua formação, foram a base da consolidação dos intelectuais que categorizei como “intelectuais A” – que também corresponde a esse grupo – nas páginas de *Veja* nos anos 1980. Estes aspectos da geração pós-64 constituíram também um conjunto de fatores peculiares ao segundo movimento de institucionalização das Ciências Sociais, conforme caracterizei no início deste capítulo.

<sup>347</sup> Sobre isso ver também LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição*. Op. cit.



#### 4.2.2.1 O Seminário de Marx

Desse ponto de vista, é possível compreender a participação dos membros, sobretudo da primeira geração, do Cebrap na composição do grupo que empreendeu em 1957 o *Seminário de Marx*, que consistia fundamentalmente na leitura e discussão quinzenal acerca de *O Capital*, escrito por Karl Marx. No entanto, a perspectiva preconizada no grupo era ligada fundamentalmente a uma demanda científica, uma vez que o Seminário representou no âmbito acadêmico da época a principal porta de entrada do marxismo enquanto ciência no Brasil. Representando, assim, um movimento que teve origem, em última análise, nas novas tendências trazidas ao contexto acadêmico brasileiro por pesquisadores que naquele momento retornavam da Europa. Como aponta Bernardo Sorj, “foi Giannotti, ao retornar da França, o mentor da ideia de formar um grupo de leitura rigorosa de *O Capital*”.<sup>348</sup>

No entanto, mesmo tendo origem e sendo sustentado no apelo científico da tradição Uspiana de separação entre o fazer científico e a ação política, o *Seminário de Marx* ocorreu no contexto político de “uma maior radicalização política dos jovens professores e estudantes”.<sup>349</sup>

Assim, dentro do contexto sócio-político da época, ainda que baseado essencialmente no apelo científico, o Seminário e os estudos relativos à obra de Marx acabaram suscitando uma identificação daquele grupo de pesquisadores com uma perspectiva ligada a um setor da intelectualidade

---

<sup>348</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 17. Sobre isso ver GIANNOTTI, J. A. Notas para uma análise metodológica d’O Capital. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 29, maio.-jun. 1960. Ainda, LAHUERTA, M. *Intelectuais e resistência democrática*. Op. cit. p. 63-4, quando o autor menciona a importância e o ineditismo deste e de outros temas que eram discutidos nos “mesões” do Cebrap.

<sup>349</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 16.

socialista da época, o que lhes reforçou o caráter de “intelectuais de oposição”.<sup>350</sup> No entanto, mesmo havendo essa identificação desse grupo que se propôs a estudar Marx com o socialismo, isto veio de fora do grupo. Porque, em realidade, não se tratava de um grupo identificado com uma perspectiva socialista/marxista. Ao contrário, esses estudos ocorreram dentro dos moldes de uma perspectiva de coloração liberal. No entanto, salvo essa perspectiva em relação às interpretações relativas à obra de Marx e ao marxismo enquanto ideologia política, o *Seminário de Marx* consistiu em um elemento fundamental da afirmação e da construção da identidade daquele grupo no âmbito das Ciências Sociais, do contexto acadêmico e posteriormente da vida política do país.<sup>351</sup>

Nessa direção, o grupo formado por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Octavio Ianni, Roberto Schwartz, Fernando Novais, Bento Prado Jr, Leôncio Rodrigues, Ruth Corrêa Leite Cardoso e Francisco Weffort<sup>352</sup> representou no contexto do final dos anos 1950 e início dos 60, a “nova geração” de cientistas sociais ligados à tradição da sociologia Uspiana. Nessa direção é importante observar que, concomitante à emergência desse grupo na cena acadêmico-intelectual daquele momento, consolidava-se no plano sócio-cultural a Editora Abril sobre parâmetros correspondentes em outros níveis daqueles presentes nesse grupo. Entre eles, as características iluministas, o internacionalismo representado pelo cosmopolitismo, sua anunciada autonomia em relação ao Estado e suas instituições, o caráter liberal, sua suposta “neutralidade” e aproximação com

---

<sup>350</sup> O que no contexto dos anos 1970-80, como será abordado no decorrer deste trabalho, será fator de destaque para a constituição e consolidação dos “políticos-intelectuais” ligados ao Cebrap no contexto de oposição. No entanto, vale salientar que naquele contexto, o vínculo estabelecido entre esses intelectuais e a política não se fazia sob a forma de uma militância direta, mas sim de um engajamento político-ideológico.

<sup>351</sup> É importante ressaltar que a vinculação que os intelectuais que empreenderam o *Seminário de Marx* tiveram com o marxismo enquanto ciência a partir de 1957 é distinta da perspectiva acerca do marxismo que foi assimilada na agenda de pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre os anos 1960 e 70. Ver LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição*. Op. cit.

<sup>352</sup> Na sua ampla maioria, este grupo era composto por auxiliares de ensino e ainda estudantes ligados à USP. Na hierarquia geracional da sociologia Uspiana, foram os predecessores de Florestan Fernandes.

“a verdade dos fatos”, sua relação indissociável com o contexto externo e as tendências antiautoritárias, e a construção da sua imagem como estando dissociada de toda e qualquer forma de ideologia.

Como destaquei anteriormente, na editora isso era construído, entre outros fatores, com base no padrão de jornalismo adotado pela empresa, correspondente ao que, no âmbito desse grupo de intelectuais foi construído fundamentalmente através do método científico por eles adotado. O que observo especificamente em relação à revista *Veja*, sobretudo nos anos 1980, é uma associação entre esses dois discursos na elaboração e veiculação de um projeto de oposição de conotação liberal para conduzir a redemocratização no país.

É a fim de melhor compreender esse processo que tenho enfatizar tanto as questões epistemológicas como as sócio-políticas, que permearam esse processo. Nessa direção, demonstro igualmente, conforme apontei no capítulo anterior, a forma como essa perspectiva científica – que considero também ideológica – foi apropriada e incorporada ao discurso político-ideológico de caráter democrático-liberal que se tornou hegemônico no contexto dos anos 1980 no Brasil.

#### 4.2.2.2 Reforma Universitária e Contexto Acadêmico da Década de 1970

Assim como o *Seminário de Marx* representou um marco geracional de fundamental importância na constituição do grupo que deu origem ao Cebrap, também o foram os acontecimentos políticos, e com ampla repercussão institucional, que ocorreram naquele período. Neste sentido,

destaco alguns aspectos da Reforma Universitária e o contexto acadêmico brasileiro dos anos 1970.

É sabido que o período que vai do ano de 1969 a 1975 foi um momento de acirramento da repressão por parte do governo militar sobre as manifestações artísticas, culturais, intelectuais e políticas no Brasil. Essa onda de repressão também se fez sentir no contexto da vida acadêmica. Entretanto, ao passo em que a política repressiva se expressava naquele contexto mediante as cassações e o aumento massivo da vigilância, observou-se naquele processo a criação de uma situação paradoxal.

Esse paradoxo ficou evidente à medida que, juntamente com o aumento da repressão por parte do governo às universidades, ocorreu também, advindo do próprio governo, um conjunto de políticas de fomento que proporcionaram um rápido crescimento do sistema universitário.<sup>353</sup>

Conforme Bernardo Sorj observa:<sup>354</sup>

Os anos 70 foram de crescimento acelerado do sistema universitário, tanto quantitativamente – o número de estudantes chegou a sextuplicar – como qualitativamente. Nesse período constituiu-se o sistema nacional de pós-graduação e, junto com ele, um sistema de pesquisa universitária em praticamente todas as universidades importantes do país. A formação dos centros de pós-graduação foi acompanhada por uma maior delimitação entre as disciplinas e por um processo de profissionalização e de especialização.

No âmbito da sociologia esse crescimento foi explícito, como demonstrado no esquema gráfico:

---

<sup>353</sup> Nessa direção, é interessante destacar o paralelo que existe entre esse crescimento acadêmico e o aumento de títulos publicados pela Editora Abril na linha da Abril Cultural, conforme abordei no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>354</sup> SORJ, B. Op.cit. p. 66.

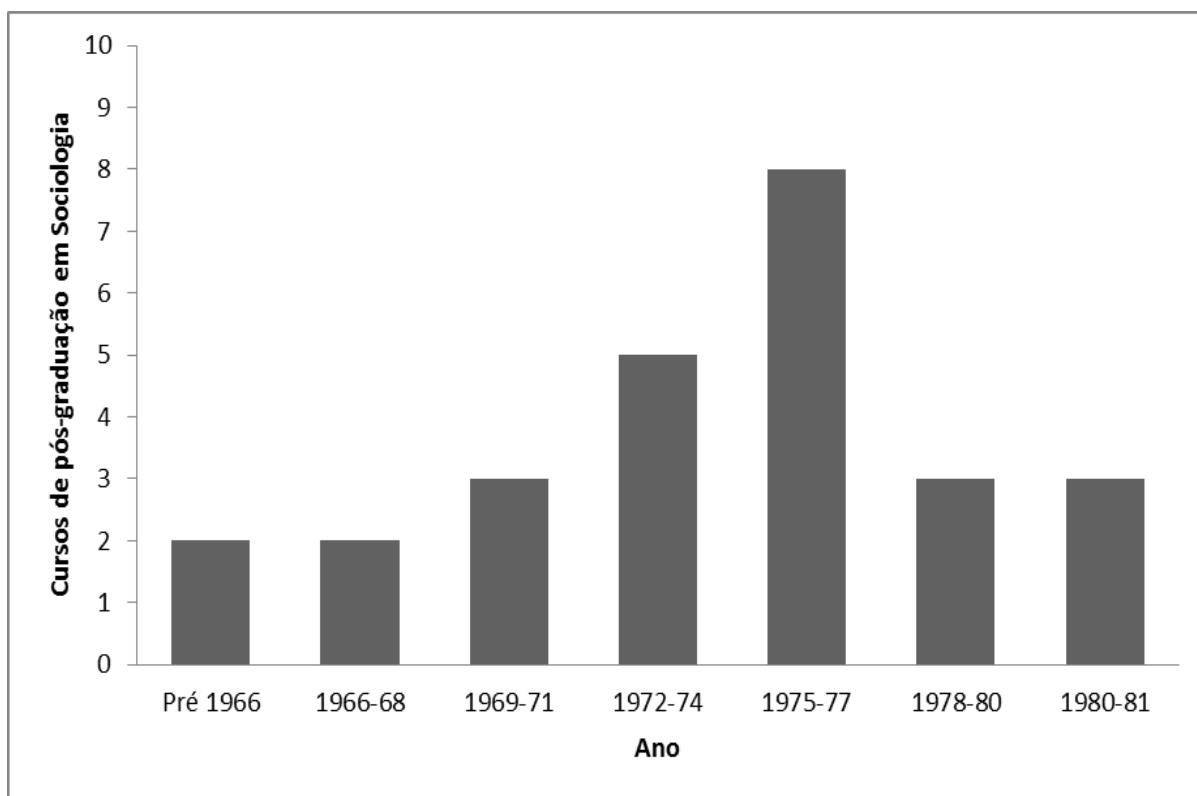


Figura 3: Evolução da Sociologia no período.

Fonte: Dados referidos em SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Extraídos originalmente de MALAN, P. *Economia – avaliação e perspectivas*. CNPq, 1981; e MARANHÃO, S. *Sociologia – avaliação e perspectivas*. CNPq, 1983.

Observa-se um significativo impulso de crescimento entre os anos de 1971 e 74, e que de 1975 a 77 esse crescimento atingiu o seu ápice. Destaco, portanto, que em linhas gerais essa comparação demonstra a consonância, e por que não dizer a complementaridade entre essas duas instâncias na construção de um projeto societário para o Brasil.

Retornando ao caso específico da reforma universitária, também é destacado o aumento de bolsas em nível de pós-graduação concedidas pelo CNPq naquele momento. E, intensificando o paradoxo representado pelas políticas implementadas no nível da educação superior no Brasil naquele contexto, sublinho que o aumento de recursos concedido à área das ciências

sociais foi mais volumoso do que para o conjunto das demais áreas científicas.<sup>355</sup>

Assim, da soma do clima político da época com esse maior acesso que os cientistas sociais tiveram naquele momento à especialização, juntamente com o contato com ideias e teorias pertencentes ao campo da esquerda e do contexto internacional, criou-se um novo padrão de consolidação daquele intelectual. Nessa direção, era esboçado o cosmopolitismo<sup>356</sup> que, como aponta Milton Lahuerta, foi um dos elementos que contribuíram para que aquela geração de intelectuais adquirisse uma maior projeção. Segundo o autor:<sup>357</sup>

[...] foi graças ao cosmopolitismo e à atualidade das teses que propagaram que seus intelectuais adquiriram projeção, foram chamados a participar de experiências jornalísticas e convidados a colaborar na atualização do programa da oposição institucional – o MDB.

Dessa forma, potencializou-se a imagem de oposição do grupo e de seus membros na medida em que as temáticas predominantemente estudadas naquele contexto estavam fundamentalmente ligadas a demandas sócio-políticas específicas da época. Isso fica evidente na medida em que, no período que vai de 1969 a 75, as temáticas predominantes no contexto universitário eram aquelas ligadas ao centralismo de Estado e às suas políticas de intervenção na esfera político-econômica e, principalmente, econômica.<sup>358</sup>

De acordo com Lahuerta:<sup>359</sup>

---

<sup>355</sup> Ibidem. p. 68.

<sup>356</sup> LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática. Op. cit.

<sup>357</sup> Ibidem. p. 62.

<sup>358</sup> As demandas sociais oriundas desse tipo de estrutura estatal foram temáticas que ganharam um maior espaço no contexto pós-1975.

<sup>359</sup> Ibidem. p. 63-4. Ver também CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1973.; Idem. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Em realidade, os estudos desenvolvidos no âmbito do Cebrap representam momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos 60 e da incorporação de novos temas à agenda pública. Durante esses anos, questões que não eram minimamente valorizadas no período anterior passariam a ser tratadas com grande destaque. Da ênfase quase absoluta aos temas estruturais passar-se-ia para a análise dos aspectos institucionais, para a valorização da cidadania e para as questões do cotidiano. Com isso a própria ideia de democracia ganharia novos significados.

É importante destacar que essa seleção de temas de pesquisa adotada pelo Cebrap e que, segundo Lahuerta, rompe com a cultura política dos anos 1960, encontra-se na mesma linha adotada na revista *Veja*. Isso chama atenção novamente para o alinhamento que existe entre esses dois grupos.

Esse caráter inovador no que tange as temáticas abordadas nos estudos cebrapianos também se fez sentir em relação às abordagens referentes aos temas políticos ligados ao autoritarismo e, especificamente naquele contexto, ao regime militar.

De acordo com Maria Hermínia Tavares de Almeida,<sup>360</sup> essas mudanças de temas e enfoques foram as principais contribuições do Cebrap e o elemento que caracterizou a originalidade do Centro no contexto do pensamento brasileiro contemporâneo.

Neste sentido, foram de grande destaque naquele contexto os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso<sup>361</sup> em torno do desenvolvimento dependente e associado e os demais trabalhos que envolviam o debate acerca das teorias estagnacionistas, do nacionalismo, e dos regimes latino-americanos.<sup>362</sup>

---

<sup>360</sup> ALMEIDA, M. H. T. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

<sup>361</sup> Vide Anexo 1.

<sup>362</sup> Sobre isso ver CARDOSO, Fernando Henrique. O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, n.2, out-dez. 1972.; Idem, IANNI, Octavio. Condiciones y efectos de la industrialización em São Paulo. *Ciências políticas y sociales*, n. 18, México, out-dez 1959.; Idem, FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar/Guanabara, 1969.

No entanto, há também que se considerar a distinção entre a grande massa dos intelectuais vinculados à universidade naquele momento e os cebrapianos, que mantinham suas atividades fora do contexto universitário. Quanto aos primeiros, no contexto geral das universidades, observava-se uma predominância marxista em processo de franca atividade o que, no contexto universitário da época, ocorria sem uma maior diferenciação formal entre militância política e concepção científica.<sup>363</sup> Isto, baseado no paradigma uspiano, era criticado pelos cebrapianos, que sempre se colocavam como sendo desvinculados de ideologias. Entretanto, essa suposta separação entre o fazer científico e a ação política não se estabeleceu na prática exatamente dessa maneira.

Apesar de ter sido este um pressuposto importante na formação do Cebrap enquanto núcleo de pesquisa, reitero, concordando com a posição de Lahuerta, que a consolidação desse grupo enquanto parte de um segmento de oposição ocorreu mediante a relação (e não a separação) entre a ação política e o fazer de seus membros enquanto cientistas. Assim, apesar dessa separação ser anunciada e tomada como pressuposto teórico por parte dos intelectuais que constituíam esse grupo, o que fez com que eles se consolidassem enquanto expoentes significativos de oposição foi exatamente o prestígio adquirido enquanto políticos e intelectuais.

Mediante a confluência dos fatores mencionados, entre eles o clima político e o contato com ideias vindas de fora do país, o contexto universitário, principalmente pós-1970, se tornou um importante local de oposição ao governo militar. Isso também ocorreu no contexto do Cebrap, mesmo que sob posturas distintas. O Centro se tornou igualmente um

---

<sup>363</sup> Sublinha-se o vínculo inextricável que a produção intelectual Cebrapiana manteve com o setor de oposição liberal que buscou hegemonizar-se no Brasil no período que compreende as décadas de 30 e 80 do século XX. No entanto, é preciso salientar que, naquele período, o engajamento político dos intelectuais do Centro não deve ser confundido com uma ação militante direta em que a sua produção intelectual fosse por eles reconhecida enquanto um elemento no contexto da luta político-ideológica daquele momento. Ao contrário disso, a identidade do Cebrap foi construída em grande parte com base no discurso de separação “formal” entre esses dois níveis. Foi com base nesse argumento que o Centro se estabeleceu enquanto um órgão independente tanto da estrutura estatal quanto da universitária. Sobre isso ver LAHUERTA, M. *Intelectuais e resistência democrática*. Op. cit.



espaço de oposição ao governo. No entanto, diferentemente do que acontecia na universidade, os cebrapianos se opunham tanto ao governo militar quanto à postura militante, e por eles considerada pouco flexível, que na sua ampla maioria os intelectuais ligados à universidade e ao campo da esquerda estariam expressando naquele momento. Dessa forma, a postura oposicionista dos membros do Cebrap foi-se delineando pela via da produção intelectual a partir das críticas à centralização e a tudo o que era por eles considerado como uma forma de autoritarismo.<sup>364</sup> O que também se coloca em consonância com um elemento fundamental do discurso predominante em *Veja*.

Reiterando o que foi mencionado anteriormente, isso se evidencia no que diz respeito aos temas de pesquisa predominantes no Centro, que naquele contexto estavam essencialmente centrados nas categorias de “Estado, sistema político brasileiro e políticas públicas”, “Modelo econômico” e “Imperialismo e dependência na América Latina”.<sup>365</sup>

Entretanto, é de fundamental importância destacar que a autonomia que permitiu o desenvolvimento dessas temáticas se deveu em grande parte à estrutura administrativa do Centro, destacando-se a ligação com seus órgãos mantenedores e apoiadores. Inicialmente, o apoio financeiro ao Cebrap foi conseguido fundamentalmente por meio da iniciativa privada, onde se destacou a Fundação Ford.<sup>366</sup> E ainda de demais setores da sociedade civil, como destaca Bernardo Sorj:<sup>367</sup>

No clima de repressão e medo que se vivia no final da década de 60, dois fatos importantes contribuíram para a sobrevivência imediata e consolidação do Cebrap: em primeiro lugar, a ajuda financeira da **Fundação Ford**, e, em segundo, os vínculos estratégicos que a instituição, através de alguns de seus membros, conseguiu manter

---

<sup>364</sup> Ver LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição*. Op. cit.

<sup>365</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 37.

<sup>366</sup> Milton Lahuerta aponta também como órgãos de fomento ao Cebrap, após os três primeiros anos do Centro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>367</sup> Ibidem.

com **setores mais liberais do empresariado**, da **classe política**, da **Igreja** e da **intelectualidade em geral**, sobretudo em **São Paulo**.<sup>368</sup>

No entanto, é imprescindível destacar que os fomentos que viabilizaram o desenvolvimento da instituição não foram exclusivamente oriundos de doações ou contratos exclusivos. De 1974 a 76 as contribuições destinadas pela Fundação Ford, que até aquele momento era o principal órgão de fomento da instituição, decresceram até o ponto de serem extintas.

Com isso, o Centro intensificou os serviços de consultoria. Dessa forma, mais do que um centro de pesquisa, o Cebrap reforçou a característica de instituição prestadora de serviços,<sup>369</sup> o que se refletiu na diversificação e na mudança do caráter de suas principais temáticas de pesquisa, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 20: Evolução das temáticas de pesquisa do Cebrap no período.

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Estado, sistema político brasileiro e políticas públicas	-	-	1	1	-	-	2	3	2	-	-	-	1	11
Modelo Econômico	-	1	-	1	-	-	-	2	2	4	1	-	1	12
Imperialismo e dependência na América Latina	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	3
Classe Operária	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	4
Imigração e demografia	2	-	1	3	4	2	3	3	7	-	1	-	2	28
Urbanismo	1	4	3	6	1	5	2	2	2	1	-	1	-	28
Colonização, estrutura agrária e agroindústria	-	-	1	-	2	1	-	3	3	3	4	-	-	17
Teoria econômica e política	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igreja e movimentos sociais	-	1	-	2	-	-	-	1	-	-	2	-	-	6
Outros	-	-	3	2	-	3	-	2	1	-	-	1	2	14
Total	4	6	8	15	8	11	7	16	18	11	8	2	9	123

Fonte: SORJ, B. Op. cit. p. 44. Adaptada.

<sup>368</sup> Vale destacar que estes mesmos setores da sociedade civil que apoiavam o Cebrap, estavam igualmente ligados à Editora Abril. Sobre isso ver SILVA, Carla. Op. cit.

<sup>369</sup> O que configura outro ponto importante presente no segundo movimento de institucionalização das ciências sociais empreendido pela geração pós-1964.

Com base no quadro acima, é possível identificar a mudança nas temáticas de pesquisa que se estabeleceram após 1976, e assim balizar mais precisamente esse período de modificações como a fase que foi de 1971 a 75 e a que foi de 1975 em diante. Como já mencionado, isto se deve em grande parte aos trabalhos de consultoria realizados no Centro, mas também às mudanças no contexto sócio-político da época, que também se expressaram através do interesse dos membros do Cebrap por outra orientação temática.

No entanto, salvo as mudanças ocorridas no predomínio das temáticas ao longo do período que vai da formação do Centro até 1979, é necessário salientar que o Cebrap se manteve na seara de uma oposição política e intelectual com características liberais. Isso ocorreu tanto no que dizia respeito ao autoritarismo do governo militar e aos resquícios da “Era Vargas” contidos nas políticas estatais, como também em relação ao nacionalismo e ao marxismo em ascensão no contexto intelectual e acadêmico daquele momento.

Entretanto, para além da postura de oposição ou das novas características desse grupo de intelectuais, é fundamental destacar a observação de Milton Lahuerta. Nessa direção, o autor sublinha o caráter de continuidade do Centro em relação a manter a ênfase na tradição da Escola Uspiana de Sociologia, tal como esta se apresentava tradicionalmente:

Ainda que pretendessem com a iniciativa dar uma demonstração de que algo se movia no campo oposicionista, nota-se tanto em depoimentos de Cardoso quanto de outros de seus membros, que a fundação do Cebrap visava acima de tudo preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que se haviam consolidado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, principalmente depois da assimilação do marxismo em sua agenda de pesquisa.<sup>370</sup>

Assim, entre rupturas e continuidades com o modelo e a instituição que lhe deu origem, o Cebrap representou um novo modo de se fazer pesquisa e atuar intelectual e politicamente no Brasil pós-1964. O que

---

<sup>370</sup> LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição*. Op. cit. p. 61-9.

ocorreu de forma a compor um grupo de intelectuais não somente de oposição ao Regime, mas também que sustentavam a sua identidade oposicionista fundamentalmente ao se dizerem “independentes” da estrutura estatal e da institucionalidade acadêmica. Essas características contribuíram para aproximá-los da iniciativa privada e do contexto cultural da época, de onde se destaca a sua participação nos veículos de comunicação. Neste sentido, Fernando Henrique Cardoso foi um expoente na categoria.<sup>371</sup>

O Cebrap também representou uma nova relação entre intelectuais e política no Brasil, ao passo que, como observa Milton Lahuerta, a partir dos estudos empreendidos no Centro, observou-se não somente um corte epistemológico, mas sobretudo um “rompimento com a cultura política dos anos 60”.<sup>372</sup> O primeiro ponto ocorreu devido ao ineditismo das temáticas e à sua exploração mediante uma metodologia científica universalista. No entanto, o principal dessa questão reside na forma desses intelectuais-cientistas se colocarem na cena política e cultural brasileira.

Nessa direção, novamente Fernando Henrique Cardoso aparece em destaque como exemplo modelar de uma forma de atuação que evidencia a sua ampla inserção nos meios sócio-culturais da época, como sua presença na constituição do discurso de oposição liberal em *Veja*. As peculiaridades de Cardoso nesse contexto residem também em relação ao seu percurso como político, uma vez que ele adentrou a vida pública no campo político-institucional enquanto intelectual, ao ser um dos redatores do programa do PMDB. A partir daí, continuou se destacando na cena pública em grande parte através de sua bagagem intelectual, e assim destacando-se e diferenciando-se de seus pares.

Com isso, o Cebrap passava a ser um correspondente intelectual do movimento político-ideológico que posteriormente à década de 1960,

---

<sup>371</sup> Vide Anexo 1.

<sup>372</sup> LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática. Op. cit. p. 63.

constituiu até os anos 1980, em várias esferas da cena brasileira, um amplo movimento de oposição que se sobrepôs tanto ao Regime instituído como aos segmentos que compunham a oposição de esquerda. Nesse sentido, o seu maior representante no âmbito dos intelectuais que se situavam nessa perspectiva foi Fernando Henrique Cardoso. Assim como, de maneira análoga, constituiu o sujeito representativo da oposição liberal, como observei ocorrer através das páginas de *Veja*.

#### 4.2.3 CEBRAP: SEGUNDA GERAÇÃO – 1976-79

O ano de 1976 representou um marco na trajetória do Cebrap, pois foi o momento em que se modificaram os parâmetros institucionais-administrativos, e também o caráter dos estudos desenvolvidos no Centro.

Com a diminuição e posterior cessação da entrada de recursos pela sua principal via de financiamento – a Fundação Ford –, os pesquisadores do Cebrap passaram a realizar serviços de assessoria para diversos órgãos privados. Nessa direção, os temas de pesquisa passaram a ser predominantemente outros. Passaram a crescer as pesquisas relacionadas a temáticas como “Imigração e demografia”, “Urbanismo”, “Colonização, estrutura agrária e agroindústria”. Também nesse período foram realizadas pesquisas – mesmo que em menor escala – sobre “Classe Operária”, “Igreja e Movimentos sociais”.<sup>373</sup>

Naquele momento, o país entrou em um período de distensão e liberalização do Regime, o que também contribuiu para a criação de um contexto que propiciava uma mudança na demanda temática que compunha

---

<sup>373</sup> SORJ, B. Op. cit. p. 44.

a agenda de pesquisa do Centro. No entanto, nesse contexto, foi predominantemente a relação com os centros financiadores que balizou o direcionamento temático das pesquisas.<sup>374</sup>

Dessa forma, mediante o contexto gerado por essa conjunção de fatores, após 1976 os estudos que até então estavam unificados em torno de temáticas ligadas à organização estatal, às políticas públicas, às análises macroestruturais do sistema econômico e ao Regime como foco predominante de análise, tiveram suas temáticas ampliadas na direção de temas de caráter sócio-cultural.

Todavia, é importante destacar que o posicionamento fundamental, que conferiu identidade política ao grupo do qual fazia parte Fernando Henrique Cardoso, se manteve. Ou seja, por mais que as temáticas de pesquisa tivessem sido modificadas, permaneceu a identificação do Cebrap como um Centro de Estudos onde seus membros se colocavam fundamentalmente em defesa do antiautoritarismo. Essa postura repercutiu no plano político em uma postura não somente de oposição ao regime vigente, mas também na defesa de uma postura liberal e oposicionista calcada essencialmente na oposição ao tipo de Estado preconizado no Brasil, e que foi consolidado a partir do que se convencionou denominar de “A Era Vargas”. Este ponto serve para evidenciar novamente o caráter ideológico desses estudos científicos.

Contudo, embora os estudos cebrapianos enfatizassem uma postura de crítica ao autoritarismo, a partir da inserção de novas temáticas, ficou evidente a cisão entre duas matrizes fundamentais acerca do tema. Uma delas, a qual predominava em termos de relevância no Centro, era aquela defendida por Fernando Henrique Cardoso, onde o Estado e a política institucional consistiam no foco analítico principal. Nessa direção, defendia-

---

<sup>374</sup> REIS, Elisa. Op. cit.

se a construção de um Estado antiautoritário, compreendido como algo necessário ao desenvolvimento de países periféricos como o Brasil.<sup>375</sup>

Em contrapartida, a outra matriz de pensamento, representada por Francisco Weffort, presente no Centro defendia o deslocamento do foco analítico do “Estado” para os movimentos sociais e demais manifestações da “sociedade civil”, como se essas esferas fossem antagônicas e não complementares. Esta interpretação, além causar uma cisão no Cebrap, como bem observa Milton Lahuerta, também se apresentou como uma leitura um tanto problemática acerca dessa conceitualização:

De 1974 a 1979 a sociedade brasileira segue um sinuoso trajeto no qual a sociedade civil se afirma enquanto conceito e realidade, definindo seu horizonte de ação, seus limites e possibilidades. Num primeiro momento, no contexto da luta contra as arbitrariedades da ditadura, “sociedade civil” tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que foi facilitado pelo fato de “civil” significar, também no Brasil, o contrário de “militar”. Dessa operação resultou uma primeira leitura problemática: o par conceitual sociedade civil-Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, foi utilizado para conformar e cristalizar uma contraposição radical e maniqueísta. Nessa leitura, ao contrário do formulado por Gramsci, acabou por se considerar tudo o que provinha da “sociedade civil” positivamente, enquanto que o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado *a priori* por um sinal fortemente negativo. O que nas condições vigentes não chegava a ser surpreendente.<sup>376</sup>

Entretanto, é importante sublinhar que, mesmo com as mudanças temáticas, além da identidade político-ideológica, também se manteve no Centro a identificação com o paradigma que permaneceu orientando os estudos nele realizados. Contudo, apesar de já estarem presentes, foi mediante o impacto político da reestruturação partidária de 1979 que as mudanças temáticas e as diferenças de concepções dos membros do Cebrap se explicitaram e atingiram de forma mais contundente outros patamares.

---

<sup>375</sup> Ver PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. Op. cit.; SORJ, B. Op. cit.; e LAHUERTA, M. *Intelectuais e resistência democrática*. Op. cit.

<sup>376</sup> LAHUERTA, M. *Intelectuais e resistência democrática*. Op. cit. p. 73-4.

Nesse contexto foi criado o Cedec, a partir do qual o grupo identificado com as propostas de Francisco Weffort em centrar as temáticas de pesquisa nos movimentos sociais se consolidou enquanto vertente intelectual e política. Isto se deveu, sobretudo, à diferenciação ideológica que emergiu da cisão ocorrida no âmbito das linhas de pesquisa do Cebrap no final dos anos 1970, uma vez que essa ruptura já havia adquirido uma conotação propriamente política.<sup>377</sup> Assim, este processo foi protagonizado fundamentalmente por Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort que já representavam linhas antagônicas no âmbito da pesquisa. No entanto, essas divergências em termos científicos reverberaram também em outros níveis, como o político-institucional, após a reformulação partidária de 1979. Nesse contexto, de um lado estava Fernando Henrique Cardoso, que no plano intelectual continuava defendendo o protagonismo de um Estado democrático, e que no plano político-institucional esteve vinculado ao MDB, e posteriormente ao PMDB, partido do qual se desvinculou somente após 1988 em virtude da criação do PSDB.

Do outro lado, representando a outra vertente política que derivou do Cebrap, estava Francisco Weffort, defendendo temáticas predominantemente correspondentes à esfera da sociedade civil. Essa concepção se evidenciou tanto no plano intelectual quanto na seara da política institucional e ideológica. Nessa direção, destaca-se a presença de Weffort na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1979, do qual se tornou na época o seu principal ideólogo. Esse movimento político de Weffort foi realizado três anos após o seu rompimento com o Cebrap e a fundação do Cedec.

Por sua vez, Fernando Henrique permaneceu vinculado ao PMDB até 1988, quando fundou o PSDB. Estes fatos ressaltam a relação inextricável que ocorreu, na prática, entre duas faces da ideologia: a ciência e a política.

Embora considerando a importância dessas duas vertentes na reconfiguração das oposições no Brasil no seu contexto de redemocratização,

---

<sup>377</sup> Ibidem.



permaneci focando no nível da pesquisa empírica, a recorrência daquele que considerei como sujeito representativo do discurso de oposição liberal em *Veja*: Fernando Henrique Cardoso.

Esta opção não reside apenas no alinhamento político-ideológico observado entre Fernando Henrique Cardoso e *Veja*, mas também no fato de não ter sido expressiva a participação de Weffort na revista. Isto se deve ao fato de que as ocorrências relativas a Francisco Weffort em termos quantitativos terem sido notadamente inferiores às relacionadas a Fernando Henrique Cardoso. Enquanto para Francisco Weffort foram encontradas 32 ocorrências, para Fernando Henrique Cardoso foram encontradas 97, no período que vai de 1979 a 1988.

Em termos qualitativos, as ocorrências relativas a Francisco Weffort também não foram significativas, pois diferente daquelas relativas a Cardoso, não estavam relacionadas a uma atuação de político e intelectual. Nessa direção, enquanto Fernando Henrique Cardoso figurava tanto como ideólogo quanto como político, Francisco Weffort era referido apenas como um intelectual e ideólogo do Partido dos Trabalhadores. Assim, Weffort também não corresponde a um sujeito representativo em *Veja*, tampouco a um sujeito representativo de *Veja*, ou a um intelectual orgânico ao projeto liberal defendido na revista, conforme o foi Fernando Henrique Cardoso.

Assim, mesmo considerando o peso da figura de Weffort na cena política e intelectual da oposição naquele contexto, e as menções feitas a seu nome em *Veja*, me detive em analisar as ocorrências relativas a Fernando Henrique Cardoso. Dentro dos elementos acima mencionados, justifico esta opção fundamentalmente no alinhamento ideológico que observei entre Cardoso e *Veja*, bem como no fato de Fernando Henrique ter representado o principal sujeito que na revista foi constituído a partir do binômio político-intelectual.

## 5 A CONSTITUIÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NAS PÁGINAS DE VEJA

Após destacar a trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso, dentro de uma tradição científico-ideológica representada pela USP e posteriormente a sua derivação através do Cebrap, passo a analisar a sua construção enquanto sujeito representativo no discurso veiculado na revista *Veja*.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta seção têm por base os mesmos princípios mencionados no capítulo 3, em que me baseei fundamentalmente em um conjunto de considerações de Laurence Bardin, conforme referido.<sup>378</sup>

Para a elaboração do *corpus* documental que compõe esta seção, defini como *unidade de registro*<sup>379</sup> aquela que Laurence Bardin define como o *personagem*, que segundo a autora, corresponde ao “actor ou actante”<sup>380</sup> escolhido como unidade de registro. No caso específico, defini na figura de Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>378</sup> BARDIN, Laurence. Op. cit.

<sup>379</sup> Unidade de registro “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina uma certa ambiguidade no que respeita aos critérios de distinção das unidades de registro. Efectivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, o ‘tema’, por exemplo, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como por exemplo a ‘palavra’, ou a ‘frase’”. Ibidem.

<sup>380</sup> Ibidem. p. 132.

## 5.1 Passos metodológicos

Após leitura flutuante das 509 edições que compreendem o período de janeiro de 1979 a outubro de 1988,<sup>381</sup> selecionei o máximo possível de ocorrências da unidade de registro escolhida. Onde, a cada ocorrência encontrada, registrei a seção a que pertencia, formando assim pequenos conjuntos de fontes que deram origem ao *corpus* documental deste capítulo. Optei por este procedimento dedutivo, tendo em vista que embora naquele momento a política fosse o tema mais destacado na revista, poderia haver elementos importantes na constituição de Fernando Henrique Cardoso como sujeito representativo, e mesmo candidato, nas outras seções da revista.

Nessa direção, constituí o que denominei como *corpus* principal, a partir das seguintes seções: “Cartas”, “Brasil”, “Ponto de vista”, “Fotografia”, “Livros”, “Radar”, “Economia & Negócios”, “Entrevista”. Entretanto, considerei igualmente as fontes relacionadas ao que nomeei como *corpus* secundário, composto por seções especiais, como: “Publicidade”, “Imagem”.

Do ponto de vista metodológico, tanto as fontes relativas ao *corpus* principal quanto ao *corpus* secundário, obtiveram o mesmo tratamento e tiveram igual relevância na análise. Esta nomenclatura serviu apenas para diferenciar o grupo que constituiu a maior parte da documentação, aparecendo de forma mais sistemática no material pesquisado, daquele que apareceu de forma mais esporádica e complementar.

Destaco, a seguir, as seções selecionadas para constituírem o *corpus* documental deste capítulo.

---

<sup>381</sup> Nesta delimitação, tomei por base a promulgação da Constituição de 1988, pois compreendo que este marco correspondeu ao encerramento de um ciclo.

## **5. 2 *Corpus principal***

### 5.2.1 CARTAS

Na seção “Cartas” encontrei um material, embora pouco volumoso, bastante relevante, em relação ao sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso, incluindo uma carta que teria sido enviada pelo próprio.

Ao contrário do que sugerem alguns estudos de recepção direcionados a estudos de caso específicos no jornalismo, não considero que esta seção corresponda a um retrato fiel da forma como estaria repercutindo o veículo de comunicação, uma vez que as cartas são previamente selecionadas e podem ser escritas sob encomenda. Ou seja, além de ser um material de procedência questionável, é também reapropriado e devidamente selecionado pelos produtores do discurso.

Mesmo que me propusesse a realizar uma análise nesta direção, no caso específico de minha pesquisa, o material encontrado não seria suficiente em termos comparativos. Ainda assim, achei interessante considerar esta seção devido ao teor do material nela encontrado, e por corresponder a um segmento de grande visibilidade na revista. Contudo, não julguei ser o suficiente para abordar essas fontes sob a perspectiva da recepção, mesmo que me utilizasse deste critério. Dessa forma, analisei-o como sendo mais uma seção de *Veja*, o que o coloca na mesma categoria dos demais segmentos discursivos analisados.

### 5.2.2 BRASIL

A seção “Brasil” foi uma das mais volumosas na revista a tratar de assuntos políticos e administrativos do país. Consistiu no espaço onde encontrei a maior parte do material referente a Fernando Henrique Cardoso. Sua principal característica era a profundidade e o detalhamento com que tratava das temáticas referidas. A temática predominante desta seção eram os movimentos ocorridos no país em nível político-institucional.

### 5.2.3 PONTO DE VISTA

Esta seção configurou uma página de destaque na revista, que era reservada para a opinião de determinadas personalidades acerca de um tema específico. As opiniões veiculadas em “Ponto de Vista” não obedeciam a uma rígida homogeneidade, de modo que neste espaço seria possível encontrar opiniões relativas a diversas tendências. Em geral, o ponto de inserção dessas opiniões na edição se dava pelo aspecto temático. Nela encontrei menções importantes a Fernando Henrique Cardoso, sobretudo, pelo amplo caráter de visibilidade da seção, que constituía uma página distinta, inclusive pela diagramação, das demais páginas da revista.

#### 5.2.4. FOTOGRAFIA

Tratava-se de uma seção não regular da revista, onde trabalhos fotográficos profissionais eram destacados, e onde o tema das fotos era transformado em texto extenso e consistente. Assim, mesmo não sendo uma seção presente em todas as edições da revista, “Fotografia” foi um espaço destacado, sobretudo pelo apelo imagético.

No entanto, minha análise nesta seção se deu exclusivamente sobre o texto e legenda referentes às fotografias, uma vez que optei por não introduzir no trabalho uma metodologia direcionada à interpretação de imagens. Nessa direção, qualquer menção que possa ocorrer a elas, se dará no sentido meramente ilustrativo.

#### 5.2.5 LIVROS

Consistia em uma seção destinada a veicular resenhas de publicações recentes, e apontar os livros mais vendidos no país a cada semana. Esta lista era subdividida em duas categorias: ficção e não-ficção. Na primeira, eram referidos os dez livros mais vendidos na área de literatura e arte. Na segunda, eram destacados os dez livros mais vendidos na área das publicações oriundas predominantemente de trabalhos científicos e acadêmicos.<sup>382</sup>

---

<sup>382</sup> Esta separação realizada na revista tem em comum os critérios mediante os quais no capítulo 3, construí as categorias “intelectual A” e “intelectual B”.

### 5.2.6 RADAR

Esta foi uma seção constituída por notas rápidas onde eram abordados predominantemente temas ligados à política. Em especial, aos acontecimentos mais recentes nesta área. O ponto forte deste segmento da revista não era a profundidade analítica, mas sim a visibilidade conferida em apenas uma página a diversos acontecimentos, oferecendo um panorama do quadro político da semana.

### 5.2.7 ECONOMIA & NEGÓCIOS

Tratava-se de uma seção referente a assuntos ligados à economia, e aos movimentos recentemente ocorridos nesta área. No entanto, o que predominou nesta seção no período analisado, foram os temas ligados às políticas econômicas em vigência e os seus desdobramentos na área da economia. Nesse sentido, a ênfase recaía principalmente sobre a perspectiva dos empresários e dos políticos, estes últimos que representavam os mesmos interesses dos grupos econômicos aos quais se mantinham ligados.

### 5.2.8 ENTREVISTA

Esta seção foi selecionada por constituir uma das principais colunas da revista, com elevado nível de visibilidade e destaque aos sujeitos representativos constituídos em *Veja*.<sup>383</sup>

### 5.3 *Corpus* Secundário – Seções Especiais

As seções especiais formam um pequeno *corpus* documental, denominado por mim como *corpus* secundário, constituído por características distintas das demais seções analisadas. A sua principal peculiaridade está no fato de terem sido tomadas de forma aleatória mediante a análise exploratória dedutiva, e em não constituírem um conjunto amplo e sistemático de fontes.

Utilizei o termo “Publicidade” para categorizar uma referência encontrada ainda na etapa da leitura flutuante das edições. Optei por adicioná-la no *corpus* geral das fontes, uma vez que a sua mensagem se estabelecia no mesmo sentido indicado pelo grande conjunto das demais fontes, e não a utilizo de forma isolada para justificar uma conclusão. Neste caso, não vi nenhum impedimento em adicioná-la às demais fontes que analiso neste capítulo.

---

<sup>383</sup> Para uma análise detalhada desta seção, vide capítulo 3.



### 5.3.1 PUBLICIDADE

Esta seção especial foi criada para referir, sob o ponto de vista metodológico, um elemento adicionado ao *corpus* documental de minha pesquisa. Trata-se de um documento único referente a uma chamada publicitária de outra revista da Editora Abril, que tem como ponto principal uma entrevista de Fernando Henrique Cardoso.

### 5.3.2 IMAGEM

Este tópico não é referente a uma coluna específica da revista. Trata-se de imagens encontradas nas seções trabalhadas, bem como fotografias destacadas da revista no momento da análise flutuante.

No entanto, assim como na seção “Fotografia”, para fins analíticos, me ative somente ao texto referente à imagem, neste caso, as legendas. Considerei estes elementos tendo em vista o apelo de visibilidade peculiar a eles dentro do contexto amplo da revista.

## **5.4 O sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso na década de 1980**

### 5.4.1 DE 1979 A 1981

O período que vai de 1979 a 1981 foi o de menor presença de Fernando Henrique Cardoso no discurso veiculado na revista *Veja* ao longo de todo o período analisado.

No ano de 1979, as referências a Cardoso ocorreram fundamentalmente em relação à sua condição de intelectual, sendo que do total de três ocorrências neste ano, apenas uma foi constituída em relação à sua condição de político.

Na primeira delas, Fernando Henrique apareceu como referência intelectual, citado como epígrafe do texto assinado pelo então embaixador em Londres, Roberto Campos, na coluna “Ponto de Vista”. Tratava-se de uma análise feita por Campos em relação às escolas cepalinas que trabalhavam com o conceito de dependência. Nessa direção, o ponto de vista dessa corrente era criticado por Roberto Campos, e sua posição era reiterada mediante o trecho selecionado da obra de Fernando Henrique Cardoso que, nesse período já havia rompido com essa corrente:

Nos últimos anos, a insistência com que se tem falado na América Latina sobre a dependência e as confusões em torno do tema são tantas, que a primeira reação de quem, de qualquer forma, tem alguma parte de responsabilidade na proposição do tema é a de fazer

o “mea culpa”. (Fernando Henrique Cardoso, em *O Modelo Político Brasileiro*).<sup>384</sup>

Neste texto, com destaque a um trecho da obra *O modelo político brasileiro* como epígrafe, a posição de Campos era antagônica aos estudos cepalinos, e favorável ao modelo implantado mediante o Golpe de 1964, referido por ele como “Revolução”. Em sua análise, Campos atribuiu à contribuição cepalina estruturalista a interpretação de ter sido ela um erro para a explicação da inflação, ou “mais uma desculpa, aliás, que uma explicação”.<sup>385</sup> Quanto à segunda contribuição relativa à teoria da Dependência, Campos imprimiu o adjetivo de atualidade. Segundo ele, estaria “na moda falar-se no ‘modelo dependente, exportador e concentrador de renda’ ”.<sup>386</sup>

No contexto ideológico da revista, compreendo que o discurso de Campos, bem como o trecho selecionado da obra de Fernando Henrique, foram ao encontro das críticas a mais uma manifestação do nacional-desenvolvimentismo. Afinal, assim como o ISEB, a Cepal também representou nos anos 1960 uma expressão intelectual dessa ideologia. O que, nos anos 1970, passou a ser criticado por Fernando Henrique Cardoso, que passou a ser visto como o portador de uma nova interpretação.

Essa oposição entre arcaico *versus* moderno esteve presente nos discursos veiculados em *Veja* em relação a vários aspectos, inclusive em relação ao padrão de jornalismo preconizado na revista, como já mencionei anteriormente.<sup>387</sup> Este é também um dos elementos marcantes na construção do sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso na revista, como o representante do novo, que era dotado da credibilidade intelectual e política

---

<sup>384</sup> Epígrafe de *O Modelo Político Brasileiro* de FHC em texto assinado por Roberto Campos (na época apresentado como embaixador em Londres). *Veja – Ponto de Vista*, São Paulo, n. 546, p. 114, 21 fev. 1979.

<sup>385</sup> *Ibidem*.

<sup>386</sup> *Ibidem*.

<sup>387</sup> Vide capítulos 1 e 2 desta tese.

necessária para isso. No entanto, no ano de 1979, era ainda através da sua constituição como intelectual que isto ocorria.

Embora o texto da coluna tenha sido escrito por Roberto Campos, através dele, foi concedida uma ampla visibilidade para Fernando Henrique Cardoso.

A segunda ocorrência de Fernando Henrique Cardoso na revista *Veja* no ano de 1979 também ocorreu predominantemente em relação à sua condição de intelectual. No entanto, ao contrário da ocorrência citada anteriormente, esta se deu através da participação ativa de Cardoso.

Uma vez apresentado na revista como “o sociólogo Fernando Henrique Cardoso”, seguiu-se no texto a voz a ele atribuída. Tratava-se da sua opinião em relação à primeira reunião feita pelo Clube de Roma<sup>388</sup> na América Latina.

Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso apareceu como uma das vozes de destaque da intelectualidade brasileira capazes de analisar e interagir com as propostas do Seminário empreendido pelo Clube. Como, aliás, foi uma forma recorrente de participação de Cardoso na revista, onde ele aparecia como um analista de *Veja*. Nessa direção, a opinião atribuída a Cardoso foi a seguinte: “a educação deve ser orientada para a participação e antecipação, mas não devemos esquecer que o obstáculo ainda é político”.<sup>389</sup>

Aqui, embora seja prevalente a atuação do sociólogo, a sua opinião já aparece direcionada à postura do político, conforme foi recorrente em *Veja*. Trata-se da perspectiva onde a via política foi enfatizada como o meio através do qual seria possível efetivar um projeto econômico e realizar modificações sociais. Isso fica claro na revista na medida em que, desde o seu contexto de criação, em pleno auge da ditadura, os temas políticos sempre estiveram no

---

<sup>388</sup> Tratava-se de um *staff* constituído por oitenta personalidades destacadas na época, reunidas de maneira informal para discutir questões relacionadas ao mundo contemporâneo, entre elas economia e desenvolvimento.

<sup>389</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 566, p. 111, 11 jul. 1979.

centro dos debates e notícias veiculadas em *Veja*. Já em Cardoso, essa perspectiva aparece nas suas temáticas de pesquisa e na sua atuação enquanto político. Uma atuação que começa a aparecer de forma mais efetiva em *Veja* ainda no ano de 1979, quando Fernando Henrique Cardoso é apresentado como uma das “50 faces da oposição: os nomes que irão orientar o combate ao governo depois que vier a reforma partidária”,<sup>390</sup> ao lado de nomes consagrados e largamente atuantes na oposição brasileira da época.<sup>391</sup>

Nesse rol de opositores, Cardoso era descrito da seguinte forma:

Sociólogo, 48 anos, tem as condecorações e as cicatrizes típicas do **intelectual** que desceu tardiamente das alturas da ideologia para o chão da política cotidiana. Estará no **Senado** em 1983 se Franco Montoro estiver então no governo de São Paulo. Hoje, sua autonomia de voo ainda é escassa.<sup>392</sup>

Esta é a primeira ocorrência no período, em que Cardoso aparece realmente enquanto político. Neste sentido, a composição realizada entre o intelectual e o político demonstra alguém imbuído de ampla experiência intelectual, mas ao mesmo tempo iniciante e promissor no campo da política. Nessa direção, a experiência, advinda da vida intelectual, e o novo, representado pela sua militância política, compõem as características fundamentais da construção da figura de Cardoso em *Veja* nos anos 1980. Sendo essa uma das características que, ao longo desse período, contribuiu para a constituição deste sujeito representativo também como o candidato de *Veja* no plano político-institucional.

---

<sup>390</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 574, p. 30, 5 set. 1979.

<sup>391</sup> Airton Soares, Alberto Goldman, Alceu Collares, Almino Affonso, André Franco Montoro, Arnaldo Gonçalves, Chico Buarque, Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade, Edgar da Mata Machado, Eny Raimundo Moreira, Euler Bentes Monteiro, **Fernando Henrique Cardoso**, Francisco Pinto, Frei Betto, Getúlio Dias, Hélder Câmara, Hugo Abreu, Ivete Vargas, Jarbas Vasconcelos, João Manoel Cardoso de Mello, João Paulo Pires de Vasconcelos, Jorge Carone, José Alencar Furtado, José Ibrahim, José Richa, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Luís Carlos Prestes, Lysâneas Maciel, Marcelo Cerqueira, Marcelo Gatto, Marcos Freire, Maria da Conceição Tavares, Mário Covas, Mauro Borges Teixeira, Miguel Arraes, Orestes Quêrcia, Paulo Brossard, Paulo Evaristo Arns, Pedro Simon, Raymundo Faoro, Renato Azeredo, Roberto Saturnino, Rômulo de Almeida, Ronaldo Cabral Magalhães, Severo Gomes, Tancredo Neves, Thales Ramalho, Ulysses Guimarães.

<sup>392</sup> *Ibidem*. p. 31.

Embora sua experiência como político tenha aparecido como pequena diante da sua trajetória intelectual, na mesma matéria – na apresentação de Severo Gomes como um dos 50 nomes que iriam “orientar o combate ao governo depois que vier a reforma partidária” –, há o destaque novamente para Fernando Henrique Cardoso:

Severo Gomes: industrial, 55 anos, ministro no governo Geisel até 1977, aderiu ao MDB depois de flertar sucessivamente com a dissidência da Arena chefiada por Magalhães Pinto e com a dissidência militar ensaiada pelo general Hugo de Abreu. Se o MDB sobreviver, ficará no MDB. Do contrário, ficará “com o mesmo grupo a que estou ligado” – leia-se, o grupo de Fernando Henrique Cardoso. Seu cacife, em todo caso, é limitado pelo fato de que ele jamais chegou a um lugar pelo voto.<sup>393</sup>

Ao ser referido “o grupo de Fernando Henrique Cardoso”, começa a despontar no discurso constituído em *Veja*, outra característica frequentemente atribuída a Cardoso: o seu caráter de liderança. No trecho destacado fica evidente que, apesar de sua curta trajetória política, Fernando Henrique já figurava como uma referência também na política, e que exercia um grau de liderança sobre o grupo a que pertencia até vir a ser mencionado como a referência do grupo.

Essa ideia estava igualmente presente no trecho abordado anteriormente, onde era mencionado que embora sua “autonomia de voo” ainda fosse escassa e seu percurso como político participante das instâncias representativas ainda não fosse tão expressivo, sua atuação como político já apresentava pontos fortes a serem destacados.

No ano seguinte, a sua condição de político volta a ser enfatizada através de seu texto publicado na coluna “Ponto de Vista” em 27 de agosto daquele mesmo ano. Nele, Fernando Henrique Cardoso era apresentado como “suplente de Senador por São Paulo”,<sup>394</sup> o que já ressalta a sua condição de político.

---

<sup>393</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>394</sup> *Veja* – Ponto de Vista, São Paulo, n. 625, p. 130, 27 ago. 1980.

No entanto, o que conferiu realmente o tom da fala do político foi a conotação propositiva presente no texto. Não se tratava apenas de um texto analítico sobre a situação do país, mas sim de uma proposta política para o redirecionamento de rumos tomados na política brasileira, e o direcionamento de uma possível solução da crise vivida no país naquele período.

Nessa direção, Cardoso insufla o leitor com a urgência de colocar uma nova proposta no plano da ação. Diz ele: “hoje precisa-se de menos análises catastrofistas, menos discursos e mais urdidura de um sistema de forças que permita enfrentar a crise”.<sup>395</sup>

No trecho citado, além da ênfase a uma proposta de ação concreta, fica igualmente clara a interpretação de coloração liberal onde é buscada na esfera da economia a justificativa para as ações protagonistas no campo da política. Esta configura uma perspectiva que orienta claramente o discurso constituído em *Veja* naquele período, onde se estabelece uma dicotomia em relação às políticas desenvolvidas em nível estatal. Essa ideia reforça-se mediante o trecho abaixo:

Os poucos que desejam o fechamento estão atuantes tanto na difusão das velhas e simplistas crenças de que a política atrapalha o desempenho econômico [...] quanto na pratica de ações terroristas que se não põem em xeque o governo condicionam sua ação.<sup>396</sup>

Outras três perspectivas frequentes na revista começam a aparecer já neste início de década. A primeira delas é o caráter de oposição presente na postura defendida por Cardoso:

É preciso romper o imobilismo. O do governo, que não define uma dinâmica administrativa capaz de atrair apoios dentro da própria maquina oficial, que se deixa cozinhar no banho morno das mordomias e favoritismos e não apresenta propostas claras de uma saída econômica e política, e o das oposições que não dão os passos

---

<sup>395</sup> Ibidem.

<sup>396</sup> Ibidem.

necessários para construir um caminho prático, não discursivo, que permita ao país sair da perplexidade.<sup>397</sup>

Essa postura de oposição ao governo e aos demais setores oposicionistas constituiu uma das principais marcas do grupo que se aglutinou em torno de Fernando Henrique Cardoso. Assim, o governo e os demais segmentos de oposição eram apresentados como sendo incapazes de resolverem na prática os problemas do país. Fosse pela incapacidade administrativa do governo e a constituição de uma máquina estatal que favorecia uma política de favores ao invés das competências, fosse através do caráter excessivamente teórico atribuído por ele aos demais segmentos de oposição. Assim, de acordo com a proposta de Cardoso, sobraria essa tarefa para o único grupo capaz de fazer isso: aquele que ele representava.

É a partir daí que vem o segundo ponto recorrente na constituição dessa proposta. Trata-se da menção à união de forças e interesses representados nesta perspectiva.

Quem quer o “fechamento” a partir da crise? Grupos numericamente inexpressivos, mas eventualmente bem colocados na máquina do Estado e segmentos da “direita furibunda” espalhados pela sociedade. Não o querem **o povo, a Igreja, os partidos, o grosso do empresariado, os meios de comunicação de massa, a maior parte das Forças Armadas, as vozes responsáveis do governo, a universidade, e nem sequer, as “forças ocultas”, os capetas habituais da velha ordem econômica internacional e seus porta-vozes políticos.**<sup>398</sup>

Neste trecho fica evidente a união de forças que sustentou, e que ao mesmo tempo era contemplada, por essa proposta conduzida por Cardoso. Isso converge para a ideia de Fernando Henrique Cardoso como o sujeito representativo desse projeto. Um projeto que esteve manifestado em *Veja* nesse período também. Dessa forma, eram os interesses relativos a essa aliança de forças que estavam expressos no discurso veiculado em *Veja*, dos quais Fernando Henrique Cardoso foi constituído como sujeito representativo no plano do discurso e representante político no âmbito

---

<sup>397</sup> Ibidem.

<sup>398</sup> Ibidem.



político-institucional. Isso justifica a heterogeneidade de colaboradores e noticiados de várias tendências na revista. Fica também evidente o motivo pelo qual, neste período, vários desses segmentos receberem uma conotação positiva em *Veja*.

Essa composição entre diferentes setores em oposição à estrutura estatal e à oposição de esquerda foi uma das principais marcas do projeto contido em *Veja* e representado por Fernando Henrique Cardoso.

O terceiro ponto é referente à construção da dualidade entre a via democrática *versus* o autoritarismo. Nessa direção, houve o reforço aos argumentos destacados acima em relação à organização e aos métodos de ação do então governo. Mas, sobretudo, a via democrática e a reaproximação do governo com o povo são igualmente elementos amplamente enfatizados no texto assinado por Cardoso como político:

Creio que é possível aceitar o desafio. Não o da “união nacional”, ou da “distribuição de postos ministeriais”, que não representam a saída para a crise. Mas o desafio de estipularmos em conjunto, como país, as condições mínimas para que o governo possa governar sem que a nação desconfie sempre de suas intenções e para que a oposição possa continuar se opondo, mas com a esperança de que amanhã, nas urnas, o povo julgará suas teses. Uma vez aprovadas essas teses pelo voto popular, haverá a troca legítima de posições no tablado do poder. Poderá caber então aos que hoje mandam o direito de espernear sem risco de serem considerados, só por isso, “inimigos”. Às oposições, caberá, por seu turno, a responsabilidade de governar sem se isolar do país, como ocorreu no período dos generais-presidentes. Para que se chegue a este ponto, é preciso agir logo. Ainda há tempo.<sup>399</sup>

Esta intervenção não expressa somente o caráter de oposição contido na posição defendida por Fernando Henrique Cardoso, mas também reitera a postura de liderança política assumida por ele.

---

<sup>399</sup> Ibidem.

#### 5.4.2 O ANO DE 1982

1982 foi o ano em que, sem deixar o intelectual de lado, o político Fernando Henrique Cardoso começa a ganhar mais expressão na revista. Entendo que isso esteja ligado ao fato de ter sido este o ano em que as eleições diretas para governador, suspensas desde 1966, foram retomadas no país. Com isso, houve a possibilidade da estreia de Fernando Henrique no Senado, o que se confirmou após a vitória de Franco Montoro para o governo de São Paulo.

No entanto, a sua dimensão de intelectual continuou permeando os discursos elaborados em *Veja*. Assim, neste ano, na seção “Livros”, em matéria alusiva à obra *A ditadura em questão* de Florestan Fernandes, e ao seu então movimento de afastamento acadêmico, houve a referência a Fernando Henrique Cardoso:

Assim, como o cavaleiro andante da sociologia brasileira, Florestan investiu contra as tropas de choque do poder constituído, em defesa de nobres causas: a escola pública, as liberdades individuais, a dignidade do trabalho acadêmico. Reuniu um grupo de jovens pesquisadores e criou o que chamaria a “Escola Sociológica de São Paulo”, que formaria uma das mais profícuas gerações de sociólogos brasileiros, entre eles Fernando Henrique Cardoso. A partir de 1964, ele e seu grupo foram duramente atingidos pelos sucessivos atos institucionais e teve início a diáspora.<sup>400</sup>

Neste trecho, fica clara a ênfase conferida na revista a Cardoso como sendo uma personalidade previamente conhecida, uma vez que não houve nenhum tipo de apresentação referente a ele. No entanto, o maior peso valorativo presente na citação é quando Fernando Henrique é qualificado do ponto de vista intelectual como pertencente ao grupo do “cavaleiro andante da sociologia brasileira”, bem como a “uma das mais profícuas gerações de sociólogos brasileiros”. Somado a isso, é constituída a ideia de Cardoso pertencer a um “grupo duramente atingido pelos sucessivos atos

---

<sup>400</sup> *Veja* – Livros, São Paulo, n. 702, p. 84, 17 fev. 1982.

institucionais”, apontando para mais um elemento recorrente na revista que é a construção de Fernando Henrique Cardoso como um intelectual de oposição,<sup>401</sup> cassado e identificado com “nobres causas”, como a referência indireta presente no trecho destacado.

No mesmo ano, em entrevista de Paulo Alberto Monteiro de Barros – mais conhecido como Artur da Távola –, quando questionado sobre que políticos usavam bem a TV, foi destacado o nome de Fernando Henrique Cardoso.<sup>402</sup>

Nessa direção, Cardoso era destacado como “quem não faz o discurso político tradicional. Adota um tom coloquial”. Esta foi uma característica que permeou a constituição de Fernando Henrique Cardoso enquanto político em *Veja*. Trata-se de mais uma manifestação da dicotomia arcaísmo *versus* modernidade, onde Cardoso representaria a segunda. Porém, mais do que isso, essas características contribuiriam para constituir este sujeito também como diferenciado e ímpar, em relação a muitos outros. Mais especificamente, como alguém dotado de um grande conjunto de qualidades, como inteligência e boas intenções, mas que também apresentava a característica de conseguir estabelecer uma boa comunicação com o seu interlocutor. Esta última característica remete à crítica referida anteriormente onde, em texto assinado na coluna “Ponto de Vista”,<sup>403</sup> Fernando Henrique Cardoso sustentava a necessidade de um governo que fosse eleito por voto popular e que não se afastasse da população, como aquele que estava em vigência.

Assim, referido como um sujeito capaz de empreender uma comunicação próxima e eficaz com seu interlocutor, Cardoso começava a figurar na revista como uma alternativa de candidato com características opostas àquelas que eram criticadas em relação ao então governo. O trecho abaixo é mais um destaque relativo à valorização positiva de Cardoso:

---

<sup>401</sup> Ver LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e resistência democrática*. Op. cit.

<sup>402</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 710, p. 3, 14 abr. 1982.

<sup>403</sup> *Veja* – Ponto de Vista, São Paulo, n. 625, p. 130, 27 ago. 1980.

Na TV, o homem que é só inteligente, ou só bem-intencionado, não aparece bem. A televisão transmite ao mesmo tempo o patente e o latente, o que a pessoa diz e a sinceridade que expressa enquanto fala. Quem não passa ao telespectador o lado afetivo não é bom de TV.<sup>404</sup>

Outro ponto que começa a aparecer na constituição de Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, ainda no ano de 1982, é o seu trânsito fluente no âmbito político e também na esfera pessoal quando em relação a personalidades de destaque – sobretudo no campo da oposição – da época.

No trecho abaixo, Cardoso aparece em defesa de um pronunciamento de Ulysses Guimarães que havia se tornado polêmico por ter sido caracterizado pelas críticas como revanchismo. Em relação a este ponto, consta na revista: “Seu amigo Fernando Henrique Cardoso, que estava no mesmo palanque, garante que ‘o revanchismo não corresponde’ ao pensamento nem de Ulysses nem do partido”.<sup>405</sup>

Dessa forma, Fernando Henrique aparece mediante quatro formas de evidência: por estar no palanque ao lado de personalidades destacadas na oposição; por ter a sua opinião publicada na revista; por ter saído em defesa de Ulysses Guimarães; e por ter sido apontado como “amigo” do político. Esta última perspectiva de visibilidade – onde Cardoso é designado como amigo, confidente ou influente em relação a alguma personalidade da época, também consiste em um elemento recorrente na composição do sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso em *Veja*.

Na sequência, na promoção do “Álbum Memória de São Bernardo” na seção “Fotografia”,<sup>406</sup> foram retomados os aspectos intelectuais de Fernando Henrique Cardoso, que foi apresentado como o “sociólogo” que contribuiu para “uma análise da cidade, de suas contradições e possibilidades de novas

---

<sup>404</sup> Ibidem. p. 6.

<sup>405</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 712, p. 27, 28 abr. 1982.

<sup>406</sup> *Veja* – Fotografia, São Paulo, n. 714, p. 120, 12 maio. 1982.

soluções para seus problemas, definidas por Fernando Henrique Cardoso pelo trinômio: 'Reivindicação, dignidade, cidadania' ".<sup>407</sup>

Esta é mais uma das características que compõem a constituição deste sujeito representativo. Este é um dos casos em que Cardoso aparece, imbuído da sua credibilidade de intelectual, como analista de uma determinada situação ou tema. Este não se limita apenas a analisar, mas igualmente a apresentar sugestões de conduta a serem tomadas no sentido de resolver algum problema.

A relação com o tema também é relevante, uma vez que no campo da oposição, consolidava-se nesse momento a figura de Luís Inácio da Silva com base nos movimentos grevistas ocorridos nesse período no ABC paulista e consolidado através da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, tendo a característica de ser um partido que também contava com um importante contingente de intelectuais.

Naquele momento, este segmento de oposição era o mais capaz de competir com a perspectiva da oposição liberal representada por Fernando Henrique na época. Dessa forma, ao relacionar Fernando Henrique Cardoso com São Bernardo, estava-se reforçando na revista a sua capacidade de penetrar em diversos setores, mesmo quando esses espaços encontravam-se ligados aos seus oponentes. Esta característica configurou outro elemento marcante da forma como Cardoso foi constituído na revista. Assim, na medida em que ia sendo constituída a figura de Fernando Henrique na revista, ele aparecia como um candidato diferenciado.

Outra ocorrência modelar de como Cardoso aparecia no rol dos políticos diferenciados pode ser observada a seguir:

Apesar de estreantes no Congresso, o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso, 51 anos, que passa a ocupar a cadeira de Franco Montoro, e o embaixador Roberto Campos, eleito por Mato Grosso do Sul, injetam tónus intelectual na Praça dos Três Poderes. Fernando Henrique, que como suplente de Franco Montoro não precisou pedir

---

<sup>407</sup> Ibidem. p. 121.

votos nesta campanha, e Campos, que debutou nos palanques, prometem adaptar seu refinamento intelectual ao dia-a-dia do Parlamento. Na companhia de Franco Montoro, o sociólogo botou no index “estrutura”, “contradição” e “superação”, palavras frequentes em seu discurso acadêmico.<sup>408</sup>

Neste caso, o critério de diferenciação em que Fernando Henrique estava incluído era a composição entre as condições de intelectual e político, com ênfase à suposta elevação no nível do parlamento mediante a experiência intelectual dos citados. Este aspecto configurou uma das características de sustentação e consolidação de Cardoso como sujeito representativo do discurso liberal de oposição em *Veja*.

Finalizando o ano de 1982, Fernando Henrique apareceu em matéria intitulada “Trilha Segura” a respeito da distensão governista rumo ao regime democrático:

Na semana passada, o futuro senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB – SP) defendia uma articulação dos partidos oposicionistas com o governo do presidente João Figueiredo para eleger um presidente da Câmara dos Deputados que não seja, como Marcílio, ligado ao deputado eleito Paulo Maluf (PDS –SP). “Se pudermos ajudar a parte esclarecida do PDS, será melhor para o país”, sustenta Cardoso.<sup>409</sup>

A matéria tratava do pronunciamento do então ministro do Exército, general Walter Pires sobre o final do processo iniciado em 1964 após o golpe militar no país, ao que o então ministro teria referido-se como “a parábola de 1964”.

Nessa matéria, Fernando Henrique aparecia como um importante expoente de oposição na busca de uma possível articulação no processo de aprofundamento da democracia no país. A constituição de Cardoso como um importante articulista em direção à consolidação da democracia no Brasil também foi um importante ponto na construção deste sujeito representativo, sobretudo em relação às suas potencialidades políticas.

---

<sup>408</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 742, p. 67, 24 nov. 1982.

<sup>409</sup> *Veja*, São Paulo, n. 747, p. 36, 29 dez. 1982.

### 5.4.3 O ANO DE 1983

A primeira ocorrência de Fernando Henrique Cardoso em *Veja* no ano de 1983 consiste em uma de suas principais participações na revista. Trata-se da primeira entrevista de Cardoso<sup>410</sup> a *Veja* no período que vai de 1979 a 1988.

Embora esta entrevista já tenha sido amplamente referida e suficientemente analisada no capítulo 3, vale destacar alguns de seus pontos, no intuito de ressaltar alguns desses elementos em relação ao enfoque deste capítulo. Nessa direção, destaco que nesta entrevista foram reiterados alguns dos pontos que já apareceram anteriormente ao ano de 1983, como a credibilidade da opinião de Cardoso enquanto intelectual. Note-se: “Aos 52 anos, Fernando Henrique exibe um currículo intelectual sem similar no Senado, até porque pôde aprimorá-lo nos dez anos em que, impedido de dar aulas no Brasil, brilhou em universidades estrangeiras”.<sup>411</sup>

Nesta passagem da apresentação do entrevistado, não apenas são enfatizadas as qualidades intelectuais de Cardoso, mas também o destaque absoluto que ele representava diante dos demais, e o que isso representaria no Senado. Outra característica que passa a ser reforçada mediante essa construção discursiva é a que remete à ideia de Fernando Henrique como o intelectual cassado que foi impedido pela ditadura de dar aulas no Brasil. Como já se pode começar a perceber, esses elementos vão sendo reforçados nas construções discursivas presentes em *Veja* na medida em que Fernando

---

<sup>410</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n.772, p. 3, 22 jun. 1983.

<sup>411</sup> *Ibidem*.

Henrique cresce em participação na revista e, concomitantemente, nas instâncias político-institucionais do país.

Embora haja o reforço desses elementos que foram constituídos mediante a composição entre características intelectuais e políticas, após o ano de 1982 observa-se uma crescente ênfase, e relativa predominância, nos aspectos de ordem política, mesmo sem deixar de mencionar as suas características enquanto intelectual. Dessa forma, enfatizou-se novamente uma característica recorrente na constituição do sujeito representativo de *Veja*, que foi a sua capacidade de liderança. Embora iniciante no Senado, Fernando Henrique figurava como um intelectual experiente. Isso lhe conferiu a credibilidade necessária para que se tornasse um líder diante de seus pares. O exemplo disso está no primeiro parágrafo da entrevista onde há a afirmação de que Cardoso havia sido

[...] escolhido para responder em nome da bancada do PMDB no Senado, ao discurso do senador Roberto Campos (PDS-MT), cujo tema central foi a crise econômica que aflige o país, o paulista Fernando Henrique Cardoso entendeu que seu pronunciamento, na quarta-feira passada, deveria traduzir a média da bancada do partido. Na noite de terça-feira ele reuniu em seu apartamento em Brasília os Senadores do PMDB interessados em oferecer opiniões. Horas depois, esse senador novato, [...], estava pronto para subir a tribuna como porta-voz de seus pares.<sup>412</sup>

Nesta passagem que inaugura a entrevista, fica clara a constituição de Cardoso como uma liderança emergente dentro do partido e da oposição. Neste sentido foi enfatizado também um ponto recorrente que são as reuniões privadas, como a que teria ocorrido no apartamento do senador, relacionada àquele contexto específico. Na medida em que este ponto foi aparecendo recorrentemente, passou a ser igualmente valorizada a característica de articulista de Cardoso.

Assim, esta entrevista constitui um exemplo modelar de como a crescente trajetória de Fernando Henrique passou a ser abordada de forma progressiva em *Veja*. O próprio eixo temático da entrevista, que é de

---

<sup>412</sup> Ibidem.



natureza essencialmente política, demonstra isso mediante a ênfase à postura de Cardoso como um senador de oposição. A predominância de sua dimensão política nesta entrevista pode ser igualmente notada na medida em que ele não apareceu apenas como quem desempenha uma análise. Mas também como alguém que imbuído da credibilidade necessária, apresentou um conjunto de proposições a serem consideradas, senão seguidas.

Nesse contexto, apareceu mais um elemento peculiar à construção do ponto de vista ideológico expresso em *Veja* e de seu sujeito representativo. Trata-se, por um lado, da oposição feita ao governo, conforme destaquei no capítulo 3 em referência a esta mesma entrevista, e que sintetizo aqui através da frase atribuída a Cardoso: “O país está sem rumo”. De outro lado, houve ainda a crítica feita a outro segmento de oposição, que também foi elemento recorrente em relação a Cardoso: “existe no Brasil uma liderança sindical, digamos, vanguardista, que às vezes força um pouco certas situações. [...] A base sindical é pouco organizada, pressiona pouco, demanda pouco”.<sup>413</sup>

Dessa forma, ao passo em que eram exaltados os dotes de líder, negociador e articulista, imbuído dessa credibilidade, Cardoso ganhava espaço na revista para constituir uma opinião de valoração negativa em relação a outro setor também de oposição.

Nesse momento, passavam a se tornar mais presentes como notícia na revista, as articulações internas do PMDB, tendo Fernando Henrique como centro. Mesmo quando isso não ocorria, algum tipo de visibilidade lhe era conferida, como na matéria<sup>414</sup> onde Cardoso, então governador de São Paulo, foi citado como um dos governadores peemedebistas discordantes da possibilidade de renúncia de Ulysses Guimarães da presidência do partido. Entre eles Pedro Simon, governador do RS, e Miguel Arraes, deputado pernambucano.

---

<sup>413</sup> Ibidem.

<sup>414</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 774, p. 28, 6 jul. 1983.

Outro exemplo de visibilidade à opinião de Cardoso na revista foi em relação a uma temática bastante distinta do que vinha sendo feito:

Favorável às políticas de acesso ao planejamento familiar por parte de todas as camadas da sociedade, Fernando Henrique Cardoso: “Todas as camadas da população tem direito a obter acesso às informações e aos meios de contracepção, acompanhados de orientação médica”, concorda o senador paulista Fernando Henrique Cardoso (52 anos, casado Há trinta, três filhos).<sup>415</sup>

A presença de Cardoso em relação a temáticas e espaços alternativos – ou mesmo em relação a detalhes de sua vida pessoal, como ser casado e pai de três filhos – foi também um elemento que ajudou a dar a ele uma visibilidade e características de um candidato. Nos anos seguintes isso se tornou mais evidente, conforme aparecerá ao longo desta análise.

No entanto, embora permeado por esses outros elementos, nesse período passou a predominar de forma crescente a atuação, as opiniões, ou somente a visibilidade de Fernando Henrique Cardoso enquanto um expoente do PMDB. Ou seja, da oposição reconhecida como legítima e apoiada em *Veja*.

Um exemplo disso foi na referência à reação da oposição – compreendida como o PMDB – acerca da declaração do então presidente Figueiredo de que ele “preferia ter um sucessor escolhido nas urnas”. Naquele contexto, o então presidente fora criticado pelo PDS, seu partido, e aplaudido pela oposição (PMDB). Segundo declaração de Ulysses Guimarães – ainda presidente do PMDB –, após um jantar em Buenos Aires com o presidente eleito da Argentina Raúl Alfonsín:

“O processo da eleição direta já está em andamento e vai ser muito difícil contê-lo”, disse o presidente do PMDB. Seu entusiasmo também era compartilhado pelos senadores Fernando Henrique Cardoso, o economista Celso Furtado e o empresário Fernando Gasparian, que também viajaram para a Argentina.<sup>416</sup>

---

<sup>415</sup> *Veja* – Comportamento, São Paulo, n. 793, p. 78, 16 nov. 1983.

<sup>416</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 794, p. 37, 23 nov. 1983.

Novamente Cardoso aparecia ao lado de figuras de destaque do meio político – neste caso Ulysses Guimarães e o presidente Raúl Alfonsín – e circulando entre os meios mais restritos da cena política. Demonstrava-se, assim, a sua influência e capacidade de transitar em espaços restritos.

Isso apontava novamente para a capacidade de articulista de Cardoso e enfatizava a sua capacidade de transitar com destaque nos bastidores da cena política. O mesmo ocorreu no que dizia respeito à negociação de um acordo com a oposição, autorizada pelo presidente Figueiredo e executada por Leitão de Abreu, “para chegar a um candidato de consenso na sucessão”:

Autorizado pelo presidente Figueiredo, o encarregado de costurar esse acordo com a oposição é o chefe do Gabinete Civil, professor João Leitão de Abreu. Para isso, Leitão se move na sombra, mas na semana passada comprovou-se que se move muito. Ele já se reuniu, separadamente, com os senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, do PMDB e Roberto Saturnino, do PDT. Tudo isso sem contar a sucessão de encontros já mantidos com o governador mineiro Tancredo Neves, interlocutor de Leitão em pelo menos três encontros.<sup>417</sup>

Mais uma vez apareceu Fernando Henrique como o integrante de reuniões restritas para tratar de acordos políticos.

Finalizando sua participação no ano de 1983, Cardoso foi convocado para realizar um apanhado do ano político brasileiro em *Veja*. Nesse momento, já se começava a observar a crítica em relação à postura retraída da oposição como um todo:

O ano político no que se refere à sucessão, com o arquivamento das ideias de eleição direta, mandato tampão, governo transitório de conciliação nacional, parlamentarismo e, até, com espectro da candidatura Maluf com menos chances de vitória. No caso da eleição direta, mesmo com o alento poderoso da entrevista concedida por Figueiredo em sua viagem à África no mês passado, o imobilismo da oposição teve um papel decisivo no sepultamento da ideia. “Sem uma poderosa campanha nas ruas, a eleição direta não virá”, avalia, com razão, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).<sup>418</sup>

---

<sup>417</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 795, p. 37, 30 nov. 1983.

<sup>418</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 797, p. 37, 14 dez. 1983.

Dessa forma, ao criticar “o imobilismo da oposição”, Cardoso figurava ainda mais como destaque no contexto da própria oposição. Nesse sentido, era reiterada a sua postura como um agente defensor de mudanças concretas. Esta característica apontava para a construção do candidato dentro do sujeito representativo. Isto pode ser observado na medida em que a voz produtora do discurso se manifestava claramente a favor de seu posicionamento, como se observa ao ler a seguinte frase: “avalia, com razão, o senador Fernando Henrique Cardoso”. Nesse momento, aparece claramente o alinhamento entre as opiniões e os fazeres de Cardoso, e os interesses e opiniões representados através da revista.

#### 5.4.4 O ANO DE 1984

Em termos numéricos, o ano de 1984 teve o mesmo número de ocorrências de Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, em relação ao ano anterior. No entanto, foi um ano em que qualitativamente o teor dessas participações foi intensificado. Este ano teve como eixo temático absolutamente predominante a campanha das “Diretas Já”. Foi a partir dos fatos decorrentes desse processo que as características de Cardoso como político passaram a obter maior destaque no discurso em *Veja*, reiterando e ampliando o rol de elementos que já vinham constituindo-o no âmbito do discurso veiculado na revista:

Há indicações seguras de que uma parte do PDS, impressionada com o desgaste do regime, com o crescimento de Aureliano Chaves e com o tamanho da campanha das diretas, prefere **buscar um entendimento capaz de reunir liberais de todas as siglas**. [...] Esse grande movimento começa a tomar corpo através de contatos constantes que se vêm realizando no eixo Rio-São Paulo. **Nesse esquema, o senador do PMDB paulista Fernando Henrique Cardoso tem papel relevante**. Ele sustenta que o PMDB precisa ter uma estratégia definida para o caso de a emenda Dante de Oliveira

ser rejeitada. “Se isso acontecer, não deixaremos de ter uma alternativa bem analisada”, afirma.<sup>419</sup>

Além do claro destaque que foi conferido a Fernando Henrique nesse processo de articulações políticas, foi igualmente reiterado o perfil de liderança cada vez mais atribuído a Cardoso. Sistemática e gradativamente, ele passa a figurar em *Veja* como o político do PMDB que exigia posições marcadas por parte da legenda mas que, ao mesmo tempo, defendia uma estratégia baseada em acordos que, neste caso, apareceu como sendo referente especificamente aos liberais. O papel de conciliador e defensor de pactos políticos direcionados à retomada das instâncias político-administrativas pelos setores liberais de oposição foi marca registrada de Cardoso como um sujeito representativo da ideologia liberal defendida em *Veja*.

Juntamente com a característica de conciliador, Fernando Henrique também foi constituído em vários momentos – sobretudo no processo das eleições diretas e na Constituinte – como o principal articulador da oposição naquele momento:

Um dos defensores da necessidade de o PMDB ter uma alternativa definida para o caso da derrota da emenda Dante de Oliveira é o senador paulista Fernando Henrique Cardoso. Ele já tratou do assunto com diversos interlocutores do governo, como o deputado Thales Ramalho (PDS-PE), mas, por cautela e disciplina, sempre relata seus contatos ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, procurando atraí-lo para a alternativa da negociação.<sup>420</sup>

No trecho acima, fica evidente a valorização positiva da capacidade de negociador e mediador que foram conferidas a Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, ele foi referido como um homem da oposição capaz de penetrar e estabelecer acordos também na esfera governista. Nesta passagem é possível observar ainda o tato atribuído a Cardoso ao tentar persuadir um sujeito apresentado como hierarquicamente superior dentro do partido, para a alternativa da negociação, defendida por ele. Dessa forma,

---

<sup>419</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 811, p. 41, 21 mar. 1984.

<sup>420</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 812, p. 26, 28 mar. 1984.

ia sendo reforçada a constituição de Fernando Henrique como um político diferenciado também na forma de fazer política.

Nesse momento, ao enfatizar na revista a estratégia da negociação e do debate, se estava construindo no nível do discurso a oposição às práticas preconizadas – e amplamente criticadas em *Veja* – da política pós-1964. Assim, esse modo negociador de se fazer política aparecia como uma alternativa à maneira predominante de construir acordos, que por sua vez corresponderia a uma estratégia baseada na troca de favores e/ou na tomada de medidas duras e institucionais. A meu ver, mediante essas construções de sentido, ia-se delineando cada vez mais claramente a imagem de um candidato moderado em *Veja*.

No entanto, nem sempre foi possível atribuir em todos os momentos, o protagonismo a Fernando Henrique Cardoso. Mas, em se tratando de fatos de elevada importância, via de regra era concedida alguma visibilidade a ele, conforme aparece no destaque a seguir, onde era destacado, neste caso, o protagonismo de Ulysses Guimarães na Campanha das Diretas: “[...] subira horas antes no palanque da Candelária e, diante daquele mar humano que parecia perder-se no horizonte, ouviu do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP): ‘Você é o responsável por tudo isso’”.<sup>421</sup>

No entanto, mesmo que de maneira secundária, Fernando Henrique foi mencionado no texto de modo a lhe conferir visibilidade em um evento de ampla relevância. No entanto, em geral, a visibilidade sobre Cardoso era construída de modo a conferir-lhe a centralidade no discurso. Como é caso da sua referência como articulador da oposição:

Entre posições aparentemente irreduzíveis, movimentam-se secretamente alguns políticos dispostos a tudo para evitar rompimentos radicais [...] O senador Fernando Henrique Cardoso, privadamente, é capaz de consumir horas discutindo a possibilidade de soluções no Colégio Eleitoral e, em seguida, defender a tese de que afora as diretas já nada se pode negociar com o governo. Essas

---

<sup>421</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 815, p. 32, 18 abr. 1984.

atitudes contraditórias provocam confusão, mas também dão resultados.<sup>422</sup>

Nesta passagem há mais uma observação importante, além do destaque à capacidade de negociador e articulador de Cardoso. Há novamente a referência à política de bastidores na qual Fernando Henrique aparecia em *Veja* como ator destacado. Outro ponto importante neste trecho é a posição moderada atribuída a Cardoso, de que o político estaria disposto a fazer de tudo a fim de evitar rompimentos radicais. Nesta mesma passagem ainda é possível perceber, mais uma vez, o caráter de liderança enfatizado em relação às ações de Fernando Henrique. Nessa direção ele aparecia impondo limites às possibilidades de negociação com o governo, definindo o que seria e o que não seria possível de negociar. Dessa forma, mais uma vez, Cardoso foi constituído como uma liderança capaz de julgar e conduzir os rumos de ação política no país.

Do ponto de vista dos produtores do discurso, é possível observar mais uma expressão de apoio, quando se diz que tais atitudes “dão resultado”. Essa postura reforçava a ideia de que Cardoso seria aquele que, no momento, também se diferenciava dos outros políticos por apresentar ações efetivas e concretas. O que, no meu ponto de vista, consiste em mais um reforço à constituição de Fernando Henrique Cardoso como um possível candidato.

No entanto, mesmo que neste ano a preponderância tenha sido na ênfase a Cardoso como político, mais especificamente como um político de ações concretas, a sua dimensão teórica e ações estritas no plano intelectual, continuaram a ser aludidas na revista, conforme consta na passagem a seguir:

Fernando Henrique entra no socialismo – O senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, é o mais novo conselheiro do Instituto de Estudos para o Socialismo Democrático. Tirado há um ano de uma costela do PDT no Rio de Janeiro, o IDESD conquista, com o senador, a primeira adesão significativa de um

---

<sup>422</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 816, p. 35, 25 abr. 1984.

político do PMDB. O governador do Rio, Leonel Brizola, não vê com bons olhos essa organização, que considera o berço de um futuro Partido Social-Democrata no Brasil. Mas o senador Saturnino Braga, que a preside, afirma que o instituto é e continuará a ser “apartidário”.<sup>423</sup>

Embora a passagem acima seja referente à participação de Fernando Henrique Cardoso em uma instituição de estudos acerca da política, não é somente o caráter teórico ou intelectual que está presente no texto. Há igualmente um claro direcionamento político na revista acerca do fato. Nessa direção, compreendo que esta nota relativa a um movimento intelectual de Cardoso serviu para demonstrar o seu trânsito num espaço de intersecção entre a condição de político e a de intelectual.

Mediante o trecho destacado percebe-se, ainda, a sua penetração no campo da oposição em espaços que até então estariam restritos a outra corrente de oposição. Dessa forma, ora mostrado próximo a setores governistas, ora enfatizado em vários espaços de oposição, ganhava força na revista a constituição de Fernando Henrique como um sujeito capaz de interagir e negociar com esses vários setores.

Isto representava uma alternativa com amplo potencial de ser aceita – inclusive no âmbito político e administrativo – num país ressentido pelas consequências de uma política administrativa de características excludentes, e não agregadora. Esse caráter agregador foi uma das principais marcas, presentes em *Veja*, da constituição do sujeito representativo Fernando Henrique Cardoso no âmbito político ao longo da década de 1980. Neste sentido, o correspondente partidário de *Veja* até 1988, seria o PMDB. E o sujeito representativo dessa perspectiva seria, sem dúvida, Fernando Henrique Cardoso.

Do ponto de vista político, essa perspectiva se traduzia na política de alianças empreendida pelo setor de oposição em que Cardoso figurava como político destacado. Em *Veja*, esse diferencial foi constituído de diversas

---

<sup>423</sup> *Veja* – Radar, São Paulo, n. 836, p. 31, 12 set. 1984.



formas. Uma delas pode ser exemplificada pela passagem a seguir, retirada de uma matéria em que Tancredo Neves era apontado como um “doutor em alianças”<sup>424</sup> muito próximo a Fernando Henrique:

Tancredo [...] Atracou-se ao banqueiro Olavo Setúbal e ao senador Fernando Henrique Cardoso e, com um em cada braço, comandou: “Vamos comer uma picanha no Rodeio”. O grupo fechou a churrasqueira, à beira das 3 horas da madrugada, com os cozinheiros já em fim de expediente perfilados em torno da mesa de Tancredo.<sup>425</sup>

Na construção de sentido presente nesta matéria, há o destaque para Cardoso como aliado e amigo de um sujeito descrito como “doutor em alianças” no campo da política: Tancredo Neves. No trecho destacado, sugere-se igualmente, a penetração sócio-política destes políticos, também em relação a um grupo representativo de uma ampla fatia do seu possível eleitorado. Este aparecia representado na passagem destaca pelos “cozinheiros, já em fim de expediente perfilados em torno da mesa de Tancredo”. O que também servia de elemento simbólico da aliança de classes que a oposição liberal dizia representar e contemplar, uma vez que a descrição da situação descreve a coexistência jubilosa entre um banqueiro, dois políticos e um grupo de trabalhadores.

Assim, no avançar da década de 1980, esse projeto de oposição ganhava cada vez mais expressão e promoção através de *Veja*, e dos elementos de representação nela constituídos.

Assim, observa-se que na medida em que se aproximava o ano de 1985, embora a ênfase do período recaísse sobre a figura de Tancredo Neves, de forma concomitante também era enfatizada a relação de Fernando Henrique com a pessoa de Tancredo Neves e dentro do grupo em que o político mineiro era considerado um ícone. Observe:

Socorro para o governo Uruguaio – Através do senador Fernando Henrique Cardoso, que passou por Montevideu neste mês, os líderes dos três grandes partidos políticos do Uruguai – Nacional, Colorado e

---

<sup>424</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 837, p. 24, 19 set. 1984.

<sup>425</sup> *Ibidem*.

Frente Ampla – enviaram um pedido de socorro econômico a Tancredo Neves. Querem que, em 1985, o Brasil e a Argentina passem a comprar por mês 15 milhões de dólares em produtos uruguaios – ou seja, 36% do total das exportações do país.<sup>426</sup>

Nesta passagem, a ênfase recaía sobre o poder de influência que Cardoso teria diante de Tancredo Neves, bem como nas relações do senador com os líderes de três grandes partidos políticos da América do Sul, para quem teria desempenhado a função de mediador. Observa-se nesse sentido, a constituição discursiva da ampliação dos espaços de trânsito de Fernando Henrique, que a partir desse momento passava a ser expandida para o contexto sul-americano.

O mesmo tom do discurso é observado também em matéria acerca da colaboração de José Serra, então secretário de Planejamento do governo paulista de Franco Montoro, como chefe da assessoria econômica do então candidato Tancredo Neves fornecendo “receitas para fazer o Brasil melhor” e “preparar junto com a Frente Liberal um plano de emergência”:

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), velho amigo de Serra, que **discutiu a escolha com Tancredo**, o candidato enumerou uma série de qualificações do secretário paulista para o cargo, destacando a sua competência profissional e o fato de ter trânsito e prestígio profissional na atual equipe econômica do governo. “Serra, segundo o ex-governador me disse, é um homem que sabe dizer não”, diz Cardoso. [...] Serra passou pela tempestade que resultará dos choques entre as nuvens do PMDB e as da Frente Liberal. **Sua apresentação a Tancredo foi feita pelo Senador Fernando Henrique Cardoso** e pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. O candidato almoçou com o secretário e impressionou-se com as explicações que ele lhe deu dos riscos de se bater numa inflação descontrolada nos primeiros meses de governo, como sucedeu na Argentina com o início da Presidência de Raúl Alfonsín.<sup>427</sup>

Nesta passagem foram novamente reforçadas as boas relações mantidas por Cardoso, tanto no plano pessoal quanto nas instâncias políticas. Mais uma vez, foi destacada a sua proximidade com Tancredo Neves, e a influência supostamente exercida por Cardoso na decisão tomada

---

<sup>426</sup> *Veja* – Radar, São Paulo, n. 847, p. 31, 28 nov. 1984.

<sup>427</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 848, p. 116, 5 dez. 1984.

por Tancredo em relação a José Serra. O que, do ponto de vista da construção de sentido no discurso, serviu novamente para fortalecer a imagem de Cardoso como um articulador influente, mesmo diante de um político que representava um ícone da oposição e hierarquicamente superior a ele.

Assim, as atitudes diplomáticas de Cardoso eram reiteradamente enfatizadas num crescente em relação aos espaços que ele passaria a penetrar naquele momento.

A promoção e a visibilidade em relação a estes aspectos eram construídas de maneiras variadas na revista, indo desde a ênfase a atitudes que teriam sido tomadas por Fernando Henrique, até a simples imagem ou menção ao seu nome em uma situação específica, como quando fora citado como um dos políticos que acompanhavam Tancredo Neves em um comício na Praça da Sé em 1984. Em legenda de foto presente na matéria, consta: “Além de Tancredo e Montoro aparecem, a partir da direita, Antônio Carlos Magalhães, Wilmar Palis, Fernando Henrique Cardoso, Orestes Quércia (encoberto), Fafá de Belém e Ulysses Guimarães”.<sup>428</sup>

Outra forma de promoção e visibilidade a Fernando Henrique Cardoso neste ano foi relativa à publicação de sua mensagem de final de ano a seus correligionários: “1985 será o ano da mudança. ‘Depois de 24 anos, encerra-se um ciclo; as oposições chegarão à Presidência da República’, diz a mensagem enviada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, 53 anos, do PMDB de São Paulo”.<sup>429</sup>

Dessa forma, era encerrada a participação de Cardoso no ano de 1984 em *Veja*, já apontando para o perfil de seu discurso no ano seguinte.

---

<sup>428</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 849, p. 36, 12 dez. 1984.

<sup>429</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 850, p. 40, 19 dez. 1984.

#### 5.4.5 O ANO DE 1985

Assim como no ano de 1984, onde o eixo temático central da revista girou em torno da campanha das Diretas, também ocorreu uma identidade temática predominante em 1985. Os temas principais do ano giraram em torno da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, da sua doença e morte, da sucessão por José Sarney, e principalmente das eleições para a Prefeitura de São Paulo.

Foi neste ano que se deu o recorde absoluto de toda a década em termos de ocorrências relativas a Fernando Henrique Cardoso na revista, incluindo recorrências de participação algumas vezes na mesma edição. Nessa direção, mesmo em algumas matérias relativas ao eixo temático predominante, Cardoso aparecia como figura destacada. Um exemplo disso é o trecho apresentado abaixo:

No dia 10 de maio de 1983, num almoço na casa do já falecido senador Nilo Coelho, em Brasília, Lyra levou o senador Fernando Henrique Cardoso para um canto do jardim e fizera uma profecia: “Vai dar Tancredo”. Já nessa conversa, Lyra previu que seria preciso contornar as pretensões do deputado Ulysses Guimarães.<sup>430</sup>

Embora o tema central dessa passagem tenha sido a eleição de Tancredo Neves, é possível observar que permaneceu em *Veja* a ênfase a Fernando Henrique Cardoso, mantendo inclusive a referência às relações que ele teria mantido com figuras amplamente destacadas no campo da política, sobretudo na oposição. Nessa direção, apareceu mais uma vez a menção a uma reunião privada e à distinção concedida a Fernando Henrique pelo anfitrião, de quem no texto foi apontado como confidente. Assim, mediante essas construções discursivas, foi constituída, e exaustivamente reiterada, a ideia de prestígio de Cardoso perante figuras destacadas na política. Essa construção de sentido apontava também o critério de

---

<sup>430</sup> *Veja*, São Paulo, n. 854, p. 30, 16 jan. 1985.

confiabilidade que Fernando Henrique inspiraria, de acordo com o que se observa em *Veja*. Através de elementos indispensáveis a um candidato, como estes, ia sendo delineado o perfil daquele que concorreria ainda em 1985 à Prefeitura de São Paulo.

Os destaques a Fernando Henrique Cardoso neste ano apareceram com cada vez mais intensidade. Em matéria onde Cardoso apareceu cotado para ministro da Educação – o que entendo deve-se em boa parte à sua condição de intelectual –, pode-se observar igualmente outros pontos importantes:

Quando as imposições não podem ser feitas em silêncio, Tancredo faz com que entrem em campo os seus **bombeiros**. Na semana passada, para esfriar as divergências entre o senador biônico Affonso Camargo, um ex-arenista que hoje dispõe de maciço apoio do PMDB, e o secretário paulista Roberto Gusmão, um ex-pepista que irrita o PMDB desde o dia em que lançou Tancredo como candidato, foram feitas duas **missões de paz**. Camargo e Gusmão encontram-se duas vezes. Uma, **no apartamento do senador Fernando Henrique Cardoso**. Outra, **na própria sala de estar de Camargo**. A **patrulha de bombeiros** era formada pelo deputado Fernando Lyra, pelo senador Pedro Simon e pelo próprio Fernando Henrique. **A eles juntou-se num dos encontros o presidente eleito em pessoa**. As **missões pacificadoras** têm funcionado e ainda na semana passada Gusmão e José Serra, cujas relações têm as emoções de um passeio de montanha-russa, jantavam num restaurante em São Paulo.<sup>431</sup>

Nesta matéria, Fernando Henrique foi destacado como um conciliador, característica recorrentemente atribuída a ele na revista. Além disso, também foi enfatizado como protagonista em mais uma reunião privada, desta vez realizada em sua própria residência. Observa-se, portanto, o nível crescente em que a participação e influência de Cardoso foram constituídas em *Veja*, tanto no âmbito das instâncias formais quanto nos bastidores da política. Constituindo-o dessa forma, não apenas como uma figura destacada, mas nesse momento ele já passava a ser constituído como personagem indispensável para o rumo desse segmento de oposição no país.

---

<sup>431</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 855, p. 32, 23 jan. 1985.

O trânsito de Fernando Henrique no contexto da vida pessoal de figuras ilustres, como Tancredo Neves, chegou ao ponto de ser explorado em relação ao contexto de seu adoecimento e internação:

Um dia antes, ao almoçar com o senador Fernando Henrique Cardoso, Tancredo tomara apenas uma canja, sendo proibido por sua mulher, Risoleta, de tocar num copo de vinho. [...] Era o vice-presidente José Sarney, com a mesma notícia. Aos poucos a notícia circulou, enquanto se espalhava um mal-estar. Cortou-o o senador Fernando Henrique Cardoso, que, subindo alguns degraus numa escada, anunciou: “Senhores, sinto informar que o Presidente Tancredo Neves foi hospitalizado e pode ser operado a qualquer momento devido a uma crise de apendicite”.<sup>432</sup>

É nítido que, mesmo neste contexto, o destaque na revista recaiu sobre a atuação de Fernando Henrique Cardoso no sentido de reiterar novamente a relação pessoal de Cardoso com Tancredo Neves, ao referir sobre o almoço dos dois e por tomar a frente ao dar a notícia a seus colegas. Dessa forma, foi enfatizada igualmente a característica de liderança presente na constituição de Cardoso em *Veja*, pois mais uma vez ele aparecia tomando a frente nas situações descritas na revista.

Mesmo ao longo de todo o processo de doença e morte de Tancredo Neves, Fernando Henrique continuou a ser mencionado destacadamente em *Veja*. Mesmo nos momentos em que não era o protagonista do tema em questão, aparecia como figura assídua mesmo quando no papel de coadjuvante.

Um exemplo disso reside na matéria onde, enquanto o então presidente eleito encontrava-se internado, foram abordadas na revista as decisões de José Sarney e do partido em relação ao cronograma previsto por Tancredo:

O que Lyra propunha era que Sarney cumprisse o mesmo cronograma previsto para Tancredo – ou seja, as eleições diretas serão guardadas para o sucessor do presidente atual, em data a ser fixada pela Constituinte que se elege em 1986 e começa a trabalhar em 1987. Ao longo da semana, esta posição de não balançar o barco iria se fortalecer. Sarney, com seu extremo cuidado em não mexer

---

<sup>432</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 863, p. 40, 20 mar. 1985.

nas prerrogativas de Tancredo, ajudou-a. Foi ajudado, em contrapartida, pelos dois livrinhos colocados à sua frente. “Essas são as minhas bíblias”, disse numa reunião com os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, no Senado, Humberto Lucena, e no Congresso, Fernando Henrique Cardoso.<sup>433</sup>

Além da visibilidade, mesmo que de coadjuvante, conferida a Fernando Henrique na constituição deste episódio, ele foi colocado ao lado de dois outros políticos de destaque, mediante os quais José Sarney fornecera uma espécie de justificativa de que rumos tomaria nesse processo. Esse tipo de visibilidade contribuía para o aumento do prestígio construído em relação à figura de Fernando Henrique Cardoso em *Veja*.

A visibilidade conferida a Cardoso foi um elemento que passava a ser cada vez mais destacado na revista, na medida em que a década avançava. Ao ler alguns trechos da revista, como o referido anteriormente, e este que segue na sequência em relação aos boatos da suposta morte de Tancredo Neves, chega-se a ter a impressão de estar assistindo realmente a um filme. Não apenas pela forma como os fatos vinham sendo cronologicamente encadeados na revista, mas, sobretudo, devido à riqueza de detalhes das reações emocionais e físicas que são atribuídas a Fernando Henrique:

Essa confusão, típica de um drama do tamanho que o país atravessa, faz com que a polidez ocupe espaços destinados ao exercício do raciocínio. Na terça, em Brasília, o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, acabara de receber boas notícias do secretário de Assuntos Extraordinários, Mauro Salles, instalado no Instituto do Coração, e transmitiu-as ao líder do governo no Congresso Fernando Henrique Cardoso. O senador não as contraditou, mas saiu da conversa ainda sob o impacto de informações anteriores, vindas dos médicos paulistas.<sup>434</sup>

Na cena descrita, além da questão da visibilidade, há uma construção de sentido em torno da perspicácia, ou capacidade racional de Cardoso, mediante essa informação. O que aponta para mais uma característica deste sujeito representativo no discurso veiculado em *Veja*.

---

<sup>433</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 864, p. 45, 27 mar. 1985.

<sup>434</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 866, p. 29, 10 abr. 1985.

Assim, no contexto em que estivessem inseridas, as opiniões, propostas, análises e reações de Fernando Henrique Cardoso ganhavam na revista sempre um espaço para aparecer. Essa abordagem rumava para o sentido de apontá-lo como “o” homem, como “o” indispensável, como “a” figura de destaque não em uma, mas em diversas ocasiões de que teria sido partícipe. A união de todas essas características que vêm sendo elencadas até agora, contribuiu para a constituição do perfil de Cardoso como um polivalente. Assim, ele aparecia como alguém diferenciado e capacitado para ser um representante em várias instâncias, uma vez que estava sempre inserido em todos os meios, sempre por dentro de tudo o que acontecia, sempre apto a analisar e se posicionar acerca de diversos assuntos, e sempre disposto a colaborar com *Veja*: “O governador de São Paulo pretende cumprir seu mandato até o fim. Ele é contra eleições diretas a curto prazo, que beneficiariam Ulysses Guimarães, e preferia tê-las em 1987. ‘O Montoro quer ser presidente da República’, admite Fernando Henrique Cardoso”.<sup>435</sup>

Este consiste em um dos exemplos de visibilidade secundária que também contribuiu para a constituição de Fernando Henrique em *Veja*. O mesmo ocorre no trecho destacado abaixo, onde Cardoso aparece na menção a uma reunião, mesmo que em uma posição secundária.

Sobre a situação de interinidade do então presidente em exercício José Sarney, ele teria dito “Que bomba veio cair na minha mão”, disparou ele na última reunião no Palácio do Planalto com os líderes do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, no Senado, Humberto Lucena, e na Câmara, Pimenta da Veiga.<sup>436</sup>

No entanto, em nenhum momento esse tipo de construção discursiva minimizou o destaque a Fernando Henrique Cardoso. Pelo contrário, a meu ver, entendo que contribuiu para lhe conferir visibilidade em momentos onde não seria totalmente necessário nomeá-lo.

---

<sup>435</sup> Ibidem. p. 36.

<sup>436</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 867, p. 28, 17 abr. 1985.



Dessa forma, compreendo esta manobra como uma estratégia discursiva de conferir visibilidade e promoção a determinados sujeitos, como neste caso Fernando Henrique Cardoso, mesmo nos episódios em que eles são agentes secundários.

No entanto, a abordagem relativa a Fernando Henrique Cardoso que apareceu com maior ênfase no contexto geral do discurso, foi aquela onde ele apareceu como a figura central da ação. Observe:

“Louvem-se em Sarney a postura ética, o comportamento discreto, o respeito rigoroso à família de Tancredo”, diz o senador Fernando Henrique Cardoso. “Mas, a partir de agora, ele terá de governar”. É um apelo que vem de todos os lados.”<sup>437</sup>

“Não podemos ficar cavando buracos na frente daqueles que querem caminhar”, **exorta** o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso. “O Sarney quer caminhar. Vamos, então, construir uma ponte para que ele possa fazer isso”.<sup>438</sup>

Nesse momento, somando-se todos os elementos da análise realizada até aqui, já não é exagero dizer que Fernando Henrique Cardoso despontava, nesse momento, em *Veja* como um estadista, conforme o termo é definido por Houaiss. Onde, na sua definição, estadista

é a pessoa versada nos princípios ou na arte de governar, ativamente envolvida em conduzir os negócios de um governo e em moldar a sua política; ou ainda pessoa que exerce liderança política com sabedoria e sem limitações partidárias.<sup>439</sup>

Embora essa definição pareça precisa para sintetizar em uma palavra a forma como Cardoso vinha sendo constituído em *Veja*, vale lembrar que, em grande medida, a credibilidade deste político considerado diferenciado foi construída também mediante a sua condição de intelectual, em que era igualmente diferenciado.

---

<sup>437</sup> Ibidem. p. 29.

<sup>438</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 869, p. 40, 1º maio. 1985.

<sup>439</sup> HOUAISS A.; VILLAR M. S.; FRANCO F. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Apesar da predominância das ocorrências relativas a Fernando Henrique Cardoso nesse período terem sido observadas, na revista, predominantemente em relação à sua atuação como político, a sua dimensão intelectual nunca foi deixada de lado em *Veja*. Até mesmo porque este foi um elemento constitutivo da polivalência e das demais especificidades que contribuíram para a determinação do seu perfil em *Veja*. A nota destacada a seguir é exemplo modelar disso: “Fernando Henrique Cardoso, de 53 anos, sociólogo e senador paulista, eleito Intelectual do Ano, pela União Brasileira de Escritores. Dia 30, com o troféu Juca Pato 84, em São Paulo”.<sup>440</sup>

No entanto, no decorrer do ano, na medida em que se aproximava o pleito eleitoral para a Prefeitura de São Paulo, os temas diretamente ligados à campanha passaram a predominar nas ocorrências relacionadas a Fernando Henrique em *Veja*, bem como na temática da revista de um modo geral.

Nesse contexto, destaca-se uma raríssima ocorrência que remetia à ideia de crítica em relação a Cardoso:

Prefeitura – Li com surpresa, na última edição dessa prestigiosa revista, a reportagem a respeito do senador Fernando Henrique Cardoso, em que, à página 24, é a mim atribuída uma frase que não proferi, a respeito do conceito do senador perante atrizes da Globo. No dia 24 de junho concedi uma entrevista a essa revista sobre minha candidatura à prefeitura de São Paulo. Tive o ensejo de tecer considerações sobre meus eventuais concorrentes e, a respeito do senador Cardoso, disse ao repórter que ele estava sendo privilegiado com grande espaço na imprensa e, especialmente, na rede Globo, que não perdia a oportunidade em promovê-lo, não só nos noticiários como também nas novelas, programas humorísticos e até como entrevistado nos intervalos de jogos do Brasil – como ocorreu no dia 23, embora nunca tenha revelado conhecimentos de futebol. *VEJA*, porém, atribuiu-me apenas aquela citação. Armando Pinheiro, São Paulo”.<sup>441</sup>

O trecho destacado é pertencente à seção “Cartas”, e trata-se de uma reclamação de Armando Pinheiro em relação à referência a sua pessoa na edição anterior e ao favorecimento que Fernando Henrique Cardoso estaria

---

<sup>440</sup> *Veja* – Datas, São Paulo, n. 870, p. 114, 8 maio. 1985.

<sup>441</sup> *Veja* – Cartas, São Paulo, n. 879, p. 11, 10 jul. 1985.

tendo na mídia nesta época de eleição. Não se trata, no entanto, de uma construção de sentido necessariamente negativa em torno de Cardoso, uma vez que se poderia interpretar que ele estaria recebendo essa visibilidade por se destacar mais que os outros candidatos, e que as suas boas relações só favoreceriam a sua governabilidade.

Da mesma forma, não se pode dizer que o texto seja um elemento discordante em relação à totalidade do discurso veiculado em *Veja*. Isto porque ele pertence a uma seção destinada à opinião do leitor, o que não necessariamente corresponde ao ponto de vista assumido na revista.

Contudo, ainda assim, em pleno processo de campanha eleitoral, um argumento de favorecimento pela grande imprensa e bom relacionamento com setores privilegiados de um candidato também poderia ser desfavorável ao candidato apontado.

Assim, na edição da semana seguinte foi publicada matéria sobre a antecipação da convenção que oficializaria Fernando Henrique como candidato:

“O PMDB é um partido eleitoral”, diz o senador Fernando Henrique Cardoso, candidato à prefeitura de São Paulo. “E resolvemos antecipar a convenção que vai oficializar a indicação do candidato a prefeito para que a campanha comece logo”. A rigor, já começou. Na semana passada, **Fernando Henrique, que passou boa parte da vida com um livro nas mãos, podia ser visto manipulando enxadas ou carregando crianças em mutirões na periferia da capital** organizados pelo prefeito Mário Covas. [...] Na quinta-feira, o PMDB de São Paulo divulgou uma pesquisa do Ibope cujos resultados abalam o favoritismo inicial de Jânio Quadros. Segundo o Ibope, que entrevistou 400 eleitores no início de julho, Fernando Henrique tem 33,8% das preferências e o ex-presidente, 33%. Todos os demais candidatos alcançam índices abaixo de 10%. Colocados diante da hipótese de ter de escolher apenas entre Fernando Henrique e Jânio, os eleitores ouvidos pela pesquisa sugeriram que uma eventual polarização beneficia o senador. O candidato do PMDB alcançou 43,8% [...] “A vitória de São Paulo será o ponto mais alto da vitória do partido nas eleições deste ano”, anima-se o deputado Ulysses Guimarães. “As convenções do dia 7 foram apenas um ensaio geral para o começo da campanha”.<sup>442</sup>

---

<sup>442</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 880, p. 29, 17 jul. 1985.

Esta matéria não anula o argumento da anterior, mas nela há o destaque para a participação de Cardoso também em meios menos favorecidos. Enquanto na edição anterior foi mencionada em “Cartas”, a relação de Fernando Henrique com setores mais favorecidos, nesta edição foi ressaltada a sua presença também em meios menos privilegiados. Assim, a oposição entre esses argumentos não chegou a anular algum deles, mas se transformou em mais uma característica favorável ao candidato. O mesmo tipo de posição ocorreu ao mencionar que Cardoso passara a vida com um livro nas mãos, mas que também poderia ser visto usando-as para manipular enxadas ou carregar crianças em mutirões na periferia.

Assim, sob essa forma de condução, cada vez mais era reforçada positivamente a figura de Cardoso em *Veja*, destacando como eixo fundamental a polivalência do candidato.

Esta matéria também simbolizou o marco do início da campanha do PMDB rumo à prefeitura de São Paulo. Como um reforço positivo ao primeiro passo da campanha, foram publicados na revista os resultados de uma pesquisa de opinião onde o candidato Fernando Henrique Cardoso era apontado como favorito. Além do favoritismo do candidato do PMDB, a pesquisa indicava o que viria a se tornar o tom dessa campanha: a dualidade entre os principais concorrentes à Prefeitura de São Paulo. Nessa direção, destaca-se que os outros não faziam frente aos dois principais candidatos: Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso, entre os quais se estabeleceu em *Veja* a disputa política e ideológica pela Prefeitura de São Paulo em 1985.

Dessa maneira, a campanha pela vitória de Fernando Henrique não começava apenas oficialmente lançada pelo partido, mas também ganhava força nas páginas de *Veja*. No trecho a seguir mais uma demonstração da influência e do apoio que Cardoso estaria recebendo como candidato:

Mas partiu do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso e candidato a prefeito de São Paulo, o argumento que permitiu a Sarney tirar o nome de Olavo Setúbal de suas cogitações, sem ferir as suscetibilidades da Frente Liberal. Num telefonema para o presidente, Fernando Henrique manifestou o temor de que a

escolha de Olavo Setúbal pudesse favorecer a vitória do rival Jânio Quadros nas eleições municipais.<sup>443</sup>

Nesse momento, além de colocar a figura de Fernando Henrique em posição de destaque, reforçando os elementos que desde meados de 1982 vinham sendo enfatizados em *Veja*, fortaleceu-se a imagem de Jânio como o inimigo comum de um grupo amplo representado por Fernando Henrique Cardoso.

Nessa direção, era cada vez mais enfatizado o suporte que Fernando Henrique recebia de seus apoiadores:

Funaro, mesmo sendo casado com a irmã do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, então candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, revela seu apoio a Fernando Henrique Cardoso: Funaro, filiado ao PMDB e eleitor fiel de Ulysses Guimarães, já prometeu seu voto ao candidato do partido à prefeitura paulistana, Fernando Henrique Cardoso. Acamado no dia 25 de janeiro do ano passado, desobedeceu a ordens médicas e os conselhos de sua mulher e dos seis filhos para participar do gigantesco comício pelas diretas na Praça da Sé, em São Paulo.<sup>444</sup>

Mediante essa construção discursiva, não era destacado apenas o apoio que Fernando Henrique estaria recebendo de personalidades de peso no contexto político da época, como Dílson Funaro e Ulysses Guimarães. Nesse sentido, ainda aparecia em destaque o grau de comprometimento desses apoiadores com a campanha de Cardoso, na medida em que graus de parentesco, ordens médicas, pedidos de família, problemas de saúde teriam sido minimizados em prol de algo que aparecia como o objetivo que parecia ser de uma maior importância naquele momento: a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Prefeitura de São Paulo.

Além destes, no âmbito da constituição de Fernando Henrique em *Veja*, apareceu uma diversidade de elementos de valorização positiva a este candidato. Um deles foi o que permaneceu ligado à sua condição de

---

<sup>443</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 887, p. 42, 4 set. 1985.

<sup>444</sup> *Ibidem.* p. 43.

intelectual. Assim, direta ou indiretamente, essa condição permeou em *Veja* as referências às ações do político Fernando Henrique Cardoso.

“Sou testemunha de que para minha geração não havia nenhum outro país no mundo que tivesse uma presença sentimental tão grande quanto a França”, atesta Ulysses. A França foi também o berço da universidade brasileira. Convocados em 1934 pela elite paulista, treze professores franceses lançaram as bases da Universidade de São Paulo e marcaram definitivamente as feições das ciências sociais no Brasil. Era um grupo de peso, com nomes que se tornaram famosos, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss – autor do clássico *Tristes Trópicos*, relato de sua viagem ao Brasil e que agora acompanha o presidente Mitterrand nessa viagem – o historiador Fernand Braudel e o sociólogo Roger Bastide. [...] “Até eu me formar, em 1952, as aulas eram dadas em francês no curso de Ciências Sociais da USP”, lembra o senador e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, candidato à prefeitura de São Paulo pelo PMDB. Testemunha deste período, Fernando Henrique presenciou depois o declínio da influência francesa na manutenção da missão em São Paulo e o fascínio americano, interpretou o senador.<sup>445</sup>

Nesse contexto, Cardoso figurava tanto como político quanto como intelectual. Não deixou de ser mencionada a sua condição de candidato, esta foi complementada com a menção ao intelectual Fernando Henrique, formado dentro da tradição de maior destaque no país.

Na construção discursiva acima, observa-se ainda o estabelecimento de um padrão de comparação no sentido de nivelar Fernando Henrique Cardoso com Ulysses Guimarães, que naquele contexto figurava como um grande líder oposicionista no país.

Dessa forma, foram enfatizados elementos destacados do currículo intelectual do candidato e houve o seu nivelamento, e até mesmo uma relativa superação, em relação a uma das personalidades de maior destaque na política do país naquele momento.

No entanto, conforme vinha sendo constituído ao longo das campanhas políticas do país, fatores relacionados à pessoa do candidato também serviram como elemento para compor a imagem de Fernando Henrique:

---

<sup>445</sup> *Veja* – Internacional, São Paulo, n. 893, p. 61, 16 out. 1985.

Pela primeira vez uma parenta de um ex-presidente da República estará na capa da revista Playboy. A atração da edição que circula nesta semana é Luciane Quadros, paranaense de 19 anos, prima em terceiro grau de Jânio Quadros, atualmente candidato à prefeitura de São Paulo pelo PTB. Luciane, que aparece nua ao longo de seis páginas da revista, ainda não escolheu seu candidato no Rio de Janeiro, onde mora. Se votasse em São Paulo, apoiaria o senador Fernando Henrique Cardoso, que considera “muito mais charmoso” que o primo.<sup>446</sup>

Na passagem referida, foi novamente destacada a presença de um parente de outro candidato – desta vez seu oponente principal – demonstrando seu apoio a Fernando Henrique. Mais uma vez também, o nome de Cardoso foi relacionado a alguém ligado às artes e/ou à mídia.

Além desses dois fatores, que foram recorrentes em *Veja*, observa-se também a construção de sentido em relação a outros dois pontos. O primeiro deles foi o fato de uma parenta de Jânio estar posando para uma revista masculina, pois em certa medida, isso desestabilizaria uma das principais marcas da imagem do candidato. O outro ponto foi o critério relacionado aos atributos físicos do candidato. Até então, este ponto não havia sido levantado na revista, principalmente como critério de votação. Entendo que, mediante a construção desse argumento, outro segmento de votantes poderia estar sendo atingido, ou pelo menos foi chamada a atenção para um novo critério que talvez fizesse diferença na escolha de alguns votantes.

Além disso, compreendo que a presença deste critério na constituição de Fernando Henrique em *Veja*, aponta cada vez com maior clareza para a constituição, não só de um sujeito representativo, mas também de um candidato representante dos interesses presentes na revista.

Nesse sentido, pode-se observar mais uma vez a utilização de indicadores de pesquisas de opinião para promover Fernando Henrique Cardoso:

Para o maior partido brasileiro [PMDB], as notícias mais animadoras vêm de São Paulo, onde o senador Fernando Henrique Cardoso

---

<sup>446</sup> *Veja* – Radar, São Paulo, n. 893, p. 51, 16 out. 1985.

arrebatou a dianteira ao ex-presidente Jânio Quadros. [...] Essas eventuais derrotas [em relação a outras Prefeituras] parecerão pouco doloridas sobretudo se o senador Fernando Henrique Cardoso mantiver o pique de sua ascensão em São Paulo. Aplicada a margem de erro estabelecida pela pesquisa junto ao eleitorado paulistano, de 2,4 pontos percentuais, os resultados acusam um empate estatístico – se o pleito se realizasse agora, tanto Fernando Henrique quanto Jânio Quadros poderiam ganhar. Mas outros indicadores devem ser levados em conta. Enquanto Jânio está imobilizado no patamar dos 32% das preferências, Fernando Henrique viu sua curva empinar-se novamente, graças ao aumento de sua penetração junto às classes sócio-econômicas inferiores. Além disso, parece afastado o risco de uma atropelada do candidato do PT, Eduardo Suplicy, que certamente tiraria os votos do PMDB. Enfim, a pesquisa mostra que o contingente de indecisos tem-se inclinado predominantemente na direção de Fernando Henrique Cardoso.<sup>447</sup>

Aqui, ao valer-se da margem de erro, foi apontado um empate técnico entre Fernando Henrique e Jânio. Contudo, o prognóstico foi direcionado a favor de Fernando Henrique, na medida em que foi destacada a estagnação de Jânio *versus* a ascensão por parte de Cardoso nas pesquisas. Nessa direção, foi constituído o indireto apelo aos indecisos coroado pela ideia de que o candidato seria a representação de todo o PMDB.

Ainda, na legenda da foto principal que ilustrava a matéria consta a seguinte descrição: “Fernando Henrique carregado por motoristas de táxi: ofensiva bem-sucedida sobre um dos redutos do janismo”.<sup>448</sup>

Este fato, além de evidenciar não somente uma clara atitude de campanha por parte do candidato, também a demonstrou presente na revista ao enfatizar largamente tal fato. Assim, reforça-se a ideia de que Fernando Henrique Cardoso seria um político capaz de representar um conjunto de interesses diversos, ocultando os interesses de classe que estariam representados através da sua candidatura.

É nítido, portanto, que os argumentos favoráveis a Cardoso, além de terem sido predominantes e recorrentes, também foram mais bem elaborados na construção do discurso veiculado em *Veja*. Neste sentido

---

<sup>447</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 893, p. 28, 16 out. 1985.

<sup>448</sup> *Ibidem*.



destaco uma passagem da seção “Cartas” onde existe a presença da segunda ocorrência encontrada até este momento, que pode ser interpretada como uma conotação negativa em relação a Fernando Henrique Cardoso: “O senhor Fernando Henrique Cardoso afirma que Jânio Quadros é idoso e que, com 68 anos, está perto da morte. Por que ele não disse o mesmo de Tancredo Neves? Francisco Corsi – Petrópolis – RJ”.<sup>449</sup>

Em relação ao trecho destacado, a primeira observação que faço é a de que, novamente, é na seção “Cartas” que aparece um tom de crítica a Fernando Henrique Cardoso, não recebendo, portanto, o endosso direto dos produtores do texto da revista. Outro aspecto que reitero é que, de todas as ocorrências analisadas até o presente momento, esta é a segunda vez que aparece uma manifestação negativa em relação a Cardoso.

No entanto, embora tendo a conotação negativa de remeter a um desrespeito com o oponente, não se trata de uma crítica bem fundamentada. Dessa forma, em meio a tantas construções discursivas bem formuladas e adequadamente referidas, esta mais pareceu uma atitude revanchista. E este foi o tom que predominou quando existiu algum tipo de crítica a Fernando Henrique Cardoso, neste período, em *Veja*.

Na sequência, observa-se o retorno de elementos que serviram para dar visibilidade e conferir credibilidade ao candidato Fernando Henrique durante a campanha à Prefeitura de São Paulo, conforme apareceu na passagem relativa à candidatura de Mário Amato à sucessão do empresário Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho na presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP):

Amato, empresário que se define como “um conservador sem medo de mudanças”, jamais escondeu o desejo de suceder a Vidigal. [...] Na noite de quinta-feira passada, um jantar no tradicional Clube Atlético Paulistano reuniu cerca de 600 empresários favoráveis a Mário Amato. “Ele é muito equilibrado e sempre soube respeitar as posições contrárias”, elogiou José Mindlin, presidente da Metal leve. “Trata-se de um empresário de primeira classe”, emendou o ex-ministro do Planejamento Delfim Netto, também presente no jantar.

---

<sup>449</sup> *Veja* – Cartas, São Paulo, n. 896, p. 11, 6 nov. 1985.

A união do grupo de Amato põe por terra a mística do empresário liberal que por algum tempo rondou a FIESP – em geral, os empresários que se rotulavam liberais ou não tinham empresas, ou não eram tão liberais. Amato, que no Colégio Eleitoral apoiou o deputado Paulo Maluf, seu velho amigo, já declarou que, na eleição para prefeito de São Paulo, seu voto irá para Fernando Henrique Cardoso, do PMDB. Em sua caminhada, Amato conta com dois poderosos pilares: o apoio, de um lado, dos irmãos Ermírio de Moraes, os maiores industriais do país, e, de outro, de Dilson Funaro.<sup>450</sup>

Na medida em que foi destacado o apoio de um dos principais líderes do empresariado brasileiro a Fernando Henrique Cardoso, reforçou-se o caráter aliancista da política do PMDB e, conseqüentemente, de Fernando Henrique. O que demonstrava na revista, em vários níveis e de forma progressiva, o aumento da base de sustentação da candidatura peemedebista. Isto não foi observável apenas em relação a este grupo do empresariado, mas igualmente por Amato, embora moderado, ser representante de uma corrente mais conservadora. Isto ressaltou em *Veja* a construção de uma teia heterogênea em apoio à candidatura de Cardoso que, mesmo sendo representante de uma postura liberal, nunca deixou de considerar estratégias conservadoras em prol do desenvolvimento.

Observei, portanto, que essas análises relacionadas a aspectos mais duros da candidatura de Fernando Henrique Cardoso e da sua constituição também enquanto candidato em *Veja*, foram igualmente permeadas por aspectos mais leves. Essas abordagens, além de conferirem um tom mais leve ao discurso, também serviam para reforçar o critério de polivalência, que consistia em um ponto fundamental da constituição de Cardoso em *Veja*. Por outro lado, construía-se assim um apelo também direcionado a outros públicos, na medida em que o discurso era constituído em relação a outros espaços, relacionados a interesses distintos, com linguagem e demais elementos estéticos direcionados à comunicação com outros segmentos do

---

<sup>450</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 896, p. 99, 6 nov. 1985.

público leitor, ou do eleitorado. É o caso do trecho a seguir: “Fernando Henrique Cardoso, o político bom de casa”.<sup>451</sup>

Este trecho constitui uma subseção que denominei como “Publicidade” no *corpus* secundário, a qual corresponde a um anúncio de publicidade da revista feminina *Claudia*, pertencente à mesma editora. Considerei este documento, por entender que ele demonstrava um argumento relevante na constituição do perfil de Fernando Henrique como um candidato que seria um sujeito integral, reforçando o caráter de polivalência e de penetração facilitado em *Veja* ao candidato. O que, neste caso apareceu relacionado a afazeres domésticos.

Esta característica se fez presente em diversos momentos, como já foi observado até aqui. No entanto, essa ocorrência relativa à entrevista de Cardoso na revista *Claudia* reforça minha proposição de que o projeto representado por Fernando Henrique, embora obtendo destaque em *Veja*, era alinhado com o projeto defendido como um todo pela editora.

Não se trata, contudo, de uma ocorrência isolada, uma vez que conforme já citado, foi igualmente referida em *Veja* uma entrevista na revista *Playboy* – também da Editora Abril – onde uma prima de Jânio Quadros estaria declarando seu voto a Fernando o Henrique Cardoso. Conforme será demonstrado na sequência deste capítulo, estas não foram as únicas ocorrências nesta direção.

Outra ocorrência relevante em *Veja* no que tange ao período que antecedeu a eleição de 1985 para a Prefeitura de São Paulo, foi a interpretação apelativa feita em matéria acerca da rivalidade entre a CUT e a Conclat no episódio da greve dos metalúrgicos em São Paulo que “no Palácio dos Bandeirantes era analisada como uma conspiração de setores da direita

---

<sup>451</sup> *Veja*, São Paulo, n. 897, p. 144, 13 nov. 1985.

e do PT para desestabilizar a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso à prefeitura de São Paulo”.<sup>452</sup>

Nessa direção, há dois fatores importantes. O primeiro deles, é que este direcionamento eleitoral baseado em uma suposição sobre o fato constituía mais um elemento favorável a Cardoso. O segundo, é que ao apontar a rivalidade entre a CUT e a Conclat, se estava aludindo a mais uma forma de aliança realizada pelo PMDB, uma vez que a Conclat seria influenciada, entre outros partidos, pelo PMDB, e a CUT estaria ligada ao Partido dos Trabalhadores. Este último fator contribuiu ainda para criar uma espécie de ofensiva política indireta também à candidatura do PT que, segundo uma suposição, havia sido identificada na revista com setores da direita.

Continuando em tom apelativo, a edição de véspera de eleição trazia pela última vez nesta campanha uma previsão acerca do resultado do pleito:

Em São Paulo, o senador Fernando Henrique Cardoso do PMDB, entra na reta final com alguns corpos de vantagem sobre o ex-presidente Jânio Quadros, do PTB. Mas talvez fosse mais prudente agregar São Paulo ao grupo de cidades em que a disputa é marcada pelo equilíbrio.<sup>453</sup>

No entanto, o destaque absoluto da edição ficava para a troca de acusações entre os candidatos que, segundo consta na revista “lembrava operações de guerra”.<sup>454</sup> Esta observação foi fundamentalmente oriunda da troca de panfletos acusatórios entre os candidatos na véspera da eleição:

O PMDB atacou com um cartaz espalhado pela cidade. Sob a inscrição “o passado você já conhece, vote no futuro”, o outdoor apresentava Jânio Quadros em companhia do ex-ministro Delfim Netto e do deputado Paulo Maluf, silenciosos e eficientes gerais da campanha janista. O ex-presidente não gostou do que viu. Convencido de que o PMDB adulterara sua fotografia para mostrá-lo de olhos esbugalhados, requereu à Justiça Eleitoral a retirada dos cartazes e venceu. Na sexta-feira começaram a ser recolhidos não porque o olhar de Jânio fosse falso, mas porque considerou

---

<sup>452</sup> *Veja* – Economia, São Paulo, n. 897, p. 93, 13 nov. 1985.

<sup>453</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 897, p. 38, 13 nov. 1985.

<sup>454</sup> *Ibidem.* p. 39.

imprópria a propaganda. Em sentido oposto, o partido de Fernando Henrique conseguiu tirar de circulação um panfleto chamado *A Voz*, comprovadamente estocado pelo PTB. O motivo do alarme dos peemedebistas aparecia na primeira página da publicação. “Confirmado: Fernando Henrique é maconheiro”, afirmava a manchete. *A Voz* não é um jornal como se intitula, já que sai irregularmente, serve a campanhas escusas como a que move contra a candidatura de Fernando Henrique e imita a denominação do antigo jornal comunista *A Voz Operária*. Diante de um requerimento do PMDB, a Justiça Eleitoral determinou a apreensão de *A Voz*, e seu editor, José Alcides Marronzinho de Oliveira, indiciado em inquérito, começou a explicar-se na sexta-feira à Polícia Federal.<sup>455</sup>

Além da exploração referente ao tema da troca de acusações entre os dois candidatos, houve mais uma vez a visibilidade centrada na figura de Fernando Henrique Cardoso e sua candidatura. O fato do *slogan* de campanha do candidato ser destacado na matéria causava grande impacto em se tratando da última edição da revista anterior ao pleito de 15 de novembro daquele ano, e da véspera da eleição. Além disso, servia para reforçar a relação de apoio entre Paulo Maluf e Delfim Netto, descritos como “silenciosos e eficientes **generais** da campanha janista”.

Todos esses elementos estavam contidos na descrição do que seria a reclamação de Jânio ao ataque peemedebista. Esta consistiria, nesse momento, em apresentar Jânio com os olhos esbugalhados junto de Delfim e Maluf o que, segundo opinião presente na revista, não era inverídico.

Assim, a reclamação de Jânio – de que a foto haveria sido adulterada para mostrá-lo com os olhos esbugalhados – ganhou um tom puxado ao pitoresco, uma vez que era baseada numa alusão ao velho e conhecido estilo janista.

Já a acusação direcionada a Jânio, era de tachar Fernando Henrique como usuário de substância proibida. Embora uma afirmação dessas em uma campanha, sempre adquira um tom pejorativo, e possa servir para desestabilizar uma parte do eleitorado, o argumento não aparecia como suficiente para destruir a imagem criada em torno de Fernando Henrique,

---

<sup>455</sup> Ibidem. p. 43.

sobretudo pela forma como esta acusação foi apresentada. Nessa direção, o destaque foi para a reclamação do PMDB em relação ao veículo de difusão de tal mensagem, servindo assim para minimizar o motivo da acusação. Ainda, ao inserir no texto a observação atribuída a Jânio de que “se Cardoso for eleito, vai colocar maconha na merenda escolar”, novamente o assunto adquiriu o estilo janista e, assim, abrandou o teor da acusação feita a Cardoso.

Na sequência, apontava-se, ainda nessa mesma matéria, para a acusação feita pelo PMDB ao oponente:

O PMDB atacou também na esfera bancária. Na sexta-feira o deputado João Hermann Neto exibiu um extrato bancário do Barclays Bank, de Londres, segundo o qual Jânio possuía 1007 libras depositadas no estabelecimento em 1968, o equivalente a 12,5 milhões de cruzeiros em dinheiro de hoje. “Todo mundo desconfiava que ele possuía conta no exterior, mas ninguém tinha prova”, diz o deputado. “Agora eu tenho”. Outro deputado do PMDB paulista, Ailton Soares, com um certificado de depósito na mão, afirmava que Jânio tem um saldo de 483 milhões de cruzeiros no Banco Itaú – o que não configura qualquer crime, mas dá munição à campanha do partido contra o adversário.<sup>456</sup>

Neste caso observa-se um teor bem diferente daquele da passagem anterior. A acusação do PMDB era referente a uma conta de Jânio no exterior, e teria sido feita mediante com base em um extrato bancário. Nessa direção também foi mostrado um extrato com saldo expressivo em nome de Jânio, o que foi reconhecido na revista que não configurava nenhum tipo de crime, mas apontava para uma desconfiança nessa direção.

Ainda em ritmo de campanha, os últimos destaques em torno da candidatura do PMDB foram os seguintes:

Em outro campo, o PMDB de São Paulo municiaava-se de um reforço, através de entendimentos que prometiam levar o candidato do PDT, Adhemar de Barros Filho, a saltar da disputa e apoiar Fernando Henrique, num acerto que seria fechado no último sábado.<sup>457</sup>

---

<sup>456</sup> Ibidem.

<sup>457</sup> Ibidem.

Na batalha de São Paulo, o PMDB disputa, através do senador Fernando Henrique Cardoso, a chance de impor-se como partido dominante na vida política nacional e uma das mais bizarras coligações conservadoras já formadas ergue, com a vassoura do ex-presidente Jânio Quadros, uma perigosa barreira contra essa pretensão.<sup>458</sup>

Terminado o pleito para as Prefeituras de todo o país, e apurados os votos, iniciou-se na revista uma análise referente aos resultados da eleição, de onde destaquei os pontos levantados em relação ao resultado de São Paulo.

Nesse momento, e de forma mais expressiva do que vinha sendo feito anteriormente, apareceu de forma clara no discurso veiculado em *Veja* o tom de vitimização que era conferido a Fernando Henrique Cardoso, quando diante do reconhecimento de alguma situação desfavorável a ele.

Observe:

O eleitor brasileiro mostrou na sexta-feira da semana passada que adora devorar grandes partidos. Jânio Quadros elegeu-se prefeito de São Paulo e cobrou ao PMDB um alto preço: liquidou a ascensão política do senador Fernando Henrique Cardoso, marcou o fim da carreira do governador Franco Montoro e raspou a metade do cacife do deputado Ulysses Guimarães. [...] Em 1968, o MDB foi abatido a golpes de baioneta. Na sexta-feira passada foi curvado pelas urnas.<sup>459</sup>

Esta foi a primeira manifestação publicada em *Veja*, na semana seguinte à eleição, realizada em referência ao resultado do pleito. No texto, ao reconhecer a derrota, percebe-se um tom de consternação na revista, expresso através da sugestão de enfraquecimento do PMDB e de seus principais representantes. Outro ponto marcante foi a atribuição da responsabilidade pela derrota da legenda ao eleitor brasileiro, apresentando-o como o agente responsável pela ação de “devorar grandes partidos”.

Na sequência, estabeleceu-se a comparação de episódios ocorridos com o MDB no contexto dos anos 1960 com a eleição de 1985. Por

---

<sup>458</sup> Ibidem. p. 36.

<sup>459</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 898, p. 38, 20 nov. 1985.

comparação, em ambos os episódios foi apontada a derrota desse grupo político mediante a ação de agentes externos, respectivamente a baioneta e o voto. Essa construção discursiva levou a duas construções de sentido importantes. A primeira delas foi o estabelecimento do grupo político como vítima em dois contextos distintos, e a segunda foi o fortalecimento do caráter democrático do partido que, no contexto dos anos 1960 fora abatido pelas forças repressivas e institucionais, e nos anos 1980 curvara-se à vontade das urnas.

Na passagem destacada não se observa nenhuma menção a uma possível responsabilidade ou erro por parte do PMDB nas eleições de 1985. O que, somado aos elementos anteriores, começava a (re)criar uma campanha de fortalecimento e recuperação da imagem do partido e de seus representantes.

O trecho destacado a seguir reforça esse posicionamento:

“Perder faz parte do jogo”, declarou o senador [Fernando Henrique Cardoso] ao verificar que nada mais havia a fazer. “Não creio que a derrota signifique um julgamento do meu governo”, procurou amenizar o governador Franco Montoro, confirmando a velha regra segundo a qual a vitória é de todos, mas a derrota é órfã. [...] Ao mesmo tempo, Jânio promoveu um estrago alarmante nas fileiras do PMDB, ao golpear de uma só vez três virtuais candidaturas do partido à Presidência. Expulsou o próprio Fernando Henrique Cardoso, o governador Franco Montoro, que desabou junto com o candidato Ulysses Guimarães, que tem em São Paulo o eixo de sua sustentação política.<sup>460</sup>

Na passagem acima é possível observar os mesmos elementos citados em relação ao destaque anterior. Nessa direção, ao reconhecimento da derrota por parte de Fernando Henrique Cardoso, seguia-se a análise de Franco Montoro, de que a vitória de Jânio não significaria um julgamento ao seu governo. Nesse sentido, a Montoro foi atribuída a máxima de que “a vitória é de todos, mas a derrota é órfã”. Dessa forma, a imagem do PMDB e dos então governantes pela legenda, saía ilesa de culpas ou responsabilidades naquele processo.

---

<sup>460</sup> Ibidem.



A única conotação negativa era a constatação da perda de prestígio que o resultado da eleição traria para políticos influentes da legenda, entre eles Cardoso. No entanto, mesmo em face deste reconhecimento, houve um caráter de valorização positiva que foi a visibilidade conferida na matéria a “três virtuais candidaturas do Partido à Presidência”. Assim, mesmo partindo de uma análise frente a uma situação negativa, operou-se em *Veja* a promoção a esses três nomes, como possíveis candidatos à Presidência. O que contribuiu para demonstrar a (re)criação, ou manutenção de um eixo de campanha na revista em benefício do PMDB e de seus representantes, com ênfase a Fernando Henrique Cardoso.

Outro ponto destacado nesta passagem foi referente à relação estabelecida entre São Paulo e o PMDB, apontando o local como o eixo de sustentação política do partido.

Essa relação foi claramente perceptível também em outros momentos. Em geral, ao referir-se a Fernando Henrique Cardoso, eram utilizadas expressões como “O senador paulista”, “senador do PMDB de São Paulo”, e equivalentes. Em relação às alas do partido o mesmo ocorreu, uma vez que a expressão “PMDB paulista” foi amplamente citada na revista. Nessa direção era nítida a influência destacada que o grupo paulista tinha no PMDB e o destaque que era conferido a este grupo em *Veja*. Note-se, nessa direção, que São Paulo era igualmente o pólo de sustentação e sede do Grupo Abril, bem como a sede Escola Paulista de Sociologia que colaborou com grande parte do seu *staff* na formação do PMDB.

Na sequência de (re)criação da campanha em torno do PMDB, com destaque para a figura de Fernando Henrique Cardoso, houve a concessão de dois espaços por parte da editora, para que Fernando Henrique pudesse prestar esclarecimento acerca de acusações feitas da parte de seu oponente ainda durante a campanha para Prefeitura de São Paulo:

O senador Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista à revista *Playboy*, reconheceu que nos anos 60 experimentara um cigarro de maconha. “Tudo isso tem muito jogo de cena. O anticomunismo e a luta contra a maconha foram estratégias eleitorais”, depõe o

deputado Gastone Righi, líder do PTB na câmara, janista histórico e um dos mais ativos participantes da campanha do seu padrinho político. “É claro que Jânio não gosta de comunistas e não quer que se fume maconha, e é natural também que se apegue a esses pontos para atrair o eleitorado conservador”, diz Righi.<sup>461</sup>

Observa-se, portanto, que novamente uma revista da mesma editora foi citada em *Veja* em relação a uma promoção de visibilidade a Fernando Henrique Cardoso. O mesmo já havia acontecido em relação a uma manchete da revista *Claudia*, e igualmente em mais uma ocorrência na seção “Entrevista” da revista *Playboy*. Isso demonstra o alinhamento entre as publicações da editora e o perfil ideológico por ela assumido. Vale destacar ainda que, na medida em que a entrevista publicada na revista *Playboy* foi citada em *Veja*, a editora estava concedendo dois espaços a Cardoso, para replicar as acusações feitas por Jânio Quadros na ocasião da campanha. Isso evidencia que a campanha em torno da imagem de Cardoso não havia sido interrompida com a derrota do candidato nas eleições para a Prefeitura de São Paulo.

Nessa direção, a acusação pessoal que Jânio fizera a Fernando Henrique em campanha, pôde ser rebatida pelo próprio, que tratou de forma absolutamente natural o tema, referindo-o como um comportamento datado, contribuindo assim para a naturalização do fato em questão.

Contudo, o argumento de maior peso a favor de Cardoso em *Veja*, veio relacionada a um deputado janista, que assumiu que esse tipo de acusação seria uma estratégia eleitoral para atrair o público conservador. Diante desse elemento, não só a acusação perdeu o impacto, como foi ressaltado o caráter conservador do oponente de Cardoso, transformando o tema em uma conotação positiva dirigida a Fernando Henrique na medida em que reforçava um dos pontos sobre os quais ele ia sendo constituído em *Veja*. Este ponto recaía sobre a conotação de moderno, progressista, que era atribuída a Fernando Henrique, em oposição ao arcaico, este último

---

<sup>461</sup> Ibidem. p. 42.

representado pelos regimes duros e pelos grupos conservadores, como o que Jânio representava.

Assim, mediante essa reformulação discursiva acerca da situação ocorrida ainda no contexto eleitoral, foi concedido a Fernando Henrique um espaço duplo – *Veja* e *Playboy* – para esclarecimento e redimensionamento do fato.

Outra temática presente na edição após o pleito foram os prognósticos – possíveis ou impossíveis de serem feitos – em relação à futura administração janista:

É impossível dizer se a administração janista será mais eficiente do que aquela que, em caso de vitória do PMDB, seria exercida por Fernando Henrique Cardoso. Quanto ao senador, jamais governou coisa alguma fora dos meios acadêmicos. Jânio Quadros, dono de uma biografia carregada de episódios fulgurantes, também deixa mais dúvidas do que certezas nesse terreno. Na prefeitura de São Paulo, ficou por um ano e nada se pode deduzir de sua administração. Como governador, montou boa equipe e deixou reputação de eficiência. Do deputado federal Jânio Quadros, eleito em 1958 pelo Paraná, o que se pode dizer é que jamais compareceu à Câmara. Sua biografia tem mais anedotas que obras.<sup>462</sup>

Em relação a este ponto, reforçaram-se pontos anteriormente destacados, como a experiência acadêmica de Fernando Henrique e o caráter pitoresco e contraditório de Jânio Quadros e sua trajetória política. Outro caráter que ganhou reforço neste trecho foi a característica de novo, diferente, moderno, que já constituía o perfil de Cardoso em *Veja*. Assim, mediante esse apelo, ele continuava representando uma alternativa ao que já era conhecido em termos de política. Uma característica que em *Veja* não aparecia como sinônimo de inexperiência, pois ao nome de Cardoso havia a referência à sua experiência intelectual, bem como a um partido que já havia se consolidado no cenário político da época.

Nessa direção, continuava sendo ressaltada a aceitação de Fernando Henrique por boa parte do eleitorado e das personalidades políticas da

---

<sup>462</sup> Ibidem. p. 45.

época: “O próprio professor Delfim Netto reconheceu que o ex-presidente Jânio Quadros jamais teria batido Fernando Henrique se precisasse reunir 51% dos eleitores para sustentar sua vassoura”.<sup>463</sup>

Assim, apesar das constatações acerca da derrota de Cardoso, o discurso veiculado em *Veja* após a eleição foi permeado por elementos de justificativa à sua derrota. Neste sentido, além dos elementos já citados, havia em mesma proporção o destaque para o tom equilibrado entre os percentuais de votos dos candidatos.

Embora tenha predominado na revista a linha de não apontar os erros de campanha do PMDB, houve igualmente a menção a elementos apontados como desfavoráveis a Fernando Henrique Cardoso:

Lançado a um batismo de fogo eleitoral, Fernando Henrique também cometeu seus pecados. [...] Ateu e sincero, Fernando Henrique **defendeu a liberdade religiosa**, mas seus adversários ganharam uma munição valiosa. [...] a **postura sincera de Fernando Henrique, associada a uma retórica liberalizante, levou-o a abrir a guarda para um adversário impiedoso** em questões como a da fé e a da maconha [...] O que se tem a considerar, conforme Gadelha, é que a imagem de **político moderno**, encarnada perfeitamente por Fernando Henrique Cardoso, não é suficiente para vencer uma eleição nem sequer numa metrópole como São Paulo.<sup>464</sup>

Nesta passagem, é possível observar o destaque a dois pontos considerados como desfavoráveis a Cardoso na campanha. No entanto, mais uma vez isso foi revertido em seu favor.

Nessa direção, foram mencionados os rumores de que Fernando Henrique teria no passado experimentado um cigarro de maconha, e igualmente a polêmica gerada pelo fato de Cardoso ter-se declarado ateu.

Entretanto, em sentido mais amplo, esses fatores não apareceram totalmente como desfavoráveis a Fernando Henrique. O sentido discursivo que predominou nesta passagem foi o de que, ao assumir a uma “postura sincera”, o candidato estaria expressando talvez um excesso de boa fé, ou

---

<sup>463</sup> Ibidem. p. 46.

<sup>464</sup> Ibidem.

mesmo certa dose de ingenuidade ao fornecer munição a seu oponente que, ao contrário do que se dizia em relação a Cardoso, salvaguarda-se mediante valores conservadores. Assim, constituía-se a dicotomia entre aquele que seria um “político moderno”, “sincero”, que se assumia como ateu, mas que “defendeu a liberdade religiosa” mediante uma “retórica liberalizante”,<sup>465</sup> e o outro, que teria as características de um político tradicional, seria “um adversário impiedoso”, e estaria apoiado em valores excessivamente conservadores.

De acordo com a passagem, abaixo, esta ideia é reforçada:

A votação obtida pelo ex-presidente Jânio Quadros sugere que se conjugaram em seu favor as forças da direita tradicional, o janismo ortodoxo e eleitores da periferia que, decididos a votar por algum tipo de mudança, acham o PT muito esquerdista para seu gosto. Jânio Quadros disparou à frente do senador Fernando Henrique Cardoso, candidato pelo PMDB, nas regiões Norte e Leste de São Paulo, as mais populosas e mais carentes.<sup>466</sup>

Na passagem acima citada, foram reforçadas as características e as menções a bases conservadoras em que Jânio teria se apoiado, sobre as quais foram destacados além dos setores conservadores, também uma camada da população caracterizada como “carente”. Este termo, da forma como foi descrito, além de apontar para um setor de recursos financeiros bastante restritos, estaria igualmente apontando para um contingente de população com menos acesso à cultura ilustrada.

Este ponto remete para a distinção conferida em *Veja*, e observada de um modo geral como ponto fundamental do perfil da Editora Abril,<sup>467</sup> dos aspectos relativos ao saber formal e erudito. Este fator, que acabou sendo constituído como um símbolo de *status* e produto mercadológico pela editora, também se configurou como um diferencial na constituição do eleitorado de Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>465</sup> Do ponto de vista coloquial, o termo “liberal”, e suas derivações, eram frequentemente utilizados na época, também como o antônimo de conservador.

<sup>466</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 899, p. 54, 27 nov. 1985.

<sup>467</sup> Conforme apontado no capítulo 1 deste trabalho.

Assim, além do sujeito representativo e de sua dimensão política, também passava a ser constituída em *Veja* a identidade de um grupo identificado com Cardoso e com características de elite – sobretudo do ponto de vista intelectual – entre os leitores de *Veja*.

O ponto de vista relativo à opção religiosa de Fernando Henrique foi novamente explorado em relação à vitória da candidata petista em Fortaleza nas eleições do mesmo ano:

Acerca da vitória da candidata petista Maria Luiza Fontenelle em Fortaleza.

Ao contrário do candidato derrotado do PMDB em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, que deve ter perdido muitos votos por não acreditar em Deus, Maria Luiza assegura em todas as oportunidades que é católica e não perde missa aos domingos.<sup>468</sup>

Nessa direção, voltou a ser ressaltado que a exteriorização da opção religiosa de Cardoso poderia ter sido um erro de campanha, uma vez que uma candidata assumidamente católica praticante teria angariado a maioria dos votos.

O ano de 1985 foi ímpar, dentro do conjunto das edições relativas à década de 1980. Nele, as ocorrências relacionadas a Fernando Henrique Cardoso atingiram o recorde da década. Foi também neste ano que se pôde perceber com maior clareza o caráter partidário<sup>469</sup> manifestado na revista.

#### 5.4.6 O ANO DE 1986

Embora no ano anterior, os assuntos polêmicos envolvendo Fernando Henrique Cardoso tenham sido exaustivamente referidos após o pleito eleitoral, em se tratando de uma sociedade onde os valores tradicionais

---

<sup>468</sup> Ibidem. p. 48.

<sup>469</sup> Conforme o termo vem sendo referido ao longo deste trabalho.

poderiam ser decisivos nas urnas, como o Brasil, o assunto ganhou continuidade.

Todavia, o ano de 1986 iniciou com bom humor no tratamento desta polêmica. Nessa direção, observa-se a entrevista concedida a *Veja*, e publicada nas “páginas amarelas”, com os humoristas de *O Planeta Diário*, Cláudio, Hubert e Reinaldo. A entrevista recebeu o título de “O país está enferrujado”,<sup>470</sup> e foi apresentada da seguinte forma: “Para sacudir o marasmo brasileiro, os humoristas de *O Planeta Diário* fazem piadas com políticos, artistas e jogadores”. Observe alguns trechos da entrevista:

VEJA – Vocês acham que surgiu alguma nova liderança política?

REINALDO – A gente andou discutindo o caso Fernando Henrique Cardoso, um candidato em estado interessante. Não acho que ele tenha morrido politicamente porque perdeu a prefeitura de São Paulo. Ele é vanguarda, diferente, faz a política de contar as coisas – que não acredita em Deus ou que já fumou maconha, por exemplo. Não é mais o modelo político interiorano, do coronel.

VEJA – Vocês têm religião?

REINALDO – Sou ateu, da mesma religião do Fernando Henrique.

HUBERT – Sou ateu e espero não perder a eleição por causa disso.

CLAUDIO – Sou ateu e não acredito em Fernando Henrique.<sup>471</sup>

Através da referida entrevista, foram novamente mencionadas as polêmicas que haviam envolvido no ano anterior o nome de Fernando Henrique Cardoso. Desta vez o tom foi de sarcasmo, o que ajudou a minimizar a questão.

---

<sup>470</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 906, p. 3, 15 jan. 1986.

<sup>471</sup> *Ibidem*.

Apesar do tom bem humorado, leve e descontraído contido na fala dos entrevistados, foram produzidas construções de sentido muito semelhantes ao que já havia sido dito na revista sobre a questão.

Um desses pontos era a possível relação estabelecida entre ser ateu e perder a eleição, observada na resposta de Hubert. No entanto, a formação de sentido mais relevante estava na descrição de Cardoso de acordo com Reinaldo, que o apontou como “vanguarda”, “diferente”, e que “faz a política de contar as coisas”. Ou seja, “sincero”, como já referido anteriormente na revista. Ainda nesta fala, pôde-se observar a menção ao “coronel” ou “político interiorano” que, construído por oposição, seria o tipo antagônico ao estilo de Fernando Henrique. Novamente percebe-se na revista a representação de Cardoso como um político diferenciado em relação aos demais por ser identificado com uma postura de vanguarda.

No entanto, passado o calor do processo eleitoral de 1985 e de suas consequências públicas para Fernando Henrique Cardoso, os movimentos e tramitações dentro na esfera política e administrativa voltaram a ocupar as páginas de *Veja*:

Quanto aos ausentes, Fernando Henrique e Pimenta da Veiga, eles pretenderam dar um recado ao governo em nome do seu partido, o PMDB, em cujas hostes reina insatisfação com a reforma ministerial operada pelo presidente, na qual o PFL saiu com as pastas de maior peso político.<sup>472</sup>

No trecho destacado, é referida a ausência de Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga na primeira reunião do gabinete Sarney e da iminência de rompimento do PMDB com o governo Sarney devido à distribuição dos ministérios e cargos. Começam a aparecer nesse momento, os principais desconfortos do PMDB com o Presidente, nos quais Cardoso figurava na revista como uma liderança destacada. Reiniciava-se, assim, um novo ciclo de visibilidade ao sujeito representativo de *Veja*.

---

<sup>472</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 912, p. 21, 26 fev. 1986.



Neste novo ciclo de promoção à figura de Cardoso, alguns elementos tenderam a se repetir nas construções de sentido formuladas em *Veja*. Contudo, após o pleito de 1985 houve na revista um perceptível aumento de capacidade de influência atribuído a Cardoso. Isto pôde ser observado em relação, por exemplo, ao caso citado anteriormente, onde Fernando Henrique aparecia como liderança discordante do PMDB e estaria enviando um recado ao presidente através do boicote. O mesmo pode-se perceber em relação ao exemplo a seguir:

VEJA – O senhor se sentiu ofendido pelo senador Fernando Henrique Cardoso por não tê-lo incluído, na entrevista que concedeu esta semana ao Jornal do Brasil, no rol dos ministros progressistas?

PAZZIANOTTO – Ora, o senador é meu amigo. Nem sei se ele me incluiu ou não entre os progressistas.<sup>473</sup>

Neste caso, na entrevista com Almir Pazzianotto a *Veja*, então ministro do Trabalho, o nome de Fernando Henrique apareceu no meio de uma conversa onde era reforçada a importância da sua opinião acerca do ministro. Neste caso, Fernando Henrique figurava como um analista influente, cuja opinião aparecia como sendo de ampla relevância.

A partir desse momento é possível perceber uma mudança no tom, muitas vezes apelativo, na constituição de Cardoso em *Veja*, como ocorreu no ano anterior. Nesse sentido, Fernando Henrique voltou a figurar como um intelectual de destaque, e principalmente como uma liderança política:

Nessa hora em que a unidade dos palanques abre espaço para a vida amarga dos bastidores, do alto de seus votos, Quércia examina a planície. Nela vê, por exemplo, o senador Fernando Henrique Cardoso, que flertou com Antonio Ermírio no início da campanha e reelegera-se folgadoamente – mas com 1 milhão de votos a menos que Mário Covas, consagrado como **o campeão eleitoral do país** com 8 milhões de votos. Para Quércia, que tem no senador Cardoso um rival político, o melhor resultado de Covas tem o sabor de um refresco. Quércia e Fernando Henrique têm um pacto de inimigos. Pode-se apostar que a possibilidade de o novo governador vir a servir como amparo a novos voos do senador na política nacional é idêntica

---

<sup>473</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 913, p. 8, 5 mar. 1986.

às chances de Quércia formular a base teórica dos próximos artigos de sociologia do professor Fernando Henrique.<sup>474</sup>

Esta passagem é modelar da mudança de tom ocorrida na constituição de Fernando Henrique em *Veja*. Nela há uma referência secundária a ele como intelectual, juntamente com o destaque para a sua atuação política.

A descrição de Cardoso como “o campeão eleitoral do país” consolida a imagem de um político maduro. Isso demonstra a constituição no âmbito popular de um político que nunca havia ocupado um cargo público devido à maioria nas urnas, já que em seu mandato anterior no Senado ele havia assumido por suplência. Dessa forma, passava a ser enfatizada a sua atuação política, a sua posição mediante determinados fatos e personalidades, suas análises, etc.

Na matéria intitulada como “O gigante atordoado”,<sup>475</sup> que teve por tema principal a redefinição, por parte do PMDB, de sua própria identidade frente à sua relação com o novo governo, este ponto passou a figurar com maior nitidez:

Sua raiz é diferente: fosse em 1966, quando foi fundado por um grupo de 83 parlamentares, ou em 1982, quando recebeu 19 milhões de votos, o PMDB é uma legenda que cresceu longe do governo e sem a ajuda do dinheiro público, foi **perseguido por casuísmos e dizimado por cassações sempre que crescia um pouco mais na conta do regime anterior – e daí, dessa condição de sigla oprimida, vem sua força.**

“Dos grandes partidos brasileiros”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso, “o PMDB é o único que não tem sua origem na máquina do Estado, mas na própria sociedade civil”. [...] pela sua história o PMDB é uma sigla que só tem equivalentes no PT – pois cresceu à margem da proteção oficial. Agora o partido enfrenta sua prova de fogo, que é a de assumir o conforto e a responsabilidade de ser governo e, ao mesmo tempo, manter seus compromissos com o eleitorado que transformou numa fortaleza de votos.<sup>476</sup>

---

<sup>474</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 951, p. 71, 26 nov. 1986.

<sup>475</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 952, p. 44, 3 dez. 1986.

<sup>476</sup> *Ibidem.* p. 47.

Nesta matéria, há vários elementos relevantes a serem destacados. O primeiro deles é a constituição do PMDB na revista como um partido perseguido, oprimido e independente da estrutura estatal, o que reforçava os elementos que constituíram anteriormente a imagem de Fernando Henrique como intelectual e político de oposição.

Nesse sentido, pode-se observar novamente o estabelecimento de uma comparação com o Partido dos Trabalhadores, onde foi ressaltado o caráter de oposição e suposta independência do PMDB em relação à máquina estatal. A meu ver, isto funcionou como uma forma de continuar mantendo o caráter de oposição do partido às vistas do público, mesmo quando este passava a fazer parte do governo. Nessa direção, Fernando Henrique passou a figurar na revista como uma liderança na defesa da manutenção dos princípios originais do partido, já indicando o gérmen de uma nova tendência. Assim, de forma concomitante, passou a ganhar espaço na revista como um analista posicionado em relação a questões referentes tanto ao governo quanto à política interna do próprio partido.

#### 5.4.7 O ANO DE 1987

No referente à participação de Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, 1987 foi um ano de elevada projeção na década, só perdendo em quantidade de ocorrências para 1985.

Nesse ano, foi consolidado na revista também o perfil de analista de Cardoso. Nessa direção, a sua opinião e análises figuravam com elevada ênfase, onde a ampla maioria dos temas era pertencente à esfera política.

Embora esse tipo de construção discursiva já tivesse sido utilizado na revista, foi a partir de 1987 que ela se tornou mais sistemática e eloquente.

Esta mudança não anulou o caráter de campanha realizado em torno de Fernando Henrique Cardoso, apenas mudou os critérios utilizados nessa direção. A partir desse momento, com a credibilidade que já havia sido constituída em torno de Cardoso, as suas próprias análises, ou pequenas menções às suas ações, já eram suficientes para conferir-lhe destaque e força política.

Assim, a partir do momento em que a imagem de Cardoso se solidificava, suas opiniões e análises em *Veja* serviam para aumentar o seu prestígio político e, igualmente, referendar o posicionamento político-ideológico que era comum àquele representado em *Veja*.

No trecho a seguir, aponto uma passagem da revista em que foi destacada a opinião de Cardoso acerca dos rumores de uma possível tentativa de implantação do Parlamentarismo no Brasil como manobra do governo Sarney:

Caso esse regime venha a funcionar, será necessária a escolha de um primeiro-ministro. É aí que se pode encontrar o coração da manobra. “Eu tenho medo de que, para tirar a vaca do brejo, inventem um parlamentarismo, pois isso será o prelúdio de uma intervenção militar”, aterroriza-se o senador Fernando Henrique Cardoso.<sup>477</sup>

Na mesma matéria, em legenda de foto com o carro blindado (Urutu) usado pelo Exército para desmobilizar greves, observa-se: “Fernando Henrique teme a chegada dos militares, e Golbery prevê a chegada do primeiro-ministro Urutu”.<sup>478</sup>

Este é o exemplo de uma das formas como a valorização da opinião de Cardoso adquiriu em *Veja* um sentido político-ideológico forte e efetivo. A exemplo do caso citado, ao referir-se ao boato de uma situação hipotética, foi

---

<sup>477</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 971, p. 23, 15 abr. 1987.

<sup>478</sup> *Ibidem*.

criado o sentido de que uma possível reintervenção militar poderia estar prestes a acontecer.

Na mesma matéria, Fernando Henrique foi citado como um dos deputados de oposição derrotados na eleição pelo posto de relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, mas também como um dos apoiadores da reforma ministerial:

Ao longo da semana, o nome de Biasi circulava numa lista que o indicava para o ministério e carregava assinaturas como a do líder do PMDB, Mário Covas, e até a do senador Fernando Henrique Cardoso, adversário do padrinho de Biasi, o governador Quéricia.<sup>479</sup>

Assim, Cardoso figurava como um dos principais e mais influentes nomes do partido de maior expressão no país naquele momento.

Nessa direção, ao longo do ano de 1987, foi-se intensificando o seu posicionamento em torno das discussões referentes à postura do partido em relação ao governo de José Sarney. Através de construções discursivas como “O governo descarrilha”,<sup>480</sup> ou “A prova de fraude na concorrência da Ferrovia Norte-Sul enfraquece Sarney e desarticula o sonho do assalto ao PMDB”,<sup>481</sup> era frequentemente concedido um espaço para análise e comentários de Cardoso: “ ‘Nosso partido não é a Arena’, disse o senador Fernando Henrique Cardoso, líder da legenda. ‘Temos um compromisso com a moralidade. Entre o governo e a sociedade, o PMDB fica com a população’ ”.<sup>482</sup>

Assim, na medida em que o governo de José Sarney apresentava sinais de desgaste em relação à sua imagem diante da população, iniciava-se dentro do partido um movimento pela retomada dos valores germinais da legenda. Na revista, isto serviu como um novo elemento para a constituição de seu sujeito representativo que, à medida que se afastava da estrutura

---

<sup>479</sup> Ibidem. p. 25.

<sup>480</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 976, p. 20, 20 maio. 1987.

<sup>481</sup> Ibidem.

<sup>482</sup> Ibidem. p. 22.

estatal com resquícios da política pós-1964, mais representava os valores defendidos na revista.

Nessa direção, as dissonâncias entre Fernando Henrique e o grupo governista eram ponto enfatizado na revista, como presente no exemplo da reação do líder do PMDB ao discurso em que o presidente anunciava ficar no Planalto até 1990. Observe na matéria o trecho intitulado “Estado Novo”:<sup>483</sup>

“Foi um discurso farisaico”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. “Ele inventou essa história de que não poderia governar sem que o Congresso definisse seu mandato”.

Na sexta-feira passada, ao longo de um almoço com o senador Fernando Henrique Cardoso, no restaurante Forte Apache, em Brasília, o ministro do Exército explicou por que também é favorável aos cinco anos. [...] O senador paulista, que chegou a defender o mandato de quatro anos, já admite a possibilidade de deixar por cinco.

Mediante a expressão “Estado Novo”, confirma-se a orientação ideológica conferida ao tema na revista. A esta expressão seguiu-se a crítica de Cardoso, mostrando seu descontentamento, atribuindo ao discurso uma característica arcaica, estabelecendo-se assim, novamente no plano discursivo a oposição entre arcaico *versus* moderno. Na sequência, observa-se um retorno à referência aos encontros informais protagonizados por Cardoso, como este que foi descrito com o então ministro do Exército. Entretanto, neste caso, o seu poder de autoridade e influência não estava vindo somente do trânsito dos bastidores, fator que já havia sido mencionado anteriormente. Nesse momento já se constituía em *Veja* a figura de Fernando Henrique como alguém capaz de admitir a possibilidade de “deixar” o mandato de José Sarney em cinco anos.

Na revista, este fato apareceu como o marco que consolidou uma ofensiva do PMDB – entenda-se o grupo representado por Cardoso – contra o governo.

---

<sup>483</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 977, p. 29, 27 maio. 1987.

A partir desse momento, a estrutura interna do PMDB e seus impasses passaram a fazer parte dos temas da revista de maneira sistemática. Assim, a crise do PMDB passou a configurar mais um elemento sobre o qual a figura de Cardoso foi constituída na revista. A direção dada ao tema pode ser sintetizada na frase atribuída a Fernando Henrique Cardoso: “Hoje, ninguém pode prever para onde vai o partido”.<sup>484</sup>

Contudo, essa constatação em relação ao momento de crise vivido no PMDB não ficou restrita na revista ao plano interno da legenda. Em *Veja*, também foram destacadas algumas repercussões que a crise interna do partido estaria trazendo em nível mais amplo.

Exemplo disso foram as referências aos impasses político-partidários da Constituinte, como no exemplo acerca do embate entre o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, apresentado como “um conservador do PMDB” e o senador Fernando Henrique Cardoso, descrito como um “sociólogo brilhante” em torno do tema da reforma agrária para a nova Constituição:

“Você é um sociólogo brilhante, mas não entende nada de vaca”, desafiou no ponto mais acalorado da discussão o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, um conservador do PMDB, dirigindo-se ao senador Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido e um dos auxiliares de Bernardo Cabral na redação do anteprojeto da Constituição. Depois desse encontro, o senador ficou convencido de que seria preciso ampliar as zonas de acordo entre as facções em luta na Constituinte para se chegar a algum lugar.

Na sexta passada, Fernando Henrique já se entendera com lideranças do PFL e de outros partidos para que o anteprojeto da Constituição saltasse um degrau na escala que sobe desde janeiro. [...] “Achamos que devemos nos poupar das batalhas agora, já que o anteprojeto será mesmo muito alterado na fase seguinte”, dizia na sexta-feira Fernando Henrique.<sup>485</sup>

Neste ponto aparece na revista novamente a oposição entre o arcaico e o moderno, representado pela conduta de Fernando Henrique Cardoso. Além

---

<sup>484</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 984, p. 22, 15 jul. 1987.

<sup>485</sup> *Ibidem*. p. 18.

disso, outras características como o seu poder de liderança e articulação política – que foram pontos fundamentais de sua constituição em *Veja* – também foram retomados na passagem acima. Isto demonstra que, mesmo que ao longo da década o tom do discurso, e os eixos temáticos das matérias referentes a Cardoso tenham sofrido modificações, os elementos de valorização e constituição permaneciam assentados nas mesmas bases.

Todas essas características serviram para constituir Fernando Henrique Cardoso como um sujeito de elevada relevância naquele contexto. Assim, mediante a credibilidade constituída em torno dele, as suas opiniões, análises e posições serviam para expressar e consolidar na revista um posicionamento político-ideológico bastante claro em alguns momentos, como ocorreu em relação ao Plano Bresser.

Nesse contexto, eram noticiados com frequência os desentendimentos ocorridos nas instâncias governamentais e também internamente no PMDB:

“O senhor [Bresser] pode ser até o melhor homem para o momento, mas não é o melhor nome para o PMDB”, disse-lhe o deputado pernambucano Oswaldo Lima Filho, numa reunião na casa do senador paulista Fernando Henrique Cardoso – que jogava a favor do ministro [Bresser].<sup>486</sup>

Na passagem acima, observa-se mais uma vez o destaque conferido a Fernando Henrique, como anfitrião de um encontro privado, fazendo referência a seu posicionamento em relação ao tema. Este último aspecto é de fundamental importância, pois através dele constituiu-se um teor ideológico bastante forte.

Nessa direção, Fernando Henrique foi apontado como tendo estado favorável ao ministro. Assim foi expressa a sua posição em relação aos elementos do plano, que foi basicamente elaborado a fim de conter o avanço do déficit público que vinha sendo acumulado desde os primeiros anos do governo Sarney.

---

<sup>486</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 985, p. 92, 22 jul. 1987.



No entanto, o ponto de destaque ao plano na revista era a ênfase ao setor privado: “As projeções consideram que o setor privado, gradualmente, retomará o comando do processo de crescimento da economia, permanecendo estável o investimento público, incluindo Estados e municípios”.<sup>487</sup>

Dessa forma, ao defender essa configuração entre o público e o privado, Cardoso demonstrava o alinhamento com os interesses dos setores liberais, entre eles *Veja*. Isto expressa perfeitamente o seu caráter de sujeito representativo da ideologia liberal presente em *Veja*, ao mesmo tempo em que a forma como este sujeito vinha sendo constituído na revista, aumentava o respaldo em torno dessa orientação ideológica. O que em um contexto democrático era fundamental, pois os representantes das diversas orientações ideológicas presentes no cenário brasileiro da época, a partir daquele momento somente chegariam ao poder através do voto popular. Nessa direção, era necessário construir o consenso em torno do projeto, mediante o respaldo em seus sujeitos representativos também no nível político.

Nessa direção, mesmo que em pontos cruciais e em relação a momentos decisórios importantes, as opiniões e análises de Fernando Henrique sempre tivessem espaço em *Veja*. Nessa direção, os elementos de promoção e consolidação de sua imagem continuaram sendo mantidos de maneira constante na revista:

Em simulação gráfica do que seria o “mapa astral do PMDB”, o então senador Fernando Henrique Cardoso é apresentado como o planeta Vênus que, segundo o texto descritivo que vinha a seguir a essa associação: “brilha tanto que chega a parecer uma estrela. É o primeiro astro a surgir no firmamento, mas ao cair da tarde também é o primeiro a desaparecer”.<sup>488</sup>

Como já se pôde observar até aqui, o “brilhantismo” foi uma característica frequentemente atribuída a Fernando Henrique em *Veja*, tanto

---

<sup>487</sup> Ibidem.

<sup>488</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 986, p. 23, 29 jul. 1987.

em relação às suas características de sociólogo, quanto às de político. No entanto, este tipo de construção discursiva chegou ao extremo dessa característica, ao ponto de produzir o sentido de uma super admiração em torno de Cardoso.

As referências ao seu caráter precursor também constituíram uma forma estética diferenciada de atribuir ao seu sujeito representativo as características de um líder, de um vanguardista, o que naquele contexto específico de crise no PMDB, poderia representar também um dissidente capaz de encabeçar uma nova vanguarda política no país.

Entretanto, as valorizações positivas em torno de Cardoso, nem sempre partiam de um ponto com esta mesma, como foi o caso da veiculação da denúncia de que a Eletropaulo teria desviado dinheiro para a campanha de Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, por mais que o caso tenha sido referido, consta na revista que, segundo o relatório concluído pela Comissão Permanente de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, a conclusão seria de que: “Não há provas, e sim um tumulto de acusações”, afirma o deputado Inocêncio Erbella do PFL, relator do documento”.<sup>489</sup>

Em espaço concedido a Fernando Henrique para suas manifestações a respeito do caso, a resposta foi a mesma que ele já havia dado em outras situações: “tudo não passa de exploração política”.<sup>490</sup>

Assim, além de aparecer como sendo inocentado no caso, Cardoso apareceu novamente na revista como vítima de exploração política. A visibilidade deste caso em *Veja* não corresponde a um elemento negativo ou de desaprovação em relação a Cardoso na revista. Pelo contrário, ao partir de um fato negativo em relação a Fernando Henrique e atribuir-lhe uma conotação favorável, estaria anulando outras possíveis formas de visibilidade que o fato pudesse estar adquirindo em outros espaços sociais e/ou de mídia.

---

<sup>489</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 987, p. 40, 5 ago. 1987.

<sup>490</sup> *Ibidem.* p. 41.

Mesmo que sempre intercaladas por ocorrências relativas à manutenção do respaldo de Fernando Henrique, no ano de 1987 as ocorrências relativas aos posicionamentos políticos de Cardoso, estiveram constantemente presentes na revista:

Na quinta-feira, esta cena se repetiu, desta vez em uma almoço, na casa do próprio Ulysses. Como conviva estava também a cúpula do partido, formada pelos três senadores paulistas, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Severo Gomes, e o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique. Como antepasto, regado a água e suco de laranja, Bresser recebeu do anfitrião a primeira advertência. “O FMI para nós é um espantalho”, alertou Ulysses. O senador Severo Gomes não deixou por menos. “O partido tem uma posição antiga e histórica de repúdio ao Fundo”, disparou o senador. “Não vejo razão para mudarmos de opinião agora”. Acompanhado do ex-deputado Airtton Soares, seu assessor para assuntos parlamentares, o ministro da Fazenda ainda procurou argumentar que pretende com o Fundo, uma vez feita a negociação prévia com os bancos credores, poderia ser concluído com vantagens e sem as condicionalidades habitualmente impostas pela organização. Bresser, porém, não convenceu seus interlocutores. “O primeiro passo tudo bem”, disse o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, referindo-se à negociação com a banca sem a intermediação do FMI. “O segundo pode ser um tropeço”.<sup>491</sup>

Esta passagem foi retirada da matéria em que era abordado o veto do PMDB à proposta do ministro Bresser em realizar um novo acordo com o FMI. Neste caso, a opinião de Fernando Henrique foi referida parcialmente contrária a esta proposta do ministro. No entanto, a postura de Cardoso, conforme expressa na revista, diferenciava-se daquela proferida pelos demais membros do PMDB. Na medida em que para o restante do grupo, dizer não ao FMI aparecia sob o ponto de vista ideológico, apaixonado, e ligado aos princípios fundamentais do partido, a opinião de Cardoso apareceu em um tom mais moderado e racional, típico do pragmatismo liberal preconizado por Victor Civita nos editoriais de *Veja*.

Outra questão interessante que apareceu na revista foi a referência ao tom informal que predominaria nas reuniões do PMDB. Nessa direção a revista apontava como um novo hábito do partido “discutir seus temas mais

---

<sup>491</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 987, p. 108, 5 ago. 1987.

indigestos durante as refeições”.<sup>492</sup> O que consistia em um elemento que predisponha a política de bastidores tão amplamente referenciada em *Veja*.

Na sequência, destaco uma carta que teria sido enviada pelo próprio Fernando Henrique à seção “Cartas” da revista, onde foi intitulada “Decadência do PMDB”:<sup>493</sup>

Com referência à reportagem “O pedestal quebrado” (VEJA n 989), que atribui a mim a afirmação sobre Ulysses Guimarães, quero esclarecer que as declarações foram feitas para defender a atuação desse extraordinário homem público. Repeli insinuações sobre seu “fisiologismo” e expliquei que sua eventual participação na distribuição de cargos é fruto do sistema atual, que o leva a imiscuir-se na escolha de pessoas para cargos administrativos para preservar interesses partidários. Fernando Henrique Cardoso. Senador, Brasília, DF.

Este ponto remete a duas observações interessantes. A primeira delas é a que sugere o alto grau de repercussão de *Veja*. Isso é sugerido na medida em que Cardoso escreve uma carta para explicar algo que poderia não ter sido colocado adequadamente em relação à sua opinião sobre Ulysses Guimarães. Não fosse a revista um órgão de ampla repercussão, não haveria necessidade de explicações posteriores.

Outro ponto que aqui emerge de forma simbólica é a expressão que foi utilizada na revista para referir o tema da carta enviada por Fernando Henrique. Não era a primeira vez que vinha sendo sugerida a “decadência do PMDB”, afinal, este tema já vinha sendo explorado desde meados de 1986, mas foi a partir desse momento que se observou a aquisição de sua consistência na revista.

Dessa forma, o PMDB passava a figurar em *Veja* como um partido em desagregação, ao mesmo tempo em que Fernando Henrique aparecia cada vez mais intensamente como uma liderança de vanguarda.

---

<sup>492</sup> Ibidem.

<sup>493</sup> *Veja* – Cartas, São Paulo, n. 990, p. 11, 26 ago. 1987.

Este posicionamento apareceu igualmente no momento em que na Constituinte ocorreram os incansáveis debates em torno dos pontos de atrito entre os interesses de civis e militares em relação a pontos específicos da nova Carta. Neste caso, a discussão girava em torno do que ambos os grupos propunham acerca dos gastos públicos, e do papel constitucional das Forças Armadas mediante a nova Constituição:

No PFL, em grau variado, sentia-se satisfação. No PMDB, estaremcento. Quando Leônidas terminou, saindo do combinado, o líder do PFL, José Lourenço, solidarizou-se com o ministro. **“Eu não posso aceitar isso”.** Disse Fernando Henrique ao deputado, voltando-se em seguida para Sarney, que, com as mãos na altura do peito, fazia um gesto semelhante ao dos juizes de futebol quando encerram a partida. [...] “Qual é a nossa função senador? Ficamos sem função”, atacou Leônidas, referindo-se especificamente ao problema da destinação constitucional das Forças Armadas. “A expressão é do projeto do senador Afonso Arinos”, rebateu Fernando Henrique. “Ademais, não há pressão de esquerda ministro”. Sarney, que via de longe a conversa, **chamou o senador ao seu gabinete e explicou:** “Eu tinha que acabar com a reunião”. [...] No entanto, na sexta-feira, o general Leônidas e todos os ministros militares sentaram-se à mesa do velho senador Arinos com os deputados Sandra Cavalcanti, Bonifácio de Andrada (PDS- MG), Luiz Henrique (PMDB-SC) e o Senador Fernando Henrique Cardoso para dividir um prato de camarões seguido de filé com elogiado suflê de batatas e conversas sobre a Constituição. “O texto é meu”, disse Arinos a Leônidas, misturando, com a habilidade de anfitrião, o desassombro do líder da UDN nos anos 50. A essa altura, **o senador Fernando Henrique Cardoso pôs o pé na ferida:** “O que os senhores querem é entrar em cena em caso de desordem, mas a questão não é essa. Quem é que manda entrar? Esta é a questão a ser democraticamente tratada. **Temos que chegar a um entendimento**”, aconselhou. “Ih, senador. Não vai dar”, respondeu o ministro. “Vai dar sim”, acalmou Cardoso.<sup>494</sup>

As passagens destacadas são parte de uma extensa matéria onde os interesses civis e militares eram debatidos na Constituinte. Nesse momento, apesar do já constituído caráter conciliador de Fernando Henrique estar consolidado em *Veja*, o então Senador passava a ser referido mediante posições mais enérgicas. Foi sob esse ângulo que, neste período, a liderança e forte influência de Cardoso sobre seus pares foi predominantemente constituída na revista.

---

<sup>494</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 991, p. 29, 2 set. 1987.

Nessa direção, as posturas de Fernando Henrique apareciam de forma mais firme, mas sem referência a nenhum elemento que indicasse o que na revista era criticado como radicalismo. Esta ausência de radicalismo era representada pelo caráter democrático de conotação liberal que sempre esteve ligado à imagem de Cardoso, bem como a sua participação em debates, jantares, almoços e demais reuniões privadas, com líderes de diferentes tendências político-partidárias.

No entanto, nesse momento, o Fernando Henrique Cardoso conciliador e diplomático cedia lugar ao político enfaticamente posicionado. E assim passava a ser reforçado o seu poder de liderança na revista, também sob esse aspecto. As expressões em negrito destacam este ponto. Analisando-as percebe-se que o então senador já falava nesse momento como uma autoridade constituída que, mesmo primando pelo entendimento, não amenizava suas críticas e era capaz de se dar ao direito de aceitar ou não determinados posicionamentos antagônicos. A referência ao presidente ter lhe chamado ao seu gabinete para dar explicações de um de seus atos, também agiu no discurso como um indício da autoridade constituída sobre Fernando Henrique em *Veja*.

Assim, as características de estadista que já vinham qualificando Cardoso na revista nesse final de década, passaram a ser acrescidas de um tom bem mais ativo, e claramente posicionado.

Dessa forma, cada vez mais eram referidas na revista, cenas de tomada de posição de Fernando Henrique Cardoso. Um exemplo disso foi a nota sobre a caravana improvisada pelo então ministro Paulo Brossard pela região do Araguaia, onde se concentravam os mais violentos conflitos de terra do país, em que o ministro foi boicotado por autoridades, entre elas Fernando Henrique Cardoso:

O ministro gostaria, em seu plano original, de carregar o senador Fernando Henrique Cardoso consigo. Como isso não foi possível,

chegou a convidar o gaúcho José Fogaça, do PMDB, para substituí-lo – e ouviu outra recusa como resposta.<sup>495</sup>

Assim ia-se delineando cada vez mais claramente na revista uma postura de prestígio, e ao mesmo tempo de afastamento do governo por parte de Cardoso.

Em entrevista à revista *Veja* neste mesmo ano, Fernando Henrique foi enfocado de forma bastante distinta em relação à sua primeira entrevista de 1983. Nessa direção, o tom brando e conciliador, cedeu espaço para o político enfático e de posições bem marcadas. Sob o título “O PMDB se afastou da rua”,<sup>496</sup> nesta entrevista, suas posições foram mostradas como sendo de oposição ao governo Sarney e ao próprio PMDB. As posturas mais marcadas de Cardoso foram resumidas da seguinte maneira: “o líder da maioria no Senado defende diretas no ano que vem, critica o presidente Sarney e diz que os civis são mais golpistas que os militares”.<sup>497</sup>

No entanto, apesar do tom enfático e altivo, mediante o qual Fernando Henrique Cardoso passou a ser referido na revista, as suas características moderadas continuaram aparecendo, como no episódio em relação à negociação sobre possível ida o FMI. Embora inicialmente Cardoso tenha se manifestado contrário a recorrer o Fundo, no trecho destacado abaixo manifestou certa flexibilidade em relação a uma possibilidade de entendimento sobre o tema:

A novidade, revelada pelo presidente do BC, Fernando Milliet de Oliveira, na quarta-feira, durante exposição à Comissão de Dívida Externa do Senado, começou a afastar, ali, o PMDB do esquema de negociação armado por Bresser e executado por Bracher. O líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não gostou do que ouviu e foi queixar-se a Bresser. “Sempre nos disseram que o dinheiro ficaria retido até a conclusão do acordo”, censurou o

---

<sup>495</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 992, p. 32, 9 set. 1987.

<sup>496</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 992, p. 5, 9 set. 1987.

<sup>497</sup> Para uma análise mais detalhada desta entrevista, vide capítulo 3.

senador. “Mas se quisermos negociar temos de fazer também alguma concessão”, argumentou o ministro da Fazenda”.<sup>498</sup>

Assim, como integrante da Comissão de Dívida Externa, teria se mantido aberto ao diálogo, sem deixar, entretanto, de manifestar a sua posição. Além disso, em *Veja*, apesar da introdução do tom enfático em referência a Cardoso, não se perderam de vista os elementos que desde 1979 vinham contribuindo para a construção de seu respaldo na revista:

Na confusão estabelecida pela **falta de liderança**, a ala direita do Centrão, liderada pelos deputados José Lourenço, do PFL baiano, Amaral Netto, do PDS do Rio de Janeiro, e Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista, insistia em votar as alterações no regimento, apesar da tendência dos seus **companheiros mais moderados, que se dispunham à negociação**. Convencido a mudar de opinião a duras penas, **depois de um discurso do senador paulista Fernando Henrique Cardoso reconhecendo a derrota de seu grupo e apelando ao entendimento**. [...] Na quinta-feira, finalmente, depois de um processo conturbado de negociação, que chegou a incluir uma visita de Fernando Henrique Cardoso à casa do deputado Ricardo Fiúza, do PFL pernambucano, e telefonemas de Ulysses a governadores como Moreira Franco, do Rio de Janeiro, acertou-se o adiamento da votação para quarta-feira desta semana.<sup>499</sup>

Nesta passagem, foi retomado o tom conciliador, articulador, mobilizador, de liderança e o trânsito nos bastidores, elementos através dos quais Fernando Henrique Cardoso vinha sendo constituído discursivamente em *Veja*. No entanto, mais do que uma simples referência, o sentido produzido em torno desses elementos foi o de serem eles decisórios em uma situação política específica, como no trecho acima.

Outra característica que também se manteve sempre presente foi a de aparecer normalmente na revista uma opinião atribuída a Fernando Henrique Cardoso, em se tratando de fatos importantes da área política e administrativa: “ ‘O Sarney não vai derrubá-lo, mas ele pode tomar a

---

<sup>498</sup> *Veja* – Economia e Negócios, n. 1001, p. 117, 11 nov. 1987.

<sup>499</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1004, p. 37, 2 dez. 1987.



iniciativa de sair’, diz o líder do partido [PMDB] no Senado e íntimo amigo do ministro, Fernando Henrique Cardoso”.<sup>500</sup>

Esta se tratava da opinião atribuída a Cardoso em relação à possível saída do ministro Bresser. Além de uma opinião, este parecer de Cardoso constituiu igualmente uma espécie de sugestão pública ao então ministro.

#### 5.4.8 O ANO DE 1988

Outro elemento que continuou aparecendo, mesmo com frequência absolutamente menor que no ano de 1987, foi relativo à visibilidade de Fernando Henrique Cardoso em relação a outros espaços que não fossem os da política ou da academia:

A atuação política do Titãs, até hoje, reduz-se a uma apresentação num comício para a campanha do senador Fernando Henrique Cardoso à prefeitura de São Paulo, em 1985. Sua participação parece mais ligada ao fato de um dos integrantes, Sérgio Britto, ser filho do vice-governador paulista, Almino Affonso, do que a um desejo efetivo de apoiar o candidato do PMDB.<sup>501</sup>

Esta nota na revista não remete diretamente a um apoio político a Cardoso, mas confere visibilidade a seu nome em relação a outra esfera que não a da política. Mediante os elementos especificamente descritos no trecho em destaque, reitera-se a construção de sentido de Fernando Henrique como um político que também sabia conferir ares de modernidade ao exercício da política. E, mesmo que não estivesse configurado explicitamente um apoio político a Cardoso, sugeria-se no texto o estabelecimento de uma

---

<sup>500</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 1005, p. 120, 9 dez. 1987.

<sup>501</sup> *Veja* – Música, São Paulo, n. 1012, p. 113, 27 jan. 1988.

identificação entre ele e um grupo de rock que emergia nos anos 1980, e que já contava com milhares de fãs naquele momento.

No entanto, embora a relação de Fernando Henrique Cardoso com temas diversos continuasse aparecendo nas edições do final da década de 1980, o que predominou nesse período continuaram sendo os temas políticos relacionados essencialmente ao governo, à Constituinte, ao Centrão e especificamente ao PMDB.

“As ruas têm indicado que o melhor é o mandato de quatro anos, e a política tem de caminhar junto com a rua”, disse Ulysses, na ocasião. Na semana passada, o que era um indício começou a se transformar numa evidência clara. Ulysses mudou para a tese das eleições o quanto antes e já trabalha nos bastidores da Constituinte para que o mandato de Sarney seja reduzido para quatro anos. “Acho que Ulysses perdeu as esperanças de se entender com o presidente”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso.<sup>502</sup>

Nesta passagem, aparece novamente a análise de Cardoso sobre um tema político. Neste caso, sobre a decisão de Ulysses Guimarães, em mudar para uma posição também defendida por Fernando Henrique, que era o mandato de quatro anos. No trecho em destaque foi também apontado um elemento já anteriormente mencionado, criticado e sugerido na entrevista de 1987 por Fernando Henrique, que era a aproximação do PMDB às ruas.

As análises de Cardoso eram tão frequentes em *Veja* que os próprios editores teriam incorrido em um equívoco ao atribuir ao então senador uma frase acerca da disputa entre Figueiredo, Ulysses Guimarães e os ministros militares, onde o primeiro teria retornado à cena pública para atacar os demais: “ ‘Essa história já está virando um monte de patetices’, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo”.<sup>503</sup>

No entanto, apesar de Cardoso nesse momento estar mantendo divergências em relação à postura de Ulysses Guimarães, segundo errata na edição posterior, não havia sido ele a proferir tal frase: “A frase ‘Essa história

---

<sup>502</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1014, p. 26, 10 fev. 1988.

<sup>503</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1019, p. 26, 16 mar. 1988.

já está virando um monte de patéticos' é do deputado Amaral Netto, e não do senador Fernando Henrique Cardoso, como consta na reportagem 'Volta ao Palco' (16 de março), à pág. 26".<sup>504</sup>

No entanto, de acordo com o que aparecia em *Veja*, cada votação representava um embate entre esses grupos:

Com Ulysses, os derrotados

No campo dos derrotados, o massacre da última terça-feira teve a força de uma desgraça para políticos como o senador Mário Covas e o governador Wellington Moreira, do Rio. Contudo, uma regra elementar dos costumes brasileiros ensina que, nesse terreno, não há derrotas definitivas. [...] O fato, no entanto, é que, sob o seu comando [Ulysses G.], o plenário de Brasília está produzindo uma Carta de leis moderada, com indiscutíveis avanços sociais anunciados pelo país – e essa bandeira pode produzir resultados inesperados quando seus benefícios começarem a chegar ao cotidiano do eleitorado. [...] Fernando Henrique Cardoso chegou à Constituinte com a passada de presidenciável, movimentou-se como primeiro-ministro e agora é um senador que não sabe para onde vai. Na situação de balão furado, está sendo bombardeado, de cima, pelo Planalto, que planeja desmoralizá-lo, e apunhalado pelo flanco, onde é a vitrine do governador Orestes Quêrcia. Os golpes de Quêrcia fazem parte de uma briga antiga, mas os de Sarney podem ser uma imprudência. Quando Sarney deixar o Planalto, Fernando Henrique ainda estará no senado, onde ficará até 1994.<sup>505</sup>

Nesse sentido, ao passo que anteriormente aparecia na revista sempre vinculado ao PMDB ou ao PMDB paulista, a partir desse momento passava a ser constituído na revista como um político sem uma identidade partidária, como se constituísse sozinho uma força de oposição na Constituinte, e fosse capaz de figurar como “presidenciável” ou “primeiro ministro”.

Somando-se esses indícios a todo o contexto de críticas e discordâncias peemedebistas a que Cardoso foi vinculado na revista no ano de 1987, surgia com cada vez mais consistência a ideia de uma nova vanguarda na cena política brasileira.

---

<sup>504</sup> *Veja*, São Paulo, n. 1020, p. 15, 23 mar. 1988.

<sup>505</sup> *Veja*, São Paulo, n. 1021, p. 51, 30 mar. 1988.

Nesse sentido, continuaram sendo enfatizados na revista os embates políticos protagonizados por Cardoso, como em relação à votação favorável a Sarney:

Como num retrato simbólico da vitória de Sarney, o PMDB quebrou em sua espinha dorsal – o presidente do Senado, Humberto Lucena, chefiou a bancada dos peemedebistas-presidencialistas, cabendo a Fernando Henrique Cardoso, líder da legenda, assumir o comando e pagar pela derrota do outro lado.<sup>506</sup>

Nesse momento, mesmo derrotado em alguns embates políticos, continuava sendo enfatizada a característica de Fernando Henrique como um líder de oposição, o que já figurava em *Veja* como uma oposição da oposição. Logo a seguir Fernando Henrique Cardoso passou a figurar como líder da dissidência do PMDB<sup>507</sup> ao lado de Mário Covas.

Quando foi aprovado o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, Fernando Henrique Cardoso era o representante PMDB frente à posição dos quatro anos. Diante da derrota, segundo consta em *Veja*, ele teria avaliado a situação da seguinte forma:

“Sarney não terá condições de fazer nenhuma das mudanças que está anunciando”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso, integrado a uma das rachaduras do embrião do pudim político do PMDB. “Terá de administrar sua sucessão, e apenas isso”, acrescenta.<sup>508</sup>

Nesta mesma matéria já eram apontados em *Veja* um conjunto de possíveis nomes de candidatos à presidência para as próximas eleições: “Leonel Brizola, Jânio Quadros, Ulysses Guimarães, Orestes Quércia, Mário Covas, Newton Cardoso e Lula”.<sup>509</sup> Nesse rol de possíveis candidatos, o nome de Fernando Henrique ainda não figurava, e Leonel Brizola era apontado como favorito.

---

<sup>506</sup> Ibidem. p. 34.

<sup>507</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1025, p. 27, 27 abr. 1988.

<sup>508</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1031, p. 37, 8 jun. 1988.

<sup>509</sup> Ibidem.

No entanto, Cardoso continuava figurando como elemento de referência na constituição discursiva de diversos temas, mesmo quando ele não protagonizava tais fatos: “Com o reajuste pela URP, o chofer do senador Fernando Henrique Cardoso terá um salário superior ao que o próprio parlamentar recebe como professor catedrático da Universidade de São Paulo”.<sup>510</sup>

Neste trecho, além da construção de sentido principal, foi também reavivado um novo elemento que se fez constantemente presente na constituição de Fernando Henrique na revista, que foi a sua condição de intelectual. Nessa direção foi igualmente apontado um critério iluminista típico das construções realizadas em *Veja* que é a supervalorização do trabalho intelectual ao qual Cardoso foi referido em detrimento do trabalho do motorista citado. O estabelecimento dessa dicotomia serviu para evidenciar o grau de valorização que era atribuído ao tema na revista. O mesmo tipo de relação ocorreu no trecho anterior a este citado, na medida em que enquanto os demais possíveis presidenciáveis foram referidos mediante seus nomes e sobrenomes, Luis Inácio da Silva foi apenas citado como “Lula”.<sup>511</sup>

Contudo, a partir deste momento até o final de 1988, quando foi promulgada a Nova Constituição, as ocorrências relativas a Fernando Henrique Cardoso se encerraram no plano estritamente político.

Nessa direção, os indícios de que Fernando Henrique estaria sendo constituído como um novo líder de oposição, se concretizaram. Neste sentido, foi veiculada em *Veja* uma ampla matéria sobre a fundação do

---

<sup>510</sup> *Veja* – Radar, São Paulo, n. 1033, p. 51, 22 jun. 1988.

<sup>511</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1031, p. 37, 8 jun. 1988. Nestes e outros pontos da revista – inclusive aqueles que não explorei analiticamente, como a linguagem especializada presente nas matérias e a publicidade – são perceptíveis na leitura flutuante como expressão dessa dicotomia.

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – sob o título de “O tucano decola”.<sup>512</sup>

De acordo com o texto publicado na revista, “a porção mais inquieta do PMDB deixa a legenda e parte para a montagem do seu próprio partido”, sob a justificativa de Fernando Henrique Cardoso de que “O PMDB transformou-se em um canal de acesso às regalias”, uma alegação que já vinha sendo constituída nas páginas de *Veja* desde meados de 1986.

Nesta mesma edição, Cardoso figurou como o entrevistado do mês sob o título de “Sarney parece Figueiredo”, cuja temática foi sintetizada na revista como “Para o senador paulista, há uma ruptura completa entre o governo e o país, semelhante à ocorrida no final do regime anterior”.<sup>513</sup>

Nessa direção, várias críticas foram feitas por Fernando Henrique, conforme abordei, de forma mais aprofundada, quando em análise a esta mesma entrevista no capítulo 3 deste trabalho. Contudo, vale destacar sua resposta quando questionado sobre os possíveis candidatos do novo partido à Presidência, entre os quais, nesse momento, já figurava seu nome: “Se me perguntassem quem é meu candidato, eu diria: é aquele político que for um novo Juscelino Kubitschek. Alguém que queira desenvolver o país. Não como o JK de 1950, mas o de 1990”.<sup>514</sup>

Do ponto de vista ideológico, essa perspectiva era convergente com o modelo que Fernando Henrique defendeu tanto como intelectual quanto como político, que era calcada basicamente na modernização dentro do capitalismo mediante a associação entre capitais nacionais e estrangeiros. Dessa forma, a postura de Cardoso afastava-se tanto das oposições de esquerda quanto dos grupos nacional-desenvolvimentistas. Em contrapartida, na medida em que defendia o desenvolvimento industrial associado e a democracia política, aproximava-se dos setores de orientação

---

<sup>512</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1034, p. 42, 29 jun. 1988.

<sup>513</sup> *Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1034, p. 5, 29 jun. 1988.

<sup>514</sup> *Ibidem.* p. 8.

liberal, representados naquele momento por um amplo conjunto de vários setores e frações de classes como aqueles pertencentes à Igreja, ao empresariado, à grande imprensa, aos meios universitários. Estes que, na esfera política, eram representados por partidos correspondentes aos seus interesses.

É preciso destacar, no entanto, que na perspectiva de Cardoso, do ponto de vista político a via democrática era o principal instrumento através do qual esse projeto se configuraria mediante uma ampla aliança de classes representada e consolidada através do Executivo.

Nessa direção, se faria necessária a construção de um candidato para concorrer na esfera política em nome desse projeto. Nisso estaria incluído apresentar algum tipo de contrapartida do público em relação a ele, a fim de mobilizar um maior número de pessoas, já que um candidato demandaria um eleitorado.

Esta manobra foi realizada de vários modos em *Veja*, entre eles a supervalorização do número de votos obtido por Cardoso nas eleições, até a sua promoção como um candidato carregado por taxistas, ou cercado de crianças em mutirões na periferia, conforme foi destacado anteriormente. No entanto, expressões favoráveis a Fernando Henrique Cardoso também representaram pontos importantes nessa construção de sentido. Nessa direção, destaca-se a manifestação da seção “Cartas”, intitulada na revista simplesmente como “Fernando Henrique Cardoso”:

A entrevista do senador Fernando Henrique Cardoso, de VEJA, é contraditória e enganadora. Estamos cheios de casuísmos e precisamos dar um fim nas “boas intenções”, porque delas o inferno está cheio. Paulo Roberto de Oliveira Borges Porto Velho, RO.

Gostaria de parabenizar o brilhante senador Fernando Henrique Cardoso, não só pela entrevista que deu nas páginas amarelas (29 de junho), mas, principalmente, por ser uma grande estrela no nosso meio político. Fernando Ferreira Reis, Belo Horizonte, MG.<sup>515</sup>

---

<sup>515</sup> *Veja* – Cartas, São Paulo, n. 1037, p. 13, 20 jul. 1988.

Além do título conferido à carta do leitor ter sido expressão de que naquele momento “Fernando Henrique Cardoso” já era um assunto de amplo reconhecimento pelo público, destaca-se que as passagens destacadas correspondem a duas cartas que teriam sido enviadas por leitores à revista.

A primeira delas expressava uma crítica constituída como uma atitude revanchista, enquanto a segunda correspondia a um elogio que beirava o excesso. Portanto, ambas as cartas foram construídas com base em pontos de vista distintos acerca de Cardoso. Nenhuma delas se configurou como menção a fatos concretos específicos. No entanto, ao publicar uma carta tão enfática de valorização positiva a Fernando Henrique na mesma seção daquela que trazia uma conotação de crítica, estava-se anulando, ou equiparando, uma à outra. Uma equiparação que não era equilibrada, diante do sentido construído no conjunto de edições da revista. Como naquela época a maioria de leitores de *Veja* era constituída por assinantes, essa crítica não conseguia alcançar o sentido predominante do discurso. Porém, correspondia apenas a um dos espaços destinados na revista à expressão de opiniões destoantes, o que faz parte dos artificios utilizados por todos os veículos de comunicação que se autodenominam imparciais, e que se utilizam do padrão liberal de jornalismo.

Assim, enquanto a revista se constituía enquanto um espaço teoricamente democrático, a democracia política continuava sendo tema em suas páginas. Nessa direção, em relação a rumores lançados de que o Presidente Sarney estivesse articulando um golpe contra a Constituinte, apareceu novamente o protagonismo de Cardoso:

“Não digo que tive medo de golpe, mas das águas turvas”, afirma Ulysses. “Houve assanhamento em alguns setores”, completa o senador Fernando Henrique Cardoso. [...] “Doutor Ulysses, precisamos votar a Constituição a toque de caixa”, alertou o senador Fernando Henrique Cardoso, ao encontrar-se com o deputado que voltava do café da manhã no Palácio da Alvorada.<sup>516</sup>

---

<sup>516</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1039, p. 36, 3 ago. 1988.



A meu ver essa referência à urgência em votar a Constituição estava ligada à disputa para a Presidência, pois através da sua atuação na Constituinte, os candidatos já estavam sendo constituídos.

É importante salientar, também, que as sugestões em torno de possibilidades de golpes militares estiveram presentes em vários momentos de crise política na oposição, inclusive realizadas por Fernando Henrique através de *Veja*, conforme se observou anteriormente.

Contudo, para além da força política dos boatos, observa-se que os fatos relacionados ao novo partido (PSDB) também passaram a figurar cada vez com maior intensidade neste final de década em *Veja*.

Na semana passada, os militantes do PSDB viviam uma questão decisiva para a sua projeção imediata como um partido capaz de galvanizar a atenção de uma fatia considerável do eleitorado – a escolha de um candidato para disputar a prefeitura de São Paulo. O posto está vago desde que o ex-governador Franco Montoro abdicou da disputa, há duas semanas, devido a uma pneumonia, e, até sexta-feira passada, não havia outro candidato para a briga, embora o partido procurasse ainda convencer o senador Mário Covas ou o Senador Fernando Henrique Cardoso a entrar na disputa. [...] Em São Paulo, na semana passada, o ex-governador Paulo Maluf, do PDS, e o ex-secretário de Obras do governo Quêrcia, João Oswaldo Leiva, do PMDB, torciam juntos por um resultado comum na política local: os dois desejavam que o PSDB não apresentasse nem Mário Covas nem Fernando Henrique Cardoso na corrida ao Ibirapuera, já que, sem eles na disputa, a vitória ficaria mais fácil.<sup>517</sup>

Observa-se, portanto, o mesmo tipo de protagonismo de Fernando Henrique Cardoso. Apenas, o que antes era referido em relação ao PMDB, passava a sê-lo, a partir do final de 1988, em relação ao PSDB. No entanto, Cardoso permaneceu referido como a figura central dessas temáticas. Neste caso específico ele aparecia como um político temido nas urnas por seus adversários e como uma das mais destacadas figuras através da qual o partido poderia se tornar “capaz de galvanizar a atenção de uma fatia considerável do eleitorado”.

---

<sup>517</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1043, p. 28, 31 ago. 1988.

Neste momento, consolidava-se e tornava-se explícita a credibilidade conferida em *Veja* a Fernando Henrique Cardoso enquanto candidato e líder oposicionista. Ou seja, não somente como um sujeito representativo que simbolizava uma concepção de mundo específica, mas também um candidato que, através da esfera política, viabilizava a implementação dessa ideologia em um projeto em curso para o país. Nessa direção, na instância política Fernando Henrique representava interesses diversos, incluindo os de ordem econômica, como aparece no exemplo destacado: “ ‘Eu temo que o tabelamento dos juros vire letra morta na Constituição’, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que votou contra a permanência da proposta de Gasparian.<sup>518</sup>

Este é um pequeno exemplo daquilo que, através da instância política, Fernando Henrique Cardoso representou, e da forma como ele representou esses interesses, através de um veículo de comunicação que claramente o apoiou, levou-o a elevar sua atuação como intelectual para a credibilidade e autoridade do político que teria feito o seguinte comentário em relação ao discurso de Ulysses Guimarães quando da promulgação da Carta Magna:

“O discurso de Ulysses procura retomar o tom do antigo PMDB”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). “Ele até faz sentido, porque vivemos num país em que tudo está defasado, como se ainda estivéssemos no governo Figueiredo”, acrescenta.<sup>519</sup>

Assim, da mesma forma que o recorte temporal deste estudo termina na promulgação da Constituição de 1988, Fernando Henrique Cardoso, conforme fora constituído em *Veja*, consolidava o término de seu ciclo no PMDB. Nessa direção, o partido que o lançou na vida pública passava a ser constituído de diversas formas na revista como antigo, defasado. Dessa forma, consolidava-se um novo correspondente partidário para o projeto representado por Fernando Henrique. Um projeto que talvez nunca tenha sido o do PMDB, mas que certamente foi aquele representado em *Veja*, e

---

<sup>518</sup> *Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 1044, p. 107, 7 set. 1988.

<sup>519</sup> *Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1049, p. 46, 12 out. 1988.

posteriormente pelo PSDB, que se tornou o correspondente político da ideologia liberal defendida em *Veja*.

Ao analisar de forma cronológica as ocorrências relativas a Fernando Henrique Cardoso em *Veja*, meu objetivo foi o de aludir à forma como este ciclo foi constituído nas páginas da revista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as conclusões a que cheguei tenham sido esboçadas ao longo de todo o texto, é preciso condensar algumas nesta seção final.

Após todos os recortes, filtragens e demais procedimentos metodológicos, o foco deste trabalho recaiu sobre a constituição de Fernando Henrique Cardoso na revista *Veja*. Nessa direção, como conclusão em relação a este ponto específico, identifiquei-o como sendo sujeito representativo da concepção de mundo e intelectual orgânico do projeto de oposição liberal expresso em *Veja*.

Esta é, sem dúvida, a conclusão mais específica deste trabalho. Contudo, o estudo direcionado a essa temática trouxe outro conjunto de conclusões. Entre elas enfatizo o papel que a revista *Veja*, como veículo de comunicação, teve no processo de redemocratização no Brasil, mediante a atuação partidária em prol de um projeto de oposição liberal.

Essa atuação ocorreu de forma partidária no sentido gramsciano do termo, onde a revista consistiu em um espaço de organização e difusão da ideologia liberal correspondente ao projeto de oposição sob esta mesma orientação. Nessa direção, analisando a organização e difusão dessa ideologia através de formas culturais, como os discursos veiculados na revista, identifiquei igualmente uma ação político-partidária expressa em *Veja*. Isso ocorreu na medida em que foi criado na revista um sujeito representativo que justificava, através de suas faculdades intelectuais e eruditas de especialista, a concepção de mundo defendida em *Veja*, e que ao mesmo foi constituído como um sujeito representativo também na esfera político-institucional. Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso ganhou um espaço privilegiado nas edições da revista ao longo do processo de redemocratização.

Essa relação se estabeleceu em sentido duplo, na medida em que o intelectual consagrado foi constituído nas páginas de *Veja* de modo a justificar, sob um ponto de vista especializado, a concepção de mundo e as ações decorrentes dessa ideologia, que eram expressas através da revista. Em contrapartida, abriu-se um espaço na revista para consolidar esse intelectual de renome também enquanto um político destacado. Assim, enquanto nos anos 1980 Fernando Henrique já tinha uma carreira intelectual consolidada, sua atuação enquanto político ainda era bastante nova. Nesse sentido, *Veja* foi fundamental para consolidá-lo publicamente como político, chegando a constituí-lo claramente como o seu candidato em vários pleitos.

No entanto, o estudo focado neste objeto não levou apenas a essa conclusão. Com base neste estudo, pôde-se demonstrar que a ideologia, como concepção de mundo, conforme a identificou Antonio Gramsci, está presente em todas as instâncias da sociedade. Neste sentido, mesmo quando justificada através de um pressuposto teórico-metodológico que se estabelece como “imparcial” ou “neutro”, como o padrão liberal de jornalismo, a imprensa atua ideologicamente. Assim como a escola, a universidade, o partido, a Igreja, a imprensa também se converte em um espaço de organização de difusão da ideologia sob formas culturais direcionadas a públicos específicos.

Dessa forma, ela constitui um local de reverberação de discursos opinativos, implícita ou explicitamente, que expressam uma orientação de conduta específica a uma concepção de mundo. A meu ver, isto não é sinônimo de “formar opinião”, já que o que resulta em ações concretas, alinhadas ou não com o estímulo emitido é a interação entre o material produzido e os sujeitos reais que fazem parte do contexto de recepção dessas formas culturais. O que, a meu ver, impossibilitaria uma interpretação mecanicista dessa interação.

No entanto, isto é apenas uma ressalva, pois como deixei claro no decorrer do trabalho, não estabeleço uma análise direta acerca do contexto

de recepção do material analisado. As considerações e conclusões aqui presentes são essencialmente decorrentes da análise sobre o contexto de produção das fontes em questão.

Outro ponto que se pode destacar em nível de conclusão, é que esse mesmo caráter de organização e difusão de uma concepção de mundo que se observa em relação à imprensa, está presente também na ciência e na cultura erudita e especializada. Em relação ao tema de pesquisa, fiz estas observações ao abordar historicamente o contexto de elaboração e consolidação do paradigma que embasou a formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção destaquei, ainda, os pontos de convergência da formação desse paradigma com aspectos de ordem política e ideológica igualmente presentes na formação e consolidação da Editora Abril. Nesse sentido, identifiquei como principais pontos de convergência os interesses, sobretudo de ordem política e econômica, ligados ao internacionalismo, o que correspondeu a uma característica que, salvo as especificidades sócio-históricas de cada período, se manteve na implementação dos grupos liberais que atuaram da Segunda até a Quinta República (1930-1985).

Assim, compreendo que nenhuma forma de organização da ciência e da cultura está dissociada de uma concepção de mundo. O que inclui este trabalho que, mesmo sendo baseado no que se convencionou chamar de critérios de cientificidade, também expressa uma concepção de mundo, é crítico e posicionado.

Por fim, enfatizo uma conclusão referente aos elementos destoantes do sentido geral do discurso, que foram identificados nesta análise. Referi este aspecto, de forma geral, no primeiro capítulo, em relação ao alinhamento sutil e intermitente da revista com os diferentes governos militares instituídos após o Golpe civil-militar de 1964.

Contudo, foi no quinto capítulo que esses elementos apareceram de forma mais específica. Nesta seção, um conjunto de fontes relativas à

hipótese central de trabalho foi abordado de forma cronológica, no intuito de reproduzir o encadeamento conferido nas edições da revista ao material analisado. A meu ver, ao imprimir à análise o mesmo direcionamento, em termos de periodicidade, utilizado na produção do discurso, foi possível demonstrar não somente os eixos temáticos referentes a essas fontes, mas também apreender igualmente a lógica e o enredo mediante os quais o discurso foi organizado e difundido. Em se tratando de uma revista semanal, onde a maior parte do público era constituída por assinantes, pôde-se compreender este ponto como mais um elemento de tentativa de construção de consenso por parte do produtor do discurso.

Mediante essa perspectiva, pôde-se compreender melhor como a presença dessas formações discursivas destoantes não alterou, em sua totalidade, o sentido ideológico contido em *Veja*. Isso se deveu à forma como essas expressões contraditórias foram diluídas no sentido geral atribuído ao discurso veiculado no material analisado.

Assim, foi possível reconhecer a existência desses espaços para manifestações destoantes. Contudo, no meu ponto de vista, a presença desses elementos não pode ser identificada como expressão de imparcialidade ou neutralidade, já que o lugar ocupado por eles na totalidade discursiva pode ser considerado de pouca relevância diante da lógica de encadeamento das demais fontes.

**REFERÊNCIAS**

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Crise e Transição: Uma Interpretação do Momento Político Nacional. *Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: vol. 25, n 3, p. 307-329, 1982.
- ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- \_\_\_\_\_. A mídia na transição democrática brasileira. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 53-65, 2005.
- AGGIO, Alberto. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Revista Contracampo*, Niteroi, n. 4, jan.-jun. 2000, p. 23-57.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- \_\_\_\_\_; MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, 1973.
- \_\_\_\_\_; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando.; SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da*



intimidade contemporânea. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974): a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudo de inserções publicitárias na mídia impressa.* Dissertação (Mestrado) em História. Niteroi, UFF, 2000.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. Pretorianismo e Democracia: Notas Sobre a Transição Política no Brasil. *Ciências Sociais Hoje* (Anuário Publicado Pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS). São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, p. 185-199, 1989.

ANGELL, Alan. O Apoio Internacional à Transição Para a Democracia na América Latina. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 21, p. 87-104, outubro de 1990.

ARBEX Jr, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARTURI, Carlos S. As Eleições no Processo de Transição à Democracia no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Brasil: Transição, Eleições e Opinião Pública*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BAQUERO, Marcello. *Brasil: Transição, Eleições e Opinião Pública*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; GONZÁLES, Rodrigo Stumpf (Orgs.). *A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade Democrática, Processos Eleitorais, Cidadania e Cultura Política*. Porto

Alegre/Canoas: Editora da Universidade / UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BARIANI, Edison. *A Sociologia no Brasil: uma Batalha, duas Trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em Sociologia), 2003. Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

BARROS, Alexandre de S. C. & KRAMER, Paulo Roberto da Costa. Os Militares e a “Abertura” no Brasil. In.: FLEISCHER, David V. (org.). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 207-214.

BASTOS, Elide Rugai. Florestan Fernandes e a Construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *Florestan ou o Sentido das Coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do correio da manhã e de *O Estado de S. Paulo*. *Revista de Sociologia e Política*, jun. 2004, n. 22, Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil p. 87-99.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política.* Tradução de Marco Aurélio Garcia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e o poder : dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.* São Paulo : UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre Gramsci e a sociedade civil.* Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Política.* v. 1. 5ª ed. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

\_\_\_\_\_. *A teoria das formas de governo.* Tradução de Sérgio Bath. 10. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

BRADLEY, Duane. *A imprensa: sua importância na democracia.* Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1966.

BREGUÉS, Sebastião Geraldo. *A Imprensa Brasileira Após 64. Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BUTTIGIEG, Joseph A. O método de Gramsci. *Educação em foco.* Juiz de fora, v. 5, n. 2, p. 3-32, set. 2000 – fev. 2001.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. *Internacionalização da mídia brasileira: análise das estratégias do Grupo Abril.* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

- CALMON, João. *O Livro Negro da Invasão Branca*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- CAPELATO, Maria Helena. História Política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 17, p. 161-5, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História do poder, história política. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 23, n. 1., p.123-41, jun. 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, n. 2, out-dez. 1972.
- \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Democracia para mudar: 30 horas de entrevista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A democracia necessária*. Campinas: Papirus, 1985.
- \_\_\_\_\_. Os Impasses do Regime Autoritário: Início da Distensão. In.: *A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira*. 3ª Edição. São Paulo: Siciliano, 1993.

\_\_\_\_\_. *A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1993.

\_\_\_\_\_; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar/Guanabara, 1969.

\_\_\_\_\_; IANNI, Octavio. Condiciones y efectos de la industrialización em São Paulo. *Ciências políticas y sociales*, n. 18, México, out-dez 1959.

CERVO, Amado Luiz.; BUENO, Clodoaldo. A Frustrada “Correção de Rumos” e o Projeto Nacional-desenvolvimentista. In: \_\_\_\_\_. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHALABY, Jean. O Jornalismo como Invenção Anglo-americana – Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e Anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, n. 3, p. 29-50, 2003.

CHAUÍ, Marilena. A Nova República: Democracia ou Autoritarismo Verde-Amarelo? In: KANDIR, Antonio; SADER, Emir; COMPARATO, Fábio; et al. *Constituinte, economia e política da Nova República*. São Paulo: Cortez Editora: EDUC, 1986.

\_\_\_\_\_. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHOMSKI, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *O discurso da transição: mudança, ruptura e permanência*. Itajaí: Editora da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2000.

COSTELLA, Antônio F. *O Controle da Informação no Brasil –Evolução Histórica da Legislação Brasileira de Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Transição democrática e forças armadas na América Latina. *Antropolítica*, Niteroi – RJ, n. 12-13, p. 7-28, 1º/2º sem 2002.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEBRUN, Michel Maurice. *O fato político*. Rio de Janeiro: FGV, 1962.

\_\_\_\_\_. *A “conciliação” e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: filosofia, política e bom senso*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto; NEGREIROS, José; NOBLAT, Ricardo; LOPES, Roberto; FERNANDES, Roberto. *O Complô Que Elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

DINIZ, Eli. O Empresariado e a Nova Conjuntura. In.: TRINDADE, Héglio (org.). *Dilemas da Abertura Política*. Porto Alegre: Sulina, 1982.

\_\_\_\_\_. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. *Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)*. Rio de Janeiro: vol. 28, n. 3, 1985, p. 329-346.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, v. 26, n. 2, p. 181-95, 1983.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Edunesp, Boitempo Editorial, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos*. Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, p. 33-40, maio. 1999.

FADUL, Anamaria. A internacionalização da mídia brasileira. *Comunicação & sociedade*. Identidades comunicacionais, n. 30, p. 69-76, 1998.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da ULBRA, AGE, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FEICHTER, Georges-André. *O regime modernizador no Brasil, 1964/1972*. Tradução de Maria Cecília Baeta Neves e Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

FERNANDES, Florestan. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 3, 1958.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

FERREIRA, Denise Paiva. *Oposição e Transição Democrática – A Estratégia Peemedebista nas Eleições de 1982*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Mestrado em Ciência Política, 1991.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLEISCHER, David V. (org.). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista Visão e jornal O Estado de São Paulo)*. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política. Campinas, Unicamp, 1994.



\_\_\_\_\_. *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese (Doutorado) em História, 2001. São Paulo. USP.

FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder (1964-1984): A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil*. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997.

FRANCO, Rolando. Revendo o autoritarismo, repensando a democracia. Tradução de Wanda Caldeira Brant. *Novos Estudos CEBRAP* – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo: vol. 2, n. 2, p. 52-60, jul. 1983.

FREITAS, Jorge Alberto Martins. *A Entrevista nas Páginas Amarelas da Revista Veja: a Imagem do Milagre Econômico sob o Ponto de Vista do Primeiro Newsmagazine Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), 1989. UFRJ.

GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, Sedução e Silêncio – Propaganda e Controle Ideológico no Brasil: 1964-1980*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais, 1998. Universidade Federal de São Carlos.

GEDOZ, Sirlei Terezinha. *Idéias de democracia no Brasil: Tancredo Neves, o homem síntese, ou diretas na lei ou na marra*. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

- GELATTI, Juliana Reichembach; AMARAL, Márcia Franz. *Estilo de vida e identidade juvenil: a revista Capricho sob uma perspectiva atual*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau – 28 a 30 de maio de 2009.
- GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GIANNOTTI, J. A. Notas para uma análise metodológica d'O Capital. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 29, maio.-jun. 1960.
- GOLDENSTEIN, Gisela. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GONÇALVES, Cleber Augusto; MELO, Victor Andrade de. Lazer e Urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-71, jul.-set. 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v.1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. São Paulo: Edusp, 1985.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. 14ª ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: história breve do século XX, 1914-1991*. Lisboa: Presença, 1996.

HOUAISS A.; VILLAR M. S.; FRANCO F. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo, Salvador: HUCITEC, Edufba, 1996.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J; e NORA, P (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. Os cem anos de vida do jornal *O Estado de S. Paulo*: liberal, conservador, antifascista. *O Estado de S. Paulo – Opinião*, 3 jan. 1975, p. 4-5.

\_\_\_\_\_. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. *Cad. AEL*, v. 8, n. 14/15, p. 55-93, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. As Eleições de 1982 e a Abertura Política em Perspectiva. In: TRINDADE, Hégio (org.). *Dilemas da Abertura Política*. Porto Alegre: Sulina, 1982, p. 121-133.

LIMA, Venício de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, Fernando. Revista *Sociologia*: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo. *Caderno IDESP*, 1, 1987.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. A “Liberalização” do Regime Autoritário no Brasil. In.: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. Tradução de Adail U. Sobral e Rolando Lazarte. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS, Olgária. Para uma crítica do presente. *Rev Antropol*, vol. 44, n. 2, p. 259-265, 2001.

MELO, José Marques de. *História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MELO, Romeu de. *Os intelectuais e a política*. Lisboa: Editorial Presença, 1964.

MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1985.

MIGUEL, Amando de. *El poder de la palabra: lectura sociológica de los intelectuales en Estados Unidos*. Madrid: Tecnos, 1978.

MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a Banca de Revista: a Segmentação da Cultura no Século XX*. São Paulo: Olhos d'Água, Fapesp, 2001.

MORAES, Denis de. *Sociedade Mediatizada*. São Paulo: Mauad, 2006.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOURA, Alkimar R. Rumo à Entropia: A Política Econômica, de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, p. 37-59.

MOTOYAMA, S. Ciência e tecnologia e a história da dependência do Brasil. *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 15, n. 3, 1984, p. 11.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília / São Paulo: EDUnB / Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MUSZYNSKI, Judith; MENDES, Antonio Manuel Teixeira. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: \_\_\_\_\_. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991.

OLIVA, Alberto. *Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Por que pacto social? *Novos Estudos CEBRAP* – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo: n. 13, outubro de 1985, p. 2.

\_\_\_\_\_. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras militares e neoliberalismo. Relações explícitas nos descaminhos da América Latina. *Ciências e Letras*. Porto Alegre. Especial, n. 16, 1996, p. 67-92.

PAILLET, Marc. *Jornalismo: o Quarto Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAIXÃO, Fernando.; MIRA, Maria Celeste. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O colapso de uma aliança de classes – a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: v. 25, n. 3, 1982, p. 269-306.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983)*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PEREIRA, Mateus H. F. A Trajetória da Abril Cultural. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 239-58, jul./dez. 2005.

PETERSEN, Áurea; CORSETTI, Eduardo; PEDROSO, Elizabeth Maria Kieling; ULRICH, Maria Alayde Albite. *Ciência política: textos introdutórios*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A república dos golpes: de Jânio a Sarney*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1986.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.

REGO, Walquíria Domingues Leão. *Intelectuais, Estado e ordem democrática: notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes*. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; Rolland, Denis. (Orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

REIS, Elisa.; REIS, Fábio Wanderley.; VELHO, Gilberto. *As Ciências Sociais nos Últimos 20 Anos: Três Perspectivas (Entrevista)*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge. *Revolução e democracia (1964-...)*. *As esquerdas no Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Ana P. G. *Jornalismo, Literatura e Política: a Modernização da Imprensa Carioca nos Anos 1950*. *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.

- RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e (idade) média no Brasil. *Universidade e sociedade*, ano XI, n. 25, dez. 2001, p. 55-63.
- SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Carla Luciana Santos da. *VEJA: o indispensável partido neoliberal*. Tese (Doutorado em História), 2005. UFF/UNIOESTE. Niteroi – RJ.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização – 1964/1984. In: LINHARES, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- SILVA, Nívea Rohling. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação (Mestrado em Linguística), 2007. UFSC. Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. Os índices sociais de valor no gênero entrevista pingue-pongue, do Jornalismo de Revista. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUC-SP, v. XVII, p. 444-60, 2008.

SILVEIRA, Caren Santos da. *Aspectos de organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em História), 2003. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo - (1964-1985)*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, 1985.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma Teoria da Comunicação Linear em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil. Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Tradução de Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, C. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TONUS, Loraci Hofmann. *Escola pública e imprensa neoliberal: o caso da revista Veja*. Curitiba: HD Livros Editora, 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. In: SORJ, Bernardo.; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. Incertezas da Transição na América Latina. In.: MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J.A. (orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, Alberto. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VILLALTA, Daniella. Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 117-43, jul.-dez. 2008.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

**APÊNDICE 1****Lista de fontes referidas**

- Veja* – Depoimentos, São Paulo, n. 539, p. 6, 3 jan. 1979.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 539, p. 19, 3 jan. 1979.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 546, p. 3, 21 fev. 1979.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 566, p. 111, 11 jul. 1979.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 567, p. 3, 18 jul. 1979.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 572, p. 3-6, 22 ago. 1979.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 574, p. 30, 5 set. 1979.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 590, p. 9, 26 dez. 1979.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 591, p. 19, 2 jan. 1980.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 612, p. 3, 28 maio. 1980.
- Veja* – Ponto de Vista, São Paulo, n. 625, p. 130, 27 ago. 1980.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 629, p. 3-6, 24 set. 1980.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 632, p. 3-6, 15 out. 1980.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 643, p. 19, 31 dez. 1980.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 644, p. 13, 7 jan. 1981.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 695, p. 19, 30 dez. 1981.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 696, p. 19, 6 jan. 1982.
- Veja* – Livros, São Paulo, n. 702, p. 84, 17 fev. 1982.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 710, p. 3, 14 abr. 1982.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 712, p. 27, 28 abr. 1982.
- Veja* – Fotografia, São Paulo, n. 714, p. 120, 12 maio. 1982.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 721, p. 3-6, 30 jun. 1982.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 742, p. 67, 24 nov. 1982.

*Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 747, p. 19, 29 dez. 1982.

*Veja*, São Paulo, n. 747, p. 36, 29 dez. 1982.

*Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 748, p. 13, 5 jan. 1983.

*Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 757, p. 3-6, 9 mar. 1983.

*Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 760, p. 3-6, 30 mar. 1983.

*Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 772, p. 3-6, 22 jun. 1983.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 774, p. 28, 6 jul. 1983.

*Veja* – Comportamento, São Paulo, n. 793, p. 78, 16 nov. 1983.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 794, p. 37, 23 nov. 1983.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 795, p. 37, 30 nov. 1983.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 797, p. 37, 14 dez. 1983.

*Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 799, p. 35, 28 dez. 1983.

*Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 800, p. 15, 4 jan. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 811, p. 41, 21 mar. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 812, p. 26, 28 mar. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 815, p. 32, 18 abr. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 816, p. 35, 25 abr. 1984.

*Veja* – Radar, São Paulo, n. 836, p. 31, 12 set. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 837, p. 24, 19 set. 1984.

*Veja* – Radar, São Paulo, n. 847, p. 31, 28 nov. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 848, p. 116, 5 dez. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 849, p. 36, 12 dez. 1984.

*Veja* – Brasil, São Paulo, n. 850, p. 40, 19 dez. 1984.

*Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 851, p. 35, 26 dez. 1984.

*Veja* – Carta do Editor, São Paulo, n. 852, p. 17, 2 jan. 1985.

*Veja*, São Paulo, n. 854, p. 30, 16 jan. 1985.

- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 855, p. 32, 23 jan. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 863, p. 40, 20 mar. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 864, p. 45, 27 mar. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 866, p. 29, 10 abr. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 867, p. 28, 17 abr. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 869, p. 40, 1º maio. 1985.
- Veja* – Datas, São Paulo, n. 870, p. 114, 8 maio. 1985.
- Veja* – Cartas, São Paulo, n. 879, p. 11, 10 jul. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 880, p. 29, 17 jul. 1985.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 885, p. 3, 21 ago. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 887, p. 42, 4 set. 1985.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 893, p. 3-6, 16 out. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 893, p. 28, 16 out. 1985.
- Veja* – Radar, São Paulo, n. 893, p. 51, 16 out. 1985.
- Veja* – Internacional, São Paulo, n. 893, p. 61, 16 out. 1985.
- Veja* – Cartas, São Paulo, n. 896, p. 11, 6 nov. 1985.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 896, p. 99, 6 nov. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 897, p. 38, 13 nov. 1985.
- Veja* – Economia, São Paulo, n. 897, p. 93, 13 nov. 1985.
- Veja*, São Paulo, n. 897, p. 144, 13 nov. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 898, p. 38, 20 nov. 1985.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 899, p. 54, 27 nov. 1985.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 903, p. 15, 25 dez. 1985.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 904, p. 35, 1º jan. 1986.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 906, p. 3, 15 jan. 1986.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 912, p. 21, 26 fev. 1986.



- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 913, p. 8, 5 mar. 1986.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 926, p. 5-8, 4 jun. 1986.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 951, p. 71, 26 nov. 1986.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 952, p. 5-8, 3 dez. 1986.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 952, p. 44, 3 dez. 1986.
- Veja*, São Paulo, n. 956, p. 35, 31 dez. 1986.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 957, p. 19, 7 jan. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 971, p. 23, 15 abr. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 976, p. 20, 20 maio. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 977, p. 29, 27 maio. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 984, p. 22, 15 jul. 1987.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 985, p. 92, 22 jul. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 986, p. 23, 29 jul. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 987, p. 40, 5 ago. 1987.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 987, p. 108, 5 ago. 1987.
- Veja* – Cartas, São Paulo, n. 990, p. 11, 26 ago. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 991, p. 29, 2 set. 1987.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 992, p. 5-8, 9 set. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 992, p. 32, 9 set. 1987.
- Veja* – Economia e Negócios, n. 1001, p. 117, 11 nov. 1987.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1004, p. 37, 2 dez. 1987.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 1005, p. 120, 9 dez. 1987.
- Veja*, São Paulo, n. 1008, p. 35, 30 dez. 1987.
- Veja* – Carta ao Leitor, São Paulo, n. 1009, p. 17, 6 jan. 1988.
- Veja* – Música, São Paulo, n. 1012, p. 113, 27 jan. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1014, p. 26, 10 fev. 1988.

- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1019, p. 26, 16 mar. 1988.
- Veja*, São Paulo, n. 1020, p. 15, 23 mar. 1988.
- Veja*, São Paulo, n. 1021, p. 51, 30 mar. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1025, p. 27, 27 abr. 1988.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1030, p. 5-8, 1º jun. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1031, p. 37, 8 jun. 1988.
- Veja* – Radar, São Paulo, n. 1033, p. 51, 22 jun. 1988.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1034, p. 5-8, 29 jun. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1034, p. 42, 29 jun. 1988.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1036, p. 5-8, 13 jul. 1988.
- Veja* – Cartas, São Paulo, n. 1037, p. 13, 20 jul. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1039, p. 36, 3 ago. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1043, p. 28, 31 ago. 1988.
- Veja* – Economia e Negócios, São Paulo, n. 1044, p. 107, 7 set. 1988.
- Veja* – Entrevista, São Paulo, n. 1046, p. 5-8, 21 set. 1988.
- Veja* – Brasil, São Paulo, n. 1049, p. 46, 12 out. 1988.

## ANEXO 1

### **Informações biográficas e bibliográficas acerca de Fernando Henrique Cardoso até 1988.**<sup>520</sup>

#### Academia

Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1952. Voltou ao Brasil em 1968 e assumiu, por concurso público, a cátedra de Ciência Política da USP. No ano seguinte, foi aposentado compulsoriamente e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 5.

Fundou então, com outros professores e pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Em palestras e artigos na imprensa, destacou-se como crítico do regime militar e defensor de uma transição pacífica para a democracia.

Além da Universidade de São Paulo, ensinou nas Universidades de Santiago, no Chile; da Califórnia (Stanford e Berkeley), nos Estados Unidos; de Cambridge, na Inglaterra; de Paris-Nanterre, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, e no Collège de France, na França. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1986), recebeu o título de Doutor Honoris Causa de mais de 20 universidades e é membro honorário estrangeiro da American Academy of Arts and Sciences.

---

<sup>520</sup> Adaptação do material disponível no Instituto Fernando Henrique Cardoso.

[http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&id\\_conteudo=7](http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&id_conteudo=7)

## Livros

- CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício Augusto (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 328 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A democracia necessária*. Campinas: Papyrus, 1985. 92 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política*. Organização de Eduardo P. Graeff. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 216 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 70).
- TRINDADE, Helgio; CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). *O novo socialismo francês e a América Latina*. Tradução de Cleuza Vieira Vermer dos textos de Alain Rouquié, Alain Touraine, Georges Lavau, Pascal Perrineau. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 185 p. (Coleção o Mundo, Hoje, v. 41).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis; [São Paulo]: Vozes; CEBRAP, 1980. 163 p. (Cadernos CEBRAP; n. 33).
- CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). *Política & sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. 2 v. (Biblioteca Universitária, Série 2. Ciências Sociais, 53 e 54).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas*. Organização de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 108 p. (Coleção Documentos da Democracia Brasileira, v. 4).
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1977. 208 p., mapas.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240p. (Estudos Brasileiros, v. 3).
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de, CARDOSO, Fernando Henrique et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. Apresentação de D. Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Loyola, 1975. 160 p., il. Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Cebrap, 1975. 262 p., il. (Estudos Brasileiros, v. 6).

- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. 216 p. (Corpo e Alma do Brasil, 35).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 224 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- CARDOSO, Fernando Henrique; WEFFORT, Francisco Correa (Eds.). *América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago de Chile: Universitaria, 1970. 385 p. (Colección Tiempo Latinoamericano, dirigida por Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel).
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. México: Siglo XXI, 1969. 166p. (Sociología e Política).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. 238 p., il. (Corpo e Alma do Brasil, 27).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Cuestiones de sociología del desarrollo en América Latina*. Santiago de Chile: Universitária, 1968. 180 p. (Imagen de América Latina, 3).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 196 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 13).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 339 p. (Corpo e Alma do Brasil, 8).
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs.). *Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Nacional, viii, 1961. 317 p. (Série Biblioteca Universitária. Série 2 – Ciências Sociais, v. 5).
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Nacional, 1960. 286 p. (Brasiliana, v. 307).

## Artigos em livros e periódicos

1947

Benjamin Franklin: o homem representativo do século XVIII. **A Crônica** (Órgão do Colégio São Paulo), São Paulo, ano 11, n. 16, p.1-2, 17 nov. 1947.

1948

O petróleo. **Tribuna Estudantil**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, abr. 1948.

Rabiscos sobre o modernismo. **A Crônica** (Órgão do Colégio São Paulo), São Paulo, ano 9, n. 15, p. 3, 6 maio 1948.

1952

Um falso retrato do Brasil. **Fundamentos**, (?): 26-28, jan. (Resenha: Limeira Tejo. *Retrato sincero do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 284p.)

1955

As elites de cor. **Anhembi**, V, 19(55): 121-124, junho. (Resenha: Thales de Azevedo. *As Elites de cor, um estudo de ascensão social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Coleção Brasiliense, 282, 1955).

Um estudo sobre São Paulo. **Anhembi**, V 17(51): 566-569, fev. (Resenha: P. Monbeig. *La croissance de la ville de São Paulo*, Grenoble: Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953).

Antropologia econômica. **Anhembi**, V, 17(51): 570-573, fev. (Resenha: M.J. Herskovits. *Antropologia Economica, estudio de economia comparada*, Mexico-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1954).

1957

& MOREIRA, R. & IANNI, O. O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil meridional. In: **Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia**, Bahia, p.88-98.

De comunidade a metrópole. **Anhembi**, VII, 26(77): 351-353, abr. (Resenha: Richard. M. Morse. *De comunidade a Metrópole - Biografia de São Paulo*, São Paulo: Serviço de Comemorações Culturais, 1954)

Higiene mental e relações humanas na indústria. **Anhembi**, VII, 26(77): 372-374, abr. (Resenha: Thomas M. Ling e A.C. Pacheco e Silva (ed.). *Higiene mental e relações humanas na indústria*, São Paulo: Edigraf, s.d.)

Desenvolvimento econômico e nacionalismo. **Revista Brasiliense**, (12): 88-99, jul/ago.

1958

Educação e desenvolvimento econômico. **Revista Brasiliense**, (17): 70-81, mai/jun.

Ensaio de sociologia eleitoral. **Anhembi**, III 31(93): 572-575, agosto. (Resenha: Orlando M. Carvalho - *Ensaio de sociologia eleitoral*. Belo Horizonte: Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade de Minas Gerais (Coleção Estudos Sociais e Políticos, vol. 1) 1958)

Estudos de Sociologia e História. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 2(4): 196-198, jul. (Resenha: Maria Isaura Pereira de Queiroz et alli. - *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957)

O Negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. **Anhembi**, VIII, 32(94): 16-21, set.

(1960) cap. 1 de CARDOSO, F.H. & IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 307), p. 3-10.

Polarização dos interesses de patrões e operários numa indústria. **Ciência e Cultura**, 10(4): 213-214, dez.

1959

& IANNI, O. Condiciones y efectos de la industrialización en São Paulo (Proyecto de estudios). **Ciencias Políticas y Sociales**, México, V, (18): 577-584, out/dez.

& IANNI, O. As exigências educacionais do processo de industrialização. **Revista Brasiliense**, (26): 141-168, nov/dez.

Estabilidade no emprego. **Revista Brasiliense**, (23): 162-169, maio-junho.  
(1959) *Arquivos do Instituto de Direito Social*, 13(2): 23-28, dez.

Reforma do ensino superior. **O Jornal do Ceupes**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 6, 1959.

1960

Ciência nacional e a responsabilidade dos intelectuais. **O Jornal do Ceupes**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 1-3, 1960.

O café e a industrialização de São Paulo/?. **Revista de História**, (42), São Paulo.

Proletariado e mudança social em São Paulo. **Sociologia**, 22(1): 3-12, mar.  
(1960) Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social. *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, 3(3): 15-22, ago.

A estrutura da indústria de São Paulo (a partir de 1930). *Educação e Ciências Sociais*, V, 7(13): 29-42, fev.

(1965) The structure and evolution of industry in São Paulo: 1930/1960. *Studies in Comparative International Development*, p. 43-47.

Condições sociais da industrialização de São Paulo. **Revista Brasiliense**, (28): 31-46, mar/abr.

(1960) (?) *Ciencias Políticas y Sociales*, UNAM, México, ?

(1969) In: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.8, p. 186-199.

Educação para o desenvolvimento. **Anhembi**, X, 39(115): 35-43, jun.

(1960) In: Roque S. M. de Barros (org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Pioneira, p. 166-176.

(1960) *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 34(79): 209-216, jul-set.

Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social. **Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais**, 3 (3, Aug): 15-22.

Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. **Anhembi**, X, 39(117): 583-596, ago.

& BARROS, R.S.M. de. Roteiro para a defesa da escola pública. (O projeto é anti-democrático). In: Roque S.M. de Barros (org.). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo:Pioneira, p. 436-455.

1961

Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, (11): 148-163, jun.

Le prolétariat brésilien: situation et comportement social. **Sociologie du Travail**, 3(4): 60-65.

(1961) Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, (?): 98-122.

Tensões sociais no campo e reforma agrária. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, número especial sobre a Reforma Agrária, (12): 7-26, out.

1962

O método dialético na análise sociológica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2(1): 85-106, mar.

(1962) El método dialectico en el analisis sociológico. México: *ABIS/UNAM*.

Educação e mudança social. **Pesquisa e Planejamento**, CRPESP/São Paulo, (5): 55-65, jun.

Pronunciamento de educadores sobre o projeto da criação da Universidade de Brasília. **Universidade de Brasília**, MEC, p.63-66.

1963

**El empresario industrial en América Latina: Brasil**. Mar del Plata, Consejo Económico y Social, CEPAL, E/CN 12/642, feb.

Dispersão e unidade: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: Sérgio Buarque de Hollanda (dir.). **O Brasil monárquico**. Tomo II da **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, p.473-509.

Das hautfarbevorurteil in Brasilien. São Paulo, Instituto Hans Staden, **Staden-Jahrbuch**, Band 11/12: 9-17.

(1965) Le préjugé de couleur au Brésil. **Présence Africaine**. *Revue culturelle du monde noir*. (53): 120-128.

1964

Industrialização e sociedades de massa. **Sociologia**, 26(2): 159-169, junho.

(1968) Industrialización y sociedades de massa, in: *Cuestiones de sociologia del desarrollo*, cap.4, p. 106-120.

(1969) Subdesenvolvimento e sociedade de massas, in: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.6, p. 140-153.

1965

El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica. Santiago: **Relatório ILPES**, nov.

Report on the Conference on: **Children and youth in national development in Latin America** (org.). Santiago: UNICEF, nov.dec.

Las elites empresariales en Latinoamérica. Santiago: **Relatório ILPES**, nov,

(1965) Las elites empresariales en Latinoamérica, *Revista Paraguaya de Sociologia*, 2(4): 49-68, set-dez.

(1967) The industrial elite, in: Seymour Martin Lipset & Aldo Solari. *Elites in Latin America*, New York: Oxford University Press, p. 94-114.

(1967) In: *América Latina*, X (4): 22-47, out/dez.

(1968) In: *Pensamiento Crítico*, La Habana.

(1968) Las elites económicas, in: *Cuestiones de sociologia del desarrollo*, cap.6, p. 156-180.

(1969) Os setores industriais no processo de desenvolvimento, in: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap. 4, p. 83-153.

(1971) *Las elites: los empresarios de América Latina*. Buenos Aires, Nova Visión, p. ?



1966

Directrices para un programa de trabajo entre economistas y sociólogos. **Economía y Administración**, 2(5): 33-37.

& REYNA, J.L. Industrialización, estructura ocupacional y estratificación social en América Latina. Santiago, **ILPES/CEPAL**, 23 de ago.

(1967) Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina. *Dados*, 2/3: 4-31.

(1968) Industrialization, occupational structure and social stratification in Latin America. In: Cole Blasier. *Constructive change in Latin America*. Pittsburgh, Penn.: University of Pittsburgh Press, p. 19-55.

(1968) In: *Cuestiones de sociología del desarrollo*, cap.3, p. 68-105.

(1969) Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina. In: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.5, p. 104-139.

1967

Los agentes sociales de cambio y conservación en América Latina. Santiago, **Relatório ILPES**, ago.

(1969) Les agents sociaux de changement et de conservation en Amérique latine. In: *L'Amérique latine par elle même*. Paris: Christianisme Social, p. 25-53.

(1968) Los agentes sociales de cambio y observación en América latina (un programa de estudio), in: *Cuestiones de sociología del desarrollo*, cap.2, p. 38-67.

(1969) Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina, in: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.2, p. 23-50.

Las elites empresariales en América Latina. Santiago, **Relatório ILPES/CEPAL**, mar.

Embora com o mesmo título, é diferente do trabalho anterior: (1965) Las elites empresariales en Latinoamérica. Santiago: **Relatório ILPES**, nov.

(1966) The entrepreneurial elite in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, 2 (10): 148-159.

(1967) Des élites: les entrepreneurs d'Amérique Latine. *Sociologie du Travail*, 9 (3): 255-280, jul/set. (Número especial/Special volume: *Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine*).

(1967) The entrepreneurial elite in Latin America. *América Latina*, 10 (4): 22-47, out.-dez.

(Trabalho apresentado no VI World Sociological Congress, Évian, 4-11 Sep. 1966).

(1968) Las elites empresariales, in: *Cuestiones de sociología del desarrollo*, cap.5, p. 121-155.

(1969) As elites empresariais latinoamericanas, in: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.3, p. 51-82.

(1973) Las elites empresariales en América Latina. In: Antonio Murga Frassinetti & Guillermo Boils. *América Latina: dependencia y subdesarrollo*. San José: Editorial

Universitária Centroamericana (EDUCA), p. 409-449.

Hégémonie bourgeoise et indépendance économique. **Les Temps Modernes**, XXIII, (257): 650-680, oct.

(1968) Empresarios industriales y desarrollo nacional en Brasil. *Desarrollo Económico*, 8(29): 31-60, abr/jun.

(1968) Hegemonia burguesa e independencia economica: raices estructurales de la crisis politica brasileira. In: *Brasil Hoy*, México, Siglo XXI, p. 85-122.

(1968) In: Celso Furtado (coord.). *Brasil tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 77-109.

(1968) *Revista Civilização Brasileira*, IV, (17): 67-95, jan/fev.

(1969) In: *Mudanças Sociais na América Latina*, cap.7, Hegemonia burguesa e independência econômica: raizes estruturais da crise política brasileira, p. 154-185.

(1971) Bürgerliche hegemonie und wirtschaftliche unabhangigkeit. Strukturelle wurzeln der politischen krise Brasiliens, in: Celso Furtado (org.). *Brasilien Heute*. Frankfurt: Athenaum Verlag, p. 58-83.

(1993) Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise do populismo e do nacionalismo, in: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.2, p. 51-78.

1969

La contribution de Marx à la théorie du changement social, in: **Marx et la Pensée Scientifique Contemporaine**. The Hague, Paris, La Haye: Mouton, p. 253-265.

1970

Aspectos políticos do planejamento. In: Betty Mindlin Lafer. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 161-184.

(1970) Aspectos políticos de la planificación. *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, 1(1): 120-136, abr.

(1972) Aspectos políticos do planejamento no Brasil, in: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.4, p. 83-103.

(1993) Parcialmente como: Planejamento e política: os anéis burocráticos, in: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.5, p. 143-154.

Industrialización, dependencia y poder en América Latina. **Revista Paraguaya de Sociología**, 7(19): 104-116, set/dez.

(1970) Industrializzazione, dipendenza e potere in America Latina. *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, 4(4): 243-259.

(1972) Industrialização, dependência e poder na América Latina, in: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.2.

(1972) Industrialization, dependency and power in Latin America. *Berkeley Journal of Sociology*, (17): 79-95.

(1979) Industrialización, dependencia y poder en América Latina. *La política y el poder*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores.

Les obstacles structurels et institutionnels au développement. **Sociologie et Sociétés**, 2(2): 297-315, nov. (Mimeo: Structural and institutional impediments to development.

Stockholm: ONU, Background Paper 6, 1969).

(1970) Impedimentos estructurales e institucionales para el desarrollo. *Revista Mexicana de Sociología*, 32 (6): 1461-1482, nov.dic.

& WEFFORT, F.C. Ciencia y consciencia social. In: CARDOSO F. H. & WEFFORT, F. (eds.). *América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago: Editorial Universitaria, p. 14-33.

(1979) In: FRASSINETTI, Antonio Murga & MORALES, Guillermo Boils. *Las ciencias sociales en América latina*. México: UNAM, p. 55-76.

Participación social y desarrollo: la clase obrera y los grupos marginales. **Boletín Elas**, 4(6): 50-61, dez.

(1972) Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica, in: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.8, p. 166-185.

Dependência, desenvolvimento e ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, 10(4): 43-71, dez.

(1971) cap. 5 e conclusões de: *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 173-200.

Teoría de la dependencia: análisis concreto de situaciones de dependencia. **ABIIS**, México, DT1.

(1970/71) Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?, *Debates Econômicos*, Porto Alegre, (11): 19-34.

(1971) Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, (1): 25-45.

(1972) Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?, in *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.6, p. 123-139.

(1972) Teoria de la dependencia o analisis concreto de situaciones de dependencia. *Comercio Exterior* 22 (4): 360-365, abr.

(1974) 'Théorie de la dépendance' ou analyses concrètes de situations de dépendance? *L'Homme et la Société*, (33-34): 111-123, jui.sep./oct.déc.

1971

Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. **Estudos Cebrap**, (1): 99-130.

(1971) Comentario sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, (Jun-Dic.):57-76.

(1972) Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade, in *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.7, p. 140-185.

Political systems and social pressures in Latin America in the 1970 decade. **Conference on the Western Hemisphere: Issues for the 1970's**. New York: The Center for Inter-American Relations, April-May, p. 29-53.

(1972) Alternativas políticas na América Latina, in *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.1, p. 5-33.

& CAMARGO, C.P.F. de & KOWARICK, L. Consideraciones sobre el desarrollo de São Paulo: cultura y participación. **Eure**, 1(3):43-68, out.

(1973) Cultura y participación, in: Paul Singer (org.). *Urbanización y recursos humanos: el caso de San Pablo*. Buenos Aires: SIAP, p. 15-60.

(1973) In: CAMARGO, C.P.F. de & KOWARICK, L. *Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação*. São Paulo: Cebrap (Série Cadernos Cebrap, 14).

1972

Notes sur l'état actuel des études sur la dépendance. Dakar: Institut Africain de Développement Économique et de Planification, août.

(1972) Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, FLACSO, (4): 3-31, dez.

(1973) Dependency revisited. Austin: ILAS, Hackett Memorial Lecture, University of Texas.

(1973) Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: CARDOSO F.H. *Notas sobre Estado e dependência*. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 11), p. 23-47.

(1974) Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia, in: José Serra (org.). *Desarrollo latinoamericano: ensayos críticos*. México: Fondo de Cultura Económica (Lecturas, vol. 6), p. 325-356.

(1976) Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência, in: José Serra (coord.). *América Latina: Ensaio de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos latinoamericanos, vol. 5) p. 364-393.

(1979) Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia. In: *Problemas del subdesarrollo en Latinoamérica*. México: Editorial Nuestro tiempo.

(1980) A dependência revisitada, in: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, cap.2, p. 81-123.

Althusserianismo o marxismo? A propósito del concepto de clases de Poulantzas. **Sociedad y Desarrollo**, Santiago, (2): 77-89, abr/jun.

(1972) Althussérisme ou marxisme? À propos du concept de classe chez Poulantzas. *L'Homme et la Société*, (24-25): 57-71, avr/sep.

(1972) Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas, in: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.5, p. 57-87.

(1973) Althusserianismo o marxismo? A propósito del concepto de clases en Poulantzas, in: R. B. Zenteno (coord.). *Las clases sociales en America Latina*. México: Siglo XXI, p. 137-153,

(1973) Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas. *Estudos Cebrap*, (3): 65-85, jan.

Imperialismo e dependência na América Latina, in: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.9, p. 186-209.

(1972) Dependent capitalist development in Latin America. *New Left Review*, (74), Jul/Aug.

(1972) Beroende och utveckling i Latinamerika. *Zenit*, 4(30):36-46.

(1973) Impérialisme et dépendance en Amérique Latine. *L'Homme et la Société*, 27(5): 64-80.

(1973) Imperialismo y dependencia en América Latina. *Economía y Ciencias Sociales*, 15 (1-4): 152-171.

(1973) In: Frank Bonilla & R. Girling (eds.). *Structures and Dependency*. Stanford, p. 7-33.

(1974) Abhängigkeit und entwicklung in Lateinamerika. In: D. Senghaas (ed.). *Peripherer Kapitalismus*. Frankfurt: Suhrkamp (652), p. 201-220.

(1979) Imperialismo y dependencia en América Latina. In: R. Villareal (sel.). *Economía internacional.: teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*.

Mexico:Fundo de Cultura (Lecturas, vol.30), p. 298-315.

(1982) Dependency and development in Latin America. In: Hamza Alavi & Theodor Shanin (eds.). *Sociology of Developing Societies*. London: The Mac Millan Press Ltd., p. 112-127.

El régimen político brasileiro. *Aportes*, (25): 6-30, jul.

(1972) El modelo político brasileiro. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 11 (42-44): 217-247, jul.71/mar.

(1972) O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, (2): 83-118, out.

(1972) O modelo político brasileiro. In: *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, cap.3, p. 50-82.

(1973) Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: Alfred Stepan (ed.). *Authoritarian Brazil. Origins, policies and future*. Yale: Yale University Press, p. 142-176.

(1993) O modelo político brasileiro. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.3, p. 79-109.

(1995) Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: Haggard, Stephen (ed.). *The International Political Economy and the Developing Countries*. Hants (UK): Edward Elgar Publishing Ltd. (The Library of international political economy, v.1, p. 218-252.

A Cidade e a política. In: Paul Singer & Fernando Henrique Cardoso. **A cidade e o campo**. São Paulo: Cebrap (Série Cadernos Cebrap, 7).

(1973) La ciudad e la política. *Revista Estudios Sociales Centro-Americanos*,2 (4): 7-34, jan/abr.

(1975) A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo, in: *Autoritarismo e democratização*, cap.4, p. 157-164.

1973

& WEFFORT, F. Ciencia y consciencia social. In: Antonio Murga Frassinetti & Guillermo Boils Morales. **América Latina: dependencia y subdesarrollo**. San José: Editorial Universitária Centroamericana (EDUCA), p. 14-33.

(1973) In: Antonio Murga Frassinetti,; Guillermo Boils. *América Latina: dependencia y subdesarrollo*. 1. ed. San José: Universitária Centroamericana (EDUCA), p.77-104.

(1979) In: Antonio Murga Frassinetti & Guillermo Boils Morales. *Las ciencias sociales en América Latina*. México: UNAM, p. 55-76.

Cuba: lesson or symbol?In: D. Barkin & N. Manitzas (eds.). **Cuba, the locic of the revolution**. Andover: Warner Modular Publications, p. 267(1)-267(9).

Las contradicciones del desarrollo asociado. **Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación**, jun/ago.

(1973) In: *Taller de Estudios Políticos*, Programa Académico de CCSS, Universidad Católica del Perú.

(1974) In: *Revista Paraguaya de Sociología*, 11 (29) 227-252, jan/abr.

(1974) As contradições do desenvolvimento associado. *Estudos Cebrap*, (8): 41-75, abr/jun.

(1974) In: *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 14(53): 3-32, abr/jun.

- (1974) Brasilien: Die widersprüche der assoziierten entwicklung. In: Heinz R. Sonntag (org.). *Lateinamerika: Faschismus oder Revolution*. Berlin:Rotbuch Verlag, p. 32-62.
- (1975) As novas teses equivocadas. In *Autoritarismo e democratização*, cap.1, p. 11-62.
- (1976) Current theses on Latin America development and dependency: a critique, New York University, *Occasional Papers* 20, May.
- (1977) Current theses on Latin America development and dependency: a critique. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, (22): 53-64, jun.
- (1981) Critica alle tesi sulla dipendenza in America Latina. *Politica Internazionale*, (10):57-66, ott.
- (1993) As contradições do desenvolvimento-associado. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.4, p. 110-142.

Das 'Brasilianische entwicklungsmodell': daten und perspektiven. **Problemes des Klassenkampfes** (6):75-97, mar.

- (1973) O modelo brasileiro de desenvolvimento. *Debate & Crítica*, 1(1):18-47, jul/dez.
- (1974) O modelo brasileiro de desenvolvimento: dados e perspectivas. In: *Modelos de desarrollo en America Latina*. Berlin: Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional.
- (1975) O 'modelo brasileiro' de desenvolvimento: dados e perspectivas. In: *Autoritarismo e democratização*, cap.2, p. 63-97.

*Notas sobre Estado e dependência*. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 11).

Estado e sociedade no Brasil (notas preliminares). In: *Notas sobre Estado e dependência*. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap, 11), p. 7-20.

- (1975) Estado e sociedade (notas preliminares). In: Candido Mendes (org.). **Crise e mudança social**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca (Coleção América Latina), p. 111-129.
- (1975) Estado e sociedade no Brasil. In: *Autoritarismo e democratização*., cap.5, p. 165-186.

Chile: um caminho possível? **Argumento**, I (1):95-103, out.

1974

O inimigo de papel (The Paper Enemy). **Latin American Perspectives**, 1(1):66-74, Spring.

A questão do estado no Brasil. **Dados**, abr.

- (1974-1977) La cuestión del estado en Brasil, Taller de Estudios Políticos, Lima, CCSS/Universidad catolica.
- (1975) La cuestión del estado en Brasil. *Revista Mexicana de Sociología*, 37(3): 603-630, jul/sep.
- (1975) A questão do estado no Brasil. In: *Autoritarismo e democratização*, cap.6, p. 187-221.
- (1975) Die frage des staates in Brasilien. (ed.mimeo).
- (1976) Il quadro politico: le diverse vie all'autoritarismo. *Politica Internazionale*, (3): 31-44, mar.
- (1978) La question de l'état au Brésil. *Le Progrès en question*. Paris: Anthropos.
- (1993) A formação do Estado autoritário. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.6, p. 155-184.

Um Nixon acima de qualquer suspeita. In: Opinião. **As gravações secretas de Nixon**. Rio de Janeiro: Inúbia, jun.

A questão da democracia. **Debate & Crítica**, (3): 1-15, jul.

- (1975) In: *Autoritarismo e democratização*, cap.7, p. 223-240.
- (1982) In: Paulo J. Krischke (org.). *Brasil: do Milagre à Abertura*. São Paulo: Cortez, p. 103-119.

1975

O autoritarismo e a democratização necessária, *Cadernos de Opinião*, (2): 3-8. Introdução de: *Autoritarismo e democratização*.

Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil republicano**. Tomo III da **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, p. 15-50.

(1993) Implantação do sistema oligárquico (dos governos militares a Prudente-Campos Sales). In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.1, p. 11-50.

Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In: Fernando Henrique Cardoso & Bolivar Lamounier (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 45-75.

1976

Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites. **Estudos Cebrap**, (15):5-24, jan/mar.

Les États Unis et la théorie de la dépendance. **Revue Tiers Monde**, 17(68):805-825, oct/déc.

(1977) The consumption of dependency theory in the United States. *Latin American Research Review*, 12 (3):7-24.

(1977) El consumo de la teoría sobre dependencia en los Estados Unidos. *El Trimestre Económico*, 44(173):33-52, ene/mar.

(1977) O consumo da teoria da dependência nos EUA. *Ensaaios de Opinião*, (4):6-16.

(1978) Los Estados Unidos y la teoría de dependencia. *América Latina, cincuenta años de industrialización*. Mexico: Premia Editora.

(1980) O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, cap.3, p. 89-107.

& FALETTO, E. Post scriptum a Dependencia y desarrollo en América Latina. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad - CEDES/GE. CLACSO, 6, dic.

(1977) Estado y proceso político en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, 39(2): 357-387, abr/jun.

(1977) *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 17(66): 273-299, jul/set.

(1977) Somente a segunda parte do artigo: Desenvolvimento capitalista e estado: bases e alternativas. In: Carlos Estevam Martins (org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/Cebrap, p. 205-220.

(1978) Somente a segunda parte do artigo: Capitalist development and the state: bases and alternatives. *Ibero Americana*, VII(2)/VIII(1): 7-19.

(1979) In: Daniel Camacho (org.). *Debates sobre la teoría de la dependencia y la sociología latinoamericana*. Costa Rica: EDUCA, p. 95-135.

1977

& REIS, F. W. As eleições e o problema institucional: notas sobre estado e sociedade. **Dados**, (14): 201-210.

The originality of the copy: ECLA and the idea of development. University of Cambridge: Center of Latin American Studies **Working Papers** 27, Jun.

(1977) La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. *Revista de la CEPAL*, (4): 7-40, 2o sem.

(1979) La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. In: VILLAREAL, René (ed.). **Economía internacional: teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 175-215. (Lecturas, 30).

(1979) In: The Rothko Chapel Colloquium (org.) - *Toward a new strategy for development*. New York: Pergamon Press.

(1980) A originalidade da Cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, cap. 1, p. 17-56.

População e crescimento econômico: notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos. São Paulo: Cebrap, **Estudos de População, 1: São José dos Campos**.

Towards another development. In: Marc Nerfin (ed.). **Another development: approaches and strategies**. Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, p. 21-39.

(1978) *Hacia otro desarrollo*. In: Marc Nerfin (ed). *Hacia otro desarrollo: enfoques y estrategias*. México: Siglo XXI, p. 29-48.

(1980) Por um outro desenvolvimento. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, cap.4, p. 109-128.

(1982) In: R. Falk, S.S. Kim & S. Mendlovitz (eds.). *Toward a just world order*, Colorado: Westview Press (Studies on a Just World Order, v.1), p. 343-358.

Expansão estatal e democracia. **Ensaio de Opinião**, (5): 17-20.

(1981) Expansion étatique et démocratie. *Revue de L'Institut de Sociologie*, (1-2): 231-238.

A questão da democracia contemporânea. **Ensaio de Opinião**, (5): 21-24.

Quels styles de développement? **Études**, (346): 7-22, jan/jun.

(1977) Latin America: styles of development and their limits. Center for Latin American and Caribbean Studies, New York University.

(1978) Latin America: styles of development and their limits. *The Journal of Social Studies*, (1): 97-115, jan.

Las clases sociales y la crisis de Latinoamérica. In: Aldo Solari et alii. **Poder y desarrollo en América latina: estudios sociológicos en homenaje a José Medina Echavarría**.

México: Fondo de Cultura Económica, p. 48-76.

(1977) A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: Problemas e algumas questões de método. In: J.A. Guilhon de Albuquerque. *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 53-82.

Estado capitalista e marxismo. **Estudos Cebrap**, (21): 5-31, jul/set.

1978

On the characterization of authoritarian regimes in Latin America. University of Cambridge: **Working Paper Series**, 30.

(1979) In: David Collier (org.). *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, p. 33-57.

(1982) Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: David Collier (org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos Latino-Americanos, 18), p. 41-62.

(1984) Per una caratterizzazione dei regimi autoritari in America Latina. In: F. P. Cerase (org.). *Sviluppo capitalístico dependente e regimi burocratico-autoritari*. Roma: Carucci ed., p. 223-260.

A Europa Ocidental e o Pacto Atlântico após a crise do petróleo. In: Henrique Rattner (org.). **A crise da ordem mundial**. São Paulo: Símbolo, p. 159-182.

& LAMOUNIER, B. - A bibliografia de ciência política sobre o Brasil (1949-1974). **Dados**, (18): 3-32.

(1978) Bibliography of political science on Brazil - 1949-1974. *Dados*, (18): 3-32.

& SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, 40 (40):9-55.

(1979) *Revista Mexicana de Sociología, Número extraordinário*, (40): 9-55.

(1979) As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, 23: 33-80

(1980) Les mésaventures de la dialectique de la dépendance. *Amérique Latine*, CETRAL, 1: 25-44, jan/mar.

A questão dos partidos. **Contexto**, (5): 1-20, março

1979

A fome e a crença (Sobre **Os parceiros do Rio Bonito**). In: **Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, p. 89-100. (Resenha/Book review: Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito, estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio: José Olympio Editores, 1964)

El desarrollo en el banquillo. **Caderno do ILET**, México, DEE/Dí24/e, ago.

(1979) Development under fire. Buenos Aires, Centro de Economía Transnacional, Instituto para América Latina.

(1980) O Desenvolvimento na berlinda. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, cap.5, p. 129-163.

(1980) El desarrollo en capilla. *Estudios Sociales Centroamericanos*, 9(26): 195-228, mayo/ago.

(1981) Die entwicklung auf der anklagebank. *Peripherie*, 5/6: 6-31, sommer.

(1981) Contributo alla critica del concetto di sviluppo. *Laboratorio di Scienze dell'Uomo*, I (1): 25-42, mar. (parte prima) e (2): 123-136, jun. (parte seconda).

(1982) Development under fire. In: Harry Makler, Aldo Martinelli & Neil J. Smelser (eds.). *The new international economy*. London & Beverly Hills: Sage Studies in International Sociology, (26): 141-165.

(1982) El desarrollo en capilla. In: José Molero (sel.). *El análisis estructural en economía: ensayos de América Latina y España*. México: El Trimestre Económico (Lecturas, 40), p. 25-62.

(1982) El desarrollo en capilla. In: *Planificación social en América Latina y el Caribe*. Santiago: UNICEF/ILPES, p.25-55.

Les impasses du régime autoritaire: le cas brésilien. **Problèmes d'Amérique Latine**, LIV, Notes et études documentaires (4545-4546): 89-107, dez.

(1980) Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. *Estudos Cebrap*, (26): 169-194.

(1980) El atolladero de los regimenes autoritarios: el caso de Brasil. *Revista Mexicana de Sociología*, XLII, 42(3): 1145-1165, jul/sep.

(1980) La cuadratura del círculo. *Nexus*, III (30): 11-22.

(1981) The authoritarian regime at the crossroads: the Brazilian case. Washington: The Wilson Center, *Working Papers*, 93.

(1993) Os impasses do regime autoritário: início da distensão. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.9, p. 212-233.

Os rumos da oposição. **Ensaio de Opinião**, (13): 86-90, ago/set.

1980

Después de Geisel. La fronda conservadora. *Cuadernos de Marcha*, Segunda época, 2(8): 21-27, jul/ago.

(1993) A Fronda conservadora - O Brasil depois de Geisel. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.7, p. 185-197.

The surprises of development in Latin America. **IFDA Dossier**, (16): 31-37, mar/apr.

(1980) Le sorprese dello sviluppo in America Latina. *IDOC Internazionale* 3/4: 7-12, mar/apr.

(1983) As surpresas do desenvolvimento. In: *Eurípides Simões de Paula. In Memoriam*. São Paulo: FFLCH/USP, p. 31-85.

Perspectiva de desarrollo y medio ambiente: el caso de Brasil. **Revista de la CEPAL**, (12): 115-132, dic.

(1980) Development and the environment: the Brazilian case. *Cepal Review*, (12): 21-35 dec.

(1981) Perspectivas de desenvolvimento e meio ambiente: o caso do Brasil. *Travaux et Mémoires de L'Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine*, Paris: I.H.E.A.L./CREDAL, (34): 209-238.



General introductory statement on interdependence and development. **Inter-regional co-operation in the social sciences for development**, Paris, OECD (5): 25-32, New Series.  
(1980) Interdependência e desenvolvimento. *Cadernos de Opinião*, (15): 34-39.

Partidos políticos. In: Paul Singer & Vinicius Caldeira Brant (orgs.). **São Paulo: o Povo em Movimento**. Petrópolis: Vozes/Cebrap, p. 177-205.

(1981) Os partidos políticos e a participação popular. In: FLEISCHER David V. (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil* (2 vol.). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, v. 2. p. 47-66.

1981

Regime político e mudança social: algumas reflexões a propósito do caso brasileiro. **Revista de Cultura e Política** 3: 7-25, nov/jan.

(1981) Political regime and social change: some reflections concerning the Brazilian case. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam 30: 3-20, jun.

(1981) Régimen Político y Cambio Social (Algunas Reflexiones a propósito del Caso Brasileño). In: LECHNER Norberto (ed.). *Estado y política en América Latina*. México: Siglo XXI, p. 272-299.

(1981) Political regime and social change: some reflections concerning the Brazilian case. *Occasional Papers in Latin American Studies*, Berkeley: University of California, (3), ago/out.

(1984) Regimen politico y cambio social (Algunas reflexiones a propósito del caso brasileño). *Revista Centroamericana de Administración Pública*, II (5): 7-31, jul/dic.

(1993) Regime político e mudança social: a transição para a democracia. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.11, p. 267-272.

Notes sur la structure de classes dans les sociétés capitalistes d'aujourd'hui. **Amérique Latine**, CETRAL, (6): 3-15, été.

(1982) As classes nas sociedades capitalistas contemporâneas (Notas preliminares). *Revista de Economia Política*, 2/1, (5): 5-28, jan/mar.

(1982) Las clases en las sociedades capitalistas contemporâneas. Notas preliminares. *Comércio Exterior*, 32(2): 107-118, feb.

Transición política en América Latina? **Socialismo y Participación**, (14): 19-28, jun.

(1985) Transizione politica in America Latina. In: R. Scartezini et alli. *I Limiti della democrazia*. Napoli:Lignore Editore, p. 333-346.

La democracia en las sociedades contemporâneas. **Nueva Sociedad**, (55):25-34, jul/ago.

(1982) *Crítica & Utopía*, (6) :25-38, mar.

(1983) La democrazia nella società contemporanea. *Política Internazionale*, (6): 46-52, giugno.

(1988) In: J. C. Rubinstein (comp.). *El estado periférico latinoamericano*. Buenos Aires: Ed. Universitaria de Buenos Aires. p. 161-169.

Social and cultural consequences of urban and rural change. **Growth and entrepreneurship: opportunities and challenges in a changing world**, Paris, ICC, p. 26-39, oct.

Os anos Figueiredo. **Novos Estudos Cebrap**, 1(1): 4-11, dez.

(1982) La apertura politica en el gobierno Figueiredo. In: Jorge Wilhelm (comp.). *Planificación y Desarrollo en Brasil, Comentarios*. Revista Interamericana de Planificación, 16(63-64): 195-204, sep/dic

(1993) Os anos Figueiredo. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap.8, p. 198-211.

A crisma de São Bernardo. In: & alii - **Album memória de São Bernardo**. São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, p. 27-93.

Social development: a Latin American view. In: C.A.O. Van Nieuwenhuijze (ed.). **The quest of 'another development': a social approach?** The Hague: Institute of Social Studies, proceedings of a Seminar on Social Development, May, p. 83-95.

1982

A América Latina e o socialismo na década de 80. In: Fernando Henrique Cardoso & Helgö Trindade (orgs.). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção O mundo hoje, vol. 37), p. 13-29.

La persistencia democrática (Resúmen de la conferencia sobre el tema de la democracia en la obra de Jose Medina Echavarría). In: **Medina Echavarría y la sociología latinoamericana**. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, Instituto de Cooperación Iberoamericana, p. 113-125.

Poulantzas e os partidos do Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, 1(2):3-7, abr.

As eleições e o resto. **Novos Estudos Cebrap**, 1(4): 1, nov.

Reflexiones sobre la estructura social y política de los países más industrializados de América Latina. In: GREEN, R. (coord.) - **En Torno al Estado y el Desarrollo**. México: Centro de Estudios Económicos y Sociales del Tercer Mundo - EESTEM/Ed. Nueva Imagen, p. 133-228.

1983

Un desafio a los sociólogos, (X Congresso Mundial de Sociologia, México, ago.82). **IFDA Dossier**, (36):57-65, Jul/Aug.

O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados**, 26(1):9-27. (1986) In: Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter & Laurence Whitehead (eds.). *Transitions from authoritarian rules. Prospects for democracy*. Baltimore: The John Hopkins University Press, (2nd. paperback volume: *Comparative Perspectives*).

(1988) In: Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter & Laurence Whitehead (eds.). *Transições do regime autoritário*. Vol.4: *Comparações e Perspectivas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/Vértice.

(1993) O papel dos empresários no processo de transição. In: *A Construção da democracia - Estudos sobre Política*, cap 10, p. 234-256.

Partidos, hoje. In: Eurico de Lima Figueiredo, Gisálio Cerqueira Filho & Leandro Konder (org.) - **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais, vol.24), p. 97-109.

Las políticas sociales en la década de los años ochenta: nuevas opciones? **El Trimestre Económico**, L1(197):169-188, ene/mar.

(1983) Social policies in Latin America in the eighties: new options? *Alternatives, A Journal of World Policy*, New-Dehli, 8 (4): 553-571, Spring.

(1984) Las políticas sociales en crisis, nuevas opciones? In: *Desarrollo social en los años 80*, Santiago: CEPAL/ILPES/UNICEF.

Universidade e desenvolvimento. **Educação Brasileira**, Brasília, V (11): 11-19, 2o.sem.

As quatro crises. **Novos Estudos Cebrap**, 2(3):1, nov.

1984

La sociedad y el estado. **Pensamiento Iberoamericano**, (5a): 25-36, ene/jun.

O Poder Legislativo moderno no estado: declínio ou valorização. **Revista de Informação legislativa**, a.21(81).

A democracia na América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, (10): 45-56, out.  
 (1986) Democracy in Latin America. *Politics & Society*, 15(1): 23-41.  
 (1989) La democracia en America Latina. *Punto de vista*, Buenos Aires, ? : 1-8.

1985

Diversità sociale e democrazia. In: **Ordine internazionale, società e politica in America Latina**. Casale Monferrato: Ed. Marietti (Convegno Internazionale di Bologna), p. 371-383.

1986

Cambios sociales en el espacio politico. In: **Dossier II, Encuentro Internacional de Sociologia**, Generalitat Valenciana, Valencia, enero, p. 1-10.

Problemas de mudança social, outra vez?(XI Congresso Mundial de Sociologia, New-Dehli, ago.86), **Novos Estudos Cebrap**, (16): 54-61, dez.

(1987) Problems of social change, again? *International Sociology*, 2(2): 177-187, June.

(1987) Los retos teóricos del cambio social. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 33(127): 111-123, ene/mar.

Foreword. *International Sociology*, 1(1): 1-2, March.

1987

A paixão pelo saber. In: Maria Ângela D'Incao (org.). **O Saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes**. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, p. 23-30.

Les rapports entre ville et campagne dans les théories du développement. In: Centro di Ricerca e Documentazione Febbraio'74 (org.) - **Urban-rural Relationships in the framework of development processes**. Roma:C.E.R.F.E. Febbraio'74, p. 543-550.

Mudanças na sociedade brasileira. In: Anna Carboncini (org.). **A virada do século**. Rio de Janeiro/São Paulo:Paz e Terra/UNESP/Secretaria de Estado de Cultura/SP, p. 19-30.

1988

Memórias da Maria Antônia. In: Maria Cecília Loschiano dos Santos (org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, p. 27-34.

Dependência e democracia. In: David Fleischer (org.). **Da distensão à Abertura: as eleições de 1982**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, p.37-59.

(1988) Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: Alfred Stepan (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.443-482.

(1989) Associated-dependent development and democratic theory. In: Alfred Stepan (ed.). *Democratizing Brazil*. New York/Oxford: Oxford University Press, p. 299-326.

## ENTREVISTAS EM LIVROS E PERIÓDICOS

1976

Populismo: uma crise no Estado. In: AGUIAR, Flávio (Coord.). **História do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 35-9. (Cadernos de Debate, 1).

1978

Democracia hoje. **Plural**, I (2): 7-18, out./dez.

1983

Le prospettive del Brasile dopo le elezioni. *Politica Internazionale* (1): 35-39 (a cura di Giancarlo Pasquini), gennaio.

Deve-se discutir com os militares as funções que lhes cabem e os seus limites(07/08/83). In: **Entrevistas a Lourenço Dantas Mota**. Brasília, s. ed. (originalmente publicadas em *O Estado de S. Paulo*, 07/08/83)

1985

Primeiro limpar o entulho autoritário. (Publicada em *O Estado de S. Paulo* em 17/01/85) e Deve-se discutir com os militares as funções que lhes cabem e os seus limites. (Publicado em *O Estado de S. Paulo* em 7/08/83. In: **Entrevistas a Lourenço Dantas Mota**. Brasília, Senado Federal, 1985, p. 31-50.

1987

PFL usa carta para superar derrota eleitoral, diz Cardoso. In: CONSTITUINTE: o início da caminhada. Brasília: Senado Federal, 1987. p. 33-40. Entrevista concedida à Folha de S. Paulo em 8 mar. 1987

## ARTIGOS NA IMPRENSA

### Diário de São Paulo

1959

A estrutura da indústria de São Paulo. 30 abr. 1959. Aspectos da Civilização Paulista. Edição Especial.

### Folha de S. Paulo, 1974-2005

1974

A emergência de um novo poder mundial. 8 set. 1974. Novas utopias, p. 6-7.

1976

Alternativas brasileiras. 15 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

Ainda as alternativas. 22 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

Juscelino e o estilo. 26 ago. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

O tempo da democracia. 12 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

Rousseau e a democracia. 21 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

Democracia, hoje. 28 set. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

A responsabilidade das elites. 12 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

As injustiças e o silêncio. 24 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

Eleições: o fato e a versão. 31 out. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

As eleições e os partidos. nov. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

E agora? 28 nov. 1976. Tendências/Debates, p. 3.

1977

A questão da democracia contemporânea. 17 jul. 1977. Tendências/Debates, p. 3.

A sucessão e o percurso. 16 set. 1977. Tendências/Debates, p. 3.

O diálogo e a constituinte. 1º dez. 1977. Tendências/Debates, p. 3.

1978

- Os males do presente e as esperanças do futuro. 8 jan. 1978. O Futuro Hoje, p. 4.  
 A vez e a hora das oposições. 1º mar. 1978. Tendências/Debates, p. 3.  
 A cidade e D. Paulo. 14 mar. 1978. Tendências/Debates, p. 3.  
 Os trabalhadores e a democracia. 28 maio 1978. Tendências/Debates, p. 3.  
 A saída civil. 10 set. 1978. Tendências/Debates, p. 3.

1979

- Política e Corrupção. 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 Democracia lenta e insegura. 14 jan. 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 A fronda conservadora. 21 jan. 1979. Especial, O Brasil Depois de Geisel, p. 5-6.  
 Partido dos Trabalhadores. 28 jan. 1979. Tendências/Debates., p. 3.  
 Os rumos da oposição (1). 24 maio 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 Os rumos da oposição (2). 17 jun. 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 Ainda é tempo. 12 ago. 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 A lei e a vida. 21 nov. 1979. Tendências/Debates, p. 3.  
 A insensibilidade das elites. 8 dez. 1979. Tendências/Debates, p. 3.

1980

- Sem ilusões. 4 abr. 1980. Tendências/Debates, p. 3.  
 Ainda a greve. 7 maio 1980. Tendências/Debates, p. 3.  
 Violência e reação. 22 jun. 1980. Tendências/Debates, p. 3.

1981

- Semeadura de vento. 15 jan. 1981. Opinião, p. 2.  
 Assalariados de 2ª classe. 22 jan. 1981. Opinião, p. 2.  
 A oposição desperta. 31 jan. 1981. Opinião, p. 2.  
 O presidente e a sociedade civil. 5 fev. 1981. Opinião, p. 2.  
 A caricatura do getulismo. 12 fev. 1981. Opinião, p. 2.  
 Corrupção e violência. 19 fev. 1982, Opinião, p. 2.  
 Lei e moral. 26 fev. 1981. Opinião, p. 2.  
 Restam as cinzas. 5 mar. 1981. Opinião, p. 2.  
 Tempestade à vista? 12 mar. 1981. Opinião, p. 2.  
 Tirando a máscara. 19 mar. 1981. Opinião, p. 2.  
 Sem esquecimento. 26 mar. 1981. Opinião, p. 2.  
 Crise e democracia. 9 abr. 1981. Opinião, p. 2.  
 Novos tempos. 16 abr. 1981. Opinião, p. 2.  
 São Bernardo "rides again". 23 abr. 1981. Opinião, p. 2.  
 Política e desespero. 30 abr. 1981. Opinião, p. 2.  
 As aves que aqui gorjeiam. 7 maio 1981. Opinião, p. 2.  
 Nem tudo saiu como manda o figurino. 17 maio 1981. Opinião, p. 2.  
 O embrulho de junho. 18 jun. 1981. Opinião, p. 2.  
 A cruz e a caldeirinha. 25 jun. 1981. Opinião, p. 2.  
 Ética e política. 2 jul. 1981. Opinião, p. 2.  
 Devagar com o andor. 9 jul. 1981. Opinião, p. 2.  
 Igreja e participação. 23 jul. 1981. Opinião, p. 2.  
 O pior cego. 30 jul. 1981. Opinião, p. 2.  
 Há algo de podre. 6 ago. 1981. Opinião, p. 2.  
 A Bastilha que não cai. 13 ago. 1981. Opinião, p. 2.  
 Democracia sem pacto. 10 set. 1981. Opinião, p. 2.  
 Agenda nacional. 17 set. 1981. Opinião, p. 2.  
 Temos rei? 24 set. 1981. Opinião, p. 2.  
 Identidade e destempero. 1º out. 1981. Opinião, p. 2.  
 Jânio e as nuvens. 2 out. 1981. Opinião, p. 2.  
 Paixão ou interesse? 15 nov. 1981. Tendências/Debates, p.3.  
 As oposições e a esperança popular. 26 nov. 1981. Opinião, p. 2.  
 Fraude patriótica. 17 dez. 1981. Opinião, p. 2.  
 Votos (de Natal). 24 dez. 1981. Opinião, p. 2.

Ano novo. 31 dez. 1981. Opinião, p. 2.  
 À espera de um basta. 7 jan. 1982. Opinião, p. 2.

1982

Perigo à vista. 14 jan. 1982. Opinião, p. 2.  
 Elis Regina. 21 jan. 1982. Opinião, p. 2.  
 A frente eleitoral de oposição. 18 fev. 1982. Opinião, p. 2.  
 Fanfarrão Minésio. 4 mar. 1982. Opinião, p. 2.  
 Radicalização e democracia. 11 mar. 1982. Opinião, p. 2.  
 O debate. 18 mar. 1982. Opinião, p. 2.  
 O País da abertura. 1º abril 1982. Opinião, p. 2.  
 Quem ganhar, leva. 8 abr. 1982. Opinião, p. 2.  
 Estranho país. 22 abr. 1982. Opinião, p. 2.  
 Populismo eletrônico. 29 abr. 1982. Opinião, p. 2.  
 No autoritarismo, a formação é difícil. 6 maio 1982. Nacional, Palanque, p. 4.  
 A política e a sociedade civil. 6 maio 1982. Opinião, p. 2.  
 A crueldade da história. 3 jun. 1982. Opinião, p. 2.  
 O desafio democrático. 10 jun. 1982. Opinião, p. 2.  
 O sol e a peneira. 17 jun. 1982. Opinião, p. 2.  
 A volta por cima. 24 jun. 1982. Opinião, p. 2.  
 Violência e lei. 1º jul. 1982. Opinião, p. 2.  
 Fim de festa. 8 jul. 1982. Opinião, p. 2.  
 Contrastes. 15 jul. 1982. Opinião, p. 2.  
 Desgoverno. 22 jul. 1982. Opinião, p. 2.  
 Abuso sem uso. 5 ago. 1982. Opinião, p. 2.  
 Bico de pena. 12 ago. 1982. Opinião, p. 2.  
 A dívida e as verdades. 2 set. 1982. Opinião, p. 2.  
 Militância patética. 9 set. 1982. Opinião, p. 2.  
 O debate. 16 set. 1982. Opinião, p. 2.  
 E agora? 23 set. 1982. Opinião, p. 2.  
 O presidente e a crítica. 30 set. 1982. Opinião, p. 2.  
 Bom senso. 14 out. 1982. Opinião, p. 2.  
 Violência e política. 28 out. 1982. Opinião, p. 2.  
 Voto de oposição. 4 nov. 1982. Opinião, p. 2.  
 A hora da urna. 11 nov. 1982. Opinião, p. 2.  
 A responsabilidade da vitória. 25 nov. 1982. Opinião, p. 2.  
 Negociação e democracia. 30 dez. 1982. Opinião, p. 2.  
 Voto de oposição. 4 nov. 1982. Opinião, p. 2.

1983

A crise de cada dia. 6 jan. 1983. Opinião, p. 2.  
 O cochilo e as bruxas. 13 jan. 1983. Opinião, p. 2.  
 Estranho país. 27 jan. 1983. Opinião, p. 2.  
 Sinal amarelo. 10 fev. 1983. Opinião, p. 2.  
 Os limites da abertura. 17 fev. 1983. Opinião, p. 2.  
 Sem tréguas. 10 mar. 1983. Opinião, p. 2.  
 Democracia e participação. 24 mar. 1983. Opinião, p. 2.  
 Conciliação? 31 mar. 1983. Opinião, p. 2.  
 A difícil democracia. 7 abr. 1983. Opinião, p. 2.  
 A soma e o resto. 14 abr. 1983. Opinião, p. 2.  
 Ação e esperança. 21 abr. 1983. Opinião, p. 2.  
 Novos arrochos. 28 abr. 1983. Opinião, p. 2.  
 Corda bamba. 5 maio 1983. Opinião, p. 2.  
 Eleições e crise. 12 maio 1983. Opinião, p. 2.  
 O João da democracia. 19 maio 1983. Opinião, p. 2.  
 A raposa e as uvas. 2 jun. 1983. Opinião, p. 2.  
 O imbróglio. 9 jun. 1983. Opinião, p. 2.  
 O compromisso. 23 jun. 1983. Opinião, p. 2.

As licenças. 30 jun. 1983. Opinião, p. 2.  
 Crise e consenso. 2 jul. 1983. Opinião, p. 2.  
 Mudança já. 14 jul. 1983. Opinião, p. 2.  
 Também de pão. 21 jul. 1983. Opinião, p. 2.  
 A convulsão. 4 ago. 1983. Opinião, p. 2.  
 A perplexidade e a esperança. 11 ago. 1983. Opinião, p. 2.  
 Falar e fazer. 18 ago. 1983. Opinião, p. 2.  
 A nossa solidariedade. 1º set. 1983. Opinião, p. 2.  
 Algo de podre. 15 set. 1983. Opinião, p. 2.  
 Eleições no PMDB. 16 set. 1983. Opinião, p. 2.  
 Desmoroamento. 22 set. 1983. Opinião, p. 2.  
 Resta a indignação. 29 set. 1983. Opinião, p. 2.  
 A volta por cima. 13 out. 1983. Opinião, p. 2.  
 Undécima hora. 20 out. 1983. Opinião, p. 2.  
 A grande negociação. 27 out. 1983. Opinião, p. 2.  
 Corrupção. 10 nov. 1983. Opinião, p. 2.  
 Antes do recesso. 17 nov. 1983. Opinião, p. 2.  
 O tampão. 1º dez. 1983. Opinião, p. 2.  
 Partidos impuros. 10 dez. 1983. Tendências/Debates, p. 3.

1984

O PMDB na reforma partidária. 1984. Tendências/Debates, p. 3.  
 Chuva no molhado. 5 jan. 1984. Opinião, p. 2.  
 Busca de identidade. 12 jan. 1984. Opinião, p. 2.  
 A contramão da democracia. 19 jan. 1984. Opinião, p. 2.  
 Já. 26 jan. 1984. Opinião, p. 2.  
 Hora da coragem. 2 fev. 1984. Opinião, p. 2.  
 Sem rotina. 9 fev. 1984. Opinião, p. 2.  
 Caso de polícia. 23 fev. 1984. Opinião, p. 2.  
 As invasões e a política de habitação. 1º mar. 1984. Opinião, p. 2.  
 Ainda as diretas. 15 mar. 1984. Opinião, p. 2.  
 O PMDB e as diretas. 22 mar. 1984. Opinião, p. 2.  
 Fato e versão. 29 mar. 1984. Opinião, p. 2.  
 Os protestos dos professores. 5 abr. 1984. Opinião, p. 2.  
 Diretas-já. 12 abr. 1984. Opinião, p. 2.  
 O impasse. 19 abr. 1984. Opinião, p. 2.  
 Brasília sitiada. 26 abr. 1984. Opinião, p. 2.  
 Um passo adiante. 3 maio 1984. Opinião, p. 2.  
 Impasse e mobilização. 10 maio 1984. Opinião, p. 2.  
 A estratégia das oposições. 17 maio 1984. Opinião, p. 2.  
 O fantasma do social. 24 maio 1984. Opinião, p. 2.  
 Programa mínimo. 31 maio 1984. Opinião, p. 2.  
 Na véspera do nada. 21 jun. 1984. Opinião, p. 2.  
 A tradição necessária. 19 jul. 1984. Opinião, p. 2.  
 Saída de emergência. 26 jul. 1984. Opinião, p. 2.  
 Governo de transição. 1º ago. 1984. Opinião, p. 2.  
 A questão da universidade. 2 ago. 1984. Opinião, p. 2.  
 Candidatos e compromissos. 9 ago. 1984. Opinião, p. 2.  
 A derrubada. 23 ago. 1984. Opinião, p. 2.  
 Cartão amarelo. 6 set. 1984. Opinião, p. 2.  
 Hora de mudar. 13 set. 1984. Opinião, p. 2.  
 A reforma da universidade. 20 set. 1984. Opinião, p. 2.  
 De novo os salários. 27 set. 1984. Opinião, p. 2.  
 Revanchismo. 11 out. 1984. Opinião, p. 2.  
 Tarefas da transição. 18 out. 1984. Opinião, p. 2.  
 Porta dos fundos. 25 out. 1984. Opinião, p. 2.  
 Os salários de cada mês. 1º nov. 1984. Opinião, p. 2.  
 Fidelidade. 22 nov. 1984. Opinião, p. 2.

Legitimidade e participação popular. 24 nov. 1984. Tendências/Debates, p. 3.  
Políticos e militares na sucessão. 29 nov. 1984. Opinião, p. 2.  
Sucessões. 6 dez. 1984. Opinião, p. 2.  
Ainda a Constituinte. 20 dez. 1984. Opinião, p. 2.

1985

A saída é compromisso. 3 jan. 1985. Opinião, p. 2.  
São Paulo na Nova República. 15 jan. 1985. Opinião, p. 2.  
Questões constitucionais imediatas. 24 jan. 1985. Opinião, p. 2.  
Expectativas e responsabilidades. 7 fev. 1985. Opinião, p. 2.  
O que o Brasil espera. 14 fev. 1985. Opinião, p. 2.  
O PMDB. 19 fev. 1985. Opinião, p. 2.  
O novo Congresso. 28 fev. 1985. Opinião, p. 2.  
A difícil democracia. 7 mar. 1985. Opinião, p. 2.  
A ventura da mudança. 10 mar. 1985. Folhetim, Especial, p. 5.  
Torcendo e avançando. 4 abr. 1985. Opinião, p. 2.  
Posições claras. 11 abr. 1985. Opinião, p. 2.  
A hora, agora. 25 abr. 1985. Opinião, p. 2.  
Ritmo novo. 16 maio 1985. Opinião, p. 2.  
Problemas da democracia. 30 maio 1985. Opinião, p. 2.  
O pacto e os partidos. 6 jun. 1985. Opinião, p. 2.  
A dívida social. 13 jun. 1985. Opinião, p. 2.  
Interrupção. 25 jul. 1985. Opinião, p. 2.

1986

A constituinte – desafio e alternativa. 5 jan. 1986. Opinião, p. 2.  
O regime e a constituinte. 10 jan. 1986. Opinião, p. 2.  
Demagogia e violência. 17 jan. 1986. Opinião, p. 2.  
Encruzilhada. 2 fev. 1986. Opinião, p. 2.  
Os partidos na transição. 6 fev. 1986. Opinião, p. 2.  
Percalços da transição. 20 fev. 1986. Opinião, p. 2.  
A encruzilhada. 27 fev. 1986. Opinião, p. 2.  
Depois do pacote. 6 mar. 1986. Opinião, p. 2.  
Os conservadores e o atraso. 12 mar. 1986. Opinião, p. 2.  
Devagar com o andar. 20 mar. 1986. Opinião, p. 2.  
O emburlo dos partidos. 3 abr. 1986. Opinião, p. 2.  
Combate à pobreza. 10 abr. 1986. Opinião, p. 2.  
O congresso na encruzilhada. 17 abr. 1986. Opinião, p. 2.  
Anacronismos. 24 abr. 1986. Opinião, p. 2.  
Prebisch. 1º maio 1986. Opinião, p. 2.  
Reinventar a universidade. 8 maio 1986. Opinião, p. 2.  
Constituinte. 22 maio 1986. Opinião, p. 2.  
Reforma agrária. 29 maio 1986. Opinião, p. 2.  
Ulysses. 5 jun. 1986. Opinião, p. 2.  
Novos passos. 12 jun. 1986. Opinião, p. 2.  
Antes das eleições. 19 jun. 1986. Opinião, p. 2.  
Sucessão em São Paulo. 3 jul. 1986. Opinião, p. 2.  
Legendas e candidaturas. 10 jul. 1986. Opinião, p. 2.  
Mais mudanças. 17 jul. 1986. Opinião, p. 2.  
A hora do social. 24 jul. 1986. Opinião, p. 2.  
Pesquisas eleitorais. 7 ago. 1986. Opinião, p. 2.  
A constituinte e os governadores. 14 ago. 1986. Opinião, p. 2.  
Contrastes. 28 ago. 1986. Opinião, p. 2.  
Ainda as eleições. 4 set. 1986. Opinião, p. 2.  
Chile. 11 set. 1986. Opinião, p. 2.  
O cruzado na berlinda. 18 set. 1986. Opinião, p. 2.  
Greves e negociações. 2 out. 1986. Opinião, p. 2.  
Mandato presidencial. 16 out. 1986. Opinião, p. 2.



Reta final. 23 out. 1986. Opinião, p. 2.  
 Partido e eleições. 30 out. 1986. Opinião, p. 2.  
 Campanha eleitoral. 6 nov. 1986. Opinião, p. 2.  
 A infâmia na política. 13 nov. 1986. Opinião, p. A-2.  
 Eleições e reformas econômicas. 20 nov. 1986. Opinião, p. A-2.  
 Ainda o pacote. 27 nov. 1986. Opinião, p. A-2.  
 Falar francamente. 11 dez. 1986. Opinião, p. A-2.

1987

De novo a crise. 15 jan. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Identidade e ação. 22 jan. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Constituinte. 5 fev. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Dias difíceis. 12 fev. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Logomaquia. 5 mar. 1987. Opinião, p. A-2.  
 O uso do cachimbo. 8 mar. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Os conservadores e o atraso. 12 mar. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Mudanças, outra vez. 19 mar. 1987. Opinião, p. A-2.  
 A vez da autonomia radical. 26 mar. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Pacto já. 2 abr. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Nem tudo é calmaria. 7 abr. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Convergir no essencial. 9 abr. 1987. Opinião, p. A-2.  
 O leão e as uvas. 16 abr. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Populismo ou reforma. 23 abr. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Hora de decisões. 30 abr. 1987. Opinião, p. A-2.  
 À mingua das definições. 7 maio 1987. Opinião, p. A-2.  
 As aflições de hoje. 14 maio 1987. Opinião, p. A-2.  
 Definições. 21 maio 1987. Opinião, p. A-2.  
 Moralidade e austeridade. 28 maio 1987. Opinião, p. A-2.  
 Brasileiros de São Paulo. 4 jun. 1987. Opinião, p. A-2.  
 São Paulo na Câmara. 11 jun. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Pontos programáticos. 25 jun. 1987. Opinião, p. A-2.  
 O primeiro esboço. 2 jul. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Momento de decisão. 9 jul. 1987. Opinião, p. A-2.  
 O dia seguinte. 23 jul. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Semifinal. 30 jul. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Emendas populares. 13 ago. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Cláudio Abramo. 20 ago. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Esperança, apesar dos pesares. 27 ago. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Diálogo sem subserviência. 3 set. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Sistema de governo. 15 set. 1987. Opinião, p. A-2.  
 A hora da dívida. 17 set. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Mudanças necessárias. 24 set. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Intriga e política. 1º out. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Preto no branco. 15 out. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Mudanças? 22 out. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Boas novas. 29 out. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Militares e Constituição. 12 nov. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Tarefa cumprida. 19 nov. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Os rumos da Constituinte. 26 nov. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Economia e política, outra vez. 10 dez. 1987. Opinião, p. A-2.  
 Perigo à vista. 17 dez. 1987. Opinião, p. A-2.  
 O nó da sucessão. 31 dez. 1987. Opinião, p. A-2.

1988

Finalmente, decisões. 7 jan. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Confusão. 14 jan. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Até quando? 21 jan. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Moralização e farisaísmo. 11 fev. 1988. Opinião, p. A-2.

Restam cinzas. 18 fev. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Direitos sociais. 25 fev. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Economia em transe. 3 mar. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Presidencialismo, corrupção e clientelismo. 10 mar. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Decidir sem conchavar. 17 mar. 1988. Opinião, p. A-2.  
 O que estava em jogo. 28 mar. 1988. Opinião, Tendências/Debates, p. A-3.  
 Sustentar o jogo. 31 mar. 1988. Opinião, p. A-2.  
 CPI da corrupção. 14 abr. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Dores do parto. 21 abr. 1988. Opinião, p. A-2.  
 O PMDB e sua convenção. 12 maio 1988. Opinião, p. A-2.  
 Reta final. 19 maio 1988. Opinião, p. A-2.  
 Dando e recebendo. 26 maio 1988. Opinião, p. A-2.  
 Haja paciência. 2 jun. 1988. Opinião, p. 2.  
 A convergência necessária. 9 jun. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Partidos e eleições municipais. 16 jun. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Partido novo. 23 jun. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Democracia na marra. 30 jun. 1988. Opinião, p. A-2.  
 República dos padrinhos. 14 jul. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Os candidatos de lá. 21 jul. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Eleitorado quer estabilidade e mudança. 23 jul. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Crise e farsa. 28 jul. 1988. Opinião, p. A-2.  
 A crise de verdade. 4 ago. 1988. Opinião, p. A-2.  
 As cassandras e os crédulos. 11 ago. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Eleições municipais. 25 ago. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Desafio. 1º set. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Intermezzo. 8 set. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Rumos necessários. 22 set. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Chile. 29 set. 1988. Opinião, p. A-2.  
 A Constituição das mudanças. 6 out. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Assalto à razão. 13 out. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Alerta. 20 out. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Momento político. 3 nov. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Hora do voto. 10 nov. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Hora da verdade. 17 nov. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Antes tarde. 1º dez. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Ventania. 15 dez. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Aumento indevido. 22 dez. 1988. Opinião, p. A-2.  
 Impunidade. 29 dez. 1988. Opinião, p. A-2.

## SENADO

Em 1974, a convite de Ulysses Guimarães, então presidente do MDB, coordenou a elaboração da plataforma eleitoral deste partido. Em 1978, concorreu ao Senado pelo MDB e se elegeu suplente de André Franco Montoro. Em 1983, com a eleição de Montoro para o governo do estado de São Paulo, assumiu a vaga dele no Senado, pelo então PMDB.

Teve participação destacada na campanha das Diretas-já e na articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, em 1984. Líder do governo no Congresso Nacional, Fernando Henrique conduziu as mudanças na legislação eleitoral e partidária que abririam caminho para a democratização do país.

Em 1985, foi candidato a prefeito de São Paulo e perdeu por 1,3% dos votos para o ex-presidente Jânio Quadros. No ano seguinte, reelegeu-se para o Senado com 6 milhões de votos, a segunda maior votação no estado.

Líder do PMDB no Senado, foi um dos relatores da Constituinte de 1988. No fim daquele ano, inconformado com a falta de definições do partido em relação ao governo Sarney e a temas polêmicos da Constituinte, fundou o PSDB ao lado de Mário Covas, Franco Montoro, José Serra e lideranças vindas de outras agremiações.

#### Discursos no Senado

Fernando Henrique Cardoso assumiu a cadeira de senador em 1982 e foi reeleito em 1986 para mais oito anos. Até o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, quando foi membro de várias Comissões, e até líder do Governo entre 1985 e 86, pode-se dizer que ele operou uma transição pessoal durante a qual os seus interesses deixaram de ser puramente intelectuais. O seu discurso de inauguração foi diretamente inspirado pelo clássico de Max Weber, *Política como vocação*. A partir do processo constituinte, sintomaticamente, o título do discurso de 1987, *Constituinte, o início da caminhada* prenuncia a transição de sua carreira. Atuou como Relator-adjunto da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte, entre 1987 e 88.

1983 As razões da oposição, Brasília, Senado Federal.

1984 A nova maioria, Brasília, Senado Federal.

1984 Sessão solene em homenagem à Sua Excelência o Senhor Miguel de la Madrid Hurtado, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Brasília, Senado Federal, 30 de março.

1986 O PMDB depois do Pacote, Brasília, Senado Federal. (Convenção Nacional do PMDB, 6 de abril).

1987 Constituinte, o início da caminhada, Brasília, Senado Federal.

1988 A crise e as opções nacionais, Brasília, Senado Federal.

## ANEXO 2

### **Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo**

27 DE ABRIL DE 1933

A análise desapaixionada e honesta de nossa história político-social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para a reorganização da vida do país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar as nossas condições de existência. Mas não se pode negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente o malogro e a decepção. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrios.

É evidente que este estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranquilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social que vivemos.

Está na consciência de todos essa grande falta. Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhes inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.

Esse mal não pode ser remediado às pressas, nem admite paliativos desalentadores. Urge encará-lo de frente, com pensamento mais para o

futuro do que para o presente.

Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, e acoroçam, por outro lado, especulações individuais, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social.

A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor de nossas classes cultas, já contratando professores de renome fora do país, já promovendo conferências públicas, avulsas e periódicas, e intercâmbio com instituições estrangeiras análogas, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, à altura das exigências do meio social contemporâneo - a ESCOLA oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social.

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas.

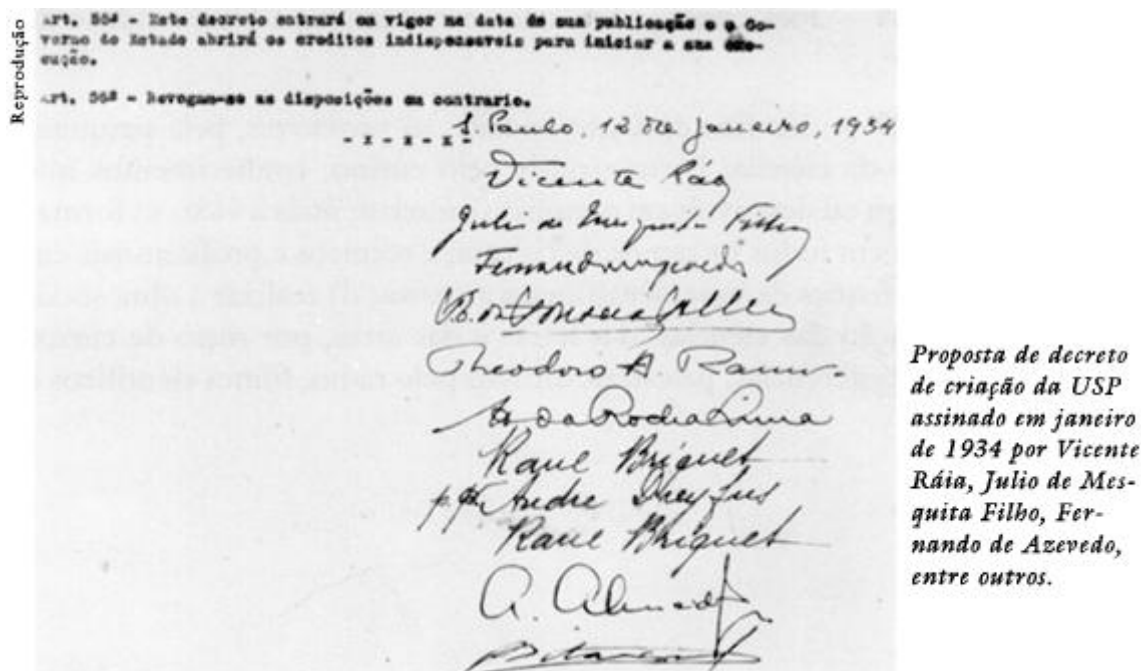
São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino.

### ANEXO 3

#### Extrato do decreto de fundação da USP

No dia 25 de janeiro do ano de 1934, o interventor federal do estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, expediu o decreto de fundação da Universidade de São Paulo, ato referendado pelo secretário Cristiano Altenfelder Silva.

Finalmente, depois de tantos anseios, de tão vigorosa propaganda, concretizava-se a idéia pela conjugação, sob a égide de uma unidade universitária comum, das grandes e prestigiosas instituições de educação superior existentes em São Paulo, acrescidas de duas faculdades remodeladas e de uma nova, fundamental, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, laço de entrosamento científico-cultural pelas suas seções numerosas e variadas.



A fundamentação do Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, e seus artigos 1º e 2º foram os seguintes:

"O doutor Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930; e considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada a organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreta:

Art. 1º — Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2º — São fins da Universidade: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.